

Filipe Themudo Barata
Sofia Capelo
José Manuel de Mascarenhas

PATRIMÓNIO CULTURAL E SUSTENTABILIDADE

Uma relação nem sempre fácil



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization



UNESCO Chair in
Intangible Heritage and
Traditional Know-how

Filipe Themudo Barata

Sofia Capelo

José Manuel de Mascarenhas

Património Cultural e Sustentabilidade

Uma relação nem sempre fácil



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization



UNESCO Chair in
Intangible Heritage and
Traditional Know-how

Ficha Técnica

Título: Património Cultural e Sustentabilidade. Uma relação nem sempre fácil

Autores: Filipe Themudo Barata, Sofia Capelo, José Manuel de Mascarenhas

Com a colaboração, no capítulo 2, de: André Nóbrega, Angelino Babaroca, Sónia Guerreiro, Carla Pinto, Jorge Cachapa, Jorge Moleirinho, Rebecca Laura Gouveia Gabino, Beatriz Vilarinho, Emanuel Ramalho, Tiago Sobral, Marlene Fernandes Faria

Prefácio: João Carlos Brigola

Editores: Filipe Themudo Barata, Sofia Capelo, José Manuel de Mascarenhas

Editora: Cátedra UNESCO da Universidade de Évora

Ilustração da Capa: José Manuel de Mascarenhas

Formato: Digital (PDF)

© 2021, Edição da Cátedra UNESCO da Universidade de Évora em "*Património Imaterial e Saber Fazer Tradicional*", Évora

Universidade de Évora, CIDEHUS, Palácio do Vimioso, Apartado 94, 7002-554 Évora; e-mail: catedraunesco@uevora.pt

ISBN: 978-972-778-203-1

Regra de citação:

Barata, F. T., Capelo, S., & Mascarenhas, J. (2021). *Património Cultural e Sustentabilidade. Uma relação nem sempre fácil*. (F. T. Barata, S. Capelo, & J. M. Mascarenhas, Edits.) Évora: Cátedra UNESCO da Universidade de Évora em "Património Imaterial e Saber Fazer Tradicional".

Índice

Lista de Figuras	vii
Lista de Quadros	xiii
Lista de Tabelas.....	xv
Prefácio	xvi
Introdução	1
Capítulo 1. Em torno dos conceitos.....	4
1.1. Património e Patrimónios.....	4
1.1.1. O que é o património.....	4
1.1.2. Um conceito que se modifica com o tempo.....	11
1.1.3. A paisagem cultural e o património	13
1.1.4. Acerca do valor patrimonial. Tem sentido juntar valor e património cultural?.....	29
1.2. Enquadrar e organizar o património. A legislação nacional e internacional.....	39
1.2.1. O património cultural na legislação portuguesa	39
1.2.2. O enquadramento jurídico internacional do património cultural	59
1.3. Património, política e economia.....	74
1.3.1. Património cultural e indústrias culturais e criativas	74
1.3.2. Património cultural e economia. O caso do Turismo	83
1.3.3. Património cultural e políticas públicas.....	101
1.3.4. Capacidade de carga dos monumentos, lugares e outros espaços	127
1.4. O desenvolvimento sustentado e o património cultural.....	135
1.4.1. O conceito de Desenvolvimento Sustentável.....	135

1.4.2. Evolução temporal do Conceito de Desenvolvimento Sustentável	138
1.4.3. O Desenvolvimento Sustentável em Portugal	148
1.4.4. Dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	152
1.4.5. O que é a sustentabilidade quando aplicada ao património cultural.....	159
1.5. Os Indicadores de Sustentabilidade	165
Capítulo 2. Um estudo de caso: os montes alentejanos	174
2.1. Enquadramento territorial e concetual.....	174
2.1.1. O monte alentejano: palavras, nomes e conceitos	174
2.1.2. Entre o habitat humano e as características físicas do território. Uma aproximação teórica	177
2.2. As condicionantes básicas	180
2.2.1. Materiais e estruturas construtivas tradicionais.....	180
2.2.2. Topografia e morfologia arquitetónica.....	185
2.2.3. Os recursos hídricos: um elemento central para a existência de vida	188
2.3. A distribuição dos montes no território e a variedade de dimensões	201
2.3.1. A distribuição dos montes na paisagem alentejana	201
2.3.2. Acerca das dimensões e estrutura dos montes.....	205
2.4. Da morfologia de um território à história da sua ocupação	213
2.4.1. Um olhar mais geral.....	213
2.4.2. Évora e a região envolvente	215
2.4.3. As vilas de fronteira e os trabalhos de Duarte d’Armas	223
2.5. Uma região sempre mal ocupada.....	227
2.5.1. As lutas sociais em torno da propriedade da terra	227

2.5.2. Os proprietários, as famílias e os que vivem hoje nos montes. Uma nota metodológica	234
2.5.3. Permanências. Quando havia alguma estabilidade.....	235
2.5.4. Mudanças. Os novos e os velhos moradores dos montes	237
2.6. Os estudos de caso	242
2.6.1. O estudo dos montes alentejanos e a construção de uma matriz de observação e análise.....	242
2.6.1.1. MONTE ALMARGINHO.....	244
André Nóbrega & Angelino Babaroca & Sónia Guerreiro	
2.6.1.2. MONTE DA AZENHA BRANCA	251
Carla Pinto & Jorge Cachapa & Jorge Moleirinho	
2.6.1.3. MONTE DA COMENDA GRANDE.....	262
Rebecca Laura Gouveia Gabino	
2.6.1.4. MONTE DO OUTEIRO.....	274
Beatriz Vilarinho & Emanuel Ramalho	
2.6.1.5 MONTE DO PINHEIRO	287
Tiago Sobral & Marlene Fernandes Faria	
Capítulo 3. Perspetivas futuras e considerações presentes	294
3.1. As dificuldades e a procura de novos caminhos para o património cultural.....	294
3.2. Perspetivas futuras de estudos dos valores patrimoniais dos espaços rurais	299
3.3. A urgência de desenvolver novas metodologias	313
3.4. Que podemos concluir sobre as relações do património com o desenvolvimento sustentável?	317
Bibliografia.....	321

Lista de Figuras

Figura 1 – Uma paisagem na ilha de Santiago, Cabo Verde (Autor: Filipe Themudo Barata, 2015).....	20
Figura 2 – Paul de Lagos, Sul de Portugal (Autor: Filipe Themudo Barata, 2000).....	20
Figura 3 – Fotografia de uma paisagem do Líbano (Autor: Filipe Themudo Barata, 2008).	21
Figura 4 – Fotografias de duas paisagens do Líbano (Autor: Filipe Themudo Barata, 2008).	21
Figura 5 – Forno de cal, localizado na Tapada do Forno, em Porto Espada, Marvão, Portugal (Autor: Filipe Themudo Barata, 2001).	22
Figura 6 – Fotografias do Paul de Lagos, Sul de Portugal (Autor: Filipe Themudo Barata, 2000).....	22
Figura 7– Fotografias da localidade de Geysir na Islândia (à esquerda) e do Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta na Austrália (à direita); (Autor: Filipe Themudo Barata, 2008/Austrália: © Emmanuel Pivard - UNESCO, 1997).	23
Figura 8 - O estuário do rio Tejo e a cartografia dos habitats animais e vegetais (© ICNF).....	24
Figura 9 – Fotografias de sítios e zonas naturais da Islândia: Parque Natural Vatnajökull, à esquerda (© Thorvardur Amason – UNESCO, 2019); Thingvellir, à direita (Autor: Filipe Themudo Barata, 2008).....	25
Figura 10 – Os jardins iranianos. Categoria UNESCO de Paisagem Claramente Definida (© Aneta Ribarska – UNESCO, 2011).....	25
Figura 11 – Categoria UNESCO de Paisagem Essencialmente Evolutiva. À esquerda a Fóssil (Laque Condah – Budj Blim – Austrália; © Tyson Lovett-Murray / Grunditj Minning - UNESCO, 2011). À direita a Viva (Bali – Indonésia; Autor: Filipe Themudo Barata, 2003).	26
Figura 12 - Categoria UNESCO Paisagem Cultural Associativa. Parque Nacional Tongairo, Nova Zelândia (© S. A. Tabbasum - UNESCO, 2002)...	26
Figura 13 - A conhecida paisagem de socacos do Douro, do Norte de Portugal (© Fiona Starr, s.d.).....	27
Figura 14 – Em cima à esquerda, os terraços de Honghe Hani (China, © Zhang Hongkang - UNESCO, 2013) e, à direita, os de um lugar no Líbano	

(Autor: Filipe Themudo Barata, 2008). Em baixo (esquerda e direita), os socacos do Soajo, em Portugal (Autor: Filipe Themudo Barata, 2019).	27
Figura 15 – Rio de Janeiro, uma paisagem urbana (© Ruy Salaverry - UNESCO, 2012).	28
Figura 16 - Uma paisagem industrial do Campo Mineiro Sewell, no Chile (Autor: Francesco Bandarin – UNESCO, 2005).	28
Figura 17 – Documentos do processo de classificação da cidade romana da Ammaia.....	47
Figura 18 – Anúncio da fundação da UNESCO pela Chairman da Conferência de Londres, Ellen Wilkinson, em 1946. (Fonte: UNESCO)	71
Figura 19 - Publicações promovidas pela UNESCO (www.unesco.org).....	73
Figura 20 – Fotografias. Em baixo, os museus do Louvre (à esquerda) e do Prado (à direita). Em cima, à esquerda, o Valle dei Templi (Vale dos Templos) em Agrigento (Sicília, Itália), e à direita, a Opera de Sidney (Austrália).....	78
Figura 21 - O trabalho no âmbito das indústrias culturais e criativas da Ópera de Sidney (Fonte: 2019 – 2020 Annual Report Sydney Opera House. Financial Year 2019-20, p. 17 alterada)	82
Figura 22 – Fotografias que representam a industrialização de produção de grogue de Cabo Verde: do saber-fazer à fábrica.	96
Figura 23 - Fotografias de uma olaria tradicional, representada à esquerda, comparada com outra mais vocacionada para os mercados artísticos e turísticos, na fotografia à direita.	97
Figura 24 – Fotografias de batucadeiras de Cabo Verde, em ensaio ou apresentação na vila ou perante a comunidade, em cima; e em apresentação num palco, em baixo. A artificialização é patente.....	98
Figura 25 – Fotografias de dois “panos di terra” (em crioulo “pánu di téra”).	99
Figura 26 – Montagem que representam símbolos, eventos, perceções que todos conhecem Fonte: Google, 2021).	100
Figura 27 - Território, inovação, economia e criatividade coletiva (Autores: Barata <i>et al.</i> , 2017)	103
Figura 28 - Uma nova visão para a cidade: substância e processo (Autores: Barata <i>et al.</i> , 2017).	105

Figura 29 - Princípios centrais de uma nova visão da cidade (Autor: Filipe Themudo Barata, 2021).....	106
Figura 30 – Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU) para 2030 (Fonte: UNESCO, 2021).....	107
Figura 31 – A cidade, o território e o seu potencial (Autores: Barata <i>et al.</i> , 2017, p. 27).....	110
Figura 32 - Dimensões do Desenvolvimento Sustentável (Fonte: Cravo, 2018).....	136
Figura 33 - Crescimento da população mundial <i>versus</i> tempo, real e projetado, 1700-2100 (Fonte: Our World in Data, 2021).....	141
Figura 34 - Pilares do Desenvolvimento Sustentável (Fonte: Resolução do Conselho de Ministros Nº 109/2007, p. 5408).....	150
Figura 35 - Os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) (Fonte: Google, 2021)	153
Figura 36 - População mundial que vive em pobreza extrema, 1820-2015. A azul, o número de pessoas que vivem em pobreza extrema e a verde, o número de pessoas que não vivem em extrema pobreza (Fonte: Our World in Data, 2021)	153
Figura 37 - Os cinco pilares ou dimensões dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Fonte: A Agenda 2030 em Portugal, 2017)	155
Figura 38 - Representação esquemática dos ODM e dos ODS relacionados com as grandes áreas de importância crítica para a Humanidade e para o Planeta (Fonte: Vieira, 2015).....	156
Figura 39 - Disponibilidade de indicadores ODS para Portugal (Fonte: INE, 2021).....	170
Figura 40 - Muro em alvenaria seca de xisto, em Mosteiro, Mértola (Autor: José M. de Mascarenhas, 2019).	181
Figura 41 - Muro em taipa, em Mosteiro, Mértola (Autor: José M. de Mascarenhas, 2019).	182
Figura 42 - Muro em adobe, em Ferreiros, Moita (Autor: José M. de Mascarenhas, 2011).	183

Figura 43 - Monte do Pereiro, na Serra Grândola (Imagem Google Earth, 2020).....	186
Figura 44 - Quinta de Montemuro, na Serra de Monfurado (Imagem Google Earth, 2020).	186
Figura 45 - Monte da Torre do Carvalhal, na Serra de Monfurado (Autor: José M. de Mascarenhas, 2005).	187
Figura 46 - Relação, num monte, do espaço edificado com os recursos hídricos e agrológicos (Autora: Paula Simões, 2018).	189
Figura 47 - Organização ideológica do monte. Padrão esquemático de práticas agrícolas (Autora: Paula Simões, 2018).	189
Figura 48 - Fonte, alimentada por nascente, através de galeria escavada na rocha, na Serra de Monfurado (Autor: José M. de Mascarenhas, 2011).	190
Figura 49 - Nascente na peneplanície, nos arredores de Évora (Autor: José M. de Mascarenhas, 1994)	191
Figura 50 - Monte e fonte alimentada por água de nascente, através de galeria escavada na rocha, na Serra de S. Mamede (Autor: José M. de Mascarenhas, 2011).	192
Figura 51 - Poço antigo, de carácter muito rústico, na Herdade da Mitra de Valverde (Autor: José M. de Mascarenhas, 2009).....	193
Figura 52 - Fonte da Alverca (Herdade da Mitra de Valverde). Poço/nascente protegido por estrutura em abobadilha de tijolo (Autor: José M. de Mascarenhas, 1999).	193
Figura 53 - Poço d’ Aljustrel- Beja. Fotografia antiga mostrando como a “ida à fonte” era uma ocasião para convívio (Postal antigo. Autor e ano desconhecidos).	194
Figura 54 - Nora de eixo baixo, nos campos a norte de Évora (Autor: Panagiotis Sarantopoulos, 2004).	195
Figura 55 - Nora de eixo alto, montada sobre pórtico, no horto do Convento do Bom Jesus da Mitra (Autor: José M. de Mascarenhas, 1999).	196
Figura 56 - Reconstituição da nora representada na figura anterior (Autor: José M. de Mascarenhas, 2000).	196
Figura 57 - Açude na ribeira de Almuro (Autor: José M. de Mascarenhas, anos 90).	198

Figura 58 - Barragem do Conde, na Herdade da Fonte Boa do Degebe (Autor: José M. de Mascarenhas, 1985).	198
Figura 59 – Nisa e as suas freguesias até à reforma de 2012/2013 (Fonte: Nisa (Concelho de) Geneall.net , alterado).....	204
Figura 60 - Perspetiva do Monte da Cascalheira no concelho de Serpa (Fonte: M. Feio, 1983, Fig.8; Desenho de Fernando Galhano).....	207
Figura 61 - Planta do Monte da Cascalheira no concelho de Serpa (Fonte: Oliveira & Galhano, 2000; Desenho 89, modificado).	208
Figura 62 - Planta do monte da Herdade da Terrosa, no concelho de Avis, hoje conhecido como Monte da Defesa (Fonte: Oliveira & Galhano, 2000; Desenho 100, modificado).....	209
Figura 63 – Esquema do sistema de anéis em torno de Évora desde o século XIII (Fonte: Barata, F. T. & Mascarenhas, J.M. de, 2002, Fig.3).	217
Figura 64 – Associação típica da vinha: oliveira (em cima) e sobreiro (em baixo) (Autores: Barata & Leite, 1996, p. 147).	219
Figura 65 – Esquema das dinâmicas naturais no Alentejo (Autor: C. Pinto Gomes, 2000, in: Barata & Mascarenhas, 2002, p. 42)	222
Figura 66 - Vista do Monte Almarginho (Autora: Sónia Guerreiro, 2020)	244
Figura 67 – Estrutura espacial do Monte Almarginho (Autor: André Nóbrega, 2020; Fonte: Google Earth/Maps Maker).....	245
Figura 68 – Monte Almarginho. Evolução do Edifício Principal e Planta Baixa (Autor: André Nóbrega, 2020).....	246
Figura 69 - Entrevista com o proprietário (Autora: Susana Gómez Martínez, 2020).....	247
Figura 70 – Um momento do levantamento Arquitetónico (Autora: Susana Gómez Martínez, 2020)	248
Figura 71 – Vista da fachada do Monte da Azenha Branca (© Carla Pinto, 2020).....	251
Figura 72 - Monte da Azenha Branca (Fonte: Google Earth, 2020).....	252
Figura 73 - Pormenor da Secção Cadastral do Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica: Évora-Borba-Orada-Secção D, escala 1:5000 (Direção-Geral do Território, 1952).....	253

Figura 74 - Monte da Azenha Branca: planta do património edificado (Planta dos autores).....	253
Figura 75 - Matriz das Contribuições de Renda de Casa e Sumptuaria (Livro 20, 1888 © Jorge Moleirinho)	256
Figura 76 - Matriz das Contribuições de Renda de Casa e Sumptuaria (Livro 20, 1888, pormenor. O proprietário é mencionado no número 223. © Jorge Moleirinho).....	257
Figura 77 - Fotografia aérea do Monte da Comenda Grande (Fonte: Arquivo Comenda Grande, 2020).....	262
Figura 78 – Planta geral e planta do património edificado (Fonte: Google Earth, 2020)	264
Figura 79 - Alçados, plantas e corte de habitação de Maria José Simões de Almeida Margiochi (Autor: Silva Júnior, s.d.)	265
Figura 80 – Em cima: Vinha (esq.); Olivais (centro); Sobreiros (dir.); Em baixo: Pecuária (esq.); Secagem da cortiça (centro); Recolha da cortiça (dir.) (Fonte: Arquivo Comenda Grande, 2020)	267
Figura 81 - Fotografias do Monte da Comenda Grande (Fonte: Arquivo Comenda Grande, 2020).....	271
Figura 82 – Uma vista do Monte do Outeiro (Autor: Emanuel Ramalho, 2020).....	274
Figura 83 - Vista satélite do Monte do Outeiro (Fonte: Google Earth, 2020)	275
Figura 84 – Uma vista do Monte do Pinheiro (Autor: Tiago Sobral, 2020)	287
Figura 85 - Planta geral do Monte do Pinheiro (Autor: Tiago Sobral, 2020; Fonte: Google Earth/Adobe Illustrator).....	288
Figura 86 - Planta do património edificado (Autor: Tiago Sobral, 2020)..	289
Figura 87 – Aspetos do Monte do Pinheiro (Autor das fotografias: Tiago Sobral, 2020).....	290
Figura 88 – Outros pormenores do Monte do Pinheiro (Autor das fotografias: Tiago Sobral, 2020).....	291

Figura 89 – “Branda” (lugar de habitações temporárias) e socialcos agrícolas em estado de abandono, na serra do Soajo (Autor: José M. de Mascarenhas, 2013).....	304
Figura 90 – O Montado (ou “Dehesa”, em Espanha), paisagem multifuncional do sudoeste peninsular, protegida pela Lei Portuguesa e Europeia. Na fotografia, o Montado na Serra de Portel (Autor: José M. de Mascarenhas, 2019)	305
Figura 91 – Paisagem multifuncional de Argânia (<i>Argania spinosa</i> L.), típica da região de Souss e áreas próximas, em Marrocos, encontrando-se também no sudoeste da Argélia. Classificada desde 1998, pela UNESCO, como “Reserva da Biosfera” (Autor: José M. de Mascarenhas, 1998).....	305
Figura 92 - O Cerrado, paisagem multifuncional, de elevado valor patrimonial, típica do Planalto Central Brasileiro. Fotografia do Cerrado na Serra do Cipó, Minas Gerais (Autor: José M. de Mascarenhas, 2008).	306
Figura 93 – Aspeto de um canal de rega no Sistelo, em mau estado de conservação, integrado num sistema de socialcos (Autor: FTB, 2019).....	308
Figura 94 – Paisagem de uma encosta do Atlas (Marrocos), em que junto a uma aldeia, se notam socialcos agrícolas em mau estado de conservação (Autor: José M. de Mascarenhas, 2018).....	309
Figura 95 – Socialcos agrícolas e cabanas associadas em pedra seca (“bories”) integrados num parque museológico (Conservatoire des Terrasses de Cultures) em Goult, no Parc Naturel Régional du Luberon, em França (Autor: José M. de Mascarenhas, Anos 90).	310

Lista de Quadros

Quadro 1 - A história de um camponês da Sicília, Itália (Desenho de Leonor Themudo Barata).....	12
Quadro 2 – Dependência dos valores de X_i consoante o número de Classes de Apreciação	35
Quadro 3 - Valores de X_i consoante o número de Classes de Apreciação e o Coeficiente de Ponderação correspondente, aplicado ao Mosteiro dos Jerónimos e ao Castelo de S. Jorge (Lisboa)	38

Quadro 4 - Inventário Nacional, segundo os tipos de processo (Fonte: Website da Matriz PCI)	53
Quadro 5 - Listas UNESCO – Património Imaterial (Fonte: UNESCO).....	65
Quadro 6 - Listas UNESCO – Património Cultural e Natural (Fonte: UNESCO)	65
Quadro 7 - Convenções, Recomendações e Declarações (Fonte: UNESCO, 2021).....	68
Quadro 8 - Peso das CCI em países do MERCOSUL (Van der Pol, 2003, p. 4)	76
Quadro 9 – Número de habitantes nas áreas metropolitanas e nas cidades de Paris e Madrid.....	79
Quadro 10 – Visitantes dos Museus do Prado e Louvre (2017 – 2019)	79
Quadro 11 – Seguidores das redes sociais do Museu do Prado*	80
Quadro 12 - Visitantes do Vale dos Templos, em Agrigento.....	81
Quadro 13 – Dados, segundo a “International Tourism Highlights, 2020”	85
Quadro 14 – Turismo Internacional. Chegadas (1990 – 2004). Propósito da visita.....	85
Quadro 15 – Turismo Internacional. Chegadas (2019). Propósito da visita.	86
Quadro 16 – Turismo Internacional dos PALOPs. Chegadas (2010, 2018 e 2019***, em milhões de habitantes).....	87
Quadro 17 – Número de visitantes do Kruger Park, entre 1948 e 2007	92
Quadro 18 – Matriz UNESCO (simplificada) de indicadores temáticos para a cultura 2030 (Fonte: <i>Indicateurs Culture</i> , 2019, p. 2).....	112
Quadro 19 - Quantas receitas obtém o país em viagens e turismo, por país de origem dos turistas? (Fonte: PORDATA).....	130
Quadro 20 – Número de visitantes estrangeiros a museus, por ano e segundo a tipologia referida, comum a todos os anos (Fonte: INE)	131
Quadro 21 – Seleção de desenhos do <i>Livro das Fortalezas</i> (Autor: Duarte d’Armas, inícios do Século XVI).	224
Quadro 22 - Funções Primitivas das estruturas do Monte do Outeiro (Autor das fotografias: Emanuel Ramalho, 2020).....	279

Lista de Tabelas

Tabela 1 - População mundial e metrópoles (2020 e 2035).....	5
Tabela 2 – Aumento da variedade demográfica nas cidades.....	6
Tabela 3 – Dados disponíveis por domínios do Património Cultural Imaterial (PCI) (Fonte: Website da Matriz PCI)	54
Tabela 4 – Importância da CCI na economia europeia (em % do PIB)	77
Tabela 5 – Ocorrências da palavra Monte nas freguesias de Nisa, segundo F. F. Portugal.....	203
Tabela 6 - Turismo do Espaço Rural (TER) no concelho de Monsaraz, para o ano de 2017 (Autora: Monteiro, 2017, p. 28; dados agregados pelos autores).....	239

Prefácio

O livro que a Cátedra Unesco/UÉ – PCI tem o orgulho de divulgar apresenta três características de difícil conjugação no mundo académico português. Em primeiro lugar, trata-se de uma obra assumidamente pedagógica, nascida no âmbito da docência da temática da sustentabilidade, no Mestrado em Património Cultural da UÉ. Não se trata propriamente de uma *sebenta* como as que as gerações anteriores ao regime democrático consumiam obrigatoriamente, mas estas páginas nascem sobretudo para dar suporte didáctico a matérias disciplinares junto dos estudantes. Longe vão os tempos em que nas *Actas das Congregações*, da reformada universidade pombalina, se reclamava dos professores a publicação de livros de apoio para estudo e se premiavam os docentes cumpridores. Esta obra ganha, neste contexto, um estatuto de referência académica, uma interpelação ao ânimo elitista das publicações eruditas.

Em segundo lugar, este projecto editorial comprova e sublinha a colaboração científica – mas, também, arriscaria dizer, afectiva – entre três colegas. Rara circunstância num ambiente universitário mais inclinado para a competição do que para a partilha, mais sensível ao individualismo do que à formação de equipas.

Em terceiro e último lugar, o estudante ganha aqui foro autoral. Os seus trabalhos – elaborados no âmbito da unidade curricular – são devidamente valorizados e dão-se a conhecer, lado a lado com os textos teóricos e normativos dos seus mestres. A prática de *obra aberta*, aqui bem ilustrada, deixará seguramente marcas indeléveis na formação de carácter destes jovens estudantes.

Por todas estas razões, a que deve ser acrescentada a gratidão devida ao titular fundador – e agora emérito – desta Cátedra, o Prof. Filipe Themudo Barata, é de justiça deixar expressas palavras sentidas de reconhecimento aos seus outros autores, Profs. José Manuel Mascarenhas e Sofia Capelo.

João Brigola, Junho de 2021

Introdução

No decurso do ano letivo de 2007/2008, criou-se na Universidade de Évora um seminário dedicado ao património e ao desenvolvimento sustentável, em que se procuravam estudar, avaliar e discutir casos concretos, e que decorreu no âmbito de um mestrado relacionado com o património cultural. À primeira vista, parecia um tema importante e para o qual, então, haveria muita informação disponível. Percebia-se a importância deste assunto, até porque estava já muito vulgarizada a ideia de que o património cultural seria um dos pilares fundamentais de um desenvolvimento que não se preocupasse só com o crescimento.

Então, havia a expectativa de que a construção de um programa para o seminário exigiria o recurso a documentação e bibliografia com origem muito variada, pois havia a certeza de que a sustentabilidade do património era um assunto que, então, há mais de 10 anos, dava os seus primeiros passos. Mas, à medida que os anos foram decorrendo, os conteúdos foram despertando interesse junto de estudantes de mestrado com formações muito diversas e vindos de várias áreas do conhecimento que se foram inscrevendo e participando nas sessões do seminário; esses alunos vinham da História e da Arqueologia, da Geografia e da Geologia, da Arquitetura e da Arquitetura Paisagista, o que obrigou os responsáveis do seminário a ir incorporando e estruturando mais e melhor informação. Como se pode adivinhar, os responsáveis desse seminário são os autores deste livro.

Afinal, estimulados pelo ambiente que se foi construindo nas sessões do seminário, e tendo em atenção o percurso de investigação e docência que os autores foram seguindo, os estudantes viram-se obrigados a refletir sobre muitos dos problemas que faziam parte do programa e a produzir informação que servia para estimular as animadas conversas que tinham lugar nas várias sessões. Este livro, deste ponto de vista, é o ponto da situação do que aí se discutia.

Este seminário tinha uma outra característica especial: procurava que os temas e assuntos apreciados tivessem na sua base um lado teórico que se

aféria também pela discussão de casos concretos, lado prático que não foi fácil organizar. A este propósito importa dar uma explicação.

Em Portugal, e de uma maneira geral nos países de língua oficial portuguesa, a informação disponível sobre projetos de investimentos no património cultural é muito escassa pois, quase sempre, faltam elementos económicos e financeiros, atas de reuniões de responsáveis, explicação sobre a maior parte das decisões mais importantes e por aí fora. Para sermos justos, nos últimos anos, começa a estar disponível alguma informação, como é o caso, por exemplo, das estatísticas de visitantes em alguns museus, em especial nos da rede pública. Mas se quisermos comparar a informação disponível e os relatórios anuais das grandes instituições museológicas nacionais com a das grandes unidades museológicas mundiais, percebemos imediatamente as diferenças na qualidade e sistematização da informação. Mesmo em experiências muito interessantes, como é o caso da de Mértola, que mereciam ser casos de estudo, falta informação básica, apesar das teses universitárias que já foram feitas.

Por tudo isso, durante a execução do seminário, as discussões debruçavam-se sobre estudos de caso, mas todos os anos, os estudantes tinham de estudar, apresentar e discutir um monte alentejano. Mais uma vez, a informação era muito assimétrica, mas, além da equidade das situações, foi uma forma de se poder estudar de forma alargada uma estrutura patrimonial nas suas múltiplas perspetivas.

Daqui decorre a forma como esta obra está organizada. No primeiro capítulo abordam-se os temas mais concetuais e teóricos que se relacionam com a sustentabilidade do património cultural. Como se percebe e já se explicou, para responder a esse objetivo foram trazidos problemas muito variados e que, no essencial, correspondem aos vários pontos. No capítulo seguinte, a propósito da paisagem, do território e do próprio património cultural, escolheu-se como programa prático de análise o caso dos montes

alentejanos. O último capítulo inclui um conjunto de reflexões que são uma espécie balanço, quase uma conclusão, do que antes se apresentou.

Capítulo 1. Em torno dos conceitos

1.1. Património e Patrimónios

1.1.1. O que é o património

É importante começarmos por aqui. O que é património cultural? Porque é importante sabermos o que é esse património cultural? São as perguntas a que tentaremos começar por responder.

Há mais do que uma razão para conhecermos melhor o conceito. Podemos até começar com a primeira razão que é a de saber porque há uma espécie de perceção geral de que, nos dias de hoje, “tudo é património”. Se compararmos essa sensação com a certeza de que, antes, o conceito de património era muito mais restrito, fica-nos uma ideia de desorientação. Desde já, esta nota permite uma conclusão verdadeira: o conceito de património evolui e muda.

Mas porque é que muda? Primeira parte da resposta é percebermos que o património cultural é uma construção social. Ou seja, os grupos e as comunidades escolhem de uma forma, consciente ou não, quais são os elementos culturais que simbolizam a sua existência e são a base dos seus valores e especialmente, são os elementos estruturantes da sua memória coletiva. Como complemento a este texto, através da história de um camponês da Sicília, podemos perceber como as condições sociais e políticas estão na base das escolhas identitárias e patrimoniais.

Se, do ponto de vista abstrato é fácil de enunciar, na prática, é mais complicado. Porquê? Porque nem todos estão de acordo sobre as memórias que estruturam as suas próprias memórias e os elementos que estão na base do que consideram a coesão do grupo a que pertencem. Pior, com o passar do tempo, as nossas sociedades aprofundam a sua variedade, incluindo a suas estruturas demográficas. Como é possível? O ritmo a que crescem as cidades, o permanente fluxo de abandono do mundo rural e a amplitude dos fluxos migratórios tendem a dissolver os valores anteriores

que pareciam imutáveis e levar os diversos grupos a confrontarem-se na escolha desses elementos identificadores.

Para percebermos a dimensão do problema, resumidamente, vale a pena mostrar alguns desses movimentos demográficos que estão a mudar a nossa sociedade, aumentando a variedade e a manter permanentemente sociedades em mudança, e a tornar mais frágeis os conceitos globais de património.

A Tabela 1 pretende testemunhar o crescimento das nossas cidades. A informação é fornecida pelo programa UN-Habitat, talvez o programa mais importante apoiado pelas Nações Unidas e que procura analisar o que se passa nas nossas cidades e como gerir melhor a situação.

Tabela 1 - População mundial e metrópoles (2020 e 2035)

Anos	População a viver em Metrópoles > 300 000	Número de Metrópoles	População em centros urbanos < 300 000
2020	2 591 898 000	1934	23,5%
2035	3 472 827 000	2363	

(Fonte: UN-HABITAT, 2020)

Mas estes números ainda são muito abstratos. Comparemos agora cidades concretas; a escolha pretende mostrar e comparar duas cidades europeias (Tabela 2). Palermo e Hannover, as quais são cidades com uma dimensão demográfica semelhante, uma a Sul e outra a Norte; a primeira que está perto de uma das “portas de entrada” da Europa e outra, na Alemanha, para onde se dirigem muitas correntes migratórias.

Tabela 2 – Aumento da variedade demográfica nas cidades

	População (2018)	Estrangeiros (totais)	Estrangeiros (%)
Palermo	663 401	25 974 (2018)	3,92 (2018)
Hannover	538 068	107 373 (2011)	21,36 (2011) 13,10 (2018)

(Fonte: Eurostat, 2018)

Para se perceber a amplitude e a variedade da potencial mudança da percepção do património cultural, repare-se no número e origem das comunidades migrantes que são bastante diferentes para as duas cidades:

- Comunidades migrantes e número de indivíduos fixados em Palermo: Bangladesh (5387); Sri Lanka (3516); Gana (2701); Filipinas (1793); Tunísia (1097); Marrocos (1056); China (PR) (996); Maurícia (907); Costa do Marfim (628); Nigéria (538); Polónia (276); Equador (246); Ucrânia (230); Gambia (206).

- Comunidades migrantes e número de indivíduos fixados em Hannover: Áustria (654); Croácia (1422); Grécia (3462); Itália (2396); Polónia (5160); Rússia (3010); Turquia (16786); Europa (outros) (17581); África (2850); América (1531); Ásia (11060); Outros (842).

Junte-se mais dois dados só para se perceber a dimensão do problema e os efeitos sobre o património cultural. Segundo os dados do Eurostat de maio de 2020, só no ano de 2018, tinham vindo de países terceiros para Europa 2,4 milhões de indivíduos e, em 2019, dos 446,8 milhões de habitantes europeus, 21,8 (4,9%) eram estrangeiros¹.

Este conceito de património cultural arrasta outros afins que importa esclarecer. Muito antes da ideia de património cultural se ter popularizado,

¹ http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Migration_and_migrant_population_statistics/pt
(Consultado no dia 6 de fevereiro de 2021)

o próprio conceito de património é usado em duas vertentes que, ainda hoje, fazem sentido para muitas pessoas. O primeiro é a utilização da palavra “património” para indicar os bens que são propriedade de alguém que o poderá deixar aos descendentes. Em grande medida, este conceito não está tão longe do património cultural. Este refere-se aos bens culturais e práticas sociais que cada geração identifica, tem e espera deixar à geração seguinte. O segundo são os bens e propriedades que se traduzem num valor de mercado que cada pessoa tem e pode legar.

Já os juristas dividem também esses bens em dois tipos. Quem quiser consultar o artigo 203º do Código Civil, percebe que os bens que interessam ao direito são os que medeiam relações jurídicas e as categorias dependem das suas características. Esses bens (as “coisas”) podem ser: “imóveis ou móveis, simples ou compostas, fungíveis ou não fungíveis, consumíveis ou não consumíveis, divisíveis ou indivisíveis, principais ou acessórias, presentes ou futuras”. Esta definição está, pois, afastada de qualquer critério cultural. Um quadro de um pintor é um bem móvel, mas também um copo, uma cadeira ou uma mesa. Uma árvore, um castelo e mesmo a água, são bens imóveis e, portanto, fora de qualquer conceito relacionado com cultura.

Este conceito de património para ser compreendido na sua extensão, obriga-nos a discutir outros temas que são relevantes para a sua compreensão. O primeiro será o de apresentar a forma como o conceito de património se foi consolidando e desenvolvendo. Mas também tem importância conhecer o enquadramento legislativo que cada país dá, ou não, ao património cultural; as características intrínsecas do património cultural; as questões práticas da discussão em saber se é possível, ou não, determinar o valor comparativo patrimonial de cada um desses bens. Também não é indiferente apresentar a forma como as políticas públicas podem afetar a conservação e valorização do património, sem esquecer que nem todas as sociedades percebem e vivem o património da mesma forma.

Finalmente, vejamos, do ponto de vista do património, as grandes categorias que podemos identificar. O primeiro tipo de património que foi percebido e tido em conta é o material, construído ou não. Os edifícios eram as estruturas que, imediatamente, testemunhavam de forma mais evidente e perante todos a herança de uma história, pelo que, desde muito cedo, começaram-se a criar medidas e, depois, ao longo dos séculos XIX e XX, políticas estruturadas para proteger e conservar essas estruturas. É verdade que, aos bens móveis, de forma surpreendente, este processo foi mais demorado, pois, durante muito tempo, esses objetos (pinturas, móveis, etc.) eram percebidos como objetos de arte que passavam ao lado das considerações patrimoniais.

O segundo tipo, por ordem cronológica do seu aparecimento, é o natural e do qual a Convenção de 1972 foi um momento relevante. Muitas vezes, tentamos encontrar uma genealogia do conceito na história muito antiga, como o famoso pinhal de Leiria, ou na fundação do Parque de Yellowstone no século XIX. Como se verá, a questão é mais complexa, pois a plantação do pinhal de Leiria não tinha na base qualquer ideia patrimonial, nem o parque americano foi concebido numa lógica patrimonial, já que trazia com ele a ideia de reserva de caça.

Finalmente, o terceiro, consagrado pela Convenção UNESCO de 2003, é o património imaterial, cuja história podemos fazer recuar ao século XX e que, ainda hoje, causa alguma incompreensão.

Antes de terminar este texto, importa não fugir a assuntos que ocupam jornais e revistas um pouco por todo o lado. Porque há esta discussão sobre a destruição, ou não, de monumentos e símbolos patrimoniais de outros tempos e regimes? Devem, ou não os países que eram colonizadores devolver as peças aos países que, entretanto, foram descolonizados?

Era fácil haver uma resposta de “sim” ou “não”, mas, mais uma vez, a questão é mais complexa. Os romanos tinham uma prática conhecida: quando um imperador era deposto ou falecia, muitas vezes, decidia-se picar as estátuas que o personificavam, para o apagar da memória, visto não ser

digno de figurar no panteão dos homens exemplares que Roma queria como exemplo. Estas razões eram políticas, claro, mas, outros motivos levaram à destruição que nos causou grande choque, até porque ocorreram no século XXI e por razão políticas, é certo, mas também religiosas: a destruição, em 2001, dos Budas de Bamlyan, por parte dos talibãs do Afeganistão. No caso de países como os Camarões, a discussão tem outros contornos, pois a destruição dos imóveis de origem francesa ou alemã, baseiam-se na ideia de que essa arquitetura é desadequada para o clima local e, segundo grupo de argumentos, não tem sentido gastar recursos com a preservação de estruturas que não têm assim tanto significado para os cidadãos nacionais e, terceiro tipo de argumentos, esse passado não deve ser incorporado na identidade nacional.

Claro que a resposta não é fácil de organizar, mas alguns pontos podem ser enunciados: primeiro, todas as tentativas de apagar da memória das sociedades, eventos, momentos, épocas, etc. têm sido malsucedidas; pior, acaba por se misturar com a eterna necessidade de limitar a liberdade e forma de pensar do “outro”. Por vezes, é a consciência do que os meus (nossos) antepassados fizeram e do qual não queremos ser herdeiros; mas essas heranças chegam sempre em conjunto, todas! Só o tempo vai atenuando essas diferenças identitárias e criando uma outra; curiosamente, depois, aceita-se em não destruir o resultado material dessa memória. Segundo parece, durante a Revolução Francesa, as tentativas de promover a destruição da arte pública de Paris em metal chocou com a clarividência dos homens do Comité de Salvação Pública que diziam que, mesmo que não gostassem das obras de arte no espaço público que lhes lembravam o Antigo Regime, era bom olhar para elas para não esquecerem.

Uma outra questão é a devolução das coleções, pois é um caso um pouco diferente, visto que a legitimidade de devolver as peças – que é um facto – choca com a necessidade de saber a quem as devolver. Com efeito, muitas vezes, as peças foram retiradas a grupos tribais que hoje estão espalhados por vários países; em outros casos os países e as próprias tribos não são os mesmos que foram espoliados; há ainda situações em que há países que

não estão realmente interessados em receber as peças, até por razões políticas internas e a variedade de situações poderiam continuar.

Um ponto parece seguro: este tema mereceria ser estudado em todos os países que têm coleções nesta situação; em França, por exemplo, já foi produzido um relatório sobre este tema da autoria de dois historiadores nomeados pelo Presidente Macron: Felwine Sarr e Bénédicte Savoy. Uma conclusão é certa: a devolução exige um trabalho diplomático duradouro que requer organização.

Em textos específicos cada um destes “patrimónios” será tratado. Finalmente, importa lembrar que, no terreno da análise, da investigação, das publicações e até na forma de olhar problemas específicos, há uma especialização mais detalhada do património. Os curiosos, os turistas, os especialistas e investigadores, tendem a escolher territórios próprios (“partes”) do património para desenvolver o seu trabalho. Daí decorre uma série de patrimónios, que é o resultado da nossa sociedade se mostrar cada vez mais interessada em conhecer e perceber a sua identidade e as suas raízes.

Nota Bibliográfica

São inúmeras as obras que tratam do conceito de património cultural; por todas, veja-se o artigo do ICOMOS:

Jokilehto, J. (2005). Definition of cultural heritage. In *References to documents in History*. ICCROM Working Group 'Heritage and Society'.

Ainda:

Choay, F. (2001). *A alegoria do património* (6ª ed.). São Paulo: Estação Liberdade.

Código Civil Português. (2011). *Decreto-Lei n.º 47344 - Diário do Governo n.º 274/1966, Série I de 1966-11-25 (dre.pt)*.









Sarr, F., & Savoy, B. (2018). *The Restitution of African Cultural Heritage. Toward a New Relational Ethics. Report nº 2018-26*. Paris. Obtido de http://restitutionreport2018.com/sarr_savoy_en.pdf (consultado em 17 de abril de 2021)

1.1.2. Um conceito que se modifica com o tempo

Para compreender que o património cultural é uma construção social e que, portanto, está sujeito à mudança – e muda – imaginou-se a história de um camponês da Sicília (Itália) que, ao longo dos séculos, tenta explicar a sua identidade. Como é normal, enquanto a Igreja teve um papel primordial na organização das construções sociais de cada sociedade, pelo menos até ao século XIX, a identidade de cada um estava estruturada, no essencial, em torno da religião; a escola da ilha da Sicília explica-se pela variedade demográfica e permanentes mudanças políticas e religiosas a que a ilha esteve sujeita. Antes, predominavam outras referências, tanto as que vinham do mundo romano, como aquelas que mantinham viva a memória da expansão e influência grega. Nos finais do milénio a presença dos normandos e dos muçulmanos era outra das alternativas identitárias.

Esta riqueza de uma história conturbada ajuda a perceber as transformações da identidade cultural. No Quadro 1, apresento-vos Filippo Immortale, um camponês dos arredores de Agrigento, na Sicília. Está lá desde sempre e ainda hoje pode ser visto. Regularmente, o chefe da aldeia pergunta-lhe quem ele é e Filippo deve responder convenientemente. Estas são um resumo de muitas das suas respostas, numa região com uma história sempre em sobressaltos (Quadro 1).

Quadro 1 - A história de um camponês da Sicília, Itália (Desenho de Leonor Themudo Barata)

Data	Filippo	Resposta à pergunta: Quem sou?
583 a.C.		Sou um habitante de <i>Akragas</i> (como os gregos chamavam a Agrigento). Um homem de Gela originário de Creta. Todos os dias rezo a Deméter (deusa grega da agricultura) pelas minhas colheitas. Tentamos aqui refazer a amada Grécia mas não é fácil.
140 a.C.		Sou um cidadão romano de <i>Agrigentum</i> . Os meus queridos deuses preferidos? Claro que é Ceres. Ela protege-me e à Sicília, protege a minha comunidade e a mim. Vou sempre aos comícios para, na minha classe, dar a minha opinião e o meu voto.
600		Desde que Belisário conquistou a Sicília obedeco e adoro o Imperador que está em Bizâncio e claro que rezo a Jesus, em quem acredito, para proteger os meus campos.
1000		Alá é o meu deus e Maomé o seu profeta e o meu senhor é o grande Emir Samsam. Vou todas as semanas à mesquita rezar e faço-o também cinco vezes ao dia. Já perceberam? Sou muçulmano e a minha cidade agora chama-se <i>Jirjent</i> .
1129		Tive de mudar um pouco. Voltei a ser cristão e dependo do grande guerreiro e senhor Normando que se apoderou da ilha. Voltei a ser habitante da comarca de Agrigento e a ir à Igreja de Santa Maria (dos Gregos); ela lembra-me os meus antepassados.
1440		Agora sirvo o Rei de Aragão e continuo cristão e a rezar a Jesus e à Virgem pelas minhas colheitas. Acho que posso dizer que sou da Sicília e um camponês livre de Agrigento. Trabalho ainda a terra, mas, eu e a família passamos fome com os impostos que temos de pagar.
1502		Isto está confuso! Parece que me tornei espanhol e pertenço a um reino chamado Das Duas Sicílias, pois juntaram o Reino da Sicília e o de Nápoles. Eu, todavia, continuo a considerar-me fiel ao Papa e um siciliano de Agrigento.
1863		Uauuu! Sou italiano!! Um cidadão e ainda cristão. Mas as minhas competências e conhecimentos continuam as de sempre: sou um camponês muito competente, que sabe trabalhar o campo e tirar dele o seu sustento.

1.1.3. A paisagem cultural e o património

Este texto pretende organizar um olhar sobre as paisagens para compreender a pluralidade possível das perspetivas e dos próprios olhares. Ao pedir a qualquer observador para descrever a paisagem que vê, o mais certo é que haja uma surpreendente diferença nessa descrição. Afinal, como se verá, ela depende de muitos fatores: a posição do observador, os seus interesses pessoais e profissionais ou, simplesmente, a sua perspetiva estética. Em todo este contexto, é muito importante controlar conceitos e o vocabulário específico; todavia, não será aqui o lugar de o fazer.

Note-se que a descrição de um observador, pode não significar que ele compreenda o que se passa nessa paisagem. Agora, o objetivo é dar um primeiro passo para aprender a “ler” e compreender uma paisagem.

O que é uma paisagem?

De uma forma geral, podemos dizer que uma paisagem é uma extensão de território que entra no campo visual de um observador que se encontra num determinado ponto. De um modo mais formal e segundo a definição dada pela generalidade dos dicionários e enciclopédias, paisagem é a “parte do território que se apresenta a um observador”. Esta definição é importante porque nos ajuda a compreender que a paisagem é uma composição, na medida em que ela é percebida em função do observador, do lugar de observação e até dos instrumentos culturais de apreciação. Esta variabilidade é interessante, já que percebemos imediatamente que esta variedade incorpora diferentes estruturas: umas naturais, claro, e outras construídas pelo Homem, que incluem casas, fábricas, caminhos de ferro, estradas e um grande etc.

É também esta situação que nos permite organizar uma primeira grande divisão das paisagens terrestres: as que poderíamos designar por naturais, ou seja, que mal conhecem a intervenção humana – já vão sendo raras – das outras, as antrópicas, criadas pelo homem, e que são o resultado da atividade humana. Pessoalmente, como historiador e alguém que se

importa com o património, são estas que me interessam, mas reconheço que dependendo dos critérios, objetivos, metodologias de trabalho, somos muitos a olhar para estas paisagens humanizadas. E todos teremos formas de olhar variadas.

E que relação tem tudo isto que ver com o património?

Para nos aproximarmos desta nova realidade, há um conceito que vale a pena enunciar e que está inscrito no Guia das Linhas Orientadoras de 2005 para a implementação da Convenção do Património, natural e construído, de 1972. Nesse documento define-se a paisagem como o “resultado combinado da natureza com o homem”. Eis por onde entram os valores patrimoniais, já que muitas paisagens, dir-se-ia a maior parte, existem fruto de um trabalho de gerações ao longo de séculos, que foram definindo práticas sociais e culturais que se tornaram inseparáveis da própria paisagem. Quando uma paisagem consegue manter todos esses elementos de forma permanente, incluindo os valores simbólicos e as ligações sociais ativas, podemos dizer que essa paisagem é uma “paisagem patrimonial” ou cultural.

Eis onde tem lugar o meu olhar de historiador e de quem se interesse pelo património, já que a compreensão dessa dinâmica – da sua história – se tornou um objeto de estudo com interesse para diferentes domínios científicos; muitas vezes usando escalas de análise temporal diferentes, outras com o olhar do historiador; o resultado é, quase sempre, o de tentar perceber as linhas de evolução das paisagens que observamos e até das que desapareceram. Daqui decorre uma espécie de listas de perguntas intermináveis: como se formou esta paisagem? E qual foi o seu ponto de partida? O que contribuiu para a sua transformação? Podia continuar com mais perguntas, mas todos compreendem que as questões se levantam também em função dos interesses científicos do observador. Um bom exemplo, foi o facto de terem sido vários professores do Instituto Superior de Agronomia a levantar e publicar documentos da Torre do Tombo que, depois, os historiadores ainda hoje utilizam.

Devo aqui fazer um pequeno parêntese para lembrar que a par das paisagens, as organizações internacionais, como a UNESCO, ao lado da proteção e valorização dos sistemas naturais, autonomizam como valores patrimoniais particulares de carácter paisagístico realidades especiais como os chamados “monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas”, as “formações geológicas e fisiográficas”, os “habitats animais e vegetais”, os “sítios naturais” e as “zonas naturais”.

E podemos estabelecer uma tipologia de paisagens ou organizar um sistema de classificação?

Mais uma vez, tudo depende dos objetivos do observador, perceber a história da ocupação de um território, é diferente de perceber o uso dos solos, a estrutura geológica de uma área ou identificar o coberto vegetal do mesmo local. No que respeita à vertente patrimonial, a UNESCO, tendo outras competências, definiu objetivos e propostas de classificação, talvez mais complexos, pois pretendeu reunir uma metodologia em que juntava objetivos naturais, com culturais e patrimoniais e mesmo propostas políticas. É justo dizer que esta classificação tem ganho uma prevalência e importância generalizada e que os especialistas a aceitam pelo seu valor operacional.

Assim, a UNESCO, escolheu um sistema que é, ao mesmo tempo, uma proposta de classificação e um desafio político. Com efeito, a UNESCO propõe nas suas *Orientações*, publicadas em 2008 (anexo 3), uma divisão de paisagens em 3 categorias: as chamadas “paisagens claramente definidas, concebidas e criadas intencionalmente pelo homem”, as “paisagens essencialmente evolutivas”, subdividida em duas categorias: “paisagens fósseis” e “paisagens vivas” e, por fim, como terceira categoria as “paisagens culturais associativas”.

Como a definição de cada uma das categorias é muito ampla, daqui resulta, de facto, um desafio para os estados: cada país terá uma paisagem cultural – patrimonial – com importância suficiente para que se possa comprometer em conservá-la, protegê-la e valorizá-la e, assim, propô-la para integrar a

lista do património mundial. Além disso, é justo dizer que, para lá dos objetivos turísticos que, muitas vezes, levam os estados a apresentar uma dessas candidaturas, pode dizer-se que, ao mesmo tempo, vai emergindo uma consciência global da importância de proteger os sistemas naturais à qual a atitude da UNESCO não é estranha.

Mas, nas paisagens e para melhor as compreender, há um outro elemento que importa sublinhar. De facto, se a paisagem é o resultado da interação do Homem com a Natureza, as práticas sociais e culturais são específicas a cada sociedade e fazem também parte dessa mesma paisagem. Neste caso, já estamos sobre um outro assunto: a interpretação da paisagem e a compreensão, incluindo as diferentes estruturas: humanas, hidráulicas, naturais, tecnológicas e outras. Este tema da interpretação vem ganhando cada vez maior relevo, pois é a partir desses critérios e conclusões interpretativas que se definem políticas de conservação e ação.

Então há uma variedade quase infinita de paisagens?

Claro que sim. De facto, a classificação da UNESCO é o resultado de um trabalho científico conjugado com o de análise política. Mas como todas as composições e em função do campo de cada área científica, podemos organizar outras classificações e estabelecer tipologias diferentes: os biólogos não usam o mesmo sistema de classificação dos geólogos, que também não são os mesmos dos arquitetos paisagistas. No meu caso, é indispensável utilizar as categorias mais comuns de paisagem cultural, já que muitas estão ameaçadas pela ação humana, pelo simples abandono, mudanças climáticas, movimentos migratórios que mudam os perfis demográficos das cidades e do mundo rural.

Desta enorme multiplicidade de fatores decorre uma variedade de tipos de paisagens. Ainda por cima, o próprio conceito de paisagem, quando se afasta do mais primitivo conceito e se utiliza a paisagem para simplesmente designar um conjunto de estruturas no território, quaisquer que sejam, nunca mais terminam as possibilidades de olhares. Por isso se fala de paisagens industriais, técnicas, urbanas e outras. Será que esse

alargamento é excessivo? Talvez, mas é uma estratégia importante de abordar, estudar e preservar as paisagens, sejam elas quais forem.

Outro olhar sobre o lado patrimonial da paisagem cultural

Para além desta perspetiva mais institucional da paisagem, é importante restituir uma nota sobre as paisagens culturais.

De facto, a paisagem cultural é uma estrutura complexa, sempre olhando o seu lado patrimonial. Curiosamente, hoje em dia, mais do que a imagem da paisagem cultural é a ideia de paisagem que todos temos, perdendo a complexidade que a incorpora. Uma paisagem cultural é uma estrutura que só se percebe olhando as múltiplas dimensões.

A primeira é que qualquer paisagem incorpora uma identidade histórica, pois é o resultado dos desafios que cada sociedade defronta e vai respondendo nem sempre da mesma forma, pois depende de outros fatores. Depois, claro que cada paisagem tem, no seu seio, valores naturais que são o resultado de opções. Conforme a forma como responde às suas necessidades, as comunidades articulam-se com o seu território, eliminando espécies, ou mantendo-as, reforçando a importância desses valores.

Mas uma paisagem cultural é também o resultado de valores culturais que estão sempre presentes e que se poderia caracterizar pela capacidade de organizar a conectividade do território. Como as sociedades não são fenómenos isolados, um destes elementos é a estrutura da rede viária (terrestre e marítima) que permite a ligação das comunidades umas com as outras. A segunda, são as estruturas hidráulicas existentes, pois, historicamente, a água é o elemento estruturante mais importante para a existência da vida humana. Neste caso, o nível tecnológico de cada sociedade tem um lugar privilegiado no tipo de estruturas existentes. Finalmente, nas paisagens culturais, o que se chamam as “marcas de paisagem” são elementos que estruturaram ou ajudaram a organizar a própria paisagem. Claro que a técnica disponível de cada sociedade e o nível

de conhecimentos de cada comunidade foram centrais na formação da realidade paisagística que poderemos hoje ainda descortinar no território.

Mas, não menos relevante, a paisagem cultural é também o resultado de práticas sociais – o património imaterial – que ajuda a compreender uma parte da cultura local e do resultado visível das relações entre cada comunidade e o ecossistema em que se integra.

Nota Bibliográfica

O conceito de Paisagem cultural e a sua classificação pode ser conferido em:

Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention. (2005). Paris: UNESCO.

Quem quiser aprofundar este tema das paisagens culturais, pode consultar:

Mitchell, N., Rössler, M., & Tricaud, P.-M. (2009). *World Heritage Cultural Landscapes. A Handbook for Conservation and Management.* Paris: UNESCO .

Vermeulen, F., & Barata, F. T. (2010). Hidden landscapes and ancient landmarks: some theoretical and methodological issues of studying early historical landscapes in SW – Iberia. In A. Orejas, D. Manttingly, & M. Clavêl-Lévêque (Eds.), *From Present to Past through Landscape* (pp. 69-84). Madrid: CSIC Press.

Em Portugal, veja-se:

Carvalho, R., & Marques, T. (2019). A evolução do conceito de paisagem cultural. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*(nº 16, março), pp. 81-98. doi:dx.doi.org/10.17127/got/2019.16.004

Um caderno de imagens

Para se poder visualizar os diferentes tipos de paisagens que aqui se abordaram, segue-se um caderno de imagens sobre as paisagens culturais.

As primeiras imagens traduzem a distância que vai entre uma ideia genérica de paisagem (a porção de território visível) ao conceito de paisagem cultural, à medida que o observador se vai aproximando do terreno, percebendo e reconhecendo as diversas estruturas. O exemplo do Paul de Lagos é o exemplo desse reconhecimento de uma paisagem cultural.

A segunda e terceira parte deste caderno de imagens pretende acompanhar a classificação proposta pela UNESCO. Primeiro, o que se pode considerar as paisagens naturais especiais, por remeterem para fenómenos naturais raros e particulares e, depois, as tipologias de classificação mais conhecida da UNESCO.

O ponto seguinte deste caderno remete-nos para a questão da interpretação das paisagens culturais. O objetivo é o demonstrar que essas paisagens, apesar de, aparentemente, terem a mesma configuração, as razões da sua existência e até a sua estrutura interna são diferentes. Neste caso, saber interpretar o que se vê tem um valor inestimável.

As duas imagens do último ponto do caderno, limitam-se a ilustrar a infinita variedade de paisagens que hoje podem ser consideradas, dependendo dos interesses e formação do observador.

Na Figura 1, numa paisagem da ilha de Santiago, Cabo Verde, percebemos um território, embora não seja possível discernir detalhes e estruturas.



Figura 1 – Uma paisagem na ilha de Santiago, Cabo Verde (Autor: Filipe Themudo Barata, 2015).

Na Figura 2, é apresentada uma fotografia do Paul de Lagos. Nesta fotografia, à medida que o campo de visão do observador se aproxima, este começa a perceber os detalhes e as estruturas específicas e, especialmente os elementos estruturantes dessa paisagem cultural. É nessa aproximação que se apreende a variedade das paisagens culturais.



Figura 2 – Paul de Lagos, Sul de Portugal (Autor: Filipe Themudo Barata, 2000).

Na Figura 3, uma fotografia do Líbano, percebe-se esta paisagem construída em que os materiais de construção são retirados da própria rocha e a fortificação se confunde na paisagem.



Figura 3 – Fotografia de uma paisagem do Líbano (Autor: Filipe Themudo Barata, 2008).

Na Figuras 4, apresentam-se duas fotografias, ainda do Líbano, em que o elemento natural realça a sua importância. Na fotografia da direita percebem-se os cedros, a árvore de referência do país.



Figura 4 – Fotografias de duas paisagens do Líbano (Autor: Filipe Themudo Barata, 2008).

Na Figura 5, o forno de cal é um bom exemplo para demonstrar como os valores imateriais são também um elemento das paisagens culturais.



Figura 5 – Forno de cal, localizado na Tapada do Forno, em Porto Espada, Marvão, Portugal (Autor: Filipe Themudo Barata, 2001).

Na Figura 6, há medida que vemos as estruturas somos capazes de as identificar e compreender a paisagem (ao meio, em cima): o chamado poço do Paraíso (em cima à direita); o poço das salinas (no meio, em baixo); a vala real (em baixo à direita); uma espécie endémica do paul (à esquerda).



Figura 6 – Fotografias do Paul de Lagos, Sul de Portugal (Autor: Filipe Themudo Barata, 2000).

Os tipos especiais de paisagens naturais, segundo a UNESCO, são os seguintes:

- 1 – «monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas»
- 2 – «formações geológicas e fisiográficas»
- 3 – «habitats de animais e plantas»
- 4 – «sítios naturais ou áreas naturais».

Na Figura 7, apresentam-se duas paisagens que se incluem no tipo da paisagem física, biológica e geológica. À esquerda, a localidade de Geysir (Islândia) e à direita, o famoso Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta (Austrália), o elemento mais reconhecido.



Figura 7— Fotografias da localidade de Geysir na Islândia (à esquerda) e do Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta na Austrália (à direita); (Autor: Filipe Themudo Barata, 2008/Austrália: © Emmanuel Pivard - UNESCO, 1997).

Um bom exemplo do segundo tipo de paisagens naturais de carácter especial apresenta-se na Figura 8.



Figura 8 - O estuário do rio Tejo e a cartografia dos habitats animais e vegetais (© ICNF).

Na Figura 9, duas fotografias de sítios e zonas naturais. À esquerda Parque Natural Vatnajökull (Islândia), uma paisagem geológica e um sítio natural, em que o gelo e o fogo estão em constante interação, e à direita, Thingvellir

(Islândia), uma zona natural de separação de placas tectônicas, mas também o local de referência da independência do país.



Figura 9 – Fotografias de sítios e zonas naturais da Islândia: Parque Natural Vatnajökull, à esquerda (© Thorvardur Amason – UNESCO, 2019); Thingvellir, à direita (Autor: Filipe Themudo Barata, 2008).

Os Jardins iranianos são um exemplo de uma **Paisagem Claramente Definida**, segundo a Categoria UNESCO (Figura 10).



Figura 10 – Os jardins iranianos. Categoria UNESCO de Paisagem Claramente Definida (© Aneta Ribarska – UNESCO, 2011).

Para a Categoria UNESCO de **Paisagem Essencialmente Evolutiva** apresentam-se na Figura 11, fotografias de duas paisagens: paisagem fóssil, na Austrália, e paisagem viva, da Indonésia.



Figura 11 – Categoria UNESCO de Paisagem Essencialmente Evolutiva. À esquerda a Fóssil (Laque Condah – Budj Blim – Austrália; © Tyson Lovett-Murray / Grunditj Mining - UNESCO, 2011). À direita a Viva (Bali – Indonésia; Autor: Filipe Themudo Barata, 2003).

Na Figura 12, apresenta-se uma fotografia do Parque Nacional Tongairo (Nova Zelândia), com um valor especial para o povo Maori, a qual associa vários elementos; um exemplo da Categoria UNESCO **Paisagem Cultural Associativa**.



Figura 12 - Categoria UNESCO Paisagem Cultural Associativa. Parque Nacional Tongairo, Nova Zelândia (© S. A. Tabbasum - UNESCO, 2002).

A QUESTÃO CENTRAL DA INTERPRETAÇÃO

Como se disse a capacidade e competência da interpretação da paisagem é essencial para a compreender. Mesmo que pareçam as mesmas, a interpretação permite-nos perceber a história diferente que cada uma delas conta.



Figura 13 - A conhecida paisagem de socalcos do Douro, do Norte de Portugal (© Fiona Starr, s.d.).



Figura 14 – Em cima à esquerda, os terraços de Honghe Hani (China, © Zhang Hongkang - UNESCO, 2013) e, à direita, os de um lugar no Líbano (Autor: Filipe Themudo Barata, 2008). Em baixo (esquerda e direita), os socalcos do Soajo, em Portugal (Autor: Filipe Themudo Barata, 2019).

A INFINITA VARIEDADE DE PAISAGENS



Figura 15 – Rio de Janeiro, uma paisagem urbana (© Ruy Salaverry - UNESCO. 2012).



Figura 16 - Uma paisagem industrial do Campo Mineiro Sewell, no Chile (Autor: Francesco Bandarin – UNESCO, 2005).

1.1.4. *Acerca do valor patrimonial. Tem sentido juntar valor e património cultural?*

Porque é importante determinar um Valor Patrimonial

A importância da determinação do Valor Patrimonial de uma estrutura e de um património propriamente dito de interesse histórico, cultural ou social, ou mesmo de um simples bem, é um elemento que merece ser apreciado. Do ponto de vista abstrato pode parecer não ter sentido, mas, do ponto de vista prático, esta questão aparece-nos quase todos os dias. Quando uma autoridade tem um orçamento, sempre finito, para obras de conservação, como deve optar? Pelo tipo de património que “acha” mais importante? Claro que todos concordam que não pode ser assim. Outro exemplo menos dramático; Quando, por exemplo, se pretende organizar um circuito turístico, como podemos organizar as escolhas e opções de visita?

De facto, hierarquizar o valor do património significa poder decidir sobre a aplicação de recursos financeiros, humanos, ou outros, na sua proteção e conservação.

Entretanto, a experiência tem mostrado que tanto nos próprios processos de classificação, como na perceção da importância das estruturas e sítios, os critérios de apreciação e intervenção são, em regra, marcados por critérios pouco objetivos, normalmente, impossíveis de quantificar. É por isso que se têm desenvolvido alguns esforços no sentido de ultrapassar esta situação, tanto no âmbito de trabalhos universitários como em estudos aplicados de impacto ambiental. Nos dias de hoje, na Europa, esta hierarquização de valor não é um caso raro.

No caso presente, apresenta-se um método de determinação do Valor Patrimonial (VP) do património histórico construído, baseado numa metodologia que foi pela primeira vez aplicada no estudo de impacto ambiental do empreendimento de Alqueva (EGF – DRENA) (Mascarenhas *et al.*, 1989), havendo sido objeto de posteriores desenvolvimentos (Mascarenhas, 1995; Capelo *et al.*, 2011, b e c). Ela foi também aplicada ao

domínio das paisagens culturais (Capelo *et al.*, 2011, a, b e c) e, mais recentemente, ao domínio do património intangível (Mascarenhas *et al.*, 2017) e ao do valor patrimonial da vegetação natural (Batista *et al.*, 2021).

Este método parte da consideração que, cada estrutura é caracterizada através de um conjunto de descritores, cada um dos quais é estimado através duma escala de classes de apreciação qualitativa. Chamamos a estas as Classes de Apreciação. Estas classes podem variar de descritor para descritor, entre um número muito limitado de hipóteses. É esta limitação que permite controlar e começar a circunscrever o impacto da apreciação subjetiva. Classe de Apreciação de uma estrutura construída quer dizer, por exemplo, se ela se encontra em Bom, Médio ou Mau estado de conservação.

Todavia, a prática demonstrou que a importância relativa destes descritores não é a mesma, pelo que houve a necessidade de lhes atribuir coeficientes de ponderação específicos. Afinal, na escola é o que todos fazemos desde o ensino secundário ao universitário. Umás vezes damos mais importância a escrever um bom texto, no desenho à qualidade do traço e assim sucessivamente. Esta importância, maior ou menor, é o que chamamos Coeficiente de Ponderação; o qual é representado num número. Ao longo de muitos trabalhos de terreno foram-se afinando e calibrando estes níveis de ponderação que agora se apresentam.

Isto significa que, como se pretende reduzir a intervenção subjetiva no processo, tanto as Classes de Apreciação (CA) como os Coeficientes de Ponderação (CP), no final, estão representados por um número, segundo um processo que, à frente, se apresenta.

O Valor Patrimonial (Y) de cada estrutura resulta, pois, do somatório dos valores obtidos relativamente a cada descritor após a citada ponderação, resumidos na seguinte fórmula:

$$V. P. (Y) = \sum_{i=1}^n ai. Xi$$

n – n.º de descritores; ai - Coeficiente de ponderação para o descritor i ;

Xi - Valor relativo do descritor i ;

Os Descritores

Os descritores considerados, bem como as respetivas Classes de Apreciação e Coeficientes de Ponderação são os seguintes:

. Estado de Conservação da Estrutura (X1)

Este descritor avalia a estrutura patrimonial pelo modo como conseguiu sobreviver até aos nossos dias. Este critério tende a valorizar as estruturas que sobrevivem no tempo em melhores condições.

- Consideram-se 3 CA: Bom, Razoável e Mau.

- Coeficiente de Ponderação ($a1$) = 2.

. Potencial Científico (X2)

Refere-se ao número de culturas ou práticas distintas cujos materiais se detetaram na estrutura, ou indícios materiais, que permitam avaliar da importância da estrutura na alteração de posições históricas presentemente aceites, ou de organizar, com sustentação, novas propostas.

- Consideraram-se 4 CA: Alto, Médio - Alto, Médio - Baixo, Baixo.

- Coeficiente de Ponderação = 3.

. Carácter Típico (X3)

Refere-se à importância da estrutura como representante dum tipo arquitetónico ou cultural.

- Consideraram-se 3 CA: Alta, Média, Baixa.

- Coeficiente de Ponderação = 1.

. Grau de Raridade (X4)

Refere-se à raridade dos elementos decorativos, materiais ou estruturais, tendo em conta a escala regional, nacional e internacional em que se faz a avaliação.

- Consideraram-se 4 CA: Alta, Média - Alta, Média - Baixa, Baixa.

- Coeficiente de Ponderação = 2.

. Valor Estético (X5)

Refere-se aos elementos arquiteturais ou seus indícios. Há fórmulas quantitativas já elaboradas por outros autores para este descritor.

- Consideraram-se 3 CA: Alto, Médio, Baixo.

- Coeficiente de ponderação = 2.

. Dimensão/Monumentalidade (X6)

Este descritor mede a importância da estrutura em função da área ocupada e/ou monumentalidade da estrutura ou seus indícios. Parte-se do pressuposto de que será sempre mais difícil a preservação de estruturas com uma maior dimensão.

- Consideraram-se 3 CA: Grande, Média, Pequena.

- Coeficiente de ponderação = 2.

. Inserção na Paisagem (X7)

Refere-se à qualidade da inserção da estrutura na paisagem envolvente, seja rural, seja urbana. O pressuposto é de que a percepção, visibilidade e “leitura” de cada estrutura varia em função da qualidade do local em que está inserida e de ter sido, ou não, capaz de manter o essencial da sua inserção.

- Consideraram-se 2 CA: Com e Sem interesse.

- Coeficiente de ponderação = 1.

. Significado Histórico-Cultural (X8)

Este descritor remete para a importância da estrutura na sua relação com eventos históricos importantes e/ou na herança cultural da região, ou de um país.

- Consideraram-se 2 CA: Com e Sem significado.

- Coeficiente de ponderação = 1.

. Originalidade/Singularidade (X9)

Refere-se aos aspetos originais e particulares dos elementos arquiteturais ou elementos da cultura móvel. A especificidade pode, por vezes, tender a confundir-se com a raridade.

- Consideraram-se 2 CA: Grande, Pequena.

- Coeficiente de ponderação = 1.

. Interesse Público (X10)

O interesse público de cada descritor tem na base critérios mensuráveis ou qualitativamente identificáveis: número de visitantes da estrutura; esforços feitos para explorar a estrutura do ponto de vista histórico-cultural; encontrar-se, ou não, classificado. É certo que muitas estruturas são

procuradas pelo público, independentemente das lógicas de proteção e trabalhos de valorização existentes.

- Consideraram-se 3 CA: Elevado, Médio, Baixo.

- Coeficiente de ponderação = 1.

. Integração em Conjuntos Coerentes e/ou Funcionais (X11)

Refere-se à existência de relações da estrutura com outras, complementares no quadro de conjuntos funcionais e que se relacionam, quase sempre, com políticas públicas de acessos, integração, investimento e conhecimento.

- Consideram-se 2 CA: Sim e Não.

- Coeficiente de ponderação = 3

É claro que se poderia discutir a integração de outros descritores. A Antiguidade da estrutura, por exemplo, foi, durante algum tempo, um dos descritores discutidos nesta avaliação. Todavia, o confronto com a realidade tem demonstrado que este elemento não é, afinal, um parâmetro tão importante quanto poderia parecer, em especial face ao alargamento da própria noção de património.

Do mesmo modo, em alguns descritores é evidente a perspetiva comparativa que presumem. O Grau de Raridade, por exemplo, pode variar consoante a avaliação que se efetua e se os termos de comparação são regionais, nacionais ou internacionais.

Em busca de uma escala

Na avaliação do Valor Patrimonial (VP) de cada estrutura utilizou-se a mesma escala de valor para todos os descritores. A primeira preocupação era impedir que estivéssemos em presença de números demasiado grandes. Depois era importante que a lógica da escala fosse percebida por uma simples observação.

Como os valores dos Coeficientes de Ponderação são previamente atribuídos, faltava encontrar um modo de definir a escala das Classes de Apreciação. Como se pode observar pelos descritores as CA só podem ter 2, 3 e 4 níveis.

Assim utilizou-se uma escala de conveniência arbitrária de 0 a 8 e cada CA reporta-se sempre à mediana dos intervalos considerados. Ou seja, tendo em conta a fórmula de determinação do VP acima indicada, os valores considerados para X_i dependem do número de Classes de Apreciação, de acordo com a escala que se mostra no quadro seguinte. Nela, os valores considerados são os valores centrais das classes, na escala de 0 a 8.

Quadro 2 – Dependência dos valores de X_i consoante o número de Classes de Apreciação

Escala	Classes de Apreciação (CA)		
	4 CA	3 CA	2 CA
8			
7	7	6,7	
6			6
5	5		
4		4	
3	3		
2			2
1	1	1,3	
0			

Claro que o resultado não é expresso numa escala particular. Tendo em vista uma melhor perceção do VP, depois de realizados os somatórios tendo em conta os valores de X_i , estabelecendo-se assim um valor mínimo e outro máximo, converteram-se os valores de Y em valores numa escala de 0 – 100, sempre mais compreensível para todos. Os valores de Y, que oscilam entre um mínimo possível 27,4 e um máximo de 124,6, são convertidos através da fórmula:

$$Y1 = 0,96 (Y - \text{Valor mínimo obtido})$$

Um aspeto fulcral para um aperfeiçoamento da metodologia geral, respeita não só a seleção de novos critérios de avaliação, com melhor aptidão para os fins pretendidos, mas também, principalmente, a busca de métodos mais evoluídos para a seleção dos coeficientes de ponderação. Este assunto foi abordado em dois dos trabalhos apresentados (Capelo *et al.*, 2011-b e 2011-c), mas o método apresentado deve ser encarado como um ensaio.

Notas Bibliográficas

Batista, T., Mascarenhas, J. M., Mendes, P., & Pinto-Gomes, C. (2021). Assessing Vegetation Heritage Value: the Alentejo Central (Portugal) as a case study. *Land*, 10, 307, pp. 1-17. doi:doi.org/10.3390/land10030307

Capelo, S., Barata, F. T., & Mascarenhas, J. M. (2011-a). Why are cultural landscapes of various values? Thinking about heritage landscape evaluation and monitoring tools. *Journal of Landscape Ecology*, 4(1), pp. 5-17.

Capelo, S., Barata, F. T., & Mascarenhas, J. M. (2011-b). Caring about cultural landscapes: looking for heritage evaluation and monitoring tools. In *Proceedings of the International conference "Landscapes of everyday life"* (pp. 1-19). Perpignan and Gerona (16 - 18 March): Cemagref and Ministère de l'Ecologie, de l'Energie, du Développement Durable, et de l'Aménagement du Territoire.

Capelo, S., Mascarenhas, J. M., & Barata, F. T. (2011-c). Monitoring indicators as an important tool to assess the quality of heritage landscape along the time. *The Problems of Landscape Ecology (official journal of the Polish Association of Landscape Ecology)*, 30, pp. 241-248.

Mascarenhas, J. M. (1995). ÉVORA: Archéologie et Conservation du Paysage Environnant. (M. Clavel-Lévêque, & R. Plana-Mallart, Edits.) *Cité et Territoire, Annales Littéraires de l'Université de Besançon*, 565, pp. 227-230.

Mascarenhas, J. M., Barata, F. T., & Capelo, S. (2017). Intangible heritage and cultural landscapes: improving an evaluation system. In S. Lira, R. Amoêda, & C. Pinheiro (Ed.), *Sharing Cultures, Proceedings of the 5th International Conference on Intangible Heritage* (pp. 265-273). Barcelos (6-8 Sept): Green Lines Institute for Sustainable Development.

Mascarenhas, J. M., Soares, J., & Tavares da Silva, C. (1989). Proposta de Metodologia para Avaliação do Impacto de Barragens no Domínio Histórico - Arqueológico. *Trabalhos de Arqueologia do Sul*, 1, pp. 7-16.

Exercício Prático

Um exercício de aplicação da proposta de determinação do Valor Patrimonial.

Este exercício tem em vista mostrar como funciona a matriz e como neste processo, se vai eliminando o peso das apreciações subjetivas. Em dezenas de experiências, piloto e em trabalho real já efetuado, é interessante notar que os valores finais das anotações tendiam a não se afastar.

Quadro 3 - Valores de X_i consoante o número de Classes de Apreciação e o Coeficiente de Ponderação correspondente, aplicado ao Mosteiro dos Jerónimos e ao Castelo de S. Jorge (Lisboa)

	Mosteiro dos Jerónimos					Castelo de S. Jorge (Lisboa)			
	Nº CA	Valor CA	CP	Total		Nº CA	Valor CA	CP	Total
X1	3	6,7	2	13,4		3	4	2	8
X2	4	7	3	21		4	3	3	9
X3	3	6,7	1	6,7		3	1,3	1	1,3
X4	4	5	2	10		4	1	2	2
X5	3	6,7	2	13,4		3	6,7	2	13,4
X6	3	6,7	2	13,4		3	6,7	2	13,4
X7	2	2	1	2		2	6	1	6
X8	2	6	1	6		2	6	1	6
X9	2	6	1	6		2	2	1	2
X10	3	6,7	1	6,7		3	6,7	1	6,7
X11	2	6	3	18		2	6	3	18
	Total final – 116,6					Total final – 85,8			

1.2. Enquadrar e organizar o património. A legislação nacional e internacional

1.2.1. *O património cultural na legislação portuguesa*

O património construído

Quase toda a legislação portuguesa e internacional sobre património cultural pode ser consultada em inúmeros sites (DGPC, UNESCO, UNESCO Portugal, Cátedra UNESCO da Universidade de Évora, etc.). Não é a transcrição o objetivo deste documento. Antes de mais, pretende-se organizar uma reflexão sobre o enquadramento jurídico do património cultural português que, como se verá, por vezes, parece-nos conduzir a becos difíceis de sair, o que dificulta o trabalho de todos aqueles que lidam, no terreno, com os problemas da preservação, da conservação e valorização do património cultural.

Mas, agora, é importante delimitar ainda mais o quadro destas linhas. Assim, num artigo publicado, há pouco tempo, abordámos a legislação e a prática da salvaguarda do património cultural imaterial (Barata, 2020). Também aqui ficam de fora muitas áreas relevantes do património cultural e que se reconhece serem muito importantes, nomeadamente, tudo o que se refere aos bens culturais móveis, aos museus e às suas coleções e gestão, ao património arqueológico e aos regulamentos dos trabalhos arqueológicos, às bibliotecas e arquivos e mesmo às formas de organização dos serviços públicos responsáveis pela gestão, valorização e proteção do património. O centro desta análise é perceber como o conceito de património se foi alterando ao longo dos anos e a forma como a legislação foi, ou não, acompanhando essa evolução e, por outro lado, discutir como essas leis foram definindo regras de classificação e proteção do património.

Antes da queda da monarquia, deram-se início a alguns trabalhos para, sistematicamente, identificar os elementos patrimoniais que, em Portugal, eram considerados mais relevantes. As primeiras tentativas de organizar uma lista dos monumentos arquitetónicos nacionais foram publicadas no

diário oficial mesmo antes da implantação da República, cujo trabalho depois, continuará; veja-se, a esse propósito, o Decreto de 16 de junho de 1910 e a forma curiosa como se procura organizar uma tipologia de monumentos que hoje teríamos dificuldade em aceitar. Podemos sintetizar a expectativa de então com o teor do Artigo 24º:

“... monumentos nacionais e imóveis de interesse público. Os primeiros, são os imóveis “cuja conservação e defesa, no todo ou em parte, represente interesse nacional, pelo seu valor artístico, histórico, ou arqueológico”.

Só em 1932 e 1933, com a organização de muitos serviços por parte do Estado Novo, se criaram as primeiras leis que, além da reorganização dos serviços responsáveis pelo património, então chamados Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes (Decreto-Lei n.º 22860 de 20 de julho de 1933), se preocuparam com os problemas mais gerais da forma como o estado “olhava” para o património e como deveria assegurar a sua proteção e valorização. É este o objetivo do Decreto n.º 20985 de 7 de março de 1932 que importa observar. Lido o diploma percebe-se que o património cultural nacional se organiza em móvel e imóvel. Em relação a este último, o estado, em função do “*interesse nacional*” e da “*grandeza*” que possam ter, pode propor a sua classificação em “monumento nacional” e “imóvel de interesse público” (artigo 15º).

Qualquer destas classificações devia, previamente, ter a apreciação do poderoso Conselho Superior das Belas Artes, que se deverá reger também por critérios de “*históricos, artísticos, arqueológico e numismáticos*” (artigo 2º). O processo de classificação tinha origem exclusiva nos serviços públicos e tanto podiam apresentar-se em grandes dossiers, como, algumas vezes, numa dessas famosas folhas azuis de 24 linhas, que mais parecia um requerimento.

Entre a legislação dos Anos 30 do século XX e aquela produzida pelo regime saído da Revolução de Abril de 1974, em especial com a Lei 13/85, é preciso

perceber que, entretanto, se foi organizando uma prática de trabalho e perspectiva que, ainda hoje, tem herdeiros: fechada, hierárquica e acompanhada de uma burocracia cada vez mais omnipresente.

A única exceção para este período de 50 anos foi a Lei n.º 2032 de 11 de junho de 1949, que introduziu o conceito de “Valor Concelhio” e cuja classificação se fazia à escala do concelho, embora, o conceito de património sofresse uma espécie de alargamento: ao património arqueológico, histórico e artístico, junta-se agora o “paisagístico”, o que, então, era uma ampliação interessante do conceito de património. Note-se que mesmo nos dias de hoje, é muitas vezes difícil identificar esses patrimónios aprovados nas Assembleias Municipais, seja porque desapareceram, seja porque se perderam as atas da sua aprovação; quando, nos Anos 80 do século XX se procurou essa informação para a elaboração dos Planos Diretores Municipais, foi difícil de a encontrar.

A primeira grande tentativa de substituir a legislação do tempo da ditadura, vem com a Lei 13/85 de 9 de julho. Nela tenta-se definir, logo no início, o conceito de património cultural. Diz o artigo 1º dessa Lei:

“O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo”

É muito interessante esta definição por essa altura, como também é inovador o processo de classificação, em que se definem quais as peças processuais:

- Tipo de classificação proposto;
- A data;

- A entidade classificadora, visto que o Estado, as regiões autónomas, as autarquias locais e as pessoas singulares ou coletivas podiam propor a classificação (artigo 9º n.º 1);
- Demais elementos relevantes;
- A elaboração obrigatória de um Plano de Salvaguarda, que deverá ser apresentado nos 180 dias seguintes à classificação, embora prorrogáveis.

Agora (Artigo 7º n.º 2) propõe-se outro tipo de classificação:

“Os bens imóveis podem ser classificados como monumento, conjunto e sítio, eventualmente agrupáveis em categorias, nos termos que forem regulamentados, e os móveis, unitária ou conjuntamente, como de valor cultural, podendo ainda todos os bens ser classificados como de valor local, valor regional, valor nacional ou valor internacional.”

Além desta classificação, então já predominante, os critérios de apreciação do valor patrimonial alargaram-se imenso. Agora, poderiam ser apreciados critérios arqueológicos, históricos, etnológicos, artísticos, arquitetónicos, urbanísticos e paisagísticos. Para mais, aceitavam-se que esses valores poderiam ser medidos em escalas diferentes, consoante o seu olhar fosse o interesse Nacional, Público ou Municipal.

Estas inovações foram muito importantes, mas o problema desta lei estava nos seus artigos finais. Primeiro porque o governo se comprometia a desenvolver a legislação relativa a este diploma. Diz o Artigo 61º n.º 1:

“O Governo promoverá a publicação, no prazo de 180 dias, dos decretos-leis de desenvolvimento indispensáveis”.

E, ainda por cima, fora as classificações até então aprovadas, não ficou previsto nenhum regime transitório à espera da legislação complementar; no artigo 62º, declara-se perentoriamente:

“Fica revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente diploma”.

Ou seja, caso não se promulgasse essa nova legislação complementar nos 180 dias seguintes à publicação desta lei, a situação seria estranha: o país arriscava-se a ficar sem leis para regular a classificação do património. Foi, de facto, o que aconteceu!

Finalmente, em 2001, aparece a Lei atualmente em vigor: a Lei 107/2001 de 8 de setembro. Quem quiser analisar com cuidado a legislação não pode deixar de considerar estarmos em presença de uma legislação bem estruturada e, dir-se-ia, realista, na medida em que procura enquadrar o património cultural nas suas múltiplas facetas. Seja no que respeita aos tipos de classificação, seja na clarificação dos critérios para essa classificação, seja ainda nos procedimentos necessários para a elaboração de um dossier consistente, seja também nas diferentes áreas patrimoniais, agora devidamente integradas.

Finalmente, é até muito interessante perceber como é que termina esta Lei, que parece representar uma reflexão sobre o que anteriormente se tinha passado. Numa atitude muito mais realista da de 1985, estabelece no artigo 111º que o Estado, no prazo de 1 ano, publicará a legislação complementar, nas diferentes áreas, para implementar as novas orientações. Finalmente, lembrando-se do que antes tinha acontecido, declara no artigo 113º, nas disposições finais e transitórias avulsas:

“1—Consideram-se feitas para as correspondentes disposições desta lei todas as remissões para normas da Lei nº 13/85, de 6 de Julho, contidas em leis ou regulamentos avulsos.

2 — Enquanto não for editada a legislação de desenvolvimento da presente lei, no território do continente considerar-se-ão em vigor as normas até agora aplicáveis do Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932, com as sucessivas alterações, em tudo o que não contrarie princípios ou disposições fundamentais da presente lei”.

A única grande limitação desta Lei é a forma inexplicável como tenta definir património cultural. Aliás, não define, procura antes listar o que deve ser considerado património cultural, o que é uma metodologia problemática: numa lista, corre-se o risco de faltar alguma coisa e, pior ainda, e repetirem-se, pontos; é o que acontece com a língua portuguesa. Eis o artigo 2º desta Lei em que se pretende organizar esse conceito-lista e âmbito do património cultural:

“1 — Para os efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização.

2 — A língua portuguesa, enquanto fundamento da soberania nacional, é um elemento essencial do património cultural português.

3 — O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

4 — *Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas.*

5 — *Constituem, ainda, património cultural quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o Estado Português, pelo menos para os efeitos nelas previstos.*

6 — *Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.*

7 — *O ensino, a valorização e a defesa da língua portuguesa e das suas variedades regionais no território nacional, bem como a sua difusão internacional, constituem objecto de legislação e políticas próprias.*

8 — *A cultura tradicional popular ocupa uma posição de relevo na política do Estado e das Regiões Autónomas sobre a protecção e valorização do património cultural e constitui objecto de legislação própria”.*

Importa dizer que, já antes e nos anos que se seguiram, começou a aparecer a legislação complementar e que dava alguma segurança à transição da Lei 107/2001; eis, a título de exemplo alguns casos:

- Em 1997 já tinha saído a legislação relativa ao património subaquático (Decreto-Lei 164/91 de 27 de junho).

- Ainda nesse ano de 1997, sai a Lei Orgânica sobre Arquivos Nacionais (Decreto-Lei 60/97 de 20 de março). Também neste ano é promulgado o Decreto-Lei 89/97 de 19 de abril sobre a orgânica da Biblioteca Nacional e, na mesma data, o Decreto-lei 90/97 define a Lei orgânica do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.
- No ano de 1999, foi publicado o Decreto-Lei 270/99 de 15 de julho, que regulamentava os Trabalhos Arqueológicos.
- Em 2002, é publicada a Forma de Criação e Gestão dos Parques Arqueológicos (Decreto-Lei 131/2002 de 11 de maio).
- Em 2004, sai a legislação sobre museus, no importante Decreto-Lei 47/2004 de 19 de agosto.

Enfim, o país dispunha de um quadro muito mais organizado que enquadrava o seu património cultural.

Só mais tarde será publicado um diploma essencial e que ajuda qualquer interessado a conhecer e perceber os procedimentos necessários à organização dos processos de classificação. Foi o que fez o Decreto-Lei 309/2009 de 23 de outubro e que é um documento absolutamente necessário para todos os que, no terreno, têm responsabilidades na preservação do património e para os outros que querem acompanhar os processos de classificação do património cultural português.

Note-se que o quadro legislativo que se apresentou não está completo, pois Portugal, como membro da comunidade internacional, ratificou convenções, assinou tratados e obrigou-se a respeitar recomendações e declarações internacionais, muitos deles publicados em Diário da República, que são parte integrante das leis nacionais. É por isso que, cada vez mais, “navegar” nesta complexidade legal é um assunto de especialistas.

Na página seguinte procura-se mostrar a forma como um processo se desenrolava. As duas imagens traduzem a forma muito simples e

verdadeiramente informal como tinham lugar esses procedimentos. São ambos relativos à cidade romana da Ammaia e à sua classificação. O primeiro, que quase parece uma notícia de jornal, é parte do Decreto 37450 de 1949 que classificava, como se referiu, parte do sítio de Ammaia (concelho de Marvão).

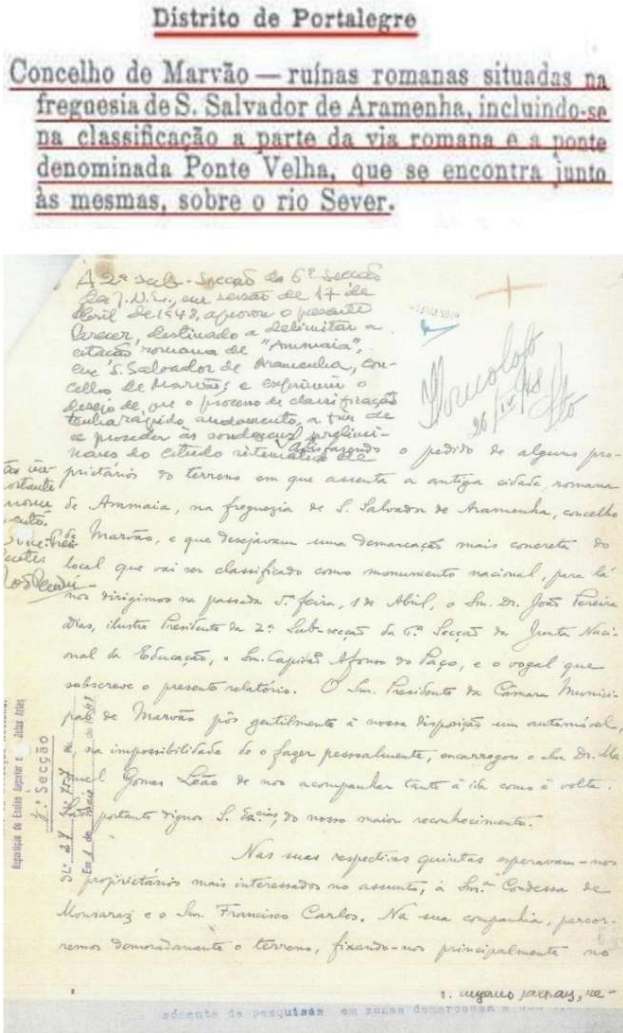


Figura 17 – Documentos do processo de classificação da cidade romana da Ammaia.

O segundo é a primeira página da descrição das mesmas ruínas da Ammaia para o processo de classificação e da autoria do Padre Jalhay (Fonte: relatório do estágio de Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural da Universidade de Évora, 2015, de Joaquim E. N. de Carvalho).

O património imaterial e a legislação nacional

Neste ponto específico, pretende-se olhar para 3 aspetos: a operacionalidade do sistema jurídico relativo ao património imaterial em Portugal, o lugar que, no processo do país, ocupam as comunidades, grupos e indivíduos e a observação da tensão que decorre entre a vontade de salvaguardar e o risco de o Estado, como sempre, acabar por aprisionar esse património num processo administrativo interminável.

É verdade que os exemplos que aqui se dão incidem preferencialmente na legislação e procedimentos portugueses, mas parece legítimo dizer que muitos países do mundo conhecem situações semelhantes. Finalmente, é preciso reconhecer que, um pouco por todo o lado, o enquadramento legal deste património ainda se encontra como que numa fase experimental, ao contrário do património imóvel e natural que já fez um longo caminho normativo, mas também prático e concetual.

Da Convenção de 2003 à produção legislativa de Portugal

É verdade que a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (PCI) de 17 de outubro de 2003 foi o ponto de chegada de um longo processo que se arrastava desde o tempo da Sociedade das Nações. Mas, com esta convenção, os estados-parte comprometiam-se com a sua implementação, depois de ter sido ratificada pelo número mínimo de parceiros.

O primeiro problema que, desde cedo, se teve perfeita noção era a da especificidade deste património imaterial. É que, ao contrário dos outros “patrimónios”, que têm sempre um proprietário que se conhece e está devidamente registado num cartório notarial ou numa conservatória, no

caso do património imaterial, a sua noção de propriedade é difusa, umas vezes, mas, quase sempre, impossível de identificar o “dono”. Tanto pertence e vive em indivíduos, como a sua ligação é plural e está ligada a um grupo, ou a uma comunidade. É por esta indefinição da propriedade que os serviços públicos se vão apoderando desse património, tornando-se, na prática, o seu “dono”.

A Convenção de 2003 dá uma importância muito especial a um conjunto de artigos que tem por objetivo identificar as obrigações de cada estado-parte em relação ao PCI e de garantir e assegurar a participação das comunidades, grupos e indivíduos, que são, afinal, os portadores desse saber-fazer ou os detentores das práticas sociais. Os artigos em causa são os que vão do artigo 11º ao 15º. Eis o que diz, a este propósito, o artigo 15º, aqui traduzido do francês, já que foi a versão aprovada pela Resolução da Assembleia da República (Resolução nº 12/2008), aprovada em 24 de janeiro, traduzida e depois publicada em Diário da República a 26 de março do mesmo ano. Diz esse artigo 15º (tradução da responsabilidade dos autores), que também pode ser conferido no site da UNESCO:

“Artigo 15º

Participação das comunidades, grupos e indivíduos

No quadro das suas atividades de salvaguarda do património cultural imaterial, cada Estado-parte deve esforçar-se para assegurar a mais vasta participação possível das comunidades, dos grupos e, quando preciso, dos indivíduos que criam, mantêm e transmitem este património e de os implicar ativamente na sua gestão.”

E foi esse esforço que ficou consagrado na legislação portuguesa? Para responder, torna-se necessário compreender a forma como a legislação nacional foi enquadrando, protegendo e valorizando o património imaterial. Deste conjunto de normas, torna-se imperioso sublinhar a

importância de duas: o Decreto-Lei nº 139, de 15 de junho de 2000, e o Decreto-Lei nº 149, de 4 de agosto de 2015.

Logo no artigo 2º do primeiro destes documentos, na alínea c) do seu nº 1, declarava-se como um dos princípios gerais a participação das comunidades no processo de salvaguarda e gestão. Todavia, logo então, para garantir a prossecução dos objetivos da Convenção ratificada por Portugal, criava-se uma “Comissão para o património cultural imaterial” (artigo 21º e seguintes), um organismo dotado de “autonomia administrativa, técnica e científica” com competências deliberativas e consultivas em tudo o que se referisse ao respeito da referida Convenção, da qual fariam parte especialistas ou outros indivíduos por inerência de funções. Na altura, já parecia claro que a apregoada vontade de trabalhar de perto com as comunidades, grupos e indivíduos ficaria prejudicada, pois deixaria de haver canais permanentes de monitorização, acompanhamento e apoio.

Se esse foi o ponto de partida, pior ficou com o Decreto-Lei de agosto de 2015, quando, por motivos de “racionalidade” administrativa e financeira, essa Comissão foi extinta e as suas atribuições foram integradas no Conselho Nacional de Cultura onde, pelos vistos, essas atribuições passaram a fazer parte das competências de uma “Secção dos museus, conservação e restauro e do património imaterial” desse conselho. Segundo o Decreto-Lei nº 132/2013, de 13 de setembro, no artigo 20º, nº 2, alíneas j) e k) define-se uma competência genérica de emitir pareceres que lhe sejam solicitados pelo governo ou pelo diretor-geral do património e, mais específicas, de emitir também parecer em caso de apresentação de candidaturas às diferentes listas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Onde ficam as comunidades, grupos e indivíduos, os verdadeiros detentores desse PCI? À primeira vista, parece que fora do sistema legislativo nacional.

A Matriz PCI e a operacionalidade do sistema e liberdade de inventário

Quem lida regularmente com os problemas de salvaguarda do PCI, tanto em Portugal como no estrangeiro, uma das principais dificuldades é a forma como se articulam, ou não, as relações entre as comunidades e os poderes públicos. Provavelmente, é na elaboração dos inventários nacionais que se percebem melhor esses obstáculos.

Para a UNESCO, na Convenção de 2003, à luz do seu artigo 12^o, é perfeitamente aceitável a existência de mais do que um inventário no território de cada país, desde que sejam credíveis e atualizados e o próprio estado, nos seus relatórios periódicos, dê conta da sua existência. Apesar de algumas fragilidades, esta pluralidade de inventários seria bastante positiva, vista a complexidade e multiplicidade desse património imaterial; além disso, o estado central, poderia sempre fiscalizar ou verificar as práticas de inventário dos diversos intervenientes.

No diploma de 2009, no Capítulo II, dedicado aos trabalhos de inventariação por parte do estado, independentemente dos juízos de valor sobre a sua conceção e estrutura, convivia-se bem com a existência de outros inventários, mesmo perante as candidaturas às diversas listas junto da UNESCO. Assim, perante as dificuldades operacionais que se impunham às candidaturas em Portugal na organização dos dossiers às Listas Representativas da UNESCO, os candidatos não se inscreviam na Matriz PCI (a base de dados e inventário “oficial”), mas faziam-no no inventário de uma ONG – *MemoriaMedia* - uma associação reconhecida pela própria UNESCO³.

Mas, como era de esperar, na sua ânsia de controle administrativo e político, mais uma vez, o estado português deu um passo atrás. Para evitar que essa prática continuasse e o inventário nacional fosse olhado como

² <https://ich.unesco.org/fr/convention> (consulta realizada em 29/09/2019)

³ <https://memoriamedia.net/index.php/home/o-proyecto> (consulta realizada em 29/09/2019).

secundário, o Decreto-Lei nº 149/2015 tentou cortar com essa concorrência. No nº 1 do seu artigo 16º declara:

“Artigo 16.º

Salvaguarda do património cultural imaterial à escala internacional

1 — A inscrição de uma manifestação do património cultural imaterial no registo de inventariação do «Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial» constitui condição prévia e indispensável para a sua eventual candidatura à «Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade».”

e, para que não houvesse qualquer dúvida, no número seguinte define a mesma regra em relação à lista da Salvaguarda Urgente. As consequências são fáceis de verificar: basta ir ao site do inventário nacional e verificar as candidaturas que esperam, pacientemente, uma decisão da Direcção-Geral do Património Cultural, ou DGPC ⁴.

Claro que se poderia argumentar que esta é uma prática generalizada; ou seja, tanto o afastamento das comunidades, como a exclusividade do inventário seria uma espécie de consequência lógica da assunção das responsabilidades do estado. Não é certo.

A esse respeito veja-se a entrevista efetuada a Marc Jacob, professor belga e um dos especialistas que participou nos trabalhos de preparação e elaboração da Convenção de 2003 (Carvalho & Barata, 2017). Nessa entrevista, sob o tema “Ética das Políticas Públicas do PCI”, percebe-se a importância do que ele pode testemunhar, em especial sobre a preocupação de trazer as comunidades para as instituições decisoras, a fim de implementar reais políticas de salvaguarda. Caso contrário, como

⁴ <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/pt-PT/InventarioNacional/PesquisaAvancada> (consulta realizada em 29/09/2019).

acontece em Portugal, o afastamento das comunidades, grupos e indivíduos vai-se aprofundando.

Mas, do mesmo modo, como a capacidade do poder central em gerir processos tão numerosos e variados de inventariação não é minimamente proporcional ao número de pessoal qualificado de que os serviços públicos dispõem vão-se desmotivando especialistas e muitos dos atores cívicos mais dinâmicos. De facto, nestas condições, os processos só se podem atrasar e, no terreno, vão-se diluindo vontades e competências.

Vale a pena fazer um exercício para se poder refletir sobre esta situação e ao resultado a que se chegou com as sucessivas opções que a legislação nacional conduziu. No final do mês de outubro de 2018, qual é a situação do Inventário Nacional do património cultural imaterial? Eis uma primeira resposta a partir dos dados fornecidos pela Matriz PCI ⁵.

Mas se aprofundarmos a análise e olharmos para os dados disponíveis por domínios do PCI e os elementos que já estão incluídos no inventário, o resultado é muito mais expressivo. Veja-se o Quadro 4 e a Tabela 3.

Quadro 4 - Inventário Nacional, segundo os tipos de processo (Fonte: Website da Matriz PCI)

Tipo de Processo	Total
Inventário Nacional	9
Salvaguarda Urgente	2
Processos em curso	28

⁵ <http://www.matrizpci.dgpc.pt/matrizpci.web/Inventario/InventarioFiltrar.aspx> (consulta realizada em 31 de outubro de 2018).

Tabela 3 – Dados disponíveis por domínios do Património Cultural Imaterial (PCI) (Fonte: Website da Matriz PCI)

Domínio	Processos já no Inventário Nacional	Processos em Curso	Totais
Expressões Orais	0	0	-
Artes e Performances	1	3	4
Rituais e Festas	5	13	18
Saberes Naturalistas	0	0	-
Técnicas Tradicionais	5	12	17

Em setembro de 2019, o Inventário Nacional inclui 45 processos, dos quais estão terminados 12 e os restantes em diferentes fases do processo de aprovação⁶.

Perante estes resultados, seria natural fazermos um balanço para compreendermos se, passados 8 anos, este é um bom resultado, ou pelo menos o expectável? Afinal, estes números traduzem uma realidade positiva? Eles expressam as dificuldades dos serviços públicos para responderem às solicitações das comunidades?

O papel das comunidades e a(s) lei(s)

Não estamos condenados em considerar esta situação como inevitável, até porque ela tende a atrofiar o empenho dos cidadãos na preservação dos seus valores e não ajuda ao reforço de laços de coesão social que, nos nossos dias, são naturalmente dissolvidos pela crescente urbanização e mobilidade. Por isso, a comparação com soluções adotadas noutros países e latitudes é sempre uma boa prática, pois obriga-nos também a comparar resultados.

⁶ <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/pt-PT/InventarioNacional/PesquisaAvancada> (consulta realizada em 29/09/2019).

Por outro lado, os países europeus conhecem, quase todos, este impulso de submeter ao poder central a verificação e legitimidade dessas práticas e saberes tradicionais, como uma forma normal de projeção da autoridade e consideram, quase como obrigatória, a necessidade de codificar esse controle genérico sobre os diferentes aspetos da vida dos cidadãos. Com as devidas distâncias e reconhecendo as diferenças de contextos, releiam-se as páginas que Bernard S. Cohn dedicou à análise da proclamação que a Rainha Vitória fez aos povos da Índia e do Paquistão em 1 de novembro de 1858 e percebemos as bases destas atitudes (Cohn, 2000).

No Brasil, dada a imensidão do país, a variedade patrimonial existente, e a organização federal do próprio estado, o controle, que se faz, parece ser muito mais virado para o plano internacional, deixando aos estados, aos municípios e às comunidades um largo campo de expressão autónoma. Só para dar um exemplo, tome-se o caso do estado de Ceará e das estratégias de aproximação e ligação às comunidades, grupos e indivíduos, que é um elemento central das políticas públicas relativas ao PCI, apesar das dificuldades operacionais que se percebem (Muniz, 2014).

Na Europa em geral e em Portugal, em especial, a ausência de políticas públicas de verdadeira aproximação às comunidades agrava a situação. Em resumo, como é conhecido, Portugal, quando comparado com outros países europeus, não tem grandes comunidades estrangeiras no território que exerçam pressão sobre os diferentes poderes para verem reconhecidas as suas especificidades. O que fica fora dos grandes centros urbanos, no essencial, é uma população social e economicamente frágil, envelhecida, com níveis de formação e literacia muito baixos, que, no contexto em que vivem, têm uma enorme dificuldade em assegurar a transmissão das suas práticas e saberes, ou seja, o seu património imaterial e as suas “tradições”. No seu curso sobre “Tradição Oral” do ano lectivo de 2011-2012, o professor Noël J. Gueunier (Universidade de Estrasburgo/Institut d’Ethnologie), nas suas notas, explica como, neste sentido, estas populações são incapazes de transmitirem doutrinas, normas morais e ensino às gerações seguintes (Gueunier, 2011/2012).

Veja-se o que, muito recentemente, Ana Carvalho, em 2016, escreveu sobre os problemas da diversidade cultural e o papel dos museus e os desafios a que importa fazer face numa Europa que vai alterando os seus perfis demográficos (Carvalho, 2016). Não é só ser uma questão complexa, mas pela leitura desta obra é fácil percebermos os desafios que, mais tarde ou mais cedo, Portugal defrontará.

Estou seguro de que os serviços responsáveis têm cumprido os objetivos da legislação nacional sobre o PCI, nomeadamente os identificados no artigo 3º do referido Decreto-Lei 139/2009, sob o título “Componentes da política de salvaguarda”. Mas, apesar do interesse profissional da autora deste artigo, tem sido difícil acompanhar essas ações.

Todavia, parece legítima uma conclusão depois de uma leitura atenta das normas sobre património imaterial: para os serviços centrais, nesta ocasião a Direção-Geral do Património Cultural, são os museus os parceiros naturais, diria mesmo prioritários, da implementação das políticas de salvaguarda do PCI.

Notas de referências bibliográficas

Este item foi elaborado com base na seguinte referência:

A legislação portuguesa sobre património imaterial, o papel das comunidades e a gestão integrada de museus: caminhos divergentes? (2020). In A. L. Semedo, A. M. Matos, & E. d. Mendonça, *Gestão do Património em Museus e Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. Rio de Janeiro: CITCEM.

Outras Referências

Carvalho, A. (2016). *Museus e Diversidade Cultural: Da Representação aos Públicos* (Vols. 4, Coleção Estudos de Museus).

Casal de Cambra: Caleidoscópio e Direção-Geral de Património Cultural.

Carvalho, A., & Barata, F. T. (2017). Ethics in Intangible Cultural Heritage Public Policies: Interview with Marc Jacobs. *Revista Memória em Rede*(9), pp. 165–180. Obtido de <https://periodicos.ufpel.edu.br> [Consulta realizada em 31/10/201]

Cohn, B. S. (2000). Representing Authority in Victorian Indian. In E. Hobsbawn, & T. Ranger (Eds.), *The Invention of Tradition* (pp. 165-209). Cambridge: Cambridge University Press.

Decreto-Lei n.º 132, de 13 de Setembro de 2013. Estabelece o regime de constituição e funcionamento do Conselho Nacional de Cultura e das suas secções especializadas. Diário da República n.º 177/2013, Série I de 2013-09-13. (2013). Obtido de <https://dre.pt/pesquisa/-/search/500036/details/maximized> [Consulta realizada em 31/10/2018 e 29/09/2019]

Decreto-Lei n.º 139 de 15 de Junho de 2009. Estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial. Diário da República, 1ª série, N.º 113, 15 de Junho de 2009, p. 3647. (2009). Obtido de <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/494544/details/maximized> [Consulta realizada em 31/10/2018 e 29/09/2019]

Decreto-Lei nº 149, de 4 de Agosto de 2015. Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial. Diário da República, 1ª série, N.º 150, 4 de agosto. (2015). Obtido de https://dre.pt/home/-/dre/69935162/details/maximized?p_auth=dgKhLRD1 [Consulta realizada em 31/10/2018 e 29/09/2019].

Gueunier, N. J. (2011-2012). *Tradition orale [Notes de Cours de Master (Semestre 1)]*. Strasbourg: Université de Strasbourg/Institut d’Etnologie. Obtido de https://sspsd.u-strasbg.fr/IMG/pdf/TradOrale_S023KM16_2011-12-2.pdf [Consulta realizada em 31/10/2018]

Lei n.º 47, de 19 de Agosto de 2004. Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses. Diário da República n.º 195/2004, Série I-A de 2004-08-19. (2004). Obtido de <https://dre.pt/pesquisa/-/search/480516/details/maximized> [Consulta realizada em 31/10/2018]

Muniz, A. W. (2014). *Patrimônio Cultural Imaterial: Tesouros Vivos do Estado do Ceará. Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste*. Salvador: Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia. Obtido de <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17398/1/Antônio%20Welder%20Benedito%20Muniz.pdf> [Consulta realizada em 31/10/2018]

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO. (2003). *Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial*. Obtido de <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf> [Consulta realizada em 31/10/2018 e 29/09/2019]

Portaria 196, de 9 de abril de 2010. Aprova o formulário para pedido de inventariação de uma manifestação do património cultural imaterial e as respetivas normas de preenchimento da ficha de inventário. (2010). *Diário da República, 1ª série, N.º 69, 9 de Abril de 2010, p.1163*. Obtido de <https://dre.pt/pesquisa/-/search/612210/details/maximized> [Consulta realizada em 31/10/2018 e 29/09/2019]

Resolução da Assembleia da República nº 12 (2008). Aprova a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adoptada na 32.ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, em Paris, em 17 de Outubro de 2003. (2003). *Diário da República, 1ª série, Nº 60, 26 de Março de 2008, p. 1687*. Obtido de <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/246512/details/maximized> [Consulta realizada em 31/10/2018 e 29/09/2019]

Webgrafia

Patrimoine immatériel. (Consulta realizada em 29/09/2019). Obtido de UNESCO: <https://ich.unesco.org/fr/convention>

e-Museu do Património Cultural Imaterial. (Consulta realizada em 29/09/2019). Obtido de MEMORIAMEDIA: <https://memoriamedia.net/index.php/>

Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. (Consulta realizada em 29/09/2019). Obtido de MatrizPCI: <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/pt-PT/InventarioNacional/PesquisaAvancada>

1.2.2. O enquadramento jurídico internacional do património cultural

Um ponto prévio necessário

Como se percebe, quando se analisa a legislação nacional de qualquer país dedicada ao património cultural, não é possível apreender o seu alcance sem relacionar essa legislação com o quadro das relações jurídicas com que esse estado está comprometido.

Para mais, a legislação internacional que tem como objetivo o património, tem uma história e uma variedade de temas e autores que torna mais difícil

dar um sentido a toda essa massa documental. Estes podem ser produzidos por organizações internacionais bem conhecidas, como a UNESCO, o Conselho da Europa, ou outras, mas, muitas vezes, são conhecidas pelos locais em que foram concebidas ou aprovadas. E, pelo seu interesse, muitas vezes, é nos relatórios de peritos e em atas de conferências que conseguimos compreender e interpretar muitos desses textos. Nesta tentativa de apresentação não se trata de abordar todos os documentos, o que era impossível, antes, pretende-se tentar criar algum sentido e compreensão do que foi sendo feito no contexto internacional.

Para assimilar, na sua plenitude, o quadro normativo internacional, incluindo o da legislação relativa ao património, importa perceber as suas características especiais: em regra, estas leis aplicam-se aos estados e não aos cidadãos; a jurisdição internacional é voluntária, ao contrário da nacional, pelo que os estados têm de aceitar a sua aplicação incorporando-a nos seus países; é este complexo quadro legal que, afinal, organiza, para o bem e para o mal, nos diversos domínios, as relações internacionais.

À procura da lógica das linhas de evolução

Para analisarmos a evolução desta legislação, parece-nos razoável organizarmos um corte pelos anos da II Guerra Mundial, dado que, depois, a criação de um novo sistema de organizações internacionais baseado na Organização das Nações Unidas (ONU) procurou responder a novas questões que o mundo enfrentava, como, por exemplo, os efeitos da própria guerra; a destruição de cidades, estruturas e sociedades encontrava-se por todo o lado. Mas isto não impedia que as organizações internacionais nascidas nos Anos 40 e 50, não herdassem problemas que vinham da extinta Sociedade das Nações e até antes: é o caso da proteção dos direitos de autor, da salvaguarda da música popular, ou da circulação de peças com grande valor patrimonial.

Mas, provavelmente, o maior passo foi dado ainda nos anos de 1931 e 1933 em dois momentos fundamentais:

1 – No I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos (Atenas 1931), que procurou, entre outros temas, abordar conceitos e princípios relativos ao restauro, e cujas conclusões são muito relevantes:

- A defesa da ideia de que existe, de facto, um património mundial comum.
- A necessidade de definir o conceito e critérios de restauro dos monumentos.
- O princípio da aceitação da necessidade de integração, no restauro, de novos materiais.

2 – A publicação da Carta de Atenas, em 1933, no âmbito do IV Congresso da Arquitetura Moderna, que se debruçou sobre “A Cidade Funcional” e os problemas do urbanismo e da importância do planeamento no desenvolvimento das cidades. No documento final, as conclusões merecem ser apresentadas:

- Deram especial ênfase aos valores espirituais, culturais e económicos do património arquitetónico.
- Recomendaram a pura e simples destruição dos bairros da lata e a sua substituição por “áreas verdes”, negando a ideia de que estes bairros pudessem incluir qualquer tipo de valor patrimonial.
- Recusaram que o uso do pastiche pudesse ser uma alternativa para as novas construções em áreas históricas.

Sobre os temas que vinham da Sociedade das Nações, lembram-se 3 que irão continuar o seu caminho:

- O primeiro com base na Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (1922), que tratava das questões da arte, museus e cultura.
- Em segundo lugar, em 1928, foi constituída a Comissão Internacional das Artes Populares, que pretendia lidar com a

proteção da propriedade intelectual do folclore; infelizmente em 1952, aceitou-se que ela tinha falhado nos seus objetivos, porque provavelmente desadequados, e foi extinta, embora o tema central vá perdurar e ter desenvolvimentos importantes.

Para tentar organizar as linhas de força das políticas patrimoniais à escala internacional, valerá a pena partir da agenda da organização que mais de perto tem acompanhado o património cultural e tem granjeado cada vez maior prestígio e aceitação geral, ou seja, a UNESCO. Quem se der ao trabalho de compilar os documentos produzidos por esta organização, as convenções, recomendações e declarações que ela promoveu, as publicações que edita e, não menos importante, a atitude diplomática que defende, podemos dizer que ela acompanhou o que se ia passando nos séculos XX e XXI, sem descurar o futuro. Os temas da maior parte dos documentos que saíram da UNESCO podiam ser agrupados nas seguintes áreas: direitos de autor; troca de publicações; reconhecimento de estudos, certificados e diplomas; *doping* no desporto; distribuição dos sinais satélites e património. Com base nessa análise, é possível organizar uma agenda internacional ancorada em 4 grandes temas específicos:

- A proteção do património em caso de conflito armado;
- A luta contra o tráfico de obras de arte;
- O desenvolvimento de conceitos e a construção da ideia de um património comum da humanidade;
- O acompanhamento mais próximo de questões conjunturais, em resposta a problemas emergentes.

A – A proteção do património em caso de conflito armado

Não é difícil compreender a prioridade deste tema. Com o mundo a tentar-se reconstruir após uma guerra devastadora, foi fácil perceber que, além da destruição de objetivos militares, foram as estruturas patrimoniais de quase todos os beligerantes que eram os alvos prioritários para todos os lados.

Compreende-se porquê; nessas estruturas estavam incorporados, quase sempre, os pilares da identidade de cada comunidade e que os inimigos queriam destruir ou fragilizar. Não menos raro, em caso de conflito armado, a pilhagem dos bens patrimoniais do inimigo, por motivos políticos ou económicos, tem sido uma prática comum.

Foi contra esta situação que a Convenção de Haia de 1954 (com o nome oficial de Convenção para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado, com regulamento de execução) viu a luz de dia e teve uma evolução inesperada, já que, com o tempo foi anexando protocolos (Protocolos de 1977 e 1999) que abriram caminho para outros territórios.

Pode-se dizer que à medida que esta convenção se foi implementando, foi ampliando a sua ação. Apesar de assinada em 1954, ela só entrará em vigor a 7 de agosto de 1956, já que, como é muito comum, estas convenções só valem juridicamente para os signatários quando se atinge um determinado número de subscritores.

No início beneficiou do clima favorável ao desenvolvimento de um direito internacional humanitário. Numa segunda fase, a criação de um direito penal internacional, com a criação do Tribunal Penal Internacional, onde cabiam os atentados contra o património, muitos dos quais, aliás, têm sido julgados. Finalmente, uma terceira fase, em especial sob a liderança da UNESCO consolidou-se a ideia de um direito internacional da cultura, hoje por todos reconhecido.

Para os interessados neste tema, propõe-se a consulta *online* dos inúmeros e qualificados trabalhos do Prof. Vittorio Mainetti da Universidade Estatal dos Estudos de Milão (Università Degli Studi di Milano – Statale).

B – A luta contra o tráfico de obras de arte

A importância global deste assunto foi crescendo ao longo dos Anos 60, provavelmente acompanhando o crescimento económico que vinha da década anterior e, apesar dos esforços da comunidade internacional, continua com uma dinâmica lamentável. Este flagelo, teve um marco de

relevo em 1970, com a Convenção, promovida pela UNESCO, que visava combater o tráfico ilícito de bens culturais, mas continua a ser uma luta sem quartel. Veja-se o que informa uma das páginas da UNESCO dedicada à questão:

“No outono de 2019, moedas de diferentes períodos, armas históricas, cerâmicas, fósseis e pinturas foram apreendidos numa operação internacional que envolveu mais de cem países. Somente a alfândega afegã no aeroporto de Cabul intercetou 971 objetos do patrimônio nacional. E, em Madrid, objetos pré-colombianos raros – entre eles uma máscara de ouro Tumaco única – foram recuperados.

No total, mais de 19 mil artefactos arqueológicos e outras obras de arte foram intercetados, e várias redes internacionais de tráfico foram desmanteladas em duas medidas repressivas simultâneas – uma liderada pela Organização Mundial das Alfândegas e pela Organização Internacional de Polícia Criminal e a outra coordenada pela EUROPOL e pela Guarda Civil da Espanha.

O recorde de apreensões dá uma ideia da magnitude do tráfico ilícito de bens culturais nas últimas décadas, mas também da escala da resposta policial no âmbito internacional. A Convenção de 1970, relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, a exportação e a transferência de propriedade ilícita de bens culturais permanece como um ponto central na luta contra esse comércio clandestino”.⁷

C – O desenvolvimento de conceitos e a construção da ideia de um património comum da humanidade

À medida que várias entidades internacionais e nacionais foram produzindo conhecimento e reflexão sobre património cultural, foi-se consolidando uma ideia central: há um património cultural que, além da apreciação do

⁷<https://pt.unesco.org/courier/2020-4/traficantes-arte-pilhagem-das-identidades-dos-povos> (consultado em 22 de fevereiro de 2021)

país em que está situado, ele representa um legado e uma herança que pertence a toda a comunidade internacional pelo que representa. É a partir daqui que se vai desenvolvendo a ideia de criar listas mundiais representativas do património. Além deste sentido, diria estritamente cultural, foi-se percebendo também que a organização das listas podiam significar um apoio ao desenvolvimento económico das regiões onde esse património se encontrava. Foi neste âmbito que se fizeram muitos estudos para avaliar os impactos, económicos e outros, que as visitas dos bens classificados tinham (vantagens e impactos negativos). Finalmente, a estas duas razões, juntava-se uma terceira: pressionar os poderes públicos a preservar e conservar essas estruturas.

Nos dias de hoje, as listas existentes são as seguintes:

Quadro 5 - Listas UNESCO – Património Imaterial (Fonte: UNESCO)

Lista	Número de bens classificados
Representativa	492
Salvaguarda Urgente	67
Boas Práticas de Salvaguarda	25
Total	584

Quadro 6 - Listas UNESCO – Património Cultural e Natural (Fonte: UNESCO)

Listas	Cultural	Natural
Representativa	869	213
Misto	39	
Total	1121	
Em perigo	53	

D – O acompanhamento mais próximo de questões conjunturais, em resposta a problemas emergentes

As organizações internacionais que têm uma especial relação com o património cultural, como a UNESCO ou o Conselho da Europa, tendem a acompanhar a situação em duas perspetivas: uma primeira acompanhando os fenómenos conjunturais e tentando organizar respostas a novos problemas e, uma outra, que se preocupa em colocar os problemas num prazo mais longo.

Tome-se o caso, mais uma vez, da UNESCO. Quando lemos os documentos que promoveu ao longo das décadas em que existe, é muito claro esse cuidado de responder à atualidade sem perder de vista o futuro. Eis alguns exemplos: em 1958, com o objetivo de assegurar a circulação da informação entre os estados, promoveu em 3 dezembro desse ano dois documentos nesse sentido; nos Anos 70 do século XX, com o crescimento das comunicações satélite, em 21 de maio de 1974, novo documento pretende estabelecer algumas regras na distribuição desses sinais; finalmente, um último exemplo: em 2005, face aos escândalos de todo o tipo de *doping* no desporto, em 19 de outubro desse ano, mais uma vez, outro documento apresenta algumas regras a respeitar.

Mas é, talvez, mais interessante, olhar para as respostas de longo prazo. Durante muitos anos, os peritos e especialistas da UNESCO discutiram as maiores ameaças que pendiam sobre o património construído e quais os agentes que protagonizavam os riscos; as conclusões “normais” variavam: agentes de erosão eólica, chuvas ácidas, alterações climáticas, etc.

Ninguém previa o que aconteceria com os conflitos do Afeganistão ou do Médio Oriente, que se traduziram, pura e simplesmente, pela destruição do património cultural, ou pela pilhagem para venda. Foi neste contexto e para tentar fazer face a esse inesperado desafio, que se criou a chamada Unit4Heritage, uma agência patrocinada pela UNESCO⁸. A sua missão, ao

⁸ <https://www.unite4heritage.org>

princípio, era acompanhar a destruição que a guerra do Iraque e da Síria estava a provocar nos sítios arqueológicos; esse trabalho fazia-se, muitas vezes, com a comparação de antigas imagens satélite com outras mais atuais. Num momento seguinte, começaram a desenvolver ações de formação de curta duração para as tropas no terreno ficarem mais capacitadas para identificar bens patrimoniais passíveis de serem traficados.

Posteriormente, foram alargando a sua monitorização a outros pontos do globo (África, por exemplo) e até estendendo a sua atividade para outras áreas, como a arqueologia subaquática e valores patrimoniais, entre outras.

Os documentos mais comuns

Para podermos analisar e discutir a legislação internacional sobre património, é útil também conhecermos o tipo de documentos que preenchem esse quadro legislativo.

Em resumo, são 3 os tipos de documentos internacionais mais comuns:

Convenções

Estes são os documentos que devem ser submetidos para ratificação dos estados e implicam a sua aceitação expressa. Elas definem as regras que esses estados devem cumprir e fazer cumprir aos seus cidadãos, depois de as incluir no seu direito interno.

Recomendações

As recomendações formulam princípios e normas para a regulamentação internacional dum tema específico, convidando os estados a criar o quadro legislativo necessário para ser aplicado no território submetido à sua jurisdição.

Declarações

Estas não necessitam de ratificação, mas definem os princípios em relação aos quais a comunidade internacional deve atribuir especial autoridade.

Em novembro de 2020, tinham sido promovidos pela UNESCO os seguintes documentos:

Quadro 7 - Convenções, Recomendações e Declarações (Fonte: UNESCO, 2021)

Convenções	33
Recomendações	34
Declarações	14

Destas 33 convenções, 7 abordam o património cultural e demonstram a consistência com que esta estrutura de proteção, conservação e valorização vem sendo implementada. Note-se que uma convenção implica que o estado, ao ratificá-la, incorpora-a no seu ordenamento legal, pelo que se compreende que, cada uma das convenções é o resultado de uma negociação que, quase sempre, procura articular os interesses políticos das partes – os estados – com os critérios técnicos e de boas práticas que querem defender.

As 7 convenções que se referem ao património cultural são as seguintes:

- Convenção para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado, com o Regulamento de execução (Haia, 14 de maio, 1954. Em vigor: 7 de agosto, 1956);
- Convenção sobre as medidas a tomar para proibir e impedir a importação, a exportação e a transferência ilícita de propriedade dos bens culturais (Paris, 14 de novembro 1970. Em vigor: 24 abril, 1972);
- Convenção relativa às zonas húmidas de importância internacional particularmente como habitats das aves marinhas 1971 (Ramsar, 2 de fevereiro, 1971. Em vigor: 21 de dezembro, 1975);

- Convenção relativa à proteção do património mundial, cultural e natural (Paris, 16 novembro, 1972. Em vigor: 15 de dezembro, 1975);
- Convenção sobre a proteção do património cultural subaquático (Paris, 2 de novembro, 2001. Em vigor: 2 de janeiro, 2009);
- Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial (Paris, 17 de outubro, 2003. Em vigor: 20 de abril, 2006);
- Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais (Paris, 20 de outubro, 2005. Em vigor: 18 de março, 2007).

Como se sabe, as convenções de 1972 e de 2003 que são as bases das famosas listas Mundiais da UNESCO, além do seu conteúdo, devem ser lidas em conjunto com os guias operacionais que são o sentido prático do conteúdo dos diplomas. À frente abordar-se-á essa documentação complementar.

A importância da documentação mais especializada e a organização da informação

Nunca é demais chamar a atenção para um conjunto de documentação que não encontramos nos conteúdos das convenções, recomendações ou declarações.

Como já se referiu quando se abordaram as paisagens culturais, não é na convenção de 1972 que encontramos as tipologias das paisagens culturais; para perceber os critérios e os tipos de classificação das paisagens culturais devemos ler (e estudar) as *Orientações* de 2008. Mas se quisermos ir mais fundo e perceber as razões de ser do perfil das classificações, precisamos de acompanhar as atas em que os especialistas debateram esses assuntos.

Outras vezes, precisamos de conhecer a razão de ser dos termos de muitas convenções que apresentam textos mais ou menos vagos e que podem criar dificuldades da sua interpretação. O mesmo com a formação de Comissões e Comitês, ou a sua extinção. Neste caso são imprescindíveis ler os relatórios de peritos para compreender como, tantas vezes, a política

interfere com a necessidade de clareza ou a evolução de conceitos. É o caso típico da convenção de 2003, em que os domínios do património imaterial parecem sempre insatisfatórios (artigo 2º, nº. 2).

Também merecem uma leitura muitos “highlights”, muitas vezes sobre a forma de resumos de relatórios anuais que vale a pena acompanhar.

Note-se que este tipo de documentos não são um exclusivo da UNESCO, pois outras organizações produzem documentação de grande importância. É o caso, como se referiu, do Conselho da Europa, mas outras organizações internacionais fazem o mesmo. Um bom exemplo é a incrível quantidade de documentos produzidos por vários serviços da União Europeia, alguns de enorme relevância.

É por isso que se impõe, numa área deste tipo, organizar a informação para ser acessível e, especialmente, compreensível. É aqui que entra o papel dos inventários (nacionais e internacionais), das plataformas digitais e das bases de dados. Este assunto, pela sua complexidade, mas também importância, deveria ser objeto de uma reflexão em separado.

A UNESCO e a sua importância

Esta organização demorou algum tempo até se tornar na instituição de referência que lida, à escala mundial, com os fenómenos da cultura, da educação e do património cultural. Veja-se a extraordinária imagem de 16 de novembro de 1946, quando Ellen Wilkinson, Chairman da Conferência de Londres, anunciou a fundação da UNESCO.



Figura 18 – Anúncio da fundação da UNESCO pela Chairman da Conferência de Londres, Ellen Wilkinson, em 1946. (Fonte: UNESCO)

Recomendações e Declarações

Eis dois exemplos deste tipo de documentos:

- Recomendação relativa à proteção da beleza e do caráter das paisagens e sítios

12 de dezembro de 1962

“1. Definição 1.1. Para os efeitos da presente recomendação, entende-se por salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios a preservação e, quando possível, a restituição do aspeto das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos, devido à natureza ou obra do homem, que apresentam um interesse cultural ou estético, ou que constituem meios naturais

característicos. As disposições da presente recomendação visam também a complementar as medidas de salvaguarda da natureza”⁹

- Declaração de Princípios sobre a Tolerância

Aprovada na 28ª reunião da Conferência Geral da UNESCO, em Paris a 16 de novembro de 1995

“Artigo 1º Significado da tolerância

1.1. A tolerância é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas do nosso mundo, dos nossos modos de expressão e das nossas formas de exprimir a nossa qualidade de seres humanos (...). A tolerância é a harmonia na diferença (...)”¹⁰

Finalmente, uma palavra para as publicações promovidas pela UNESCO, visto que esta organização é promotora de um conjunto de publicações, incluindo *online*, que são referências e, muitas delas, de consulta obrigatória, para quem quiser acompanhar os debates sobre patrimônio cultural. Um dos mais conhecidos exemplos é o inestimável Atlas das Línguas em Risco. Mas, abaixo, algumas dessas publicações são bons exemplos de uma política de apoio a edições de referência (atas, *papers*, monografias, etc.).

⁹<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201962.pdf> (consultado a 24 de fevereiro)

¹⁰www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/paz/dec95.htm (Transcrição com pequenas alterações do autor, consultado a 24 de fevereiro)



Figura 19 - Publicações promovidas pela UNESCO (www.unesco.org).

1.3. Património, política e economia

1.3.1. Património cultural e indústrias culturais e criativas

Nota prévia

Fala-se muito de indústrias culturais e criativas, nem sempre sabendo de que atividades estamos a tratar e desconhecendo, quase sempre, a sua importância. Ora este tema é de especial importância para se abordar a questão do património cultural e do desenvolvimento sustentado. O que se aborda aqui são 3 pontos:

- O desenho do que cabe dentro do conceito de indústrias culturais e criativas;
- Uma informação mais estruturada do valor que este setor representa para a economia;
- A escolha de alguns casos para analisar o impacto económico que algumas destas estruturas patrimoniais têm, de facto, nas nossas sociedades: caso de museus, monumentos e sítios visitáveis.

O território das indústrias culturais e criativas

Ao contrário do que possa parecer, não é tão linear o conteúdo deste sector. Aliás, quem se der ao trabalho de consultar relatórios e estatísticas, rapidamente percebe que a primeira coisa que esses documentos fazem é estabelecer o perfil exato dos dados. Numa das primeiras obras que, em Portugal, se fizeram sobre o tema (Augusto Mateus e Associados, 2010) há uma muito interessante explicação e enquadramento das Indústrias Culturais e Criativas (CCI). Em geral, as CCI englobam 4 grandes áreas:

- **PATRIMÓNIO** (que inclui os espaços culturais e as expressões culturais tradicionais);
- **ARTES** (Artes visuais e performativas);
- **MEDIA** (Edição de todo o tipo, incluindo audiovisuais);

- **CRIAÇÕES FUNCIONAIS** (que englobe o *design*, os serviços criativos e os novos *media*).

Em concreto elas incluem áreas muito importantes que, como se verá, todos percebem a sua importância social e económica, a saber:

- As Expressões culturais tradicionais (as artes tradicionais, o artesanato, e os festivais);
- As Artes visuais (que compreendem a pintura, a escultura e a fotografia);
- A Edição (seja de livros, de jornais ou de revistas);
- O *Design* (de interiores, gráfico, da moda e da joalheria);
- Audiovisuais (que inclui o cinema, a televisão e a rádio);
- Os Novos *media* (que incorpora o software e vídeo jogos, incluindo conteúdos);
- Os Espaços culturais (sejam arqueológicos, museus, bibliotecas ou exposições);
- As Artes performativas (a música ao vivo, o teatro, a dança, a ópera e o circo);
- Os Serviços criativos (com a arquitetura, a publicidade e a I&D criativa, cultural e recreativa).

Ao ler estas áreas de atividade, podemos perceber uma outra dimensão das CCI, pois elas relacionam-se com fenómenos centrais para qualquer sociedade:

- Identidades;
- Memórias;
- Território;

- Desenvolvimento.

Algumas notas para medir a importância deste sector

Note-se, em primeiro lugar, que a importância deste sector é muito desigual. Parece até legítimo afirmar que quanto mais desenvolvidos os países são, maior, mesmo em percentagem, é o peso deste sector na economia. Por outro lado, segunda anotação, porque nas CCI inclui-se muita atividade informal, ela escapa à sua inclusão nas estatísticas nacionais.

Quadro 8 - Peso das CCI em países do MERCOSUL (Van der Pol, 2003, p. 4)

Países	% no PIB das CCI
Uruguai	2,93
Argentina	2,63
Chile	1,9
Colômbia	1,83
Venezuela	1,6
Brasil	1,57
Perú	0,6

Mesmo alguns países mais desenvolvidos reconhecem as dificuldades de medir e avaliar partes específicas desta atividade. Um exemplo: muitos dos circuitos comerciais do artesanato tradicional escapa a qualquer controle. O mesmo acontece com as visitas de alguns sítios e monumentos que não dispõem de nenhum dado estatístico. Esta lista pode ser aumentada: muitas das visitas organizadas a qualquer deserto fogem também a qualquer controle.

Esta questão não é secundária, pois uma parte substancial destas atividades são a base do turismo que fica, muitas vezes, subdimensionado. No entanto, os números disponíveis dão uma ideia muito impressionante da importância do sector CCI.

Tabela 4 – Importância da CCI na economia europeia (em % do PIB)

	2008	2011	2015
Nº empregos da mão-de-obra europeia*	8,5	8,3	8,4
% do emprego CCI**	3,8	3,8	3,7
% do CCI no PIB	4,5	4,4	4,4

* Milhões de indivíduos; **A força de trabalho europeia da indústria automóvel representa, em 2015, 1%; (Fontes – 2008 e 2011: Tera Consultants, 2014 e 2015: Parlamento Europeu PE 642.264)

Para Portugal, os dados existentes são, infelizmente, pouco sistemáticos. Segundo o estudo já referido de Augusto Mateus e Associados, os valores que se apresentam no relatório de 2010, são, como valores médios anuais, para os anos compreendidos entre 2000 e 2006, os seguintes: Indústrias culturais – 2,3 % do PIB; Atividades criativas – 2,9% do PIB.

Claro que, como se imagina, estes valores estão longe de ser homogéneos para todo o país. É evidente que, nas grandes cidades, estes elementos são muito mais expressivos do que nas comunidades urbanas e rurais espalhadas pelo país que têm, quase sempre, uma vida cultural pobre e até uma atividade económica incipiente.

Estudos de caso

As considerações gerais das CCI invariavelmente escondem os impactos que estas atividades têm. Como se sabe, o património cultural e a sua defesa, para além das suas funções de coesão social e de desenvolvimento local, têm de lidar com o fenómeno do turismo. Quando estamos em presença de alguns museus, monumentos e sítios muito procurados, os efeitos da

presença de visitantes obrigam a cidade ou as comunidades locais a mudar as suas estruturas de receção e acolhimento de uma forma que chega a descaracterizar o local. Os estudos já efetuados concluíram que o simples facto de um bem material ou imaterial passar a fazer parte de uma Lista Representativa da UNESCO cria imediatas condições para um crescimento exponencial de visitantes; nem sempre esses locais estão preparados para as enormes transformações que esse fluxo implica.

Vejamos mais de perto algumas realidades para se equacionar o problema de forma mais realista:



Figura 20 – Fotografias. Em baixo, os museus do Louvre (à esquerda) e do Prado (à direita). Em cima, à esquerda, o Valle dei Templi (Vale dos Templos) em Agrigento (Sicília, Itália), e à direita, a Ópera de Sidney (Austrália).¹¹

¹¹ Fontes: Vale dos Templos. Autor: Filipe Themudo Barata, 2015; Museu do Louvre (depositphotos_78864108-stock-photo-paris-louvre-museum-with-pyramid); Museu do Prado (prado-museum-madrid-spain-facade-cervantes-statue-38656107); Ópera de Sidney (sydney-opera-house, public domaine)

As duas imagens de baixo correspondem a dois museus muito conhecidos: à esquerda, o Museu do Louvre e, à direita, o Museu do Prado. Note-se que estamos a falar de cidades com populações muito semelhantes:

Quadro 9 – Número de habitantes nas áreas metropolitanas e nas cidades de Paris e Madrid

	Nº de habitantes	Cidade	Nº de habitantes
Grande Paris	7 200 000	Paris	2 148 271
Comunidade de Madrid	6 642 000	Madrid	3 166 000

(Fontes: <https://www.metropolegrandparis.fr/en>; [Habitantes de Madrid capital 2021 \(datos de población\) \(enterat.com\)](#))

A importância destes números é a de podermos confirmar que estamos em presença de 2 cidades semelhantes em termos de população e ambas com uma oferta museológica muito rica. Mas compare-se agora o número de visitantes destes dois museus:

Quadro 10 – Visitantes dos Museus do Prado e Louvre (2017 – 2019)

Museu	2017	2018	2019
Prado	2 824 404	2 892 937	3 203 417
Louvre	8 100 000	10 200 000	9 600 000

(Fontes: <https://www.statista.com/statistics/772093/evolution-from-the-visitors-of-the-museum-national-of-the-meadow-in-madrid/>; [Rapport d'activité 2019 \(louvre.fr\)](#))

Mais do que discutir os motivos desta desproporção, importa realçar o que esta correlação implica. De facto, apesar de difícil, uma cidade poderá “gerir” muito melhor o que se passa em Madrid do que quando defronta os números da capital francesa. Não admira por isso que algumas limitações que o Museu do Prado impõe no que respeita à mobilidade, em Paris, no Louvre, as obras de acesso aos sistemas de transporte e sistemas de entrada ao próprio museu tiveram de ser radicalmente alteradas.

Mas a situação é bem mais complexa do que pode parecer se quisermos medir os impactos culturais destas estruturas. Aí teremos de comparar o

número de empregos que um museu deste tipo oferece, as exposições que organiza, as articulações culturais que cria, o apoio escolar que providencia, a capacidade técnica que alberga com os restauros que faz, as ligações às redes sociais que promove, à centralidade que impõe. Repare-se nestes dados sobre as ligações às redes sociais que constam dos relatórios do Museu do Prado, o qual emprega cerca de 683 pessoas (!):

Quadro 11 – Seguidores das redes sociais do Museu do Prado*

Redes Sociais	2017	2018	2019
Facebook	954 634	982 376	999 468
Twitter	1 212 405	1 231 012	1 251 010
Instagram	168 714	386 113	593 795

*Informação anual do museu, 2019

Este quadro pretende pôr em evidência aspetos das indústrias culturais e criativas que tendem a passar despercebidos e dificilmente têm sido avaliados e medidos. Veja-se ainda em Espanha o papel de liderança, promoção e valorização que o Teatro de Mérida tem vindo a desempenhar no contexto do teatro nacional espanhol e percebe-se imediatamente as dificuldades de podermos avaliar o valor que estas atividades acrescentam.

Voltemos às fotografias que antes apresentámos (Figura 20). Em cima, à esquerda está uma imagem do Valle dei Templi (Vale dos Templos) em Agrigento (Sicília – Itália). Trata-se de uma localidade pequena com cerca de 59 593 indivíduos, mas que tem nos seus arredores um dos maiores conjuntos de monumentos da Grécia Antiga e de épocas posteriores. Além desta população, perto, chegam todos os anos milhares de migrantes, refugiados e emigrantes, que tentam chegar à Europa. Pouco a pouco, a cidade foi mudando a sua estrutura demográfica e, nos dias de hoje, a esses cerca de 60 mil habitantes há mais uns milhares dessas famílias que por lá vão ficando.

Vejam-se, primeiro, os números dos visitantes do Vale dos Templos:

Quadro 12 - Visitantes do Vale dos Templos, em Agrigento

Ano	Nº de visitantes
2017	857 333
2018	935 412
2019	956 578

(Fonte: [Visitatori e incassi, la Valle dei Templi si conferma "regina" di Sicilia \(agrigentonotizie.it\)](http://agrigentonotizie.it))

O mais interessante neste caso é que o município de Agrigento começou por se fixar na exclusividade da oferta cultural em torno da história da Grécia Antiga, esquecendo que o perfil demográfico da sua comunidade se ia transformando e, curiosamente, enriquecendo com cada vez maior diversidade. O interessante do processo, foi quando a edilidade, sem abandonar a oferta do Vale dos Templos, encetou, em 2019, um processo para tornar as CCI um dos centros do desenvolvimento local. É uma história para seguir no futuro com atenção.

Este ponto pretende chamar a atenção para 2 questões:

- As opções de políticas públicas são centrais para o papel que as CCI podem desempenhar;
- Essas opções exigem competências que, nem sempre, estão disponíveis.

O último exemplo é a da Opera de Sidney (Figura 20). Na Figura 21, apresenta-se a sinopse do último sumário publicado (2019/2020), o qual é um extraordinário exemplo de como uma obra de arquitetura absolutamente excelente conjugada com uma política cultural na área performativa pode mudar uma cidade. Foi o que aconteceu em Sidney com esta obra do arquiteto dinamarquês Jørn Utzon!



Figura 21 - O trabalho no âmbito das indústrias culturais e criativas da Ópera de Sidney (Fonte: 2019 – 2020 Annual Report Sydney Opera House. Financial Year 2019-20, p. 17 alterada)¹²

Notas Bibliográficas

Há duas referências que, historicamente merecem uma chamada especial de atenção por serem pioneiras na abordagem deste tema:

Vilar, E. R. (2007). Sobre a Economia da Cultura. *Comunicação & Cultura*, 3, pp. 131-144.

Augusto, M., & Associados. (2010). *O sector cultural e criativo em Portugal. Relatório Final*. Lisboa: Coordenação Geral de Augusto Mateus.

¹² <https://www.parliament.nsw.gov.au/tp/files/78845/2019-20%20Annual%20Report%20of%20the%20%20Sydney%20Opera%20House%20Trust.pdf>

A bibliografia sobre este tema tem vindo a crescer exponencialmente. As referências que aqui se deixam são as citadas neste texto, mas qualquer consulta na internet fornece imensa informação sobre o tema:

Lhermitte, M., Perrin, B., Blanc, S., & al. (2015). *Cultural times. The first global map of cultural and creative industries*. Paris: UNESCO.

Pasikowska-Schnass, M. (2019). *Employment in the cultural and creative sectors*. Bruxelas: Serviço de Investigação do Parlamento Europeu.

Consultants, T. (2014). *The economic contribution of the creative industries to EU GDP and employment Evolution 2008-2011, Forum d'Avignon "Culture is the future"*.

Van Antwerpen, J., Fesel, B., & Kaltenbach, L. (Edits.). (2015). The cultural and creative industries in Europe. *The ECBN manifesto 2015*. Obtido de https://ecbnetwork.eu/wp-content/uploads/2015/07/ECBN_manifesto-20151.pdf (acedido em abril 2021)

Van der Pol, H. (s.d.). *Key role of cultural and creative industries in the economy*. Paris: UNESCO.

1.3.2. Património cultural e economia. O caso do Turismo

A que propósito abordamos o Turismo quando tratamos do património cultural?

Nos nossos dias é impossível fugir deste assunto. Quando se classifica uma estrutura patrimonial, seja uma obra arquitetónica, uma paisagem, ou um bem imaterial, além da sua preservação e do valor identitário que ele tem ou possa ter, não fugimos à apreciação do valor económico que a sua simples existência e exploração pode representar.

Neste caso, escusado será dizer que o papel do turismo assume um papel essencial. Aliás, quando foram organizadas pela UNESCO as Listas Representativas não se fugiu ao problema e percebeu-se da importância que a entrada nas listas podia representar.

Costuma dizer-se que o turismo pretende responder a 3 perguntas: Como ir? Onde ficar? Que fazer? É este último ponto que interessa, particularmente ver, visitar e usufruir dos sítios culturais e do património cultural em geral.

É esta questão que aqui abordamos como um complemento do texto referente às indústrias culturais e criativas. Como se verá, este ponto é essencial para debater os problemas da capacidade de carga e outros semelhantes.

O turismo cultural em números

Para se ter uma dimensão desta relação entre o turismo e o património cultural é importante ter a noção dos números dos fluxos turísticos, pois eles introduzem uma dimensão incrível à gestão do património e têm, sobre ele, um impacto inesperado.

Há muitas instituições e grupos que produzem muita informação consistente, incluindo claro a quantitativa, sobre os movimentos do turismo. Há, todavia, uma organização produtora de informação, cujo dados podem ser usados de forma comparativa, o que é relevante. Trata-se da Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas¹³, mais uma das organizações especializadas da ONU. Anualmente, esta organização publica um balanço do turismo do ano anterior, numa publicação chamada “International Tourism Highlights, 2020” (ITH 2020). Vamos usar aqui alguns destes dados.

Desde logo, lembre-se que, a nível mundial, a importância do turismo é enorme: em 2004 já representava 9% do Produto Interno Bruto mundial e

¹³ UN-WTO: www.unwto.org

esse fator tem crescido e, talvez mais importante, 1 em cada 11 empregos, está ligado ao setor turístico. Em termos comparativos com outros setores repare-se, sempre segundo a ITH 2020 (p. 4 e em trilhões de dólares (“trillions”), como é maior do que a indústria alimentar e automóvel e com tendência crescente:

Quadro 13 – Dados, segundo a “International Tourism Highlights, 2020”

Setores	Dólares
Indústria petrolífera	2 310
Indústria química	2 194
Turismo Internacional	1 742
Indústria automóvel	1 528
Alimentação	1 502

Depois destes elementos importa saber porque se viaja, dado que serão esses viajantes os principais visitantes das estruturas ligadas ao património cultural (museus, monumentos, sítios, eventos públicos teatro popular, etc.). Há dados publicados muito esclarecedores sobre este assunto. Veja-se o quadro seguinte:

Quadro 14 – Turismo Internacional. Chegadas (1990 – 2004). Propósito da visita.

Atividades	1990	1995	2000	2002	2003	2004	IR % ^(a)	M (% ^(b))
Lazer, recreio e férias	243,5	283,6	351,5	356,3	349,8	383,1	50,1	4,6
Negócios / Profissional	60,4	82,0	112,1	112,9	111,2	119,3	15,6	3,7
Saúde, religião e outros	86,0	112,8	164,0	176,2	176,1	197,7	25,9	6,7
Não especificado	48,0	51,1	59,0	61,0	56,1	63,8	8,4	-
Total	437,8	539,6	686,7	706,4	693,2	763,9	100	4,6

Fonte: UN-WTO, ITH 2005; ^(a) IR-Importância relativa (%) em 2004; ^(b) M-Média de crescimento anual (%) 90-00.

Agora comparece com o ano de 2019, em que se percebe o crescimento das áreas de Lazer, Recreio e Férias, pois serão estes os principais potenciais visitantes das estruturas patrimoniais, embora algumas das motivações religiosas e até relativas à saúde também podem pressionar as mesmas estruturas.

Quadro 15 – Turismo Internacional. Chegadas (2019). Propósito da visita.

Atividades	2019 (%)
Lazer, recreio e férias	55
Negócios e Profissional	11
Saúde, religião outros	28
Não especificado	6
Total	100

Fonte: UN-WTO, ITH 2020

Escusado será dizer que estes elementos abrem a porta a políticas de turismo muito diferenciadas. Há países, como Portugal, que optaram, decididamente, por apoiar o seu crescimento no turismo, em que o património cultural tem um papel muito importante. Outros países apostaram noutro tipo de turismo, sem especial ligação ao património, enquanto outros pura e simplesmente, não estão interessados em promover este setor ou não têm condições para o fazer. Para limitar a comparação, vejam-se os elementos respeitantes aos países de língua oficial portuguesa (PALOPs) apresentados no Quadro 16.

Quadro 16 – Turismo Internacional dos PALOPs. Chegadas (2010, 2018 e 2019***, em milhões de habitantes).

Países	2010	2018	2019	População em 2019**	2019: Relação Chegadas/População (%)
Portugal	6,832	22,800	24,600	10,280	239,3
Angola	0,425	0,218	0,218	31,322	0,7
Brasil	5,161	6,621	6,353	211,100	3,0
Cabo Verde	0,336	-	-	0,550	-
Guiné Bissau	0,020	0,055	0,051	1,898	2,7
Moçambique	1,178	2,743	2,019	29,935	6,7
S. Tomé e Príncipe	0,008	0,033	-	0,213	15,5*
Timor	0,040	0,075	0,081	1,293	6,3

*Para o ano de 2018, já que não foram reportados dados para 2019

**Dados dos INE nacionais

***Fonte: ITH, 2020

Se levarmos em conta que os elementos dos três anos apresentados são reportados pelos próprios estados à Organização Mundial do Turismo, basta agora comparar. Claramente, Angola nunca apostou nem esteve interessada em promover políticas de turismo, embora o seu potencial de desenvolvimento (como se observa na última coluna) seja grande.

Entretanto, Portugal começa a aproximar-se do limite da sua capacidade de receção, já que a capacidade para receber e enquadrar visitantes tem evidente relação com a população residente. Por razões variadas, entre as quais as da segurança, o Brasil está muito aquém de poder ter um setor turístico mais pujante. Este exemplo serve para dar uma ideia da eventual pressão a que alguns elementos do património cultural podem, ou não, vir a estar sujeitos.

Noutro local dá-se conta do número de visitantes de museus com o objetivo de mostrar a pressão a que estão sujeitas este tipo de unidades. Claro que cedo se percebeu este problema e a Organização Mundial do Turismo e a

UNESCO, bem como as suas agências especializadas, foram das primeiras a estudar a questão, em pensar e em promover medidas de apoio e proteção. É o que se fará a seguir.

O património, o turismo e a ética

Desde há muitos anos que o ICOMOS¹⁴ estava atento ao problema dos impactos dos fluxos turísticos sobre o património cultural. Sendo a agência mundial encarregada da conservação e proteção dos monumentos e sítios e funcionando tantas vezes como a entidade que apoia tecnicamente a UNESCO não podia ser indiferente ao problema. Lembre-se que sendo uma organização não governamental, visa promover a aplicação de teorias, metodologias e técnicas científicas de conservação, tanto do património arquitetónico como do arqueológico (edifícios, cidades históricas, paisagens culturais e sítios arqueológicos), que, para esses efeitos, agrupa uma grande massa crítica de instituições e especialistas:

- 10 546 membros individuais de 151 países;
- 271 membros institucionais;
- 107 comités nacionais;
- 28 comités científicos.

Assim, logo em 1976, promoveu a primeira Carta do Turismo Cultural, que conheceu uma atualização na reunião havida na Cidade do México, em 1999, entre 17 e 23 de outubro, com a assinatura da Carta Internacional sobre o Turismo Cultural. Entre os 6 grandes princípios da Carta, ficam registados 3:

O primeiro (Princípio 1) refere-se ao facto dos monumentos e sítios deverem ser acessíveis ao público, pelo valor material e espiritual que incorporam:

¹⁴ www.icomos.org

“1.1. O património cultural é um recurso simultaneamente material e espiritual. É testemunho do desenvolvimento histórico. Desempenha um papel importante na vida contemporânea e deve ser acessível, física, intelectual e emocionalmente, ao grande público”.

Outro elemento a ter em conta é, sempre, o da preservação, havendo a consciência dos impactos negativos que também acarretam a acessibilidade. Diz o Princípio 2, numa passagem:

“2.2. A interação entre os recursos patrimoniais e o turismo é dinâmica e está em constante evolução, gerando oportunidades e desafios mas também, potenciais conflitos. Os projetos, atividades e desenvolvimento turísticos devem alcançar resultados positivos e limitar os impactes negativos que possam prejudicar o património e os modos de vida das comunidades de acolhimento, continuando a dar resposta positiva às necessidades e aspirações dos visitantes”.

Finalmente, o princípio do desenvolvimento sustentável a que devem obedecer a organização da acessibilidade e das receitas do sítio. É o conteúdo do Princípio 5:

“PRINCÍPIO 5

As atividades de turismo e a proteção do património cultural devem beneficiar as comunidades de acolhimento”.

Mas a própria Organização Mundial do Turismo não ficou à margem desta questão e produziu pouco antes da reunião do ICOMOS, em 1 de outubro de 1999, na Assembleia Geral que teve lugar em Santiago do Chile o chamado Código Mundial de Ética do Turismo:

- 1 – Contribuição do turismo para a compreensão e respeito mútuo entre homens e sociedades;
- 2 – O turismo, vetor de desenvolvimento individual e coletivo;
- 3 – O turismo fator de desenvolvimento sustentável;
- 4 – O turismo, utilizador do património cultural da humanidade e contribuindo para o seu enriquecimento;
- 5 – O turismo, atividade benéfica para os países e comunidades de acolhimento;
- 6 – Obrigações dos atores de desenvolvimento turístico;
- 7 – Direito ao turismo;
- 8 – Liberdade das deslocações turísticas;
- 9 – Direito dos trabalhadores e dos empresários da indústria turística;
- 10 – Aplicação dos princípios do Código mundial de ética ao turismo.

Em resumo, de uma forma mais subtil e menos ostensiva, o setor do turismo percebeu que tinha necessidade de impedir que os fluxos turísticos pudessem destruir os sítios visitáveis e, importa referir que, hoje em dia, muitos operadores são os primeiros a advertir os visitantes de sítios ou parque nacionais para os cuidados que devem ter para não criar impactos excessivos.

A realidade. O turismo e a pressão sobre os bens e estruturas do património cultural

Apesar das políticas de conservação e proteção, mesmo com um aumento da consciência cívica por parte dos visitantes, tendo em conta até as boas práticas que se vão alargando, não há dúvida que o património – de facto, os patrimónios – estão sujeitos a pressões vindas de todos os lados.

Neste caso, só serão observados os impactos provocados pelos movimentos turísticos que atingem todos os setores. Repare-se nos parques nacionais e tomem-se 2 exemplos: o Parque Nacional Kruger Park na África do Sul e o Parque Nacional Yellowstone, nos Estados Unidos da América.

A – O Parque Nacional Kruger

É um dos mais conhecidos e mais bem-sucedidos parques nacionais. Emprega cerca de 3000 pessoas e recebe um número de visitantes bastante grande. O que ele oferece é simples de explicar: contacto com a natureza. Basicamente oferece a possibilidade de se ver animais selvagens nos seus *habitats* e áreas para observação de pássaros ou somente de olhar e gozar a natureza. Estas atividades, tanto podem resultar de uma observação direta, com visitas organizadas, como de atividades de lazer ou desportivas integradas nos espaços naturais.

Estende-se por uma área de 350 km, no sentido Norte/Sul, por 60 km, de Leste a Oeste, o que representa uma área com quase 19.000 km². Tem 21 campos de acampamentos e 7 concessões privadas de hotelaria, mais 11 unidades hoteleiras, também privadas, para apoio a safaris. A sua grande riqueza e o seu verdadeiro centro de atenções é uma fauna riquíssima que vive no *bushvelt*, o planalto do Transval ocidental, caracterizado por colinas não muito pronunciadas com uma vegetação baixa de savana com arbustos e florestas com árvores, como o enorme embondeiro de folha caduca. É aí que vivem 33 espécies de anfíbios, 100 espécies de répteis, 45 de peixes, 450 de aves e 120 de mamíferos, entre os quais leopardos, leões, chitas, elefantes, crocodilos, etc.

Note-se que a decisão de criar o parque levou muito tempo a consolidar-se. Em 1898, Paul Kruger conseguiu fazer proclamar uma “Reserva Governamental” numa pequena região do Transval; foi a “Sabie Game Reserve”. Em 1903, a reserva alargou-se para uma região entre os rios Limpopo e Letaba, o que representava já uma área de 37.000 km². Mas só em 31 de maio de 1926, Piet Grobler proclamou a existência do Parque Nacional Kruger.

Os responsáveis do parque cedo perceberam os problemas, de natureza muito diversa, com que tinham de lidar. De facto, desde 1927 começaram a encarar-se as questões de desenvolvimento e gestão, com a construção dos primeiros alojamentos para turistas. Claro que os números de visitantes do Parque Kruger são muito impressionantes. Repare-se:

Quadro 17 – Número de visitantes do Kruger Park, entre 1948 e 2007

Ano	Nº de visitantes
1948	59.000
1955	100.000
1964	200.000
1968	300.000
1984	463.000
2007	1.396.000

(Fonte: <https://www.sanparks.org/parks/kruger/news.php?id=964> + Brett, 2018, p. 6)

Desde muito cedo, defrontaram as acusações de que a construção do parque se devia a uma simples vontade de criar uma reserva de caça e que os critérios de conservação eram completamente marginais. Mas, desde há muito tempo, ficou decidido que uma parte dos rendimentos do parque teria de reverter para os programas de proteção e sustentação da vida selvagem, sob pena de se perder a riqueza do próprio parque. É isto que faz desta experiência um caso especial de sucesso. À medida que os turistas aumentaram, foi necessário organizar um sistema cada vez mais complexo de receção, que incluiu a construção de uma rede de estradas e de caminhos para percursos, com sinalética adequada. Existem atualmente cerca de 2.400 km de estradas e pode chegar-se ao parque por vários meios, que vão dos voos locais, ao comboio, ao autocarro e ao automóvel. Em qualquer caso foi-se atenuando a presença potencialmente destrutiva dos turistas.

Entretanto, as questões com a gestão das espécies do parque muito depressa se mostraram relevantes. Era preciso fazer o inventário dessas espécies, conhecê-las, aprender a lidar com elas, resolver problemas

relacionados com a saúde de muitas delas e, finalmente, perceber a capacidade de carga do próprio parque. Assim, ao lado dos problemas económicos foi-se desenvolvendo um conhecimento das espécies que se tornou essencial para o sucesso do projeto. Problemas algo inesperados, como a ameaça da malária, também mereceram a atenção dos responsáveis.

Atualmente, os serviços que o parque presta são muito variados e seria longa a sua apresentação. Além da exploração turística, têm extrema importância os seus programas de Conservação e de Investigação Científica, definidos em planos precisos, os de proteção do Património Histórico e Cultural, outro sector de interesse que se vem desenvolvendo, os de Saúde, incluindo o apoio veterinário, os dedicados à Juventude e à Educação Ambiental, os de extensão à comunidade e os de promoção das atividades de fotografia e cinema. Além das políticas de conservação, a capacidade de sustentação dos parques sul-africanos é muito impressionante e, note-se, o Kruger, em 2007 nem sequer é o mais visitado. Na África do Sul, dependentes do serviço nacional de parques, existem 21 parques nacionais. O mais visitado é o chamado Mountain National Park, a Norte de Port Elizabeth, que registou, em 2007, o número surpreendente de 2.477.000 visitantes.

Posto de outra forma, desde cedo o parque teve de lidar com os problemas de conservação e acessibilidade, por isso, desde cedo foi definindo políticas muito precisas para evitar impactos negativos excessivos.

B – O Parque Nacional de Yellowstone

Este parque defrontou, antes até do Kruger problemas semelhantes. Primeiro tinha que gerir uma área muito grande, cerca de 8 992 km², numa área de 101 km numa linha de Norte a Sul e de 87 km no sentido Leste/Oeste, dividida por três estados: Wyoming, Idaho e Montana. O centro nevrálgico desta organização era e continua a ser o Centro Mammoth.

Depois de uma série de expedições e de uma luta política assinalável o Congresso americano decidiu, em 1 de março de 1872, criar o Yellowstone National Park. Muitas vezes, sofreu idênticas acusações sobre a vontade de criar uma reserva de proteção para a caça de ursos, mais do que a proteção dos sistemas naturais. Mas, desde cedo se comprovou que eram outros os objetivos da classificação.

O segundo diretor do parque, Philetus W. Norris (1877-1882), deu início a um programa de estudos científicos no parque, promovendo o levantamento de espécies e organizando medidas de conservação alargadas e, também aqui e desde cedo, este responsável começou a criar vias de passagem e acessibilidades para o parque, tanto para o pessoal de conservação e investigação como para os visitantes.

A curiosidade e procura do parque levou à criação dos Serviços Nacionais do Parque, em 1916, uns serviços de tipo militarizado que asseguravam a segurança do parque. A aposta na qualificação do parque foi uma vertente que nunca foi descurada. Logo em 1976, foi aceite como Reserva da Biosfera e dois anos depois, em 1978 entrou, como sítio, na Lista Representativa da UNESCO.

Lamentavelmente, em 1988, um grande fogo destruiu dois quintos do parque que teve de ser reflorestado; 4 anos depois, em 1992, já tinha 3 milhões de visitantes. Também neste parque, as políticas de conservação no sentido de evitar impactos excessivos por parte dos visitantes têm um lugar especial no trabalho regular do parque.

C – Quando o património cultural imaterial sofre a pressão dos mercados

Vimos ao longo deste texto referências ao impacto dos fluxos turísticos sobre o património arquitetónico e arqueológico (os monumentos e sítios) e, nos pontos anteriores alguns tópicos do impacto sobre o património natural. Observe-se agora como a esta pressão nem sequer escapa o património cultural imaterial.

O que este caso tem de surpreendente é que essa pressão exerce-se de uma forma que se diria “natural”, ou seja, a simples procura do produto no mercado do turismo, conduz à sua transformação e mesmo desaparecimento. Alguns exemplos ajudam a perceber a extensão deste fenómeno.

Tome-se o caso do que se passa em Cabo Verde, em que estas questões foram observadas no terreno. Falamos da industrialização, da transformação, da artificialização dos produtos artesanais e da incapacidade geral destes competirem no mercado global.

As quatro imagens que se seguem são relativas à produção de grogue da ilha de Santo Antão que tem fama, em Cabo Verde, de ser, provavelmente, um dos melhores que se produziam no país. As duas imagens do lado esquerdo, embora não sejam da ilha de Santo Antão, pretendem mostrar e representar o processo tradicional de se fazer o grogue, uma aguardente de cana, semelhante à cachaça e com um sabor parecido com a nossa aguardente. As imagens do lado direito são o resultado de uma procura alargada desta bebida que, para responder, teve de industrializar o seu processo de fabrico. Resultado? Com o tempo, vai-se perdendo conhecimento deste saber-fazer tradicional e os que trabalham na fábrica são operários que realizam partes do processo produtivo e deixam de estar ligados ao resultado final.



Figura 22 – Fotografias que representam a industrialização de produção de grogue de Cabo Verde: do saber-fazer à fábrica.¹⁵

O segundo fenómeno provocado pela pressão do mercado é a pressão pela transformação dos produtos tradicionais, em função da combinação de fatores convergentes: por um lado, uma parte da produção tradicional vai sendo substituída por outra considerada mais eficiente e, ao mesmo tempo, a procura dos turistas empurra o processo para produtos mais acessíveis em tipo e até em tamanho.

As fotografias que se seguem procuram representar esse percurso: de um lado, a produção tradicional de produtos em cerâmica para guardar cereais (mandioca ou batata doce, por exemplo) que, pouco a pouco, vão sendo

¹⁵ Fontes: em cima à direita e em baixo à esquerda: [Made in Cabo Verde: Processo de produção do grogue \(aguardente\)](#); em cima à esquerda: [PONCHE NAPOLEÃO - grogue de Ildo Benrós Silva - CABOVERDE - Ilha de S.Antao - Paul - 231364 - cape verde - capo verde](#); em baixo à direita: [SISA bebidas alcoolicas - Santo Antao - CABOVERDE - 211445 - Cabo verde](#)

substituídos por vasilhames de plástico. Ficam as artistas que sempre foram, como a Dona Luísa Mosso, oleira da Boa Vista, ou outras que têm de aprender a fazer objetos para os turistas que só compram “mais pequeno” e, geralmente, para decoração. Infelizmente, este fenómeno é muito comum e verifica-se um pouco por todo o lado e em todas as latitudes.



Figura 23 - Fotografias de uma olaria tradicional, representada à esquerda, comparada com outra mais vocacionada para os mercados artísticos e turísticos, na fotografia à direita.¹⁶

O terceiro fator de pressão relativo ao mercado turístico é o da artificialização. É bem ilustrado pelas 3 imagens que se seguem de um grupo de batucadeiras, sempre de Cabo Verde. As duas imagens superiores correspondem a grupos de batucadeiras que estão, basicamente, a treinar, ou a mostrar-se num espaço público limitado da sua vila ou aldeia. Percebe-se o lado autêntico, coeso, quase familiar destas primeiras imagens. As imagens pretendem consubstanciar o fenómeno da artificialização num contexto de espetáculo.

¹⁶ Fontes: à esquerda: [Cabo Verde Foto Galeria \(cabo-verde-foto.com\)](http://cabo-verde-foto.com); à direita: [Luísa Mosso – Manter viva a tradição da olaria da Boa Vista | Nós Genti Cabo Verde \(nosgenti.com\)](http://nosgenti.com)

De facto, subindo a um palco, perde-se autenticidade e espontaneidade, o que se ganha em profissionalismo e apresentação. Esta apresentação é feita fora da comunidade e cada vez fica mais distante a perceção de que esta forma de dança e construção de versos citados tem certamente origem nos terreiros de escravos que esperavam o destino em depósitos da cidade da Ribeira Grande de Santiago.



Figura 24 – Fotografias de batucadeiras de Cabo Verde, em ensaio ou apresentação na vila ou perante a comunidade, em cima; e em apresentação num palco, em baixo. A artificialização é patente.¹⁷

¹⁷ Fontes: em cima à esquerda: [Batukinhas Fidjus di Delta na RCV - festivalbatuco \(sapo.cv\)](http://festivalbatuco(sapo.cv);); em cima à direita: batucadeiras cabo verde - Google Search; em baixo, página inicial de: Batuco NG Balila - Finaçon, Batuque de cabo verde - YouTube

Finalmente, a questão da incapacidade de entrar nos mercados turísticos mais sofisticados. Repare-se nestas 2 imagens:



Figura 25 – Fotografias de dois “panos di terra” (em crioulo “pánu di téra”).¹⁸

Estes belíssimos panos, que eram usados em Cabo Verde e muitos países da costa Ocidental de África, além de serem extremamente populares eram orgulhosamente usados até como cintos pela própria juventude nos Anos 80 do século XX. À medida que se foram importando modelos de vestir que nem cintos usavam foi-se abandonando o uso destes panos que, cosidos, eram utilizados em muitos outros contextos. O problema é que ninguém pensou nesta questão, foi-se abandonando a produção tradicional e nunca foi possível transformá-lo num produto procurado como merecia.

¹⁸ Fontes: em cima: [No. 2 Panos de Cabo Verde - Calheta do S. Miguel - Santiago \[Kabuverdi - Kapverden CaboVerde Kapverdische Inseln Cabo Verde Caboverde Cape Verte Cape Verde\]](#); em baixo: [No. 7 Panos de Cabo Verde - Calheta do S. Miguel - Santiago \[Kabuverdi - Kapverden CaboVerde Kapverdische Inseln Cabo Verde Caboverde Cape Verte Cape Verde\]](#)

D – O pior é a perda da memória...

O último aspeto deste fenómeno ligado ao turismo e da pressão transformadora que provoca junto do património cultural imaterial é o da própria perda da memória. A razão é fácil de perceber. Afinal, os mercados turísticos tendem a normalizar a sua oferta. Apesar da existência de tanta variedade à escala mundial e mesmo dos diversos nichos de mercado, vai-se criando um “main stream” cultural que tende a esbater as diferenças.

A imagem que se segue pretende dar conta do contexto dessa corrente global, cujos elementos estruturantes são os símbolos, eventos, perceções que todos conhecem. Nestes símbolos globais vão-se perdendo as histórias individuais, desaparece a convivência à escala do bairro e da comunidade, deixam de interessar as bebidas que se produziam em casa e a cidade, pouco a pouco, deixa de ser a urbe à escala humana.



Figura 26 – Montagem que representam símbolos, eventos, perceções que todos conhecem Fonte: Google, (2021).

1.3.3. Património cultural e políticas públicas

A importância de uma nota prévia

Se há algum ponto que precisa de uma introdução é este. Por uma razão simples: as políticas públicas não são socialmente, economicamente e, claro, politicamente, neutras; elas implicam, de facto, uma visão dos problemas e das soluções que dependem de opções. Entretanto, há dados objetivos que não se podem ignorar, e caminhos, incluindo os legais, obrigatórios.

Fica, pois, prevenido o leitor.

Neste ponto, de discussão das políticas públicas, também importa lembrar que não há uma espécie de receituário para ser aplicado. Os países, as regiões e as cidades podem ter – normalmente têm – características muito diferentes e, em regra, também defrontam desafios e problemas diferenciados. Na Europa, por exemplo, há cidades que conhecem problemas de integração dos novos migrantes e têm de fazer face a crescimentos demográficos imparáveis, enquanto outras definham em termos populacionais, mas mantêm uma coesão social apreciável. Alguém imagina que podemos organizar ou promover políticas públicas exatamente iguais para estas duas realidades?

Fora desta vontade de encontrar a “receita”, fica a possibilidade de discutir princípios, regras e normas de atuação, que mudam, consoante a escala com que se lida com um território.

Neste texto só se irão abordar as políticas públicas à escala municipal, ou seja, as políticas públicas municipais, pois, as autarquias, juntamente com as freguesias, são as entidades que, estando mais próximos dos indivíduos, são as que mais e melhor podem influenciar a vida dos cidadãos, interessem-se ou não, pelo património cultural.

Conhecer o território e organizar a cidade. As bases de uma política pública dirigida às CCI, incluindo o património cultural

No dia 23 de outubro de 2020, foi publicada uma Resolução do Conselho de Ministros sobre o Programa “Saber-Fazer” (Resolução 89/2020), que pretende ser a base de desenvolvimento das artes e ofícios tradicionais para os anos 2021-2024. Independentemente da qualidade da Resolução é isto que, à escala de um Governo, se deve fazer, neste caso para uma parte do património imaterial: definir um conjunto de objetivos a alcançar, identificar os eixos prioritários de trabalho e as medidas mais relevantes a ter em conta e, finalmente, apontar alguma calendarização para o programa. É este o conteúdo da resolução.

Como é normal, teve de ser nomeada uma comissão para coordenar o programa, à qual cumpria assegurar que os objetivos seriam cumpridos. É a partir daqui que podemos começar a compreender as diferenças entre as práticas em diversos países e administrações e a percebermos como a formação dos agentes públicos e a forma como avaliam e aplicam a sua missão tem uma profunda relação com a forma como os estados estão organizados e concebem o poder: mais ou menos centralizado, mais ou menos autoritário, mais ou menos disponível para a negociação, mais ou menos transparente e um largo mais ou menos...

Julgo que todos estarão de acordo que um trabalho do género que a Resolução em causa propõe dificilmente poderá ser feito a partir do governo central. Quase sempre corre mal. Porquê? É que não basta fazer uns levantamentos de populações e empresas que trabalhem com o saber-fazer. Um programa deste tipo exige um conhecimento mais complexo que só à escala de uma região e mesmo de um município é possível realizar.

Então qual é esse conhecimento tão especial do território que é preciso deter?

Repare-se neste esquema que nos permite começar a aproximar da realidade:



Figura 27 - Território, inovação, economia e criatividade coletiva (Autores: Barata *et al.*, 2017)

O que significa este esquema? Conhecer um território e poder trabalhar no futuro, em especial com as atividades criativas e culturais e, claro, com o património cultural, exige muito mais que um simples conhecimento de números da demografia, pois remete-nos para a descrição e conhecimento de uma realidade complexa. Se nos mantivermos no quadro da Resolução 89/2020 do Conselho de Ministros, é preciso ser capaz de identificar os indivíduos, grupos e pequenas e médias empresas que trabalham e lidam com o saber-fazer, perceber as formas como estão, ou não, articulados, quais são os pontos de apoio inovadores mais interessantes e que têm trabalhado neste tema, saber identificar as parcerias e articulações que, formal e informalmente, se foram organizando. Só assim é possível medir a criatividade de uma comunidade e ser capaz de ajudar e participar na sua evolução.

Talvez esta complexidade torne difícil aos poderes locais aperceberem-se do potencial que o património cultural e as CCI do seu território têm. Para ser justo, é verdade que, por muitos lados, se começa a testemunhar estas novas formas de olhar a realidade, mas há um longo caminho a percorrer.

De uma VISÃO abstrata do território à operacionalização do trabalho

Estando em presença de novas formas de criar riqueza, estimular a qualidade de vida e organizar a sociedade, é sempre essencial fazer um bom diagnóstico, é verdade, mas também ter uma visão para a cidade e o que se pretende. Saber o que se quer fazer da cidade! Ter uma visão da cidade e do seu território é o primeiro passo.

Mas uma visão não se limita a uma ideia abstrata, antes implica ter a noção muito concreta do que é preciso fazer, nomeadamente, as medidas que é necessário tomar, se o pode fazer, se existem apoios políticos e sociais para a levar a cabo e como será possível promover um projeto deste tipo.

Depois, segue-se a fase de pensar o processo de implementar essa visão que inclui como se pode governar esta nova ideia central para a cidade, quais os instrumentos políticos, jurídicos e especialmente de financiamento de que se dispõe para concretizar essa visão e, finalmente, há a absoluta necessidade de ter capacidade de criar instrumentos de controle que permitam acompanhar o sucesso das novas opções. Esses indicadores, pois é disso que se trata, devem ser capazes de medir o processo de renovação da cidade e ajudar a apoiar novas medidas.

Esta forma de olhar para estas questões pode ser representada por um esquema, que é o seguinte:

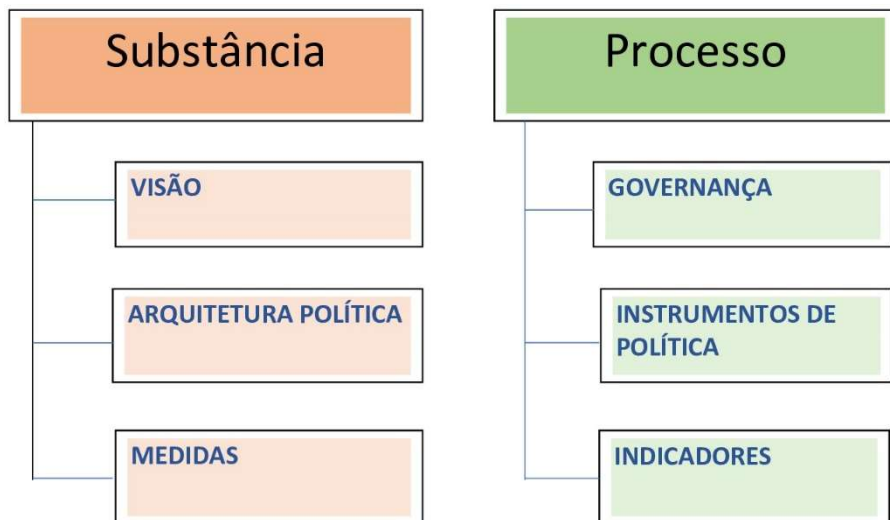


Figura 28 - Uma nova visão para a cidade: substância e processo (Autores: Barata *et al.*, 2017).

Esta visão é que permite acompanhar e avaliar as transformações dos centros urbanos e do seu território e estruturar essa nova visão e o lugar que nela tem as CCI, em geral, e o património cultural, em especial. Já antes se disse que as cidades vêm crescendo de uma forma exponencial, o que significa que a ela vão chegando indivíduos e grupos com formas de vida diferentes, valores culturais diversificados e práticas sociais também diversas.

Repare-se: uma parte substancial desses novos recém-chegados à cidade são oriundos de um mundo rural, em que as estruturas familiares têm grande estabilidade pessoal, lideradas, em regra, pelos mais velhos, deparam-se com sociedades de grande mobilidade pessoal, com estruturas verticais; de facto, vota-se agora para os sindicatos e para os representantes parlamentares mesmo sem os conhecermos pessoalmente. Ainda por cima, esperamos que nesta sociedade urbana diferente, esses *newcomers*, produzam artigos e bens para turistas e como se ainda vivessem nas suas aldeias ou vilas, numa espécie de economia da cultura artificial que, nestas

condições, é impossível de manter. Como se sabe, na cidade deixa de haver condições de produção de proximidade em que cada geração vai ensinando, de modo informal e em trabalho, a seguinte nos mistérios do seu saber-fazer.

É por isso que, hoje em dia, vai emergindo, com razão, a necessidade de promover o ensino formal, ou em contexto mais formal, desse saber tradicional. Daqui resulta uma outra característica desta nova visão da cidade que deverá sempre basear-se em 3 princípios fundamentais:



Figura 29 - Princípios centrais de uma nova visão da cidade (Autor: Filipe Themudo Barata, 2021).

Porquê estes? É a realidade da nova cidade: trabalhar com as novas tecnologias, sempre, com as quais as novas gerações têm uma capacidade reconhecida e com base nelas terão sempre mais possibilidades de arranjar emprego, muito especialmente em áreas relacionadas com o património cultural. Mas também são inclusivas, pois são fruto de negociação para acordar regras e procedimentos para todos os que vão chegando, evitando, por exemplo, que as comunidades se “guetizem” e finalmente, é fundamental a política de integração, pois esta implica a capacidade das autoridades em discutir com os habitantes e ser capaz de ajudar todos a viver com as diferenças.

Esta visão de que se vem tratando tem que se ancorar também na realidade que existe, sendo que a primeira de todas é a sua ancoragem cultural, ou seja, estar estreitamente ligada aos valores predominantes na cidade, que só assim se aprofundam as competências de criar políticas inclusivas e de integração. Mais um lugar em que o património está, muitas vezes, no centro das políticas e dos debates.

Como já se referiu (Barata *et al.*, 2017), não basta esta ligação cultural, pois é preciso perceber que estas políticas têm objetivos mais precisos: evitar que o fosso entre gerações aumente e seja possível articular formas tradicionais de produzir com os mais jovens, dar lugar à criação de negócios de perfil diferente e assentar em valores éticos reconhecidos.

Finalmente, importa lembrar que nesta fase de mudança e de criação de alternativas, a Organização das Nações Unidas promoveu a definição de um conjunto de objetivos para o desenvolvimento sustentável que se definiram como justos de alcançar para o ano de 2030 e que muitas sociedades aceitam tentar atingir.



Figura 30 – Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU) para 2030 (Fonte: UNESCO, 2021)

Este quadro é muito interessante e, à frente, como continuam a ser um referencial que a própria UNESCO vem tentando implementar, serão abordados, em especial para se perceberem as suas limitações no que se refere à importância do património cultural, que praticamente não é referido nestes objetivos para 2030.

A organização dos serviços e das infraestruturas

É fundamental discutir este ponto: como devem estar organizados os serviços públicos, em especial ao nível da cidade, para promover estas novas visões, incluindo o papel e o destino do património? A resposta não é tão direta quanto parece, pois há uma tradição de organização administrativa muito variada dos estados, seja a que nível for da administração. Há países em que a tradição é a de dar mais espaço à ação dos cidadãos, enquanto outros a restringem; nuns lugares a administração está muito hierarquizada, enquanto noutros é mais descentrada. Ora essas formas de organização e as tradições culturais que lhe estão na base são essenciais na organização dos serviços públicos.

Se olharmos agora para um universo mais amplo, é fácil percebermos essas diferenças: os países de língua oficial portuguesa, todos, têm uma tendência em que é menor a possibilidade de intervenção dos cidadãos, se comparados com os países de tradição anglo-saxónica. A meio caminho entre as duas, poderíamos colocar, com cambiantes, a França, a Itália ou a Alemanha, ou até os países escandinavos.

Não é este o lugar para discutir, em concreto, a organização dos serviços. Todos os municípios têm os seus serviços educativos, museus, galerias, salas de exposições, gestão de espaços públicos de carácter cultural e outros. Agora, pretende-se discutir como uma cidade, ou um poder político local que quer defender uma nova visão para a sua cidade tem que dispor e disponibilizar serviços para poder assegurar 2 propósitos:

- Criar mecanismos de audição, mediação e negociação permanente ou regular;

- Desenvolver matrizes de avaliação do trabalho ou dos outros que delega.

O primeiro será tratado no ponto seguinte, pelo que, agora, importa tratar dos modelos, matrizes e esquemas que permitam saber se os objetivos estão a ser alcançados com qualidade.

Normalmente, os dados com que os municípios trabalham são os mais acessíveis e comuns. Dados sobre despesas e receitas, financiamentos, empregos gerados, visitantes, etc. É certo que daqui se podem extrair algumas conclusões e indicações, mas estamos longe de poder perceber a sustentabilidade do caminho escolhido. Uma localidade pode ter um sítio, um monumento, ou um museu muito visitado e é nele que se concentra o interesse dos visitantes e as vantagens de um número restrito de indivíduos ou empresas. Aliás, como se mostra no texto sobre a capacidade de carga das estruturas patrimoniais, estas situações tendem, com o tempo, a criar verdadeiros desequilíbrios cujos impactos, depois, é difícil minimizar. Como também se referiu, quando um museu, mesmo como o Louvre, consegue atrair mais de 10 milhões de visitantes por ano, isto obriga a tomar medidas especiais, no contexto da própria cidade para lhe fazer frente.

Por isso, na Europa, nos nossos dias, cada região é obrigada a fazer um exercício muito interessante: através de discussões com a população, com as empresas e outros interessados, têm de decidir qual será o que se chama a sua “especialização inteligente” (*smart specialization*). É para estas áreas que devem ser dirigidas muitas das fontes de financiamento disponíveis. No Alentejo, por exemplo, o património cultural foi uma dessas áreas prioritárias.

Então, que dados é preciso conhecer para acompanhar a tal nova visão? Repare no seguinte esquema:



Figura 31 – A cidade, o território e o seu potencial (Autores: Barata *et al.*, 2017, p. 27).

Se conjugarmos o conteúdo desta figura com o da Figura 28 talvez seja mais perceptível a forma de construir indicadores. Só é possível inovar e criar políticas inovadoras ligadas à cultura e ao património se estivermos bem cientes dos recursos humanos, naturais, sociais e financeiros que existem no território. Mas a promoção dessas dinâmicas e fatores, que permitem incentivar e apelar à criatividade coletiva, só é eficaz quando temos dados seguros sobre os interessados, empresas e associações que trabalham nessas áreas e as parcerias que existem, ou é possível organizar.

Para o Mediterrâneo, num projeto com alguns anos, fez-se uma tentativa para criar esses indicadores que permitissem definir um modelo para uma região específica (Barata *et al.*, 2017).¹⁹

¹⁹ Barata, F. T., Marsh, J., Molinari, F., & Cabeça, S. (2017). *Creative Innovation and Related Living Lab Experiences. A Mediterranean Model*. Évora: Cátedra UNESCO.

A procura e identificação desses dados tem vindo a ser objeto de grande investigação e de muitos trabalhos experimentais. A UNESCO, mais uma vez, também criou uma matriz baseada em indicadores que lhe permitam acompanhar as políticas culturais de muitos países. Usou e baseou-se, neste caso, nas famosas caixas dos objetivos do desenvolvimento sustentável e nos seus conteúdos. Deste modo, tem sido capaz de ser um parceiro muito útil para com os países que apoia, medindo a evolução das políticas culturais com dados bastante mais objetivos.

A complexidade da matriz não dispensava um manual para a sua utilização: *Indicators Culture 2030* (UNESCO, Paris, 2019). Este quadro (Quadro 18) suscita muitos comentários, a começar pela verdadeira crítica à decisão de 2015 ao não ter incluído o património nos objetivos de sustentabilidade para 2030. Além disso, cada um dos grupos de indicadores está referenciado com mais do que umas das “caixas” desses objetivos, já que a matriz pretende responder a esses propósitos. O risco é de a matriz transformar-se numa estrutura de análise artificial, ao incluir conteúdos que, de facto, não estavam incluídos nos descritores.

Mas o ponto principal que importa assinalar é que, com o tempo, muitas organizações e grupos de investigadores vão conseguindo organizar matrizes de avaliação bastante complexas, é certo, mas essenciais para acompanhar novos modelos de gestão e organização do património e da própria cidade.

Mas, na cidade, para promover estas novas visões, que são novas políticas, é preciso organizar práticas e dinâmicas que, normalmente, não existem. É o que trata o ponto seguinte.

Quadro 18 – Matriz UNESCO (simplificada) de indicadores temáticos para a cultura 2030 (Fonte: *Indicateurs Culture*, 2019, p. 2)

Grupos de Indicadores	Ambiente e Resiliência	Prosperidade e Recursos	Conhecimento e Competências	Inclusão e Participação
Indicadores	1 Despesas com o património	6 Cultura no PIB	13 Educação para o DS*	18 Cultura e coesão social
	2 Gestão sustentável do património	7 Emprego cultural	14 Conhecimento cultural	19 Liberdade artística
	3 Adaptação às mudanças climáticas e resiliência	8 Empresas culturais	15 Educação multilingues	20 Acesso à cultura
	4 Equipamentos culturais	9 Gastos domésticos	16 Educação cultural e artística	21 Participação cultural
	5 Espaços públicos para a cultura	10 Troca de bens e serviços culturais	17 Formação cultural	22 Processos participativos
		11 Finanças públicas para a cultura		
		12 Governança da cultura		

*DS - Desenvolvimento sustentável

Instrumentos e formas de implementação de políticas

Como se compreende, não é só com as estruturas conhecidas, que existem na maior parte das atuais cidades, que se conseguem organizar estas políticas em que se pretendem ouvir os interessados, todos os interessados, e, criar essas políticas inovadoras, inclusivas e integrativas. É preciso perceber que, nos dias de hoje, tomar decisões sem essa agenda de

negociação só conduz a resultados negativos. É por aqui que entram os comportamentos irracionais, o crescimento dos guetos nas cidades, a segregação social e, de um modo geral, a intolerância.

Existe um outro lado da questão que é surpreendente e que a história demonstrou a sua pertinência, conforme, aliás, se referiu a propósito da evolução e mudança das identidades e do conceito de património. De facto, há 3 grandes princípios que importa enunciar quando falamos de mudanças e de património cultural:

- As identidades mudam e fundem-se umas com as outras;
- Os grupos e as suas lideranças tendem a adaptar-se à realidade em que vivem;
- O património cultural é, em última análise, uma construção social.

Por isso, há um terreno apropriado para poder implementar estas novas visões, mas a mais importante de todas talvez seja a necessidade de negociar. Mas, a seguir, pergunta-se: mas negociar o quê? E com quem?

Os exemplos que no ponto seguinte se abordam mostram o amplo território que está em aberto, mas vejamos a resposta à primeira questão, ou seja, que matérias são negociáveis. O que se segue não esgota, claro, o campo da negociação, mas dá-nos uma ideia da sua importância. As matérias que importa discutir? Eis algumas:

- A legislação local e regional sobre património cultural nas suas múltiplas vertentes (classificação, acessos, beneficiários, direitos, etc.).
- Como ampliar os laços entre as diferentes comunidades tentando, por exemplo, articular o respeito por práticas sociais e religiosas de todos.
- Como melhorar as especializações e conhecimentos tradicionais das comunidades de modo a trazer vantagens comparativas e

benefícios para a cidade, nomeadamente, avaliando as competências profissionais de origem.

- Melhorar os usos das várias tecnologias e em especial da digital de modo a reduzir os impactos das megacidades.
- Discutir e promover políticas de cooperação entre gerações.
- Discutir a forma de criar novos mecanismos de informação e negociação entre os diferentes interessados da cidade.
- Promover o envolvimento dos cidadãos na vida da cidade e ajudar a criar parcerias entre os vários grupos e comunidades.

Este conjunto interminável de temas justifica a segunda questão de se saber com quem negociar. O objetivo é o de perceber que, nesta cidade, como em quase todas as cidades, existem diferentes pontos de vista, perspetivas de vida, responsabilidades, redes, tendências, numa palavra: variedade. Mas, curiosamente, a resposta é mais simples:

- **1. COM QUEM DECIDE O FUTURO DA CIDADE.** Nomeadamente forças políticas, órgãos municipais e poderes de todo o tipo.
- **2. COM OS QUE “PENSAM” A CIDADE.** Como sejam os académicos, os urbanistas e os técnicos municipais, entre outros
- **3. COM OS QUE VIVEM NA CIDADE.** Os habitantes, claro, mas, muitas vezes, as organizações e grupos, formais ou não, como as associações culturais de todo o tipo em que os habitantes se reúnem.

A primeira reação é de pensar que tudo isto implica uma espécie de negociação permanente. Resposta: é verdade e vai ser este o perfil da nova cidade, em que a negociação e as regras da democracia são a única saída para a paz e a preservação do património cultural.

É óbvio que, também aqui, não há uma receita para promover organizações de negociação, mas podem ser definidos um conjunto de princípios e

regras, sendo que as práticas existentes em todas as sociedades condicionam a bondade e a eficácia das soluções.

- As unidades (centros, associações, fóruns, instituições públicas ou privadas) devem ter sempre uma estrutura simples, clara e flexível.
- Podem ser variadas, tendo em conta o tipo de interessados e a implementação dos objetivos que, neste caso, se devem relacionar com o património cultural.
- É importante que nessas organizações se abordem e debatam as prioridades da conservação do património, as exigências de restauro, as políticas da sua valorização e as práticas imateriais que importa defender pela cidade.
- É nestas unidades que se discutem as diferentes perspetivas, opiniões e interesses sempre relativos às políticas patrimoniais.
- Finalmente, não se podem evitar e, ao contrário, devem ser estimulados os debates em torno da produção dos normativos locais sobre património, as formas de gestão, os meios financeiros e os usos que o património cultural sempre implica.

Na prática, já se desenvolveram muitos instrumentos para este tipo de políticas, dado que, felizmente, muitas cidades têm tentado implementar processos de negociação com esse fim. É neste quadro que se fala dos laboratórios vivos, da importância da mediação e intermediação cultural e dos processos participativos que noutro ponto serão tratados.

Experiências ... Inovação e participação

Para dar sentido ao que se disse, seguem-se 3 exemplos de políticas públicas inovadoras, em que o património cultural tem um lugar central. Podiam ser escolhidas mais, mas o objetivo destes exemplos também é o de exemplificar 3 situações particulares: a primeira em que uma cidade decidiu colocar o património cultural como o pilar central do seu desenvolvimento; uma segunda, a de uma cidade brasileira que

desenvolveu políticas de conservação do saber-fazer tradicional que pode ser considerada muito inovadora; o terceiro exemplo é o de um projeto do património que, com o tempo, tornou-se praticamente o centro da política cultural de um país, pela importância que teve.

Os exemplos também servem para perceber que os princípios e regras se adaptam com uma geometria variável, dependendo dos contextos de cada um.

A – O primeiro PDM de Évora. Uma experiência irrepetível

Nos finais dos Anos 70 e princípios dos Anos 80 do século XX, os municípios portugueses foram confrontados com a necessidade de produzir um documento novo, que deveria traçar o perfil global e as características de cada concelho e definir os usos do território e, numa palavra, escolher prioridades para o futuro. Era o tempo dos Planos Diretores Municipais (PDM).

Por esses anos, Évora conhecia uma clara situação de degradação: desde 1960, a cidade dentro das muralhas, que então tinha cerca de 18.600 habitantes estava a perder claramente população, que já se encontrava bastante envelhecida (17,6% das pessoas já tinha mais de 65 anos) e assistia à progressiva substituição de zonas residenciais por serviços. Segundo dados da autarquia, 38 % das famílias tinham rendimentos muito baixos, o investimento era também pequeno, mesmo aquele que se dirigia ao Turismo e eram evidentes as dificuldades de preservar o património cultural da cidade, em relação ao qual havia uma clara perceção da sua importância. Note-se que havia dificuldades adicionais que não facilitavam a resolução técnica dos estrangulamentos; um exemplo: 75% das ruas da cidade, cerca de 13 km, tinham menos de 5 metros de largura!

Por motivos que nem sempre é fácil de explicar, a cidade de Évora não teve outro remédio senão inovar. E inovou! Segundo os testemunhos de quem viveu o processo, os responsáveis autárquicos de então debateram os problemas que defrontavam e rapidamente emergiram dois pontos que era

preciso defrontar: o primeiro era o de ligarem os 14 bairros ilegais que se foram construindo na envolvente da cidade num todo coerente; o segundo foi quase uma surpresa: a cidade não dispunha de quadros técnicos competentes e atualizados para proceder aos estudos e reformas que era necessário fazer.

Esta lucidez em avaliar com esta clareza a situação, talvez só tenha sido possível por ser uma autarquia integrada por gente muito jovem e sem medo de inovar. E, ainda por cima, o município decidiu lançar um concurso internacional para elaborar um Plano Estratégico que, posteriormente foi o PDM da cidade. O concurso foi ganho por um grupo liderado pelo atelier do arquiteto Bruno Soares, mais uma vez um grupo de gente nova e disponível.

Os estudos preparatórios desse primeiro Plano Diretor Municipal, o qual veio a ser aprovado pela Portaria nº 5/85 de 2 de janeiro, são um marco importante do que de bom e bem se fez em Portugal desde 1974. É que foi no quadro da elaboração do PDM que se construiu a candidatura à UNESCO do Centro Histórico de Évora (CHE), que é de 26 de fevereiro de 1985, e a decisão de inclusão na lista foi tomada na sessão do Comité do Património Mundial, que se reuniu entre 24 e 28 de novembro de 1986.

Mas importa chamar a atenção para outros aspetos relevantes. O primeiro é que a própria noção de desenvolvimento sustentado ainda não fazia parte do nosso vocabulário corrente; o Relatório Brundland, por exemplo, como ficou conhecido o documento com o título “O Nosso Futuro Comum” em que essa expressão, pela primeira vez, será consagrada, é de 1987. Por essa altura, a prática corrente da UNESCO era a de incluir na lista do Património Mundial estruturas magníficas, ou seja, obras arquitetónicas consideradas de génio; Portugal tinha 3 obras deste tipo na referida lista: o Convento de Cristo em Tomar, o Mosteiro da Batalha e o Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém; em 1989, voltou a apresentar outro monumento arquitetónico: o Mosteiro de Alcobaça.

Outra limitação clara era a inexistência de instrumentos jurídicos de classificação. Então, na lei portuguesa, os únicos níveis de classificação para

edifícios era o de Monumento Nacional e o de Imóvel de Interesse Público, mal-adaptados à noção de centro histórico, ou seja, um conjunto que o município de Évora pretendia abordar. Lembre-se que a Lei portuguesa do Património Cultural (Lei 13/85) também é posterior a este propósito municipal. Quando o projeto terminou, ainda não havia a lei de enquadramento do PDM! Aliás, a lei portuguesa vai buscar precisamente a sua inspiração ao plano de Évora.

Entretanto, as primeiras decisões debruçaram-se sobre as grandes opções políticas do que se pretendia. Segundo um relatório então produzido e reconhecendo haver edifícios de grande valor individual, dizia-se:

“é o conjunto da cidade, pelas características das suas ruas, da sua arquitectura, pela sua silhueta, que constitui um valor único no país. É neste sentido que a protecção dos valores aquitectónicos e urbanísticos de Évora se terá de fazer no conjunto da cidade e não apenas em relação aos monumentos classificados”

Neste quadro, as opções gerais foram claras. Assim:

- O Centro Histórico de Évora (CHE) deveria ser valorizado tendo em atenção que ele seria o centro principal da área urbana;
- A proteção e valorização do património cultural e ambiental deveria ser um eixo essencial do PDM;
- A recuperação do CHE implicaria sempre uma revitalização económica e social do concelho;
- A consolidação deste processo deveria traduzir-se por políticas de não expulsão de moradores;
- Este processo assentava na aceitação da sua complexidade e na multiplicidade de intervenções;
- Reconhecia-se a necessidade de identificar os recursos avultados para que este processo tivesse sucesso;

- Introduzia-se a ideia de Planeamento Contínuo, dado que havia a consciência de adaptar o PDM às mudanças.

O passo seguinte foi a elaboração de um diagnóstico síntese, tendo o município chegado à conclusão da necessidade de, além do PDM, elaborar um Plano de Circulação e Transportes da Cidade e Reorganizar os serviços municipais em função dessas novas opções. Assinale-se, a este propósito, que, na ocasião, foi elaborado um estudo que compara os transportes em Évora e em Montpellier, considerando o desenvolvimento sustentável (*Seminários Desenvolvimento Sustentável - Inovação 1*, IST PRESS, 2007).

Talvez mais importante do que o próprio projeto foi a forma como decorreu: se há uma ideia do que é a negociação permanente, estude-se o caso de Évora: não houve uma única decisão que tenha afetado uma freguesia sem que, antes, não fosse tudo negociado; outro exemplo: as regras de condicionamento de circulação de táxis e os direitos de estacionamento e acesso de veículos de moradores foram decretados, depois de inúmeras reuniões com proprietários de táxis e moradores. Nos registos do atelier do arquiteto Bruno Soares contam-se às centenas as reuniões havidas para articular e negociar interesses, perspetivas e pontos de vista.

Posteriormente, com apoio da UNESCO, um dia a cidade acordou com um atelier de arquitetos sediado em Paris com a responsabilidade de elaborar um projeto piloto para aferir condições práticas de intervenção nos edifícios do centro histórico. Tratou-se de um projeto piloto de recuperação da autoria dos arquitetos Rainer Verbizh e Francesco Marconi e do fotógrafo Enrico Marconi, realizado em setembro de 1981. De facto, para a UNESCO no quadro do programa “Établissements humains et environment” e em resultado de duas “visita de estudo”, uma primeira em 1980 e outra no ano seguinte, criou-se uma área piloto que tinha início no Largo Severim de Faria.

O trabalho deste atelier, em articulação com o município, pode resumir-se do seguinte modo:

- Primeiro, procedeu-se ao levantamento de habitações e conjuntos habitacionais;
- Seguidamente, analisou-se o estado construtivo e sanitário da área;
- Passaram em seguida à discussão das soluções técnicas possíveis;
- Nesse contexto, escolheram-se alguns edifícios e espaços para intervenções piloto;
- Depois, produziram-se desenhos sobre as soluções técnicas possíveis e que serviram de base para as reuniões com o Presidente do município;
- No momento seguinte inaugurou-se uma exposição, na Câmara, com esses desenhos;
- Seguiu-se a realização de um seminário muito especial, que decorreu entre setembro de 1981 e janeiro de 1982, destinado à apreciação do projeto, em desenhos, para a população e especialistas se inteirarem do seu conteúdo;
- Prepararam-se algumas intervenções concretas, tendo o cuidado de criar grupos de trabalho específicos; um deles, por exemplo, era composto por artesãos.

Em resumo: pela primeira vez, em Portugal e no mundo, um município tinha decidido, basear o seu desenvolvimento no património cultural. Fê-lo em articulação com a população e respeitou as melhores práticas técnicas. Era uma novidade, mostrando que havia uma área da economia da cultura que era possível desenvolver.

Para celebrar esse marco cultural e a importância que ele tinha e era por todos percebida, resolveu-se convidar um arquiteto para criar uma obra que simbolizasse essa relação do passado com o presente e o futuro e a capacidade do ser humano para, quando quer, inovar. Foi convidado um arquiteto que então não era muito conhecido, mas que o município de Évora já julgava de grande qualidade.

Como se sabe, o convite foi dirigido ao Arquiteto Álvaro Siza Vieira e foi do seu atelier o projeto do Bairro da Malagueira. Foi o seu grande primeiro prémio de reconhecimento internacional!

Nota Bibliográfica

Quem quiser acompanhar este processo, pode assistir a um vídeo clip em que são entrevistados os principais intervenientes deste processo:

<https://www.youtube.com/watch?v=QhR8NAO0rOA>

Em todo este processo, teve muita importância o levantamento do património de Évora feito por Túlio Espanca:

Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. VII. Concelho de Évora*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.

B – Práticas inovadoras. A defesa do saber-fazer tradicional em Fortaleza (Ceará-Brasil)

No contexto da legislação federal brasileira, em 11 de março de 2008, foi publicada a Lei Municipal nº 9 347 que permite à Prefeitura de Fortaleza (Ceará, Brasil) classificar e registar o património histórico e cultural de interesse para a cidade. Posteriormente, em 2013, a 5 de junho, a Lei Municipal nº 10 049 estende os seus deveres ao chamado “Património Vivo”, ou seja, o imaterial, sempre através dos instrumentos que tem o direito de utilizar: o inventário e o registo.

No inventário, o município deve clarificar as formas em que esse património se manifesta, como se transmite entre as gerações, como é praticado e as dificuldades que encontra, além de identificar os praticantes, sejam indivíduos, grupos ou comunidades.

Talvez mais inovador foi a forma de registo dos bens culturais imateriais que a Lei Municipal 9 347/2008 instituiu; consoante as suas características, eles podem ser inscritos num dos seguintes cinco livros:

I - Livro de Registo dos Saberes, vocacionado para a inscrição dos conhecimentos e dos modos de fazer comuns do quotidiano da comunidade;

II - Livro de Registo das Celebrações, para a inscrição dos rituais e das festas (de trabalho, religiosidade, entretenimento ou outras);

III - Livro de Registo das Formas de Expressão, para a inscrição das manifestações literárias, musicais, plásticas, cénicas e lúdicas;

IV - Livro de Registo dos Lugares, vocacionado para a inscrição dos mercados, feiras, santuários, praças e outros espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas;

V – Livro de Patrimônio Vivo, este destinado à inscrição de pessoas que são detentoras de conhecimentos, práticas ou técnicas que contribuem para a preservação da memória e da pluralidade artístico-cultural da cidade e território de Fortaleza.

A legislação municipal indica, em detalhe, a forma como cada processo deve ser organizado, quem tem o direito de fazer as propostas de inscrição e como é o processo de decisão. Além de Fortaleza, há outras cidades brasileiras, que tentam também implementar este processo, embora com resultados e eficiência muito diferentes.

Todavia, dado o aspeto especialmente inovador do que se passa em Fortaleza, é interessante seguir mais de perto como decorre, na prática, um processo deste tipo, por exemplo, de um saber-fazer, mesmo que de uma forma resumida.

Nesse caso, o Município, tendo inventariado muitos dos indivíduos que dominam um certo saber-fazer, resolve lançar um Aviso de candidatura para esse conhecimento a fim de o inscrever no Livro do Patrimônio Vivo.

Os especialistas tradicionais dessa área, informados, resolvem apresentar-se a concurso e, como muitos não sabem ler e escrever, têm de socorrer-se de gente que conhece o processo e os pode ajudar. Em resposta ao Aviso (o edital do concurso) apresentado, este é encaminhado para um comitê consultivo, que engloba especialistas e acadêmicos que dão um parecer sobre a coerência e pertinência da candidatura.

Só então se toma, a nível municipal, uma decisão, sempre seguindo uma tramitação burocrática bastante bem identificada. Pelo meio, os próprios membros que trabalham nesse saber-fazer tradicional, têm de votar se consideram idóneo o candidato escolhido.

Assim, quem fica inscrito nesse honroso livro municipal, além de um prestígio pessoal, social e profissional evidente, fica com a obrigação de, nas escolas, com regularidade, dinamizar sessões com as crianças, chamando a atenção para o setor do saber-fazer tradicional.

É certo que existem outros países em que políticas semelhantes estão a ser implementadas; a Roménia é um desses exemplos. Mas, o interesse do caso brasileiro é a forma institucionalizada como o sistema tem vindo a funcionar e com algum sucesso.

Nota Bibliográfica

Veja-se a página eletrónica da Prefeitura de Fortaleza:

<https://cultura.fortaleza.ce.gov.br/patrimonio-cultural?id=18:patrimonio-imaterial>

Sobre este tema, há inúmeras teses sobre Fortaleza e os problemas que a aplicação da lei e a construção dos livros do património imaterial implica. Por todos, vejamos duas:

Costa, R. V. (2017). O registro do património imaterial como mecanismo de reconhecimento de direitos intelectuais coletivos de povos e comunidades tradicionais: os efeitos do instrumento sob a

ótica dos direitos culturais. *Tese de doutoramento*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Pereira, M. d. (2018). A trajetória da lei do registro do património vivo do RN – RPV (2007-2017): uma avaliação de implementação. *Tese de doutoramento*. Natal: Universidade Federal e Rio Grande do Norte.

C – A Cidade Velha. Um projeto no centro das políticas culturais de Cabo Verde

O caso da Ribeira Grande de Santiago, ou Cidade Velha, como é conhecida a localidade, é muito interessante a vários títulos. Encontra-se a poucos quilómetros da capital do país, a Cidade da Praia, e era a antiga capital, neste caso, a capital de outra realidade, de outro contexto, de outros poderes e de outras lutas. De facto, à medida que o comércio de escravos português se foi desenvolvendo, a Cidade da Ribeira Grande, hoje também conhecida como Cidade Velha, desempenhava um papel primordial: era lá que se “depositavam” muitos dos escravos comprados, ou capturados, no continente africano e era de lá que iam, para as costas do Brasil e das Caraíbas, que eram transportados e vendidos como escravos para trabalhar especialmente nas plantações de cana-de-açúcar, ou outras. Só quando o tráfico escravagista foi desaparecendo é que a capital da colónia portuguesa foi mudando para a Praia. Por isso, nos inícios do século XX, a Ribeira Grande encontrava-se muito abandonada e as ruínas predominavam. Então porque se voltou a erguer?

A resposta é muito mais importante que a própria pergunta! Porque, ao longo do século XX, intelectuais como João Lopes, um dos dirigentes do movimento (e revista) *Claridade*, foram desenvolvendo a ideia de que foi na Cidade Velha que se criaram as primeiras raízes dos grupos que tinham de resistir e sobreviver aos maus tratos que lhes eram infligidos, mas, ao mesmo tempo, também iam criando e praticando processos de encontros culturais comuns que desembocaram numa ideia de identidade específica,

primeiro, e direito à legitimidade de uma autonomia, leia-se independência, no momento seguinte.

Se quisermos, recuperar a Cidade Velha seria voltar às raízes da criação de um país e de uma comunidade nacional. Daqui resulta a grande importância que este sítio tem, independentemente do tamanho do espaço urbano concreto atual. A quem visita a cidade, ainda é perceptível o que este lugar teria sido, dado que muitas das construções da época colonial estão de pé, ou a sua imponência é visível por entre as ruínas.

Hoje, são claramente visíveis como monumentos arquitetónicos:

- A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, contruída em 1495 e que servia a poderosa Confraria de Nossa Senhora do Rosário;
- A Igreja e Convento de São Francisco, erguida por volta de 1640 para os frades franciscanos. Destruído o complexo por um corsário francês, em 1712, foi definitivamente arruinada pelo temporal de 1754, ficando de pé parte da Igreja;
- As ruínas da Sé Catedral. Esta belíssima construção, cujas obras se iniciaram por volta de 1556 e só terminaram em 1700, esteve pouco tempo intacta, já que o referido corsário francês, Jacques Cassard a arruinou em 1712;
- O Pelourinho ou “Picota”, que data de 1512;
- A Fortaleza Real de São Filipe, abaluartado e de planta poligonal, de facto, é um belíssimo sistema de defesa, cujo complexo compreende mais 6 pequenos fortes, viu os trabalhos iniciarem-se em 1587 e sofreu recentes obras de conservação da autoria de arquitetos espanhóis;
- A Rua das Bananas e a Rua Carreira, uma das vias que se mantém com alguma da autenticidade primitiva, representaria as cerca de 500 boas residências que outrora teriam existido no local.

Depois dos trabalhos arqueológicos, ainda foi possível identificar o Forte do Santo António e a Ermida com o mesmo nome (Ermida de Santo António). Talvez, ainda mais interessante é o sistema de socacos que rodeia a cidade, em que ainda é possível ver e compreender o sistema hidráulico que o servia, embora não tenha tido muitos trabalhos de conservação e proteção.

Não seria raro existirem na cidade alguns milhares de escravos, entre os que chegavam e partiam, mas, infelizmente, não é segura a identificação dos locais onde eles permaneciam. Todavia, para quem quiser perceber o que seriam esses sinais de crescimento de uma plataforma cultural partilhada por esses escravos, assista a um espetáculo, melhor, aos ensaios do grupo de “Batuque” local e percebe imediatamente a sua origem. Em aldeias próximas ainda são populares e não desapareceram as “tabancas”, também filhas do mesmo caldo cultural.

Esta explicação ajuda a compreender a centralidade que tem, para Cabo Verde, a Cidade Velha e, por isso, a tentativa de a inscrever na Lista Representativa do Património Mundial da UNESCO não era uma simples estratégia de atração de turistas, antes inscrevia-se num fenómeno identitário muito poderoso. Não admira o verdadeiro consenso que este projeto recolhia e o júbilo que houve, quando, em 2009, a UNESCO decidiu a inclusão da Ribeira Grande de Santiago na lista Representativa do Património Mundial.

Em todos os momentos eleitorais, na cidade, ou a nível nacional discutem-se, muitas vezes, outras candidaturas possíveis, quase sempre transformando essa discussão na definição do que realmente pertence à identidade nacional.

Curiosamente, mais uma vez, para significar essa mudança e nova forma de olhar o património, as autoridades nacionais convidaram um arquiteto para, com o seu projeto, representarem essas intenções expressas na candidatura de 2009. Quem foi escolhido? O Arquiteto Álvaro Siza Vieira que lá projetou a Pousada de São Pedro.

Nota Bibliográfica

Quem quiser melhor informação sobre o sítio da Cidade Velha, pode consultar página eletrónica do Instituto do Património Cultural de Cabo Verde:

www.ipc.cv

Além de outros autores, João Lopes Filho escreveu inúmeros artigos e livros sobre Cabo Verde e a Ribeira Grande ou Cidade Velha. Por todos, um livro:

Lopes Filho, J. (2009). *Crónicas do tempo que passou*. Cidade da Praia: Instituto da Biblioteca Nacional .

Santo, F. L. (2008). A apropriação do espaço público da Cidade Velha, Cabo Verde: o papel dos agentes políticos, das empresas turísticas e a manifestação de novas formas identitárias locais. *12ª Assembleia Geral Governar o Espaço Público Africano*. Yaundé (Camarões): Codesria.

1.3.4. Capacidade de carga dos monumentos, lugares e outros espaços

O conceito de capacidade de carga, em contexto de desenvolvimento sustentável, designa a capacidade máxima de exploração dos recursos naturais que o planeta Terra pode suportar. A capacidade de carga tem sido usada para estimar a pressão da população sobre os recursos existentes, medindo a relação entre o número de indivíduos, que constituem uma população, e a exploração dos recursos disponíveis, considerando as respetivas alterações provocadas. No entanto, este conceito não é consensual. De acordo com a definição da UNESCO para a capacidade de carga (ou de suporte, em brasileiro), pode-se ter uma noção mais abrangente (UNESCO, 1984, p. 4; Hogan, 1993). Assim, segundo a UNESCO & Hogan:

"A capacidade de suporte expressa o nível de população que pode ser sustentado por um país em um dado nível de bem-estar. Mais precisamente,... pode ser definida como o número de pessoas compartilhando um dado território que podem sustentar, de uma forma que seja viável no futuro, um dado padrão material de vida utilizando-se de energia e de outros recursos (incluindo terra, ar, água e minérios), bem como de espírito empresarial e de qualificações técnicas e organizacionais... (É) um conceito dinâmico que pode ser estendido ou restringido de inúmeras maneiras: em razão de mudanças nos valores culturais, de descobertas tecnológicas, de melhorias agrícolas ou dos sistemas de distribuição de terra, de mudanças nos sistemas educacionais, de modificações fiscais e legais, de descobertas de novos recursos minerais, ou do surgimento de uma nova vontade política. Nunca há uma solução única para a equação população/recursos naturais, pois não é somente a população que determina a pressão sobre os recursos (e os potenciais efeitos ecológicos associados) mas também o consumo individual que, por sua vez, é determinado pelo sistema de valores e pelas percepções de estilo de vida."

O que significa que existem mais fatores, para além do tamanho da população, que devem ser considerados quando se pretende estimar a capacidade de carga.

No que se refere à capacidade de carga turística, é definida pela Organização Mundial do Turismo como “o número máximo de pessoas que uma determinada área pode suportar, sem que haja alteração no meio físico, sem reduzir a satisfação dos visitantes e sem que se produza efeitos adversos sobre a comunidade recetora, a economia ou cultura local” (Marques, 2019).

O conceito de capacidade de carga turística encontra-se bastante disseminado na literatura científica desde sua criação, na década de 60 do século XX. No entanto, no que se refere ao património cultural apresenta menor desenvolvimento, dando-se mais ênfase a estudos de património natural (Marques, 2019).

A consolidação do conceito e das metodologias com a sua aplicação no domínio ambiental e transposição para o domínio turístico ocorre na década de 70 e 80. E, a preocupação com a integração do conceito de capacidade de carga na gestão turística de sítios patrimoniais surge nos anos 90 (Marques, 2019). As organizações internacionais envolvidas neste processo trabalham com a relação turismo/património, como o ICOMOS, a UNESCO e a Organização Mundial do Turismo (OMT). Alguns documentos têm sido produzidos por estas organizações, no sentido de se caminhar para um turismo sustentável e, também, para ajudar os gestores de Sítios do Património Mundial com vista a cumprir um duplo objetivo: conservar o sítio entregue aos seus cuidados e fornecer acesso de qualidade a tantos visitantes quanto o sítio permitir (Hernández & Vaquero, 2012; Marques, 2019). Dos documentos publicados, alguns técnicos, destacam-se o “Código Mundial de Ética do Turismo”²⁰, adotado pela Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo, o “*Tourism at World Heritage Cultural Sites*”²¹, publicado em 1993, o “*Managing Tourism at World Heritage Sites: a Practical Manual for World Heritage Site Managers*”²², publicado em 2002, e o “*Making Tourism More Sustainable - A Guide for Policy Makers*”²³, publicado em 2005.

²⁰ <https://travelbi.turismodeportugal.pt/pt-pt/Documents/Sustentabilidade/Ferramentas/codigo-mundial-etica-turismo.pdf>

²¹ <https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284403141>

²² Pedersen, A. (2002). *Managing Tourism at World Heritage Sites: a Practical Manual for World Heritage Site Managers*. Paris, França: UNESCO World Heritage Centre

²³ UNWTO, & UNEP. (2005). *Making Tourism More Sustainable - A Guide for Policy Makers*. <https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284408214>

O aumento do número de visitantes, em especial relacionados com o turismo cultural tem colocado sob forte pressão os monumentos, os lugares e outros espaços, existindo a necessidade de recorrer a instrumentos que possibilitem a gestão sustentável dos fluxos de turistas conforme referido anteriormente (Santos & Cabrera, 2014; Marques, 2019).

No que se refere ao turismo, Portugal tem registado um aumento substancial de visitantes nos últimos anos, em especial nas cidades de Lisboa e do Porto, além de outras regiões como o Algarve. Em 2019, Portugal obteve receitas no valor de 18.291,00 Euros e em 2020, as receitas diminuíram para menos de metade, devido à pandemia de Covid-19, registando um valor de 7.753,04 Euros (Pordata, 2021). Os turistas que mais nos visitaram nos últimos dois anos, eram provenientes do Reino Unido, França, Espanha, Alemanha e Estados Unidos da América (Quadro 19).

Quadro 19 - Quantas receitas obtém o país em viagens e turismo, por país de origem dos turistas? (Fonte: PORDATA)

Anos	Reino Unido	França	Espanha	Alemanha	E.U.A.
2019	3.272,36 €	2.566,21 €	1.940,99 €	1.974,02 €	1.231,04 €
2020	1.201,71 €	1.551,17 €	1.011,90 €	882,65 €	315,56 €

A capacidade de carga quando considerada em monumentos ou noutros espaços culturais pode ser uma mais valia no que se refere à gestão do número de visitantes e à proteção do património, seja ele construído ou natural. Atualmente, e devido à situação de pandemia, esta questão deixou de ter a relevância usual uma vez que o número de visitantes diminuiu substancialmente e as regras implementadas são mais restritivas e têm como base evitar o contágio por Covid-19.

No entanto, os dados estatísticos de visitantes estrangeiros a museus, entre 2015 e 2019, indicam um aumento significativo de visitantes ano após ano (Quadro 20). Os museus mais visitados, em todos os anos, são os museus de história, seguidos dos museus de arte.

Quadro 20 – Número de visitantes estrangeiros a museus, por ano e segundo a tipologia referida, comum a todos os anos (Fonte: INE)

Anos	Nº de visitantes estrangeiros	Tipologia
2019	10 342 761	Museus de arte Museus de arqueologia
2018	9 287 559	Museus de ciências naturais e de história natural
2017	7 731 700	Museus de ciências e de técnica Museus de etnografia e de antropologia
2016	6 696 930	Museus especializados Museus de história
2015	5 247 009	Museus mistos e pluridisciplinares Museus de território Outros museus

Por outro lado, ao estimar a capacidade de carga em monumentos deve-se ter em conta não só o número de visitantes e a área a ser visitada, como também outros fatores como a proteção e preservação do património visitado (Marques, 2019). O mesmo se aplica na visita turística de ambientes naturais, em que a visita deve planeada de forma a gerar o mínimo de impactos negativos e a satisfazer as expectativas dos visitantes, possibilitando uma experiência única e de qualidade e, também, contribuir para a preservação e conservação da natureza. Neste caso, em particular, ao estimar a capacidade de carga em ambientes naturais é importante considerar as diferentes componentes. Pelo método proposto por Miguel Cifuentes no seu trabalho intitulado “Determinación de capacidad de carga turística en áreas protegidas” de 1992²⁴ e com algumas adaptações, consideram-se as seguintes componentes: capacidade de carga física (CCF), capacidade de carga ecológica (CCE), capacidade de carga turística (CCT),

²⁴ Cifuentes, M. (1992). *Determinación de capacidad de carga turística en áreas protegidas*. Turrialba, Costa Rica

capacidade de carga cognitiva (CCC) e capacidade de carga social (CCS), (Machado, 2005).

Nos últimos anos, o conceito de capacidade de carga tem recebido especial atenção com um número crescente de publicações. Apesar deste aumento, as publicações no que se refere a estudos de capacidade de carga em monumentos continua escassa. No entanto, destacam-se duas publicações: a dissertação de mestrado sobre a problemática da capacidade de carga do património considerando o turismo cultural, com a Sé do Porto como estudo de caso, que aborda a evolução do conceito de capacidade de carga e faz um levantamento atual e completo da bibliografia existente (Marques, 2019); e um estudo publicado na revista *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural* que faz uma análise das visitas que ocorrem na Catedral de Santiago de Compostela, uma vez que predominam problemas de saturação em determinadas alturas do ano (Santos & Cabrera, 2014). O aumento significativo de visitantes vinha ocorrendo sobretudo após o fim dos Anos 80, do século XX, com a recuperação do Caminho de Santiago e, também, com a chegada de turistas maioritariamente com motivações culturais, que contribuíram para o desenvolvimento turístico da cidade de Santiago de Compostela (Santos & Cabrera, 2014). A metodologia desenvolvida neste estudo consistiu, por um lado, na análise do fluxo de visitantes, perfil e comportamento, e, por outro, na análise das características físicas da catedral e das condições para as visitas (Santos & Cabrera, 2014; Marques, 2019).

Em conclusão, os estudos de capacidade de carga têm demonstrado que podem ser muito úteis no que se refere à gestão turística do património histórico, cultural e natural, sendo um instrumento de planeamento e de gestão e contribuindo, também, para a proteção e a conservação do património (Marques, 2019; Cupul-Magaña & Rodríguez-Troncoso, 2017).

Nota Bibliográfica

As duas publicações seguintes elucidam sobre o conceito de capacidade de carga, mais abrangente, e ajudam a refletir sobre o mesmo.

Secretariat, U. N. (1984). Population, Resources, Environment and Development: highlights of the issues in the context of the World Population Plan of Action. *Population Bulletin United Nations*, 17, pp. 1-16.

Hogan, D. J. (1993). Crescimento populacional e desenvolvimento sustentável. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 31, pp. 57-78. Obtido de <https://doi.org/10.1590/S0102-64451993000300004>; https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000300004 (acedido em 09.04.2021)

O artigo seguinte presta especial atenção às abordagens das organizações internacionais que instituem doutrina no campo da gestão do turismo patrimonial (ICOMOS, o Centro Mundial da UNESCO Heritage e a Organização Mundial do Turismo), sendo também apresentada uma proposta metodológica para a preparação de estudos de capacidade de carga em grandes recursos turístico-patrimoniais de Espanha apresentando dois estudos de caso: a Catedral de Santiago de Compostela e a Real Colegiada de San Isidoro de León.

Hernández, M. G., & Vaquero, M. d. (2012). Capacidad de carga en grandes recursos turístico-culturales. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense de Madrid*, 32(2), pp. 253-274. Obtido de http://dx.doi.org/10.5209/rev_AGUC.2012.v32.n2.39720 (acedido em 06.06.2021)

No que refere à aplicação da capacidade de carga em monumentos, destacam-se duas publicações:

Marques, R. S. (2019). O Turismo Cultural e a Problemática da Capacidade de Carga do Património: Estudo da dimensão social do caso da Sé do Porto. *Dissertação, Mestrado em Património, Artes e Turismo Cultural*. Porto: Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto.

Santos, X., & Cabrera, L. P. (2014). Management of Tourist Flows. The Cathedral of Santiago de Compostela. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 12(4), pp. 719-735. Obtido de <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2014.12.052> (em 05.06.2021)

Para estimar a capacidade de carga considerando as várias componentes (CCF, CCE, CCT, CCC e CCS), pela adaptação do método de Cifuentes, consulte-se a referência seguinte:

Machado, Á. (2005). *Ecoturismo: Um Produto Viável – A Experiência do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Senac Nacional.

Um bom exemplo no que se refere ao uso da capacidade de carga turística com vista à proteção do património natural é a seguinte publicação:

Cupul-Magaña, A. L., & Rodríguez-Troncoso, A. P. (2017). Tourist carrying capacity at Islas Marietas National Park: An essential tool to protect the coral community. *Applied Geography*, 88, pp. 15-23.

1.4. O desenvolvimento sustentado e o património cultural

1.4.1. O conceito de Desenvolvimento Sustentável

A designação de *Desenvolvimento Sustentável* ganha relevância em 1987 com a publicação do Relatório de *Brundtland*, intitulado *O Nosso Futuro em Comum (Our Common Future*, em inglês). Este relatório resultou do trabalho realizado pela Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento (CMAD, 1987), nomeada pelas Nações Unidas e liderada pela primeira ministra norueguesa *Gro Harlem Brundtland*, nome pelo qual o relatório ficou conhecido. O Relatório de *Brundtland* contém a definição mais utilizada de *Desenvolvimento Sustentável*, que é a seguinte, em inglês (original) e em português (tradução):

*“Sustainable development is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs.”*²⁵

*“Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades.”*²⁶

É importante apresentar o conceito de Desenvolvimento Sustentável na versão original porque nem sempre as traduções são fidedignas.

Além da Comissão *Brundtland*, foram nomeadas mais duas comissões.²⁷ No entanto, a Comissão de *Brundtland*, é aquela cujo trabalho mais se relaciona com o tema do desenvolvimento sustentável.

²⁵ *World Commission on Environment and Development - WCED, 1987*

²⁶ *Tradução do conceito de Desenvolvimento Sustentável; Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento - CMAD, 1987*

²⁷ Considerando os problemas ambientais globais e o agravamento dos desequilíbrios entre os povos, as Nações Unidas nomearam três comissões independentes, que ficaram também conhecidas pelo nome dos seus responsáveis: 1) Comissão Independente para os Assuntos de Desenvolvimento Internacional (ICIDI), Comissão *Brandt*, constituída em 1977; 2)

Para que o conceito de *Desenvolvimento Sustentável* seja alcançado deve-se conjugar o crescimento económico, a inclusão social e a proteção ambiental (Cravo, 2018) e, por isso, compreende três dimensões: Económica, Social e Ambiental (Figura 32).

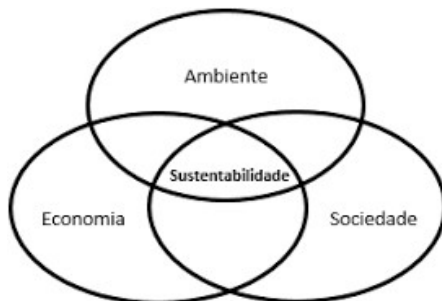


Figura 32 - Dimensões do Desenvolvimento Sustentável (Fonte: Cravo, 2018)

A intercessão, em simultâneo, das três dimensões corresponde à existência de desenvolvimento sustentável, indicado na Figura 32 como *Sustentabilidade*. No entanto, pode ocorrer a intercessão de apenas duas dimensões que, neste caso, corresponde a um desenvolvimento sustentável parcial. Por outro lado, a Figura 32 pode ser adaptada consoante a aplicação a que se destina, caso seja a uma empresa ou a uma área do conhecimento, como por exemplo, a engenharia de materiais (Ashby, 2016).

A utilização indistinta das designações *Desenvolvimento Sustentável* e *Sustentabilidade* pode gerar confusão (Rodrigues, 2009). Assim, “...se o desenvolvimento se fizer em «direcção» ao ideal da sustentabilidade então pode dizer-se «desse» desenvolvimento que ele é sustentável.” Por outro

Comissão Independente para o Desarmamento e para os Assuntos da Segurança (ICDSI), Comissão *Palme*, constituída em 1980; 3) Comissão Internacional para o Ambiente e o Desenvolvimento (*World Comission on Environment and Development - WCED*), Comissão *Brundtland*, constituída em 1984.

lado, a “ideia de «sustentabilidade» deve-se à revelação dos princípios da sustentabilidade numa dada sociedade e num dado momento do tempo.” (Rodrigues, 2009, p. 143). Esta relação entre *Sustentabilidade* e *Desenvolvimento Sustentável* é ilustrada de forma simplificada por uma representação gráfica da *Sustentabilidade vs Tempo*, em que o “Desenvolvimento não sustentável” ao longo do tempo conduz a uma menor sustentabilidade e o “Desenvolvimento sustentável” com o tempo leva a uma maior sustentabilidade (Rodrigues, 2009, p. 144, Figura 5).

É importante também referir que o caminho para a sustentabilidade, que deve ser percorrido por cada país, pode ser diferente, consoante as necessidades e as limitações no contexto do desenvolvimento atual do mesmo (Cravo, 2018).

Nota Bibliográfica

É importante consultar a versão original do Relatório de *Brundtland*:

Brundtland (Coord.), G. H. (1987). *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. New York: United Nations. Obtido de <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf> (consultado em 19.05.2021)

Para perceber a evolução do desenvolvimento sustentável em Portugal nos últimos 30 anos, incluindo uma retrospectiva do conceito de desenvolvimento sustentável desde o seu aparecimento, consulte-se:

Cravo, R. (2018). A Evolução do Desenvolvimento Sustentável em Portugal nos últimos 30 anos. *Dissertação. Mestrado em Ecologia e Gestão Ambiental. Departamento de Biologia Animal. Faculdade de Ciências*. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Para ficar elucidado sobre a aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável aos materiais, incluindo uma retrospectiva sucinta dos principais acontecimentos, leia-se:

Ashby, M. F. (2016). *Materials and Sustainable Development*. United Kingdom: Elsevier.

Para ficar esclarecido sobre o pensamento da questão ambiental, o ambiente e a sustentabilidade, nomeadamente no caso português, com uma abordagem crítica, acessível em língua portuguesa, leia-se:

Rodrigues, V. J. (2009). *Desenvolvimento Sustentável. Uma introdução crítica* (1ª ed.). Parede: Príncipia Editora.

1.4.2. *Evolução temporal do Conceito de Desenvolvimento Sustentável*

O termo *Desenvolvimento* é tradicionalmente sinónimo de crescimento económico baseado numa lógica de produção, apoiada numa exploração sem limites da natureza e dos recursos. As primeiras reflexões sobre a noção de *Desenvolvimento Sustentável* tiveram lugar com o fim dos *Trinta Gloriosos*, isto é, dos três decénios que se seguiram ao pós-guerra (1945 – 1975), período de forte crescimento económico e de pleno emprego. Os primeiros teóricos do *Desenvolvimento Sustentável* inserem-se na contracorrente das ideias desenvolvimentistas tradicionais (Rodrigues, 2009).

As questões relacionadas com a preservação da natureza começam a ser discutidas. Rachel Carson, bióloga, teve a coragem de alertar para a destruição do ambiente com a publicação do livro *Silent Spring* em 1962, numa altura em que a indústria orgânica e, em particular, a indústria de pesticidas, dominava e constituía um lobby muito forte na América do Norte e na Europa Ocidental (Baird & Cann, 2012). Nesta publicação alertava para a destruição massiva de aves, como a águia de cabeça branca (*Bald Eagle*), devido à utilização indiscriminada do pesticida DDT, que

compromete a reprodução pelo enfraquecimento da casca dos ovos e, também, pela acumulação nos tecidos adiposos dos seres vivos, originando uma acumulação exponencial ao longo da cadeia trófica e, também, no ambiente. A sigla DDT vem da designação para-dicloro-difenil-tricloroetano²⁸, que é um composto químico organoclorado e sintético, constituído de átomos carbono, hidrogénio e cloro, com toxicidade elevada para os seres vivos e baixa toxicidade para os seres humanos, mas muito persistente. Na altura da sua síntese e aplicação no ambiente, conhecia-se o efeito de persistência, mas entendeu-se que essa característica poderia ser útil, evitando a repetição de aplicações. O DDT acumula-se nos tecidos adiposos dos seres vivos e pode ser disponibilizado em situações de carência alimentar, tornando-se tóxico e fatal (Baird, 1995).

É preciso esclarecer que, após a 2ª guerra mundial houve a necessidade de produzir alimentos e controlar pragas, como os mosquitos que transmitiam a malária e a febre amarela, e a utilização de pesticidas teve como efeito benéfico, a curto prazo, permitir o aumento da produção de alimentos e também “eliminar” pragas²⁹. No entanto, a forma indiscriminada com que se fez o uso de pesticidas, provocou a contaminação do ambiente e a sua acumulação, destruindo espécies e ecossistemas (Baird, 1995; Baird & Cann, 2012). O título *Silent Spring* é muito pertinente e elucidativo da realidade descrita pois sendo o DDT um pesticida persistente e acumulativo, afeta sobretudo os seres vivos que estejam no topo da cadeia alimentar, como é o caso das aves, levando-os à morte e a uma primavera silenciosa.

Nos Anos 60, século XX, pretendia-se eliminar pragas, no entanto, este procedimento e a falta de conhecimento do ciclo de vida das espécies-pragas apenas conduziu a uma maior contaminação ambiental, com a necessidade de recorrer a pesticidas cada vez mais tóxicos e em maior

²⁸ Estruturalmente, o DDT é um etano substituído.

²⁹ A OMS estima que mais de 5 milhões de vidas humanas foram salvas com a implementação de programas de combate à malária, em que o DDT foi um dos componentes usado.

concentração. De facto, este procedimento só levou a que os organismos sobreviventes das pragas fossem ainda mais resistentes, tornando ainda mais difícil combatê-los. Por isso, optou-se por controlar em vez de eliminar as pragas recorrendo-se à Proteção Integrada que consiste no uso mínimo de pesticidas, no conhecimento do ciclo de vida da praga e no uso de boas práticas agrícolas. A Indonésia é um bom exemplo do uso da Proteção Integrada, que foi implementada nos anos 80 e permitiu quebrar o ciclo vicioso do uso de pesticidas, cada vez mais tóxicos e mais concentrados, aumentando a contaminação ambiental e também a resistência das pragas em questão. Para isso, em 1986, o governo indonésio banuiu o uso da maioria dos pesticidas na cultura do arroz e, juntamente com a FAO³⁰, criaram "escolas de campo para agricultores", onde os agricultores aprenderam a ecologia do arroz e técnicas de proteção integrada de pragas. Posteriormente, os agricultores começaram a ensinar, o que aprenderam, a outros agricultores e este conhecimento foi-se espalhando. Em resumo, a colheita de arroz foi melhorada e a Indonésia economizou milhões a cada ano (Nebel & Wright, 1996).

A crescente importância dos problemas ambientais deveu-se essencialmente à conjugação de dois fatores, ao aumento da população e ao crescimento da atividade económica. A população mundial quase triplicou nos últimos 70 anos, atingindo um máximo de taxa de crescimento anual em 1968, o que associado aos modelos de consumo inerentes a uma sociedade mais "evoluída", implicou a procura crescente de alimentos, bens, serviços e espaço nos anos 60 (Figura 33). A escassez de alguns destes recursos em muitas sociedades pôs em causa a sustentabilidade deste modelo de desenvolvimento, nomeadamente através do aumento da pobreza, determinando a procura de novos modelos que garantam um desenvolvimento sustentável. Paul Erlich aborda estas preocupações no livro intitulado *A Bomba P*, publicado em 1968. Na mesma altura, o movimento hippie lança também uma crítica radical à sociedade de

³⁰ FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)

consumo e ao imperialismo, apoiado por grande parte da juventude que se opunha ao envolvimento americano na guerra do Vietname. Ainda, em 1968, é organizada pela Unesco, a Conferência da *Biosfera* que avança com a ideia de um *desenvolvimento ecologicamente viável*.

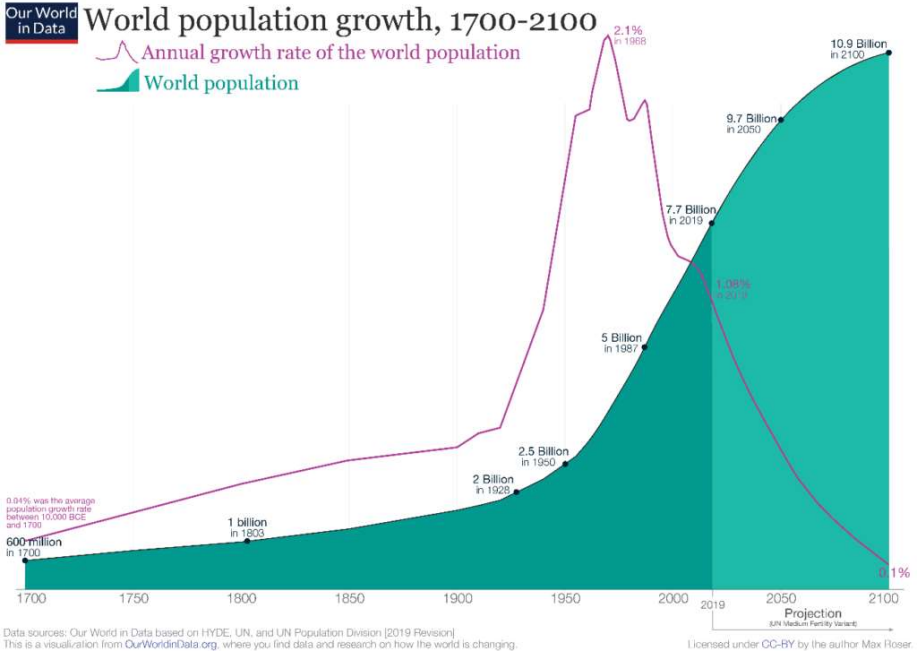


Figura 33 - Crescimento da população mundial *versus* tempo, real e projetado, 1700-2100 (Fonte: Our World in Data, 2021)³¹

Os problemas associados à sustentabilidade do desenvolvimento, reconhecidos na década de 60, ganharam o reconhecimento público através da publicação do livro *Limits to Growth*, em 1972, por Dennis e Donella Meadows, a pedido do Clube de Roma³². Esta obra propõe o “crescimento zero” da economia e da demografia humana, com vista à preservação do planeta. Passados 20 anos, em 1992, os autores de *Limits*

³¹ Our World in Data | <https://ourworldindata.org/> (acedido em 05.04.2021)

³² Associação de economistas e cientistas, criada em 1968.

of Growth publicaram *Beyond the limits*, uma atualização da publicação anterior. No entanto, as conclusões fundamentais permaneceram praticamente inalteradas. Esta publicação foi novamente atualizada, 30 anos mais tarde após a obra original de 1972, intitulando-se *The Limits to Growth: The 30 Year Global Update* (Meadows et al., 2004).

A demonstração de interesse pelo tema surge também nas Nações Unidas, que promoveram uma conferência em 1972, em Estocolmo, sobre o Ambiente Humano (*Human Environment*). Esta conferência introduziu a noção de “ecodesenvolvimento”, criada pelo economista Ignacy Sachs, impondo-se a ideia de que Ambiente e Desenvolvimento não podem estar dissociados. Para aquele autor, o conceito de ecodesenvolvimento implica uma hierarquia de objetivos: primeiramente, o social; de seguida, o ambiente, e somente, no fim, a busca de viabilidade económica, sem a qual nada é possível. O crescimento não deve tornar-se uma finalidade primeira, mas manter-se como um instrumento ao serviço da solidariedade entre as gerações presentes e as vindouras.

A conferência de Estocolmo não constitui o primeiro evento destinado a procurar um acordo ambiental entre diversas nações. No entanto, foi a primeira reunião em que participou um número muito significativo de nações, 119 países e 400 organizações não governamentais (ONG), de uma forma concertada e com o objetivo de dar respostas reais para os problemas ambientais, a nível global.

Esta reunião originou a “Declaração de Estocolmo para o Ambiente Relacionado com o Homem”, a qual faz parte da constituição das Nações Unidas, conjuntamente com a “Declaração dos Direitos do Homem”, embora seja um facto pouco conhecido. Na declaração de Estocolmo constam 26 artigos, os quais não conseguem ultrapassar as reservas dos países em desenvolvimento, falando-se em “desenvolvimento integrado” ou “planeamento racional”, mas não se apresentando medidas ou metodologias concretas para estabelecer uma orientação para um desenvolvimento sustentável, conceito que ainda não foi utilizado nesta

declaração. Ainda, em 1972, é criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), pela Assembleia Geral das Nações Unidas, como resultado da Conferência das Nações Unidas Sobre o Ambiente Humano (CNUAH), realizada em Estocolmo.

No contexto internacional, em 1980, a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) publica o documento intitulado “Estratégia Mundial da Conservação” (*World Conservation Strategy*), no qual se refere o conceito de “Desenvolvimento Sustentável”, em termos que serviram de referência para o posterior Relatório de Brundtland, pois apresenta como definição de conservação: “*a gestão da utilização humana da biosfera, de forma a proporcionar o maior benefício sustentável às gerações presentes, mantendo a sua capacidade de satisfação das necessidades e aspirações das gerações futuras*”. Este documento termina com uma secção intitulada “*Em direção ao desenvolvimento sustentável*”, salientando a necessidade de se equacionar simultaneamente as opções de desenvolvimento com as de conservação e valorizando aspetos éticos fundamentados no princípio de que: “*nós não herdámos a Terra dos nossos pais, mas pedimo-la emprestada aos nossos filhos*”, reforçando a responsabilidade dos nossos atos de gestão. Neste documento, nas ações internacionais a desencadear, já se contempla expressamente a Convenção do Património Mundial. E, recomenda, também, que os países desenvolvam estratégias de conservação a nível nacional e regional.

Como referido anteriormente na alínea 1.4.1., o conceito de Desenvolvimento Sustentável surge como resultado do relatório realizado pela Comissão de *Brundtland*, em 1987, após auscultar opiniões nos cinco continentes durante três anos. A Assembleia Geral das Nações Unidas definiu como missão desta comissão: *Sugerir estratégias ambientais de longo prazo, com o objetivo de se atingir um desenvolvimento sustentável no ano 2000 (e para além dele) e, conseqüentemente, preparar uma Agenda para a mudança.*

Para a preparação da Agenda para a mudança, a Assembleia Geral formulou três objetivos (APA, 2021)³³: 1) Reexaminar os problemas ambientais e do desenvolvimento e definir propostas de ação inovadoras, concretas e realistas para os remediar; 2) Reforçar a cooperação internacional nos domínios do ambiente e do desenvolvimento; 3) Aumentar o nível de compreensão e de compromisso sobre a questão ambiental e o desenvolvimento, por parte dos governos, dos indivíduos, das instituições, das organizações e das empresas.

O relatório admite que a degradação ambiental conduz à desigualdade e à pobreza, sendo necessária uma abordagem integrada e global de ambiente e desenvolvimento. E, também, sugere, como objetivos para as políticas nacionais em matéria de ambiente e desenvolvimento com vista à sustentabilidade: mudar a qualidade do crescimento; satisfazer as necessidades básicas de emprego, alimentação, energia, água e higiene pública; garantir uma evolução demográfica sustentável; conservar e melhorar as condições de utilização dos recursos; reorientar a tecnologia e conjugar ambiente e economia na tomada de decisão.

Com base neste relatório e com o intuito de produzir uma *Agenda para a mudança* (Agenda 21), com apoio internacional alargado, foi organizada pelas Nações Unidas a Conferência sobre Ambiente e Desenvolvimento, denominada *Earth Summit*, em 1992, após 20 anos da realização da Conferência de Estocolmo. O país anfitrião foi o Brasil e a conferência realizou-se no Rio de Janeiro, sendo conhecida como a Conferência do Rio, para além de outras designações como “Cimeira da Terra” ou “Cimeira do Rio”.

A Conferência do Rio teve uma grande projeção internacional, conforme se pretendia, reunindo delegados de 178 países, incluindo cerca de 100 chefes

³³ Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

<https://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=140> (acedido em 05.04.2021)

de Estado, e a presença de cerca de 7000 jornalistas e 1500 representantes de organizações não governamentais. Como resultados desta conferência, destacam-se: a Agenda 21³⁴, a Convenção sobre o Clima³⁵, a Convenção sobre a Biodiversidade³⁶ e a Declaração do Rio³⁷. Apesar do sucesso da Conferência do Rio, a dicotomia entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento manteve-se, tal como tinha ocorrido na Conferência de Estocolmo em 1972.

A Agenda 21 constituiu um plano de ação para o século XXI, cujos princípios devem ser incluídos na legislação de cada país, envolvendo a participação de todos, rumo ao desenvolvimento sustentável. Por forma a promover o cumprimento destes princípios, as Nações Unidas criaram a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável cuja principal missão consistiu em certificar, junto das comissões nacionais para o acompanhamento da Agenda 21, se a legislação nacional de cada país obedece aos princípios definidos para a mudança. Mais acresce, que cada governo deveria preparar uma estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável (ENDS), refletindo a legislação nacional.

³⁴ **Agenda 21, a Agenda para a mudança:** Plano de ação para a transição rumo ao desenvolvimento sustentável; inclui medidas concretas, a nível financeiro, tecnológico e de aplicação institucional sob supervisão das Nações Unidas.

³⁵ **Convenção sobre o Clima:** Procura estabelecer limites às emissões que contribuem para o efeito de estufa e, consequentemente, para o aquecimento global do planeta, embora falhe na fixação concreta de limites.

³⁶ **Convenção sobre a Biodiversidade:** Procura defender a biodiversidade, embora na prática discuta com maior ênfase o direito de acesso internacional a espécies biológicas e a transferência de biotecnologias que contribuam para a preservação da biodiversidade.

³⁷ **Declaração do Rio:** Compromisso estabelecido entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento; documenta o estado real do empenhamento político internacional para esta causa.

Ainda que a Agenda 21 consista num documento importante e de amplo consenso internacional, em especial na diminuição dos desequilíbrios entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos, a nível das políticas ambientais a definição de objetivos quantitativos apenas foi concretizada na Conferência de Quioto, em 1997, com vista à redução dos gases de efeito de estufa com origem antropogénica. Esta conferência para as alterações climáticas, organizada pelas Nações Unidas, teve como resultado o Protocolo de Quioto que estabelece a redução das emissões destes gases em comparação com os valores registados em 1990.

Em 2000, a “Declaração do Milénio” foi adotada na Cimeira do Milénio, realizada em Nova Iorque. Esta declaração estabelece os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), para serem atingidos, no prazo de 15 anos, até 2015. Mais uma vez, a comunidade internacional compromete-se em reduzir para metade o número de pobres. De facto, no ano 2000, quase 2 mil milhões de pessoas no mundo, viviam em pobreza extrema, dispendo para viver de menos de um dólar por dia (Figura 36, do ponto 1.4.4.).

Entre o ano 2000 e 2015, surgem várias conferências que têm como objetivo reiterar compromissos anteriores, no que se refere ao desenvolvimento sustentável e, em especial, às alterações climáticas. Destas, destacam-se as seguintes: Joanesburgo (Rio +10), em 2002; Rio (Rio +20), em 2012; e Paris, em 2015, que teve como resultado o “Acordo de Paris”.

Em setembro de 2015, é adotada a Agenda 2030 e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, na Cimeira das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, realizada em Nova Iorque, assunto que será desenvolvido no ponto 1.4.4. deste capítulo.

Notas bibliográficas

Para ficar esclarecido sobre o pensamento da questão ambiental, o ambiente e a sustentabilidade, nomeadamente no caso português, com uma abordagem crítica, acessível em língua portuguesa, leia-se:

Rodrigues, V. J. (2009). *Desenvolvimento Sustentável. Uma introdução crítica* (1ª ed.). Parede: Príncipia Editora.

Para perceber como a comunidade internacional está a responder ao desafio do desenvolvimento sustentável, leia a seguinte publicação. Nesta segunda edição foram adicionados três novos capítulos: o desenvolvimento sustentável na China; a governança do desenvolvimento sustentável; e produção e consumo sustentáveis.

Elliott, J. A. (2013). *An Introduction to Sustainable Development* (4th ed.). (T. Binns, Ed.) London and New York: Routledge.

Para qualquer esclarecimento sobre questões ambientais, consulte:

Baird, C., & Cann, M. (2012). *Environmental Chemistry* (5th ed.). New York: Freeman and Company.

Baird, C. (1995). *Environmental Chemistry*. New York: Freeman and Company.

Nebel, B., & Wright, R. (1996). *Environmental Science*. New Jersey (USA): Prentice-Hall.

Para rever a atualização do livro *Limits to Growth*, publicado em 1972, por Dennis e Donella Meadows, leia:

Meadows, D., Randers, J., & Meadows, D. (2004). *The Limits to Growth: The 30 Year Global Update*. Vermont (USA): Chelsea Green Publishing Co.

1.4.3. O Desenvolvimento Sustentável em Portugal

Em Portugal, é publicada a Lei de Bases do Ambiente em 1987, no mesmo ano da publicação do Relatório de *Brundtland*. Esta lei definiu as bases da política de ambiente em Portugal e introduziu o conceito de Desenvolvimento Sustentável no quadro normativo português, com uma abordagem inovadora (Cravo, 2018). Nesta lei, destaca-se a alínea b) do artigo 3º. (Princípios Específicos) em que no princípio específico *“do equilíbrio: devem criar-se os meios adequados para assegurar a integração das políticas de crescimento económico e social e de conservação da Natureza, tendo como finalidade o desenvolvimento integrado, harmónico e sustentável;”*.

Em 1992, o governo português cria um grupo de trabalho com vista à aplicação das conclusões da Conferência da Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), a “Conferência do Rio” ou “Cimeira da Terra”, realizada no Rio de Janeiro em 1992. No ano seguinte, em 1993, o resultado das tarefas deste grupo de trabalho consistiu em três documentos autónomos, mas coerentes entre si, que foram os seguintes: 1. Análise Temática, que sintetiza as propostas de atuação emergentes da CNUAD; 2. Análise Programática, que identifica “quem é quem” e “qual a sua responsabilidade” na implementação das conclusões do Rio em Portugal; e 3. Síntese Estratégica, que estabelece as grandes linhas de atuação com vista a integração de ambiente e desenvolvimento (APA, 2021)³⁸.

Apesar de, inicialmente, ter existido um esforço na implementação das conclusões da CNUAD, a primeira proposta da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) surge em 2002 e, depois da nomeação de vários grupos de trabalho e ser sujeita à discussão pública por diversas vezes, é, finalmente, aprovada em 2006 (Resolução do Conselho de Ministros Nº 109/2007, Diário da República, 1.ª série — N.º 159 — 20 de agosto de 2007). Com a versão final da Estratégia Nacional de

³⁸ APA – Agência Portuguesa do Ambiente (<https://apambiente.pt/>)

Desenvolvimento Sustentável (ENDS) é também aprovado o Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PIENDS).

“O propósito integrador e mobilizador adoptado pela ENDS é o de: Retomar uma trajectória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atractivos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social” (Resolução do Conselho de Ministros Nº 109/2007, Diário da República, 1.ª série — N.º 159 — 20 de agosto de 2007).

A ENDS compreende sete objetivos de ação: 1. Preparar Portugal para a «Sociedade do Conhecimento»; 2. Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética; 3. Melhor Ambiente e Valorização do Património; 4. Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social; 5. Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território; 6. Um Papel Ativo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional; 7. Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada (Resolução do Conselho de Ministros Nº 109/2007, Diário da República, 1.ª série — N.º 159 — 20 de Agosto de 2007). Por sua vez, os 3 pilares identificados na ENDS são os seguintes: Proteção e Valorização do Ambiente; Desenvolvimento Económico; e Coesão Social. A imagem então publicada mostra bem a ligação fluída e variada dos objetivos agrupados em vertentes e que se concentram no centro da figura (Figura 34).

Na sequência da elaboração e aprovação da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) criou-se a necessidade para as comunidades locais adotarem e desenvolverem as suas próprias estratégias de sustentabilidade.

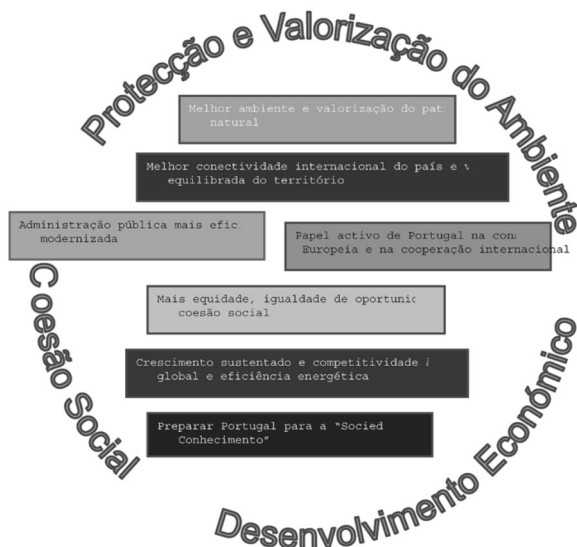


Figura 34 - Pilares do Desenvolvimento Sustentável (Fonte: Resolução do Conselho de Ministros Nº 109/2007, p. 5408)

Com vista a implementar e a promover a sustentabilidade local, os municípios desenvolveram a Agenda 21 Local. Conforme referido anteriormente no ponto 1.4.2., a Agenda 21 resultou da Conferência do Rio, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, e consiste num plano de ação para a transição rumo ao desenvolvimento sustentável, incluindo medidas concretas a nível financeiro, tecnológico e de aplicação institucional. Assim, a Agenda 21 Local consiste num instrumento que possibilita a gestão para a sustentabilidade do território, integrando as dimensões do desenvolvimento social, económico, ambiental e cultural.

Com o propósito de apoiar todas as entidades que pretendam desenvolver iniciativas desta natureza, a Agência Portuguesa do Ambiente elaborou, em 2007, o “Guia Agenda 21 Local – Um desafio de todos” que indica os passos essenciais para o desenho e a implementação de um Sistema de Sustentabilidade Local, com vista a melhoria contínua do processo, constituindo um referencial normativo de apoio.

Note-se que com a implementação da Agenda 21 Local, a população foi convidada a participar nas várias fases do processo, promovendo o seu envolvimento nas questões do município, algo fundamental e pouco usual.

Notas bibliográficas

Lei de Bases de Ambiente. (1987). *Lei nº 11/87, de 7 de abril*. Obtido de <https://dre.pt/application/file/a/666247> (acedido em 03.04.2021)

Resolução do Conselho de Ministros nº 109/2007. (2007). *Diário da República, 1.ª série, N.º 159, 20 de Agosto de 2007*. Obtido de <https://dre.pt/application/conteudo/637185> (acedido em 03.04.2021)

Cravo, R. (2018). A Evolução do Desenvolvimento Sustentável em Portugal nos últimos 30 anos. *Dissertação. Mestrado em Ecologia e Gestão Ambiental. Departamento de Biologia Animal. Faculdade de Ciências*. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Rodrigues, V. J. (2009). *Desenvolvimento Sustentável. Uma introdução crítica* (1ª ed.). Parede: Príncípa Editora.

Cupeto, C., & Marcos, J. S. (Coords.) (2007). *Guia Agenda 21 Local – Um desafio de todos*. Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente. Obtido de http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Areas_Tematicas/guia_agenda_21_local.pdf (acedido em julho de 2021)

Webgrafia

NSprojects.com, ©. (2010). *Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável*. Obtido de CNADS: <https://www.cnads.pt/> (acedido em 05.04.2021)

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - ENDS 2015. (2021). Obtido de Agência Portuguesa do Ambiente: <https://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=143&sub2ref=734> (acedido em 05.04.2021)

Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental. (2021). Obtido de Nações Unidas: <https://unric.org/pt/> (acedido em 05.04.2021)

1.4.4. Dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

No início deste milénio, ano 2000, os líderes mundiais comprometeram-se unanimemente, até 2015, a combater a pobreza e a fome, a desigualdade entre os sexos, a degradação ambiental e o VIH/SIDA, melhorando ao mesmo tempo o acesso à educação, aos cuidados de saúde, à água potável e ao saneamento. Os amplos compromissos abrangidos nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (Figura 35) que acompanham a “Declaração do Milénio das Nações Unidas” estimularam uma ação concertada em todo o mundo, levando a resultados impressionantes em muitas áreas, tais como tirar mais de mil milhões de pessoas da pobreza extrema (UN, 2014; Vieira, 2015). Na Figura 36, destaca-se o decréscimo acentuado da pobreza extrema a nível mundial, diminuindo para mais de metade, entre o período de 2000 a 2015, período que coincide com a implementação dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Por outro lado, verifica-se também um aumento cada vez mais acentuado, nos

últimos anos, do número de pessoas que não vivem em pobreza extrema (Figura 36).



Figura 35 - Os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (Fonte: Google, 2021)

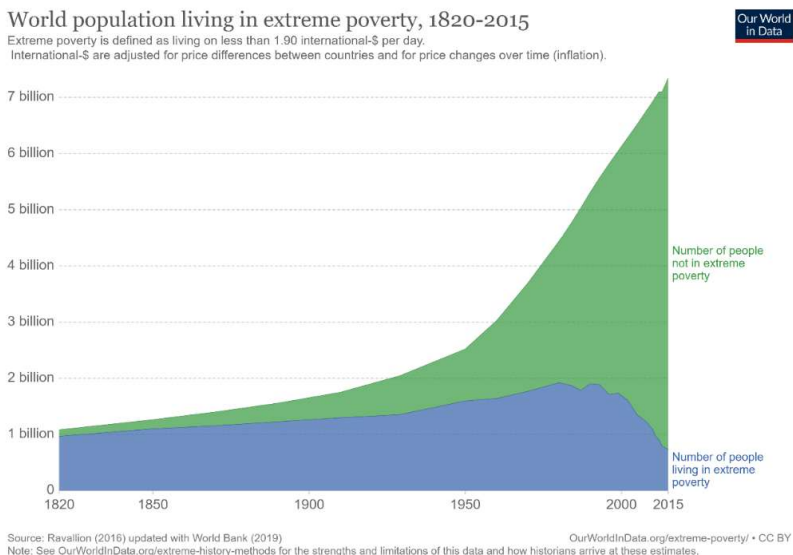


Figura 36 - População mundial que vive em pobreza extrema, 1820-2015. A azul, o número de pessoas que vivem em pobreza extrema e a verde, o número de pessoas que não vivem em extrema pobreza (Fonte: Our World in Data, 2021)

Pelo relatório final publicado pelas Nações Unidas, que analisa o progresso com vista a alcançar os ODM, constata-se que a implementação dos ODM produziu uma diferença profunda na vida das pessoas (UN, 2014). A pobreza global caiu pela metade cinco anos antes de 2015, a data prevista. A percentagem de pessoas subnutridas nas regiões em desenvolvimento caiu também para metade, desde 1990. Noventa por cento das crianças em regiões em desenvolvimento agora desfrutam de educação primária, e a paridade de género no ensino primário foi atingida na maior parte dos países. Ganhos notáveis também foram obtidos na luta contra a malária e a tuberculose, com melhorias em todos os indicadores de saúde. A probabilidade de uma criança morrer antes dos cinco anos foi quase diminuída pela metade nas últimas duas décadas. Isso significa que cerca de 17.000 crianças são salvas todos os dias. A mortalidade materna caiu 45% em todo o Mundo, desde 1990. A meta de reduzir pela metade a proporção de pessoas que não têm acesso a fontes de água melhorada ou a saneamento melhorado também foi alcançada, atingindo os 2,1 mil milhões de pessoas com acesso a saneamento melhorado. Em resumo, 147 países alcançaram a meta dos ODM em água potável, 95 países atingiram os ODM em saneamento e 77 países alcançaram os ODM em ambos os setores (UN, 2014; Vieira, 2015).

Apesar dos grandes progressos com a implementação dos ODM, persistem ainda grandes assimetrias no alcance dos objetivos propostos, algumas relacionadas com dificuldades económicas ou conflitos armados. Assim, é necessária e fundamental uma ação mais ousada e focada nas lacunas e disparidades existentes com vista a acelerar o progresso (UN, 2014; Vieira, 2015).

Os progressos e as lições aprendidas na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e, também, o trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo, conduziram à criação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Figura 30).

Em setembro de 2015, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é aprovada pelos 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas. A Agenda 2030 é constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que, por sua vez, estão divididos em metas, totalizando 169 metas que devem ser atingidas até 2030. Esta agenda é alargada e ambiciosa e aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (económica, social, ambiental) promovendo a paz, a justiça e instituições eficazes. Constitui, também, um plano de ação centrado nas Pessoas, no Planeta, na Prosperidade, na Paz e nas Parcerias (Figura 37; A Agenda 2030 em Portugal, 2017).



Figura 37 - Os cinco pilares ou dimensões dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Fonte: A Agenda 2030 em Portugal, 2017)

A Agenda 2030 surge como a continuação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (2000-2015) com vista a enfrentar problemas globais como a erradicação da pobreza extrema e da fome ou melhorar o acesso à educação (Figura 38). E, com esse intuito foram definidas grandes áreas de importância crítica para a Humanidade e para o Planeta, que igualam as cinco dimensões dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável,

e que são as seguintes: Dignidade, para acabar com a pobreza e combater a desigualdade; Pessoas, para garantir uma vida saudável, o conhecimento e a inclusão de mulheres e crianças; Planeta, para proteger os nossos ecossistemas para todas as sociedades e os nossos filhos; Parcerias, para catalisar a solidariedade global para o desenvolvimento sustentável; Justiça, para promover sociedades seguras e pacíficas, e instituições fortes; e Prosperidade, fazer crescer uma economia forte, inclusiva e transformadora (Figura 38; Vieira, 2015).

Na Figura 38, pode-se ver como os ODM e os ODS estão relacionados com as grandes áreas de importância crítica para a Humanidade e para o Planeta e, também, como os ODS sucedem e atualizam os ODM. Destaca-se, em especial, a abrangência do ODS no que refere à Justiça e à Prosperidade.

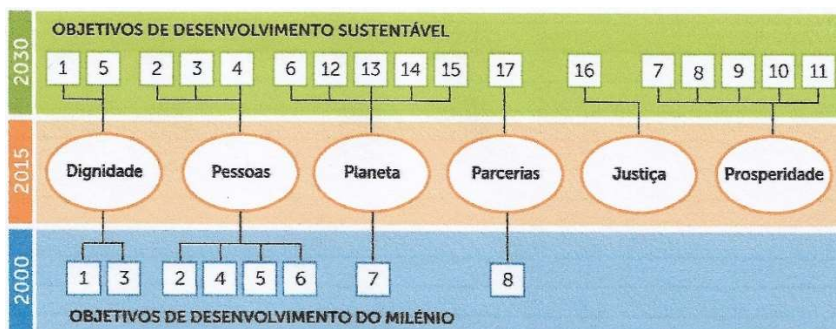


Figura 38 - Representação esquemática dos ODM e dos ODS relacionados com as grandes áreas de importância crítica para a Humanidade e para o Planeta (Fonte: Vieira, 2015)

Em 2017, Portugal definiu uma estratégia com vista a dar prioridade a 6 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em relatório publicado e sujeito a consulta pública. Os ODS escolhidos são os seguintes: 4 (Educação de Qualidade), 5 (Igualdade de Género), 9 (Indústria, Inovação e Infraestruturas), 10 (Reduzir as desigualdades), 13 (Ação Ambiental), em linha com o Protocolo de Quioto, e 14 (Proteger a vida marítima). Este processo foi liderado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e consta do

primeiro relatório apresentado por Portugal, em 2017, no que se refere à implementação dos ODS (Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2017; A Agenda 2030 em Portugal, 2017).

Em 2020, Portugal publica “Portugal e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, em que reitera os 6 ODS estratégicos definidos em 2017. Contudo, são mencionadas, neste documento, algumas fragilidades. É apontada a inexistência de reflexão abrangente sobre a escolha prioritária destes ODS, não existindo uma fundamentação pública que justifique esta escolha em detrimento de outra. É referido, também, neste documento, a *“ausência generalizada da Agenda 2030 no discurso político interno, estando o tema presente primordialmente nos assuntos de política externa”*. No entanto, também é reconhecido que *“a Estratégia Portugal 2030 é, portanto, uma oportunidade para interligar os oito eixos prioritários definidos a nível nacional com as metas e objetivos da Agenda 2030 e de repensar os modelos de governação e gestão das várias instituições para os adaptar da melhor forma à nova abordagem preconizada pela Agenda”* (Portugal e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2020).

Notas bibliográficas

UN. (2000). United Nations Millennium Declaration, 2000. *General Assembly Resolution 55/2, 2000*. New York: United Nations.

UN. (2014). *The Millennium Development Goals Report 2014*. New York: United Nations. Obtido de <https://www.un.org/millenniumgoals/2014%20MDG%20report/MDG%202014%20English%20web.pdf> (acedido em 05.04.2021)

APA. (2015). *Políticas de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Orientações das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento do*

Milénio. Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente. Obtido de <https://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=140> (acedido em 05.04.2021)

Vieira, J. M. (Novembro/Dezembro de 2015). O incremento do acesso a água potável e a saneamento como meio de combate à pobreza e à defesa da saúde pública. 2000-2015 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. *INGENIUM, II Série*(Nº 150), pp. 38-42. Obtido de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/43281/1/2392-Objetivos%20de%20Desenvolvimento%20do%20Mil%C3%A9nio%20Ingenium150.pdf> (acedido em 05.04.2021)

MNE. (2017). *A Agenda 2030 em Portugal*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros (Informação à Imprensa). Obtido de https://issuu.com/comissaonacionaldaunesco/docs/agenda_2030_em_portugal (acedido em 05.04.2021)

Plataforma Portuguesa das ONGD. (Agosto 2020). *Portugal e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Obtido de <https://www.plataformaongd.pt/uploads/subcanais2/portugaleaagenda2030paraodesenvolvimentosustentaavel.pdf> (acedido em 05.04.2021)

MNE. (2017). *Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (PORTUGAL)*. Nova Iorque: MNE. Obtido de <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/Portugal2017.pdf> (acedido em 05.04.2021)

NU. (2021). *ODS*. Obtido de Nações Unidas. Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental: <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/> (acedido em 05.04.2021)

1.4.5. O que é a sustentabilidade quando aplicada ao património cultural

Como o tema principal é o património cultural, este será tratado com mais detalhe, embora seja relevante, claro, introduzir as questões ambientais e económicas. Estas questões ambientais, aliás, merecem uma nota especial, por vários motivos. Primeiro, um dos impulsionadores e principais obreiros foi a pessoa, e professor da Universidade de Évora, que, praticamente, introduziu as políticas ambientais e a sua importância no quadro político nacional: o Arquiteto Professor Gonçalo Ribeiro Telles, que, em 1986, era deputado à Assembleia da República e lutou e fez aprovar um conjunto de normas de referência: a Lei da Regionalização, a Lei das Condicionantes da Plantação de Eucaliptos, a Lei dos Baldios, a Lei da Caça e a Lei do Impacte Ambiental. Antes, como Ministro, já tinha feito aprovar 2 normas que, ainda hoje, sobrevivem, apesar dos permanentes ataques de que são alvo: as Leis da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional.

A Lei de Bases do Ambiente, publicada em 1987, não evitou a abordagem dos problemas do património natural e cultural, pelo que se justifica lembrar algumas das inovações que introduziu:

- A necessidade de se criar uma cartografia da Capacidade de Carga do território e dos seus recursos, segundo o artigo 5º, nº 1 alínea a).
- A obrigatoriedade de proteger a paisagem como um valor em si mesmo, conforme o artigo 5º, nº1, alínea d).
- O reconhecimento de que, entre as componentes ambientais humanas a proteger, se encontra o património natural e o construído (artigo 17, nº 3 alínea b), em que se declara a necessidade de criar legislação especial de proteção, conforme o artigo 20º anuncia.

Assim, quando a ENDS foi publicada em 2007, parecia clara a atribuição de um novo papel para o património cultural. Ainda para mais, o título do objetivo terceiro – “Melhor Ambiente e Valorização do Património” – seria um momento inovador, em o que o património, natural e cultural, iriam ter,

por fim, um lugar de destaque nas políticas de desenvolvimento futuro do país.

Mas à medida que se vai lendo atentamente a Resolução, é nítido como vai diminuindo o entusiasmo e, pelo contrário, até algum desânimo se vai instalando. A primeira surpresa é que, surpreendentemente, os indicadores de monitorização são todos económicos e os de ambiente e mesmo os relativos à coesão social, onde o património poderia ter um lugar importante, são escassos ou mesmo inexistentes.

Então vejamos o conteúdo desta Resolução, cuja estrutura básica, para cada objetivo é o de indicar os propósitos que se pretende com cada um deles e definir metas concretas que se procuram atingir.

O segundo objetivo, visa assegurar a gestão do património histórico e cultural em equilíbrio dinâmico como um valioso recurso para o crescimento económico, procurando-se diversificar as atividades e o próprio desenvolvimento sustentado.

Ainda, no que se refere a este segundo objetivo, pretende-se utilizar de forma sustentável os recursos naturais, aproveitando o potencial endógeno nacional, incluindo as potencialidades no domínio agroflorestal e dos recursos geológicos e mineiros, promovendo a eficiência energética e diversificação das fontes.

Quando, porém, vamos consultar as Metas concretas que se pretendem alcançar, elas não existem!

O terceiro objetivo é muito dececionante. Apesar da referência do título, na sua apresentação são mais as políticas ligadas ao mar que estão em causa e, pior, quando se aborda a prevenção dos riscos sobre o património, natural e cultural, a escolha recai exclusivamente sobre os elementos que poderiam fazer sentido há 50 anos, mas não nos dias de hoje. Ou seja, escolhem-se como principais ameaças a erosão, o risco sísmico, as cheias e as inundações, mas nada se diz sobre o excesso de uso, as pressões dos fluxos turísticos, as práticas de restauro, as políticas públicas de

salvaguarda, ou o tráfico de objetos de arte. Claro que, no que se refere a Metas, nada se diz de concreto.

Algo semelhante se passa com o quarto objetivo em que se fica por uma vaga promessa em estimular e reforçar o serviço público no domínio da cultura e das artes, mas sem pretender alcançar uma Meta específica.

Curiosamente, o quinto objetivo, não refere qualquer papel para o património cultural, embora defina uma Meta, o que não deixa de ser curioso: assim, o Estado propõe-se apoiar a criação, entre 2005-2010, de 10 redes temáticas para valorização de património e recursos comuns.

O sexto objetivo apresenta também um vago desejo de promover a cultura portuguesa como fator de mais valia nacional e, como seria de esperar, sem nenhuma Meta concreta que se pretenda alcançar.

Este percurso pelas ligações que a ENDS faz entre desenvolvimento sustentável e património cultural ainda está (estava?) numa fase muito embrionária. O documento reflete até alguma ingenuidade na sua conceção. Repare-se numa das Prioridades Estratégicas que o documento anuncia: “Mobilização da Sociedade para uma Maior Criatividade Cultural e Artística”, em que se inclui a defesa e rentabilização do património cénico, à semelhança do que se passa noutros Países, favorecendo a criação de espaços que podem ser cumulativamente oficinas de construção de cenários e adereços, de exposição, de armazenagem. No final da leitura desta prioridade, a conclusão que se pode tirar é que uma alternativa é ir avaliando os modelos de outros países, a fim de Portugal definir o conteúdo concreto desta prioridade.

Finalmente, nas chamadas Medidas para as Cidades, que a ENDS considera o pilar da sua política, o nº 15 refere o apoio à Instalação de novos patrimónios museológicos e de coleções de arte de valor internacional, bem como à sua divulgação na Internet. Pode dizer-se que esta é, talvez, uma das Metas mais específicas que se pretende atingir com esta Resolução.

Esta dificuldade de ligação da coesão social que se pretende reforçar e o desenvolvimento sustentável que também se quer atingir é, para sermos justos, um “mal” muito comum. Como se referiu no início desta obra, nenhuma sociedade se consegue organizar e mesmo existir, sem reconhecer elementos identitários que dão sentido a uma narrativa comum. Essa narrativa comum, essa história, está assente em memórias partilhadas, é certo, mas também em valores patrimoniais materiais, naturais e imateriais que quase todos reconhecem como organizando essas memórias.

Porque se vai criando alguma confusão nesta utilização de conceitos? Porque, quase sempre, com o tempo, eles vão perdendo o seu significado inicial. Nos nossos dias, desenvolvimento sustentável é uma expressão utilizada na Economia para significar uma atividade feita com vantagem ou lucro; ora, aqui, o património em si mesmo tem um lugar difícil de concretizar.

Para sermos justos, tem sido prática de muitos documentos nacionais e internacionais lidar com esta ligação. Um passo em frente que importa sempre voltar a sublinhar é o dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) já apresentados. É verdade que o património cultural é apenas referido numa meta do ODS nº 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis). Aí a meta correspondente ao Património Cultural consiste em *“Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo”*.

É por ter sido capaz de fazer essa ligação que a Lei de Bases do Ambiente é um documento inovador; 20 anos antes da ONU, foi possível escrever num texto legal:

“o Património Natural e Construído do País, bem como o histórico e cultural, serão objecto de medidas especiais de defesa, salvaguarda e valorização, através, entre outros, de uma adequada gestão de recursos existentes e planificação das acções e empreender numa perspetiva de animação e utilização criativa” (Artigo 20º nº 1).

E no ponto 2, do mesmo artigo, explicita-se também que:

“legislação especial definirá as políticas de recuperação de centros históricos de áreas urbanas e rurais, de paisagens primitivas e naturais notáveis e de edifícios e conjuntos monumentais e de inventariação e classificação do património histórico, cultural, natural e construído, em cooperação com as autarquias e com as associações locais de defesa do património e associações locais de defesa do ambiente, e estabelecerá a orgânica e modo de funcionamento dos organismos, existentes ou a criar, responsáveis pela sua execução.”

Mais uma vez, os conhecimentos, experiência e intuição do Arquiteto Ribeiro Telles levou-o mais longe e, na alínea a) do Artigo 27.º, ele refere que a *“estratégia nacional de conservação da Natureza, está integrada na estratégia europeia e mundial”* como instrumento da política de ambiente e ordenamento do território.

Assim, a meta correspondente ao património estabelecida no ODS 11 apenas reforça o existente na legislação nacional, europeia e mundial desde, aproximadamente, há 28 anos.

Por outro lado, o ICOMOS preparou um documento de orientação de políticas públicas, intitulado *Heritage and the Sustainable Development Goals: Policy Guidance for Heritage and Development Actors* e publicado em 2021, para ilustrar as muitas maneiras pelas quais o património pode abordar os ODS.³⁹

O documento está organizado em 17 seções. Cada seção aborda um ODS e inclui: uma “linha de base” do atual contexto (ou seja, ameaças e potenciais); uma “Declaração sobre políticas públicas” da contribuição do património para o ODS visado; e um “Estudo de Caso” ilustrando um exemplo prático das estratégias de implementação e a interação entre

39

https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Secretariat/2021/SDG/ICOMOS_SDGs_Policy_Guidance_2021.pdf

diferentes ODS. Mais acresce, que as declarações das políticas públicas a seguir apresentadas neste documento são fundamentadas nos cinco pilares do desenvolvimento sustentado, “5 Ps”, subjacente à Agenda 2030 (Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias) e à natureza inter-relacionada dos ODS (Figuras 37 e 38). Convergindo sob a diretiva principal da política “Para aproveitar o poder do património para acelerar a realização dos ODS”.

Em conclusão, apesar da lacuna referida anteriormente acerca da inclusão do património nos ODS, sendo referido apenas numa meta do ODS 11, é visível o esforço de entidades como o ICOMOS no sentido de colmatar esta lacuna demonstrando o potencial do património para ajudar a alcançar o desenvolvimento sustentável.

Notas bibliográficas

Lei de Bases de Ambiente. (1987). *Lei nº 11/87, de 7 de abril*. Obtido de <https://dre.pt/application/file/a/666247> (acedido em 03.04.2021)

Resolução do Conselho de Ministros nº 109/2007. (2007). *Diário da República, 1.ª série, N.º 159, 20 de Agosto de 2007*. Obtido de <https://dre.pt/application/conteudo/637185> (acedido em 03.04.2021)

Labadi, S., Giliberto, F., Rosetti, I., Shetabi, L., & Yildirim, E. (2021). *Heritage and the Sustainable Development Goals: Policy Guidance for Heritage and Development Actors*. Paris: ICOMOS.

1.5. Os Indicadores de Sustentabilidade

A sustentabilidade de uma determinada política depende da definição de objetivos específicos e metas concretas nas diferentes vertentes do desenvolvimento, as quais só podem ser definidas com base em informação quantitativa sobre o desempenho da sociedade em diferentes áreas. Este requisito motiva a definição de indicadores cuja quantificação deve ser viabilizada para os estados em que se pretendam implementar políticas visando um desenvolvimento sustentável.

As Nações Unidas, através da sua Comissão para o Desenvolvimento Sustentável, desenvolveram, após a Conferência do Rio, diversas iniciativas para a promoção deste tema. Entre elas, em abril de 1995, iniciou-se um programa para a caracterização de indicadores de sustentabilidade, que resultou na publicação de *“Indicators of Sustainable Development: Guidelines and Methodologies”* em agosto de 1996, no qual se definem os indicadores selecionados e a metodologia a adotar para a sua quantificação. Esta publicação teve no total três edições, a primeira em 1996, a segunda em 2001 e a última com data de 2007. Os indicadores de desenvolvimento sustentável apresentados refletem as experiências dos países e organizações internacionais ao longo de quinze anos, desde a adoção da Agenda 21, no Rio de Janeiro (CSD, 2007). Com esta publicação, as Nações Unidas esperavam promover a dinâmica, a nível nacional e internacional, para desenvolver e aplicar indicadores de desenvolvimento sustentável, que possam ajudar na compreensão das várias dimensões do desenvolvimento sustentável e das suas interações complexas, facilitando as decisões políticas destinadas a alcançar objetivos de desenvolvimento sustentável (CSD, 2007).

Os indicadores desenvolvidos dividem-se por quatro categorias, as quais refletem as três dimensões da sustentabilidade: a económica, a social e a ambiental; incluindo também uma categoria adicional referente aos indicadores institucionais.

Os indicadores podem ajudar a medir e a calibrar o progresso em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável. Podem fornecer um alerta precoce, soando o alarme a tempo de evitar danos económicos, sociais e ambientais. E, são também ferramentas importantes para comunicar ideias, pensamentos e valores porque, como alguém disse: "Medimos o que valorizamos, e valorizamos o que medimos" (*We measure what we value, and value what we measure*) (CSD, 2001).

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS). Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável nacional (SIDS)

Conforme referido anteriormente, a escolha de indicadores permite monitorizar o progresso de objetivos e de metas definidas. Neste caso, em particular, os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) serviram como instrumento para monitorizar a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável em Portugal no período de 2005 a 2015 (ENDS 2005-2015), conforme a Resolução do Conselho de Ministros (n.º 109/2007).

Com o uso dos IDS pretendeu-se avaliar o progresso de Portugal para o desenvolvimento sustentável, em termos dos objetivos e das metas definidas na ENDS (2005-2015). Estes indicadores, num total de 80, estão classificados em três níveis, de acordo com 7 objetivos estratégicos: 1. Sociedade do conhecimento; 2. Crescimento, competitividade e eficiência energética; 3. Ambiente e património natural; 4. Equidade e coesão social; 5. Valorização do território e conectividade internacional; 6. Participação activa na cooperação internacional; e 7. Administração Pública eficiente. Os dados são fornecidos pelo INE em conjunto com o Eurostat. É importante salientar, que o registo de dados é feito a partir de 2005, apesar da Resolução do Conselho de Ministros ser posterior a esta data.

Por outro lado, é também criado o Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável nacional (SIDS) para que permita acompanhar a execução das políticas de ambiente e de desenvolvimento sustentável numa base nacional, regional e sectorial e que possa ser

comparável com outros SIDS análogos, em particular no contexto da União Europeia. A primeira proposta oficial do SIDS nacional surge em 2000 e é feita pela Direção Geral do Ambiente, após trabalhos anteriores iniciados em 1997 e em 1998, resultando no desenvolvimento de indicadores de integração ambiental em cinco setores de atividade económica: turismo, transportes, indústria, agricultura e energia (APA, 2021). O posterior trabalho desenvolvido pelo Instituto do Ambiente e, a partir de 2007, pela Agência Portuguesa do Ambiente resultou no SIDS Portugal (SIDS-Portugal, 2007). O SIDS Portugal tem também em conta os aspetos ambientais, sociais, económicos e institucionais do desenvolvimento sustentável. No total, o SIDS Portugal compreende 118 indicadores, agrupados em 4 grupos de indicadores: indicadores-base; indicadores-chave; indicadores-regionalizáveis e indicadores-sectorializáveis. O grupo dos indicadores-base corresponde ao conjunto completo e mais extenso de indicadores do sistema e os restantes 3 grupos de indicadores são um subdomínio deste, podendo coincidir entre eles. Os indicadores-chave estão vocacionados para comunicar com decisores e público em geral. Os indicadores-regionalizáveis permitem assegurar a realização de estudos comparativos entre regiões, contribuindo para a avaliação de assimetrias inter-regionais. E, os indicadores-sectorializáveis compõem o mínimo comum a utilizar em SIDS sectoriais ou temáticos, como por exemplo na energia, indústria, turismo, agricultura e pescas, transportes, justiça, administração interna e/ou segurança social (SIDS-Portugal, 2007).

De acordo com a dissertação de mestrado de Rita Cravo (2018), cujo objetivo principal consistiu em contribuir para a avaliação da evolução da Sustentabilidade Ambiental em Portugal nos últimos 30 anos (1987-2017), os resultados obtidos indicaram que esta evolução foi bastante positiva. *“Os sectores que se destacam pela positiva, relativamente à sua evolução, são a Água, Ar, Resíduos, e Energia, apresentando bons resultados na maioria dos indicadores. Pelo contrário, os sectores do Solo, Conservação da Natureza e Biodiversidade, e Riscos Ambientais não apresentam uma evolução tão positiva. Desta forma, entende-se que são estes os sectores*

que necessitam de mais atenção no futuro”. Para caracterizar esta evolução em Portugal, nos últimos 30 anos, fez-se uso de 18 indicadores do SIDS nacional. Por outro lado, a maioria dos indicadores cumpriu as metas estabelecidas ou ficou muito próxima de as cumprir, no que se refere ao cumprimento das metas da ENDS 2015 (Cravo, 2018).

Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)

Os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) adotados em 2001, sofreram alterações em 2002 e 2007, no que se refere às metas e aos indicadores, finalizando em 2008, com 21 metas e 60 indicadores (Rippin, 2013). Para uma visão geral da versão original dos ODM e das duas versões alargadas, com base nos respetivos Relatórios do Secretário-Geral de 2001, 2002 e 2007⁴⁰ e que também inclui uma visão geral da disponibilidade de dados para cada indicador individual, bem como uma breve discussão sobre sua respetiva qualidade, consulte o anexo (tabela 8) da publicação: *Rippin N., Progress, prospects and lessons from the MDGs: background research paper for the report of the High Level Panel on the Post-2015 Development Agenda, May 2013.*⁴¹ Na mesma publicação, interessa também consultar a Figura 6, em anexo, que possibilita uma análise global, sucinta e clara, do progresso dos ODM. Outro aspeto prende-se com o número de metas dos ODM usadas por cada país, existindo alguma variação, por exemplo no caso de Portugal e do Brasil o número de metas utilizadas foram 22 e 24, respetivamente. O mesmo pode acontecer no que se refere aos indicadores adotados por cada país.

Em Portugal, com vista a monitorizar o progresso dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, foram consideradas 22 metas e usados 48 indicadores (A Agenda 2030 em Portugal, 2017). Conforme referido anteriormente, *“A última avaliação de progresso relativa aos objetivos do*

⁴⁰ As áreas sombreadas indicam as metas e indicadores que foram adicionados ou removidos em 2002 e 2007, respetivamente.

⁴¹ http://www.post2015hlp.org/wp-content/uploads/2013/05/Rippin_Progress-Prospects-and-Lessons-from-the-MDGs.pdf.

milénio foi publicada em 2014 e mostra que apesar de muito ter sido conseguido, muito ficou também por cumprir” (The Millennium Development Goals Report, 2014). “No que respeita ao objetivo 7, foi quase eliminado o consumo de substâncias que reduzem a camada de ozono, as áreas protegidas estão a aumentar e cresceu a percentagem de população com acesso a água potável e ao saneamento básico” (Agência Portuguesa do Ambiente, 2015; Vieira, 2015). “Continuam, todavia, a verificar-se tendências negativas: milhões de hectares de floresta são perdidos anualmente e as emissões de gases com efeito de estufa continuam a aumentar” (Agência Portuguesa do Ambiente, 2015).

Indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), os indicadores monitorizados são os definidos a nível global pelas Nações Unidas para cada ODS, sendo que as estatísticas oficiais disponíveis cobrem atualmente 129 dos 247 indicadores (INE, 2021). O Instituto Nacional de Estatística (INE) disponibiliza um portal sobre a temática, em permanente atualização, desde 2018, e publica um relatório anual com o progresso dos principais indicadores. No entanto, pode afirmar-se que os indicadores existentes e os dados disponíveis não cobrem o universo de indicadores necessários para monitorizar de forma abrangente o cumprimento de alguns dos ODS. Conforme apresentado na Figura 39, a disponibilidade de indicadores ODS para Portugal varia entre 31%, no caso do ODS12 (Produção e Consumo Sustentáveis), e 92% para o ODS9 (Indústria, Inovação e Infraestruturas). A avaliação do desempenho de Portugal pode estar comprometida devido à dificuldade de acesso a dados, em especial nas categorias relacionadas com o Planeta e com a Prosperidade (OCDE, 2019). Conforme referido anteriormente, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável compreendem cinco dimensões: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias (Figura 37).

No que se refere ao acompanhamento estatístico dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, pode ser feito pelo Instituto Nacional de

Estatística (INE), desde 2018, ou pela PORDATA⁴², um projeto da Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS), que possibilita também, desde o início de 2021, a consulta dos indicadores de sustentabilidade relativos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em plataforma própria.

Disponibilidade de indicadores ODS para Portugal

22 de março de 2021

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
ESTATÍSTICA PORTUGUESA

OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



Figura 39 - Disponibilidade de indicadores ODS para Portugal (Fonte: INE, 2021)

Notas bibliográficas

DGA. (2000). Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Obtido de https://apambiente.pt/_zdata/Divulgacao/Publicacoes/SIDS/SIDSPortugal_Proposta2000.pdf (acedido em 05.04.2021)⁴³

⁴² PORDATA - Base de Dados de Portugal Contemporâneo

⁴³ DGA - Direcção Geral do Ambiente

CSD. (2001). *Indicators of Sustainable Development: Guidelines and Methodologies. 2nd.* New York: United Nations. Obtido de <http://www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/indisd/indisd-mg2001.pdf> (acedido em 05.04.2021)⁴⁴

CSD. (2007). *Indicators of Sustainable Development: Guidelines and Methodologies. 3rd Edition.* New York: United Nations. Obtido de <http://www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/guidelines.pdf> (acedido em 05.04.2021)

INE. (2020). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030. Indicadores para Portugal : 2010-2019.* Lisboa: INE. Obtido de <https://www.ine.pt/xurl/pub/434725779> (acedido em 05.04.2021)

OECD. (2019). *Measuring Distance to the SDG Targets 2019 - An Assessment of Where OECD Countries Stand.* OECD iLibrary. Obtido de <https://doi.org/10.1787/a8caf3fa-en> (acedido em 05.04.2021)

Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, SIDS – PORTUGAL. (2007). Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente. Obtido de https://apambiente.pt/_zdata/Divulgacao/Publicacoes/SIDS/SIDSPortugal_Dez2007.pdf (acedido em 05.04.2021)

Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS). (2021). Obtido de Agência Portuguesa do Ambiente (APA): <https://apambiente.pt/index.php?ref=19&subref=139&sub2ref=503> (acedido em 05.04.2021)

Cravo, R. (2018). *A Evolução do Desenvolvimento Sustentável em Portugal nos últimos 30 anos. Dissertação. Mestrado em Ecologia e*

⁴⁴ CSD - Commission on Sustainable Development

Gestão Ambiental. Departamento de Biologia Animal. Faculdade de Ciências. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Desenvolvimento Sustentável. (2021). Obtido de Agência Portuguesa do Ambiente: <https://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=140> (acedido em 05.04.2021)

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. (2021). Obtido de Instituto Nacional de Estatística (INE): https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_idsustentavel&contexto=an&selTa&xlang=pt (acedido em 05.04.2021)

MNE. (2017). *A Agenda 2030 em Portugal.* Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros (Informação à Imprensa). Obtido de https://issuu.com/comissaonacionaldaunesco/docs/agenda_2030_em_portugal (acedido em 05.04.2021)

Rippin, N. (2013). *Progress, prospects and lessons from the MDGs: background research paper for the report of the High Level Panel on the Post-2015 Development Agenda.* Obtido de http://www.post2015hlp.org/wp-content/uploads/2013/05/Rippin_Progress-Prospects-and-Lessons-from-the-MDGs.pdf (acedido a 17.06.2021)

UN. (2014). *The Millennium Development Goals Report 2014.* New York: United Nations. Obtido de <https://www.un.org/millenniumgoals/2014%20MDG%20report/MDG%202014%20English%20web.pdf> (acedido em 05.04.2021)

APA. (2015). *Políticas de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Orientações das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.* Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente. Obtido de <https://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=140> (acedido em 05.04.2021)

Vieira, J. M. (Novembro/Dezembro de 2015). O incremento do acesso a água potável e a saneamento como meio de combate à pobreza e à defesa da saúde pública. 2000-2015 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. *INGENIUM, II Série*(Nº 150), pp. 38-42. Obtido de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/43281/1/2392-Objectivos%20de%20Desenvolvimento%20do%20Mil%C3%A9nio%20Ingenium150.pdf> (acedido em 05.04.2021)

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | Agenda 2030 - Indicadores para Portugal. (2018). Obtido de Instituto Nacional de Estatística (INE): https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=332274994&PUBLICACOESmodo=2&xlang=pt (acedido em 05.04.2021)

Indicadores ODS para Portugal. (2020). Obtido de Instituto Nacional de Estatística (INE): https://www.ine.pt/ine_novidades/Indicadores-ODS-para-Portugal/index.html (acedido em 05.04.2021)

Agenda 2030 ODS. (2021). Obtido de PORDATA - Base de Dados de Portugal Contemporâneo: <https://www.pordata.pt/ODS> (acedido em 05.04.2021)

Capítulo 2. Um estudo de caso: os montes alentejanos

2.1. Enquadramento territorial e concetual

2.1.1. *O monte alentejano: palavras, nomes e conceitos*

Muitas vezes, na nossa linguagem corrente e em quase todos os contextos, usamos palavras sem muita preocupação com a precisão dos conceitos que essas palavras contêm. Quando o tema são as paisagens e as realidades afins, acabamos por nos defrontar com esse problema da utilização errática de palavras, que, do ponto de vista conceptual, ainda por cima, vão mudando de significado ao longo do tempo.

Tome-se o caso do que se passa no Sul de Portugal, em que usamos palavras de uma forma bastante arbitrária, como “monte”, “herdade”, “quinta”, “courela” e outras. São sinónimos? Claro que não. Com efeito, quando usamos a palavra “herdade”, em princípio estamos a tratar de uma propriedade que alguém recebeu livre de encargos e direitos subordinados, e que pertencia a alguém que dela podia dispor doando-a ou vendendo-a.

A palavra “monte” era então usada como designando o nome de uma grande propriedade do Alentejo em que, até há poucos anos, se produzia cereais, tendo frequentemente, largas áreas de coberto arbóreo de sobreiros ou azinheiras, e em que, nos intervalos das sementeiras, nos pousios, os campos serviam de pasto para bovinos ou ovinos. Por vezes, olivais e vinhas marcavam também presença, e nos montados de sobre e de azinho, a bolota servia de alimento para suínos. Mas também usamos a palavra “monte”, para designar a cabeça de uma antiga propriedade, em regra isolada, muitas vezes localizada num ponto alto do território, com dependências anexas à casa principal e com uma estrutura que foi evoluindo com o tempo.

Hoje, muitas dessas propriedades, a que continuamos a chamar “monte”, separaram-se, total ou parcialmente, das antigas funções agrícolas e da economia rural que encabeçavam e transformaram-se em locais de lazer,

como hotéis rurais, ou, outras vezes, em segunda casa de lazer dos seus proprietários, agora vivendo num qualquer centro urbano, ou devido à divisão da propriedade, em resultado dos mecanismos sucessórios, em lugarejos (que, frequentemente vieram a originar aldeias) e que continuaram a utilizar o topónimo “monte”.

Por seu lado, “courela” é uma palavra que, atualmente, pouco se usa, a não ser para identificar uma pequena parcela de terra que continua a ser usada para a prática agrícola. Mas, muitos séculos antes, esta palavra identificava a terra, propriedade de um senhor que lá tinha a trabalhar algum dependente, normalmente com um contrato de foro.

Mas estes nomes e estas palavras sempre foram objeto de particularidades locais. Veja-se como, no século XIX, os nomes que se usavam para as mesmas realidades não eram os mesmos dos nossos dias.

Para este exercício, a fonte de informação tem especial interesse. Trata-se de uma obra escrita por José da Silva Picão (1859-1922), natural de Santa Eulália em Elvas, um agricultor e proprietário desse concelho, que escreveu um texto etnográfico muito rico em informação, intitulado: *“Através dos Campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos”*. Apesar de limitado à realidade do seu concelho, começa assim:

“Em geral os campos do Alemtejo, aparte os arredores das povoações, são divididos em grandes tractos de terreno que se denominam herdade. Por via de regra cada herdade ou grupo de herdades sustenta uma exploração agrícola-pecuária chamada lavoira... O conjunto de herdades que constituem uma lavoira designa se por cómmodo. A sede do cómmodo é o “monte”, que assim se chama a casa de habitação de qualquer herdade” (Picão, 1903, p 7).

Mais à frente, abre o segundo capítulo, com o título de “Os Montes”, informando o leitor de que:

“Um dos característicos mais notáveis da provincia transtagana, são os montes, isto é as casas de residência das herdades, que simultaneamente e por via de regra se aplicam também a sédes das lavouras que se exploram nas mesmas herdades. São, por assim dizer, aquillo a que n’outras províncias se chamam granjas, casaes, quintas, etc.” (Picão, 1903, p 17).

Apesar no quase pitoresco da descrição e até de alguns erros tipográficos, é evidente a evolução do uso das palavras que, tantas vezes sendo as mesmas, têm sentidos diferentes.

As propriedades que aqui se apresentam, comparam e estudam, decorrem desta palavra que hoje usamos sempre de uma forma um pouco vaga na sua definição concetual: os “montes alentejanos”. Note-se que não é de história que se trata, visto que não vamos à procura de proprietários, ganhões, foreiros e rendeiros; também não vamos tratar de preços e mercados. Neste caso, o que está no centro da observação é a própria estrutura construída e o que até nós vemos, de pé incólume, ou em ruínas e, muitas vezes, abandonada.

Bibliografia

Picão, J. d. (1903). *Através dos Campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos*. Elvas: Typographia Progresso.

2.1.2. *Entre o habitat humano e as características físicas do território. Uma aproximação teórica*

Quem percorre o Alentejo de Norte a Sul ou de Este a Oeste pode ir percebendo que a estrutura geofísica do território não é uniforme, principalmente no que respeita à topografia, à geomorfologia, à litologia e até ao clima o que condiciona, ontem como hoje, a morfologia, a volumetria e os materiais de construção do habitat rural, situações que os montes alentejanos ilustram. Claro que, como em todas as outras partes do mundo, também no Alentejo, as qualidades agrológicas dos solos condicionam a economia regional agrária.

Mas, até que ponto é que esta referida estrutura geofísica é um fator determinante para a compreensão das características tipológicas dos montes?

Procurando, cabal e sinteticamente, responder a esta questão complexa, toma-se como ponto de partida a proposta de Amos Rapoport, cuja obra *Vivienda y Cultura*, constitui uma contribuição para um reforço da capacidade teórica de análise deste assunto.

Segundo este autor, não deve e não pode sustentar-se a existência de um determinismo dos fatores físicos do território sobre o habitat humano.

Ele lembra que uma escola de pensamento integrada por geógrafos e historiadores como Vidal de La Blache, Lucien Febvre, Max Sorre e Jean Brunhes e que foi apelidada de *possibilista*, defendia que o marco físico só proporciona *possibilidades*, e não *imperativos*, pois é o Homem quem decide, ou melhor, vai decidindo, e não o lugar ou o clima. Daqui resulta que não é a localização, o clima ou os materiais que determinam o modo de vida ou o habitat. A habitação ou os aglomerados populacionais não são o exclusivo resultado de forças físicas, uma vez que a morfologia se altera frequentemente em áreas aonde os aspetos físicos não variaram. Para a maioria dos povos primitivos e pré-industriais, por exemplo, as escolhas

estavam muito mais condicionadas pela religião, no seu sentido mais amplo, do que por outras considerações materiais ou de conforto.

Muitas vezes, nas áreas com uma economia mais pobre dá-se mais importância ao simbólico (religião e mitos) que ao utilitário. Quando a economia é mais rica, a ênfase no quadro físico é mais possível. Note-se: não é inevitável, mas unicamente possível.

Pode-se afirmar, pois, que para a compreensão do habitat humano há que considerar quer os aspetos físicos, quer os sócio-culturais, conforme a breve reflexão atrás apontada.

Daqui decorre uma outra consequência. A criação de um ambiente ideal num habitat humano exprime-se mais através da *organização específica do espaço* que da *forma arquitetónica*, propriamente dita. Mesmo quando operam as mais fortes coações climáticas, económicas, tecnológicas e de materiais, encontram-se grandes variações e opções morfológicas, ausência de determinismo, e uma clara ação dos fatores culturais.

Pode-se dizer que a *forma* do habitat é o resultado de uma eleição entre as possibilidades existentes (quanto maior for o número de possibilidades, mais ampla é a eleição); porém esta nunca é inevitável, porque o Homem pode viver em muitos tipos de estruturas.

As formas das casas não são determinadas pelas forças físicas e, por conseguinte, podem apresentar uma grande variedade, devido à relativamente pobre situação crítica dos edifícios. Qual é então o argumento crucial? É o seguinte:

- Ao ser baixa a situação crítica dos elementos físicos, podem operar os fatores sócio-culturais; como estes podem atuar, as forças puramente físicas não podem determinar a morfologia. Ao negar-se o *determinismo físico*, não se pretende substituí-lo por uma forma de *determinismo cultural*. Está-se tratando somente da primazia; não da ação exclusiva das forças sociais e culturais.

- Conforme aumenta a situação crítica dos elementos físicos, para os diferentes âmbitos (climático, económico, tecnológico e de materiais), persiste, se bem que diminuído, o grau de liberdade, o qual se exprime sobre qualquer condição, com a maior amplitude possível.

A construção teórica que antes se resumiu tem aqui um objetivo muito concreto que é o de enquadrar a enorme variedade construtiva dos montes e explicar como, em função do tempo e das condições económicas e sociais de cada momento, o recurso a novas formas e estruturas de construção, novos materiais e até novas funções se vai também fazendo, o que se reflete nos montes que se veem na paisagem; além disso, a morfologia e as características do território são elementos estruturantes dessa variedade. De uma forma muito sintética, são esses os pontos que, a seguir, se vão tratar. À frente, alguns exemplos relativos à variedade, em termos de dimensão e estrutura, que traduzem essa diversidade construtiva, são apresentados.

2.2. As condicionantes básicas

2.2.1. *Materiais e estruturas construtivas tradicionais*

Dum modo geral pode-se afirmar que existe uma relação mais ou menos estreita entre as características do habitat rural e o seu quadro ambiental, principalmente no que respeita à litologia, à pedologia, à topografia e aos recursos hídricos. Com efeito, a morfologia do território tem uma íntima relação com a forma como ele vai sendo ocupado. Por isso, a primeira comparação é com o Sul da Europa. Vanessa Freire de Lima, numa tese de mestrado de arquitetura, chama a atenção para as semelhanças, como manifestações arquitetónicas entre os montes alentejanos, os *cortijos* da Andaluzia, as *villae* italianas da Campânia, Puglia e Sicília. Este parentesco é o resultado de uma partilha comum de momentos históricos, de saberes-fazer semelhantes, mas também de uma resposta a desafios territoriais do mesmo tipo (Lima, p. 169).

Aproximando-nos do Alentejo, como ponto de partida, parece ajustada a observação de Maria Fernandes quando refere:

“sendo o Alentejo uma zona relativamente homogénea, apresenta, no entanto, uma diversidade considerável de materiais com origens em matérias –primas comuns que resultaram em soluções construtivas múltiplas e extremamente originais. A ausência de madeiras apropriadas levou ao desenvolvimento de sistemas em arco e ao uso quase exaustivo, dos materiais cerâmicos em tectos, pisos e coberturas. A escassez de material pétreo adequado ao desenvolvimento de alvenarias adequadas e regulares e a presença ou influência da cultura mediterrânea, levaram ao desenvolvimento de técnicas construtivas em terra e tijolo, tirando partido dos solos, do recurso de terras areno-argilosas, da escassez de água e da generalidade construtiva”.
(Fernandes, 2010, p. 81).

Ainda segundo a mesma autora, a zona Sul do território português caracteriza-se *“por sistemas construtivos em terra, pela alvenaria ordinária de pedra irregular rebocada, e pela alvenaria seca de xisto”* (Idem, p. 73). A Figura 40 é bom exemplo de um muro em alvenaria seca de xisto que se produzia no sul de Portugal.

No Alentejo, no respeitante aos sistemas em terra, predomina a taipa, embora o adobe, em zonas onde haja disponibilidade de água, também esteja presente; sendo bons exemplos a bacia do Sorraia, incluindo a do Almançor, seu afluente, o vale do Guadiana e a zonas da margem Sul do rio Tejo. Encontram-se até casos em que a taipa e o adobe ocorrem no mesmo edifício (Idem, p. 81).



Figura 40 - Muro em alvenaria seca de xisto, em Mosteiro, Mértola (Autor: José M. de Mascarenhas, 2019).

Segundo Orlando Ribeiro (1961, p. 49), para a construção em taipa, há que *“bater a malho, dentro de uma espécie de caixa de madeira, sem fundo (taipal), uma mistura de barro com pedriça, apanhada muita vez ao lado dos muros que se estão levantando. Deslocando lateralmente o taipal, obtém-se uma faixa a todo o comprimento do muro que se deseja; levantada ela, deixa-se endurecer a ponto de servir de apoio ao taipal e vai-se assim erguendo sucessivamente o muro, desencontrando as juntas verticais, para obter traveção”*, conforme a Figura 41 é um bom exemplo.



Figura 41 - Muro em taipa, em Mosteiro, Mértola (Autor: José M. de Mascarenhas, 2019).

De entre os tipos arquitetónicos construídos em taipa, que mais se destacam no Alentejo, o monte é, precisamente, um dos que mais se evidencia, sobretudo com os seguintes três (3) *facies* (Fernandes, 2013, p. 122):

- O monte, habitação ou conjunto de habitações e instalações agrícolas, agrupadas ou isoladas, com desenvolvimento construtivo na longitudinal,

por sucessão de compartimentos, englobando três variantes fundamentais, a saber:

- O monte isolado em geral associado a uma habitação;
- O monte conjunto, com duplicação da construção em simetria contrária ao da fachada de acesso e correspondendo a mais que uma habitação;
- o monte aglomerado, que tal como o nome indica corresponde a um conjunto de habitações e outros edifícios, com desenvolvimento em rua ou pátio e complexo em termos de funções e usos.

Quanto ao adobe, segundo Orlando Ribeiro (1961, p.50), trata-se de *“barro amassado juntamente com areia ou palha cortada, moldado em forma de tijolo e seco ao sol. Usam-se na construção (de muros e paredes) sobrepostos em fiadas com as juntas verticais desencontradas”*. Mas outros tipos de adobe existem, tal como aponta Maria Fernandes, em vários dos seus trabalhos (Fernandes, 2010, 2013, 2014, entre outros). A Figura 42, que a seguir se apresenta, é um bom exemplo destes muros que se construíam em adobe.



Figura 42 - Muro em adobe, em Ferreiros, Moita (Autor: José M. de Mascarenhas, 2011).

A presença do adobe é mais evidente na região da bacia hidrográfica do rio Tejo, passando este tipo de construção a rarear quando solos pedregosos e pouco evoluídos (os chamados Litossolos) passam a dominar na paisagem. De um modo muito geral, é possível concluir que:

“construções em adobe aparecem, sobretudo, nas regiões dos chamados Regossolos (rocha-mãe moles), e são frequentes na costa e junto às margens dos rios; igualmente nas de Fluviossolos (depósitos fluviais) existentes nas margens dos rios; nas de Podzoisolos (ácidos e de mineralização lenta) um tipo frequente nas bacias hidrográficas do Tejo e do Mondego; e nas de Luviossolos (argilosos)” (Fernandes, 2013, p.199).

Sempre segundo a mesma autora, a sua difusão no Alentejo, na substituição da taipa, em certas regiões, como técnica preponderante, pode ser o resultado de movimentos migratórios recentes por parte de populações vindas de regiões onde o adobe era a técnica construtiva dominante (Fernandes, 2010, p.81).

Quanto ao material pétreo e outras matérias-primas de origem mineral, existe uma evidente relação com as rochas eruptivas e as metamórficas, os dois tipos mais comuns no Alentejo, com especial realce para os xistos que predominam, havendo sido o material pétreo preferencial, embora, na atualidade seja pouco utilizado, prevalecendo na construção, a alvenaria ordinária ou argamassada em aparelho irregular (Idem, p.74).

Certamente motivados pela sua variedade, resiliência e importância na paisagem, os montes têm despertado o interesse de muitos investigadores e podem contar-se por algumas dezenas, os artigos, teses, entrevistas e catálogos a que deram origem. Talvez isso seja pelo facto dos montes serem, na lindíssima expressão de uma tese de doutoramento, os guardiões da paisagem (Simões, 2015).

2.2.2. *Topografia e morfologia arquitetónica*

Quem percorrer o Alentejo e apreciar a sua paisagem poderá verificar que a uniformidade da peneplanície, extensa aplanção moldada sobretudo em rochas xistosas, é por vezes quebrada por relevos que assumem certo significado para as populações locais.

Alguns desses relevos resultam da erosão diferencial de rochas de diferente dureza, enquanto outros derivam de deformações da planície por movimentação tectónica, e outros ainda da conjugação destes dois fatores, como anota Luciano Lourenço (1995) numa síntese sobre o assunto, assente em bibliografia temática variada. De entre os relevos residuais, destaca-se a Serra de S. Mamede (1027 m), havendo ainda que referir as Serras de Ficalho (518 m) e de Alcaria Ruiva (371 m). Quanto aos relevos tectónicos, destacam-se as Serras de Ossa (653 m), Monfurado (424 m), Mendro (412 m), Portel (424 m), Barrancos e Caldeirão, estas últimas ligadas a noroeste, às Serras da Vigia (403 m) e das Relíquias (303 m) (Idem, 1995). Como relevo resultante dos dois fatores apontados (erosão diferencial e movimentação tectónica), deve-se referir a Serra da Vigária (529 m), que acompanha praticamente o maciço calcário de Estremoz, bem como os principais relevos litorais do Alentejo, de que se destacam as Serras de Grândola (326 m) e do Cercal (372 m) (Idem, 1995).

Ao percorrermos estas micro regiões serranas, imediatamente se percebem flagrantes contrastes paisagísticos, relativamente à peneplanície, não só no que respeita à geografia física, mas também no que toca aos ecossistemas, incluindo o humano, com especial relevância para o quadro socioeconómico, o qual contempla o habitat humano. Imediatamente se depara ao observador que as características arquitetónicas dos montes são, em geral, diversas, sobretudo em termos de dimensão e regularidade espacial (menor área ocupada e maior irregularidade), havendo necessidade dos edifícios se adaptarem às características topográficas dos terrenos, os quais por vezes se apresentam bastante dobrados e com declives acentuados.



Figura 43 - Monte do Pereiro, na Serra Grândola (Imagem Google Earth, 2020).



Figura 44 - Quinta de Montemuro, na Serra de Monfurado (Imagem Google Earth, 2020).

Também o agro-sistema é evidentemente diverso, caracterizando-se muitas vezes por uma agricultura instalada sobre socalcos modelados nas encostas, por vezes irrigada (culturas hortícolas, prátícolas e pomares) ou suportando olivais, vinhas, ou outras culturas tradicionais de sequeiro.



Figura 45 - Monte da Torre do Carvalho, na Serra de Monfurado (Autor: José M. de Mascarenhas, 2005).

São também comuns nestas serras, montados e bosques de sobreiro e azinheira e até por vezes de outras quercínias, como o carvalho negral (Serras de S. Mamede e de Monfurado) e o carvalho cerquinho (Serras de Grândola e do Cercal) e até soutos marcam em S. Mamede a sua presença. Todavia, muitas destas serras, com especial relevância para as Serras de Ossa e de Monfurado, foram objeto ao longo do século XX de operações de florestação com eucalipto (matas de produção) que muito afetaram a qualidade paisagística e a biodiversidade dos ecossistemas (Figuras 43 a 45).

2.2.3. *Os recursos hídricos: um elemento central para a existência de vida*

Sendo a água um elemento essencial para a vida humana, pode-se até certo ponto afirmar que a tirania da água condiciona a disposição do habitat humano nas regiões áridas, razão porque em muitas zonas da região mediterrânica, quase toda a população vive em aldeias, e quase toda a aldeia está situada perto duma nascente (Demangeon, 1927, p.12). De um modo mais geral, pode-se considerar que um laço estreito une cada habitat a um ponto de água. Tudo está de tal modo subordinado a este elemento, suporte da vida, que não pode existir outro modo de agrupamento que aquele que exige a fruição em comum das águas, sejam elas correntes ou de mananciais subterrâneos. À medida que o clima se torna mais húmido, deixa de se poder afirmar a existência duma relação tão estreita entre as condições hidrológicas e a repartição do habitat, já que passará a ser possível recolher as águas das chuvas, mesmo em situações de aprovisionamento difícil (Idem, p.13).

A relação estreita entre a localização da maioria dos montes e os recursos hídricos é posta em evidência por Paula Simões (2018, p.5), ao afirmar que *“o relevo e a orientação são essenciais na escolha do lugar e a água é também um requisito fundamental porque o afastamento dos núcleos urbanos pressupõe uma independência relativamente a este recurso”*, conforme as Figuras 46 e 47. *“A proximidade de uma linha de água ou a facilidade de captação de água no subsolo é o garante de vida no monte e por isso uma característica que se evidencia nos montes que visitámos”*. Esta autora apresenta como exemplos a localização da habitação do Monte Branco da Serra, nas proximidades de um afluente da Ribeira de Toutalga, e a do Solar de Água de Peixes, nas cercanias de um dos afluentes da Ribeira de Odivelas (Simões, 2018, p.5).

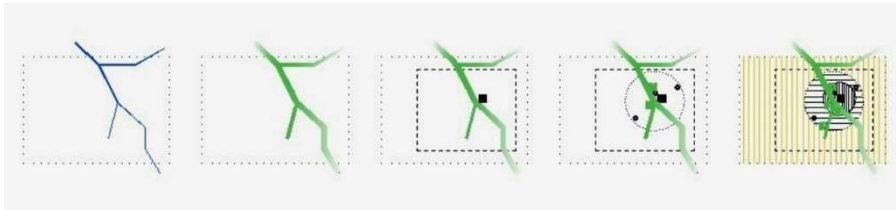


Figura 46 - Relação, num monte, do espaço edificado com os recursos hídricos e agrológicos (Autora: Paula Simões, 2018).

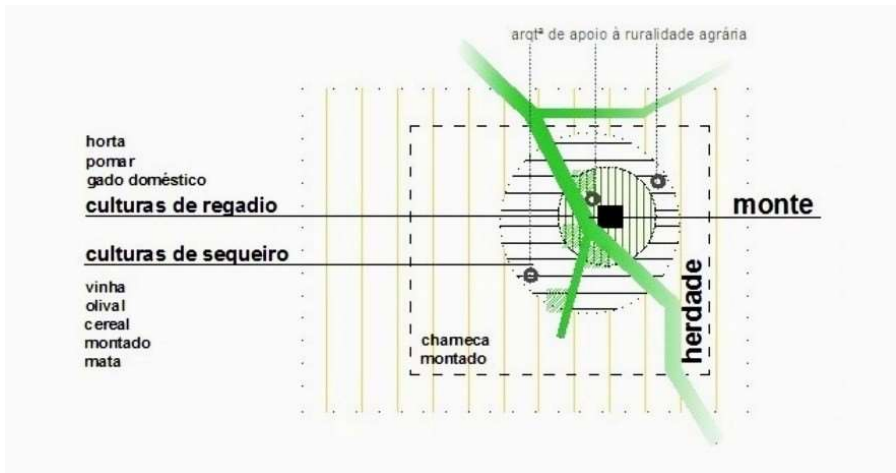


Figura 47 - Organização ideológica do monte. Padrão esquemático de práticas agrícolas (Autora: Paula Simões, 2018).

No que respeita às disponibilidades hídricas subterrâneas do território alentejano, observa-se um contraste abissal entre as bacias sedimentares do Tejo e do Sado (rochas sedimentares detríticas), que deram lugar à mais importante unidade hidrogeológica do país, e o restante território, constituído por xistos, granitos e outras rochas plutónicas, integrado na unidade hidrogeológica do Maciço Antigo, caracterizado por massas de água indiferenciadas, de fraca disponibilidade hídrica, derivada da pequena capacidade de armazenamento da água no substrato rochoso. Correspondem a meios heterogéneos, sem continuidade espacial, e com importância apenas local (Água..., 2019). A situação do Baixo Alentejo é,

todavia, a mais crítica devido à fraca aptidão hidrogeológica das rochas dominantes (xistos) e pelo facto do armazenamento da água subterrânea estar fortemente correlacionado com as variações da precipitação. Após as primeiras chuvas, inicia-se o armazenamento, mas no fim do ano hidrológico, no período de estiagem, os níveis de água subterrânea são muito baixos, o que determina que os recursos hídricos subterrâneos (nascentes e poços), apresentem, de modo geral, baixos caudais e acentuada variação sazonal. “O recurso às nascentes, como forma de abastecimento, reflete, ainda nos nossos dias, fortes tradições enraizadas na cultura das populações. Encontra-se, normalmente, associado a emblemáticos fontanários e chafarizes próximo dos aglomerados populacionais e suas vias de acesso” (*Estudo dos Recursos Hídricos ...*, 2000, p.1.1).



Figura 48 - Fonte, alimentada por nascente, através de galeria escavada na rocha, na Serra de Monfurado (Autor: José M. de Mascarenhas, 2011).

As nascentes naturais encontram-se, em geral, encaixadas morfológicamente no fundo de vales, situação compreensível à luz dos dispositivos hidrogeológicos que estão na base da respetiva descarga. O aproveitamento das emergências naturais fez-se, quase sempre, mediante captações mais ou menos rudimentares localizadas acima daquelas, em resultado da escassez dos recursos tecnológicos disponíveis no passado e do desconhecimento dos circuitos hidrogeológicos (Carvalho, 2006).

A captação da água de nascentes através de galerias escavadas na rocha é mais frequente nas zonas serranas, assumindo por vezes tais obras certa imponência, como acontece, por exemplo, no monte de Montemuro (Serra de Monfurado), e nos conventos de S. Paulo da Serra de Ossa e de S. Bento de Cástris (Caeiro, *et al.*, 1996; Mascarenhas *et al.*, 2005).



Figura 49 - Nascente na peneplanície, nos arredores de Évora (Autor: José M. de Mascarenhas, 1994)

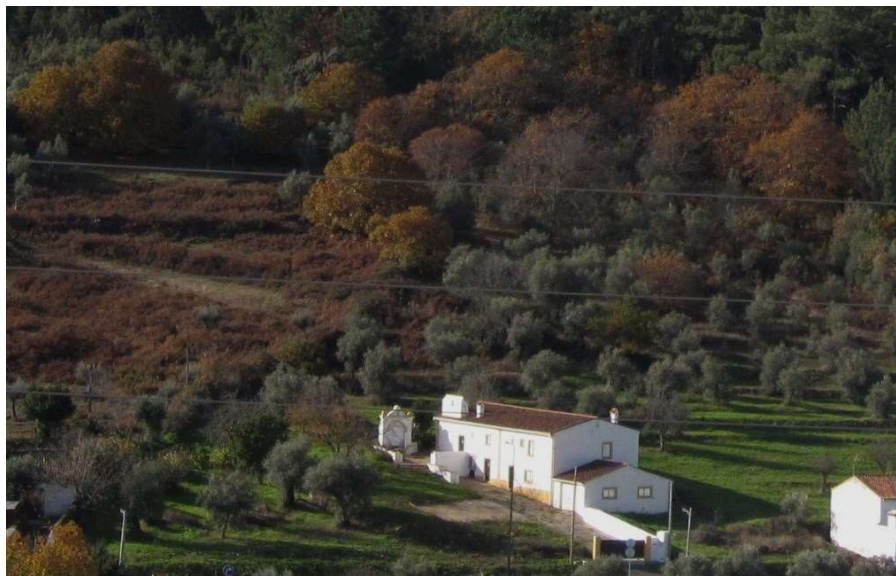


Figura 50 - Monte e fonte alimentada por água de nascente, através de galeria escavada na rocha, na Serra de S. Mamede (Autor: José M. de Mascarenhas, 2011).

Quanto aos poços, estes podem ser realizados indiferentemente das condições geomorfológicas, se bem que se adaptem melhor às regiões planálticas, ou de fundo de vale, do que às vertentes das colinas, solução pouco frequente, pois o afluxo de água deixaria de ser radial passando a ser feito apenas do lado da encosta, a montante.

As Figuras 48 a 58 são bons exemplos da variedade de sistemas hidráulicos que ainda hoje se podem identificar na paisagem alentejana, que incluiu fontes alimentadas por águas de nascentes, poços antigos de caráter mais rústico, noras mais ou menos sofisticadas e açudes.



Figura 51 - Poço antigo, de carácter muito rústico, na Herdade da Mitra de Valverde (Autor: José M. de Mascarenhas, 2009).



Figura 52 - Fonte da Alverca (Herdade da Mitra de Valverde). Poço/nascente protegido por estrutura em abobadilha de tijolo (Autor: José M. de Mascarenhas, 1999).

O facto de, no Baixo Alentejo, ser frequente que muitas destas fontes de água secarem nos anos de maior estiagem, as populações dos montes eram obrigadas a deslocarem-se por vezes muitos quilómetros para recolherem a água em locais aonde se encontrava ainda disponível. As nascentes e fontes, noutros tempos, *“funcionavam como locais vitais para a sobrevivência das populações que, em conjunto com os poços representavam os únicos locais de abastecimento de água. A ida à fonte era motivo de convívio entre as gentes, proporcionando-se assim nesses locais encontros onde se debatiam os problemas da Aldeia, dava-se a conhecer as notícias, acontecimentos e festas que surgiam”* (Estudo dos Recursos Hídricos ..., 2000, p.1.9). Acerca do chamado *Poço de Aljustrel*, que se localizava à saída de Beja, junto à estrada para Aljustrel, *“dizia-se que antigamente as bruxas e os lobisomens se reuniam à meia-noite à sua volta e bailavam até de manhã. O jornal 'O Bejense' de 1872, fala-nos de um cristão-novo que confessou ter ido sobre um bode esperar o Messias ao poço de Aljustrel”* (Mestre, 1991, p. 127).



Figura 53 - Poço d' Aljustrel- Beja. Fotografia antiga mostrando como a “ida à fonte” era uma ocasião para convívio (Postal antigo. Autor e ano desconhecidos).

Para se fazer a extração da água a partir dos poços, utilizavam-se tradicionalmente dispositivos elevatórios, alguns muito elementares, como as cegonhas (ou picotas), pouco vulgares no Alentejo, se bem que hajam sido identificadas sobretudo nas regiões de Arez (Nisa), Moura, vale do Guadiana e Alentejo litoral (Dias & Galhano, 1986, p. 143 e 177). Os mecanismos mais vulgares por todo o território alentejano eram sem dúvida as noras de alcatruzes de eixo curto acionadas por animais, se bem que em montes de certa importância, particulares ou monásticos, hajam sido utilizadas noras altas de eixo comprido, montadas sobre pórticos, algumas das quais de grandes dimensões e monumentalidade, como as que foram identificadas no horto do Convento do Bom Jesus da Mitra (Barata & Mascarenhas, 2002) e em Varche (Elvas)(Dias & Galhano, 1986, p. 123).



Figura 54 - Nora de eixo baixo, nos campos a norte de Évora (Autor: Panagiotis Sarantopoulos, 2004).



Figura 55 - Nora de eixo alto, montada sobre pórtico, no horto do Convento do Bom Jesus da Mitra (Autor: José M. de Mascarenhas, 1999).

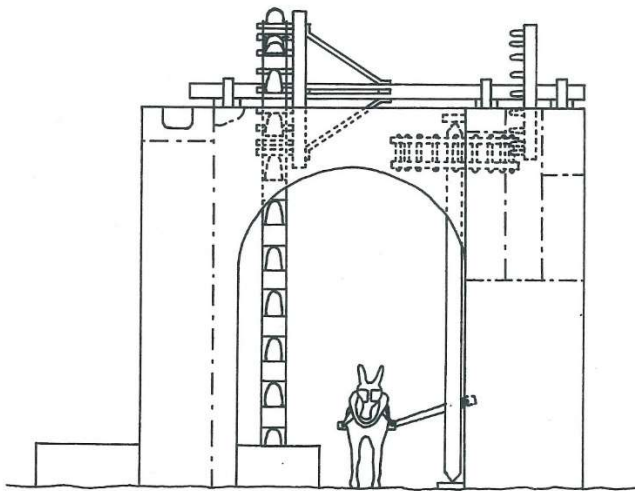


Figura 56 - Reconstituição da nora representada na figura anterior (Autor: José M. de Mascarenhas, 2000).

Muitas destas nascentes e poços permitiam fazer convergir a água para dispositivos de retenção (cisternas e tanques) com vista a ser posteriormente utilizada para consumo humano, ou para fins de abeberamento do gado e para rega de hortas.

Além dos recursos hídricos subterrâneos, a água superficial tem sido igualmente utilizada pelo Homem, no Alentejo, desde pelo menos a época Romana. Incluem-se nesta classificação, as águas dos cursos de água, dos lagos e as áreas de drenagem que fazem convergir as águas para reservatórios de retenção (*Estudo dos Recursos Hídricos ...*, 2000, p.1.1). No caso específico do Alentejo há que destacar sobretudo as águas derivadas dos cursos de água em resultado da instalação de açudes e que se destinavam, na maior parte dos casos, a um uso múltiplo de regadio e acionamento de moinhos e pisões e as águas represadas através de barragens, destinadas a idênticos fins e à retenção de sedimentos (barragens de enateiramento), conhecendo-se algumas cuja finalidade principal era o apoio à exploração mineira. Infelizmente continua por se efetuar um levantamento sistemático destas estruturas pós-romanas. Os casos conhecidos, resultam de levantamentos pontuais realizados quer no Alto Alentejo (sector Viana – Gavião – Elvas) (Quintela *et al.*, 1989) e na bacia do Sado, sobretudo na do seu afluente Ribeira das Alcáçovas (Quintela *et al.*, 2004). Muitas destas barragens foram instaladas por entidades privadas, estando relacionadas com importantes montes, e constituem obras de certa monumentalidade, como a barragem de Alpedreira de Baixo (Elvas) (Quintela *et al.*, 1989).

Também o Baixo Alentejo interior, é a zona mais depauperada em termos de águas superficiais, como se pode depreender da análise do mapa sobre *Escoamento. Quantidade de água na rede hidrográfica* (Quintela, 1974), pelo que, além das barragens mineiras das Minas de S. Domingos, poucas devem ter sido as obras destinadas à retenção das águas pluviais, em virtude da baixa pluviosidade regional.



Figura 57 - Açude na ribeira de Almuro (Autor: José M. de Mascarenhas, anos 90).



Figura 58 - Barragem do Conde, na Herdade da Fonte Boa do Degebe (Autor: José M. de Mascarenhas, 1985).

Bibliografia

Água, *Disponibilidades de águas superficiais e subterrâneas*. (2019). Obtido de Portal do Estado do Ambiente: <https://rea.apambiente.pt/content/disponibilidades-de-%C3%A1guas-superficiais-e-subterr%C3%A2neas> (acedido em abril 2021)

Barata, F. T., & Mascarenhas, J. M. (2002). *Preservando a Memória do Território. O Parque Cultural da Tourega Valverde (Preserving the Land's Memories. The Tourega/Valverde Cultural Park)*. Évora: CEEM/Universidade de Évora.

Caeiro, E., Abel, A., & Mascarenhas, J. M. (1996). Os Sistemas Hidráulicos da Abadia de S. Bento de Cástris (Évora) : Reconhecimento e Análise Preliminar. In J. M. De Mascarenhas (Ed.), *Hidráulica Monástica Medieval e Moderna* (pp. 209-221). Lisboa: Fundação Oriente.

Carvalho, J. M. (2006). *Prospecção e pesquisa de recursos hídricos subterrâneos no Maciço Antigo Português: linhas metodológicas. Tese de Doutoramento*. Aveiro: Departamento de Geociências/Universidade de Aveiro.

Daveau, S. (1980). *Dois mapas climáticos de Portugal, Nevoeiro e Nebulosidade, Contrastes Térmicos*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

Demangeon, A. (1927). La géographie de l'habitat rural. *Annales de Géographie*, 36(199), pp. 1-23. doi:doi.org/10.3406/geo.1927.8577
Dias, J., & Galhano, F. (1986). *Aparelhos de Elevar a Água de Rega* (2ª ed.). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

CG-UL, & IA. (2000). *Estudo dos Recursos Hídricos Subterrâneos do Alentejo. Nascentes do Alentejo*. Lisboa: Centro de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa & Instituto da Água. Obtido de https://snirh.apambiente.pt/snirh/download/relatorios/nasc_alentejo.pdf (acedido em abril 2021)

Mascarenhas, J. M., Benoit, P., Berthier, K., Rouillard, J., & Jorge, V. (2005). Comparative analysis of mines supplying water to towns, to abbeys and to manors in Portugal (15 th. – 18th. centuries). *Schriftenreihe Der Frontinus-Gesellschaft*, 26, pp. 207-222.

Mestre, J. F. (1991). *Beja. Olhares sobre a cidade*. Beja: Câmara Municipal de Beja.

Quintela, A. d., Cardoso, J. L., & De Mascarenhas, J. M. (1989). Barragens Antigas em Portugal a Sul do Tejo. *Cuadernos de San Benito*, 2, pp. 77-108.

Quintela, A. C. (1974). Escoamento. Quantidade de água na rede hidrográfica. *Mapa à escala 1: 1000 000 integrada em Portugal. Atlas do Ambiente*. Lisboa: Comissão Nacional do Ambiente.

Quintela, A. d., De Mascarenhas, J. M., Cardoso, J. L., Álvares, M. T., & Pina, T. A. (2004). Património cultural dos cursos de água da bacia do Sado. In I. Moreira, M. G. Saraiva, & F. Correia (Eds.), *Gestão ambiental dos sistemas fluviais. Aplicação à bacia hidrográfica do rio Sado* (pp. 345 - 374). Lisboa: ISAPress.

Simões, P. M. (2018). Os Montes Alentejanos: uma sábia aliança com a paisagem. Évora: Universidade de Évora. Obtido de Paula Simões_Os Montes Alentejanos_uma sábia aliança com a paisagem_set 2018.pdf (acedido em abril de 2021)

2.3. A distribuição dos montes no território e a variedade de dimensões

2.3.1. A distribuição dos montes na paisagem alentejana

É muito difícil fazer uma cartografia precisa e atual dos montes alentejanos que tenha algum significado. Até porque muitos dos atuais donos de propriedades alentejanas e áreas limítrofes rebatizaram as suas propriedades com o nome de “monte”, por razões que poderíamos considerar económicas – turísticas – já que este nome remete para um tipo de turismo rural considerado apelativo.

Em termos gerais, parece seguro considerar que os montes alentejanos se ligam a um certo tipo de paisagem, morfologia do território e economia agrária que tinha o “monte” como um dos elementos estruturantes. Em conjunto, esta área corresponde aos distritos de Portalegre, Évora e Beja, uma parte substancial do distrito de Setúbal e concelhos do distrito de Santarém. É, de facto, uma grande área do Sul de Portugal.

É este também o desenho geográfico que autores clássicos e de referência, como Orlando Ribeiro e Mariano Feio fizeram há muitos anos, separando as culturas intensivas do Algarve das de sequeiro e de grandes áreas do Alentejo. O primeiro destes autores, numa passagem da sua famosa obra *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, diz o seguinte a propósito da Serra que, em grande medida, separa o Algarve do Alentejo: “*O povoamento é recente e ainda ralo; não há lavouras que precisem de montes nem terras para grandes aldeias*” (Ribeiro, 1987, p. 161).

O segundo autor, explica com grande detalhe esta ausência dos montes como centros de uma economia rural (Feio, 1983, p. 94):

“Une terre de schiste à grande déclivité est nécessairement pauvre; les sols sont extrêmement maigres, souvent la terre manque complètement et la

roche affleure ... Il y a une cinquantaine d'années, la Serra était couverte de maquis."

"Uma terra de xistos com grandes declives é necessariamente pobre; os solos são extremamente magros e, muitas vezes, a terra falta completamente e a rocha aflora ... há uma cinquentena de anos, a Serra estava coberta de matagais"

Quem se quiser informar sobre o património vernacular e rural da região algarvia, pode consultar as obras muito interessantes que um grupo de investigadores produziu para essa região e cujas referências estão no final deste texto.

Se o limite a Sul parece mais evidente, o interessante, neste caso, é tentar perceber se é possível traçar, com mais precisão, os reais limites destes "montes" nas outras áreas. Como se verá, o resultado desta questão pode colocar hipóteses muito interessantes. Então como é possível organizar uma metodologia que nos forneça elementos com sentido?

O caminho que escolhemos é o de analisar o território através da toponímia. Correm-se riscos? Claro que sim, visto que os índices toponímicos usam a palavra "monte" de forma indiscriminada. Essa palavra tanto serve para indicar a estrutura habitada, como o acidente de terreno. Mas, mesmo assim, a análise compensa o trabalho.

Um primeiro exemplo vem do concelho de Nisa, visto que em 1964, foi publicado um pequeno estudo sobre os topónimos do concelho. É certo que não existem muitos elementos sobre a forma como este autor realizou o levantamento toponímico do concelho. Ele refere que *"Iniciámos então o trabalho pela consulta de quantos manuscritos a mais variada proveniência e díspares épocas fomos encontrando"* (Portugal, 1964, p.2/497); do ponto de vista cronológico, o esforço remontou ao século XV, mas, pelos resultados, a maior parte da informação reporta-se ao século XVIII e seguintes. Mesmo assim, é compensador avaliar e discutir os resultados.

Tabela 5 – Ocorrências da palavra Monte nas freguesias de Nisa, segundo F. F. Portugal

Freguesia	Ocorrências da palavra Montes
Amieira do Tejo	4
Alpalhão	2
N ^a S ^a da Graça de Arez	3
Montalvão	14
Espírito Santo*	3
N ^a S ^a da Graça*	0
Santana	5
São Matias	7
São Simão*	4
Tolosa	0

*Estas 3 freguesias, desde a reforma de 2012/2013 uniram-se na União de Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão

Para percebermos a relação entre os topónimos e a situação concreta no terreno, veja-se o mapa seguinte de Nisa e das suas freguesias anteriores a 2012/2013 (Figura 59).

Uma conclusão salta à vista. Quanto mais próximo do Parque Natural da Serra de São Mamede, menor é a ocorrência da palavra “montes”. É o caso das freguesias de Alpalhão (2: duas ocorrências) e de Nossa Senhora da Graça (0: zero ocorrências). Na freguesia de Montalvão, mais afastada das zonas declivosas da serra, voltam a aparecer os referidos montes (14) e o mesmo se passa, mais a Norte, na pequena freguesia de Santana (5).

É verdade que se pode argumentar que, em pleno Alentejo, na Serra de Portel, existem montes, pelo que o declive, por si só, não é um elemento inteiramente condicionador. Mas, a Norte do Distrito de Portalegre e na aproximação ao rio Tejo, vemos estas estruturas da paisagem, pouco a pouco, desvanecerem-se. A ligação terá relação com a morfologia do território, o tipo de solo e as práticas agrícolas que ele permite e as suas

formas antigas de ocupação que, em grande medida, parecem ter perdurado.



Figura 59 – Nisa e as suas freguesias até à reforma de 2012/2013 (Fonte: [Nisa \(Concelho de\) | Geneall.net](#), alterado)

Bibliografia

Feio, M. (1983). *Le Bas Alentejo et l'Algarve*. Évora: INIC-Centro de Ecologia Aplicada da Universidade de Évora.

Portugal, F. F. (1964). Índice toponímico do Concelho de Nisa. *Separata da Revista de Portugal, Série A – Língua Portuguesa, XXIX*. Lisboa.

Ribeiro, O. (1987). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (5ª ed.). Lisboa: Sá da Costa.

Sobre a paisagem algarvia e o património vernacular e rural:

Costa, M. R. (2004). *Património Rural Construído do Baixo Guadiana* (1ª ed., Vol. 1). Castro Marim: Associação de Desenvolvimento Local Odiana.

Ribeiro, V., Aguiar, J., Costa, M. R., Santos, M., Costa, A., Almeida, M., & Malobbia, S. (2008). *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional: contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do caldeirão* (1ª ed., Vol. 1). Faro: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.

Santos, M., Pernão, J., Aguiar, J., & Costa, M. R. (2013). Lime and colour technologies in the vernacular architecture of the Algarve, Portugal. In M. Correia, G. Carlos, & S. Rocha (Eds.), *Vernacular heritage and earthen architecture: Contributions for Sustainable Development* (pp. 427 - 432). London: CRC Press - Taylor and Francis Group.

2.3.2. *Acerca das dimensões e estrutura dos montes*

Não é possível aqui discutir, em profundidade, problemas que a análise da estrutura e das dimensões dos montes alentejanos colocam. Vários autores propõem tipologias específicas para os montes, discutem a evolução que as estruturas tiveram e organizam reflexões muito interessantes sobre os tamanhos.

Também é tempo de deixar uma nota cronológica, pois, como se imagina, o monte insere-se numa tradição de construção do mundo rural do sul de Portugal muito antiga. Por isso, há que ter algum cuidado se se pretende considerar todas essas construções como o resultado da organização dos campos desde meados do século XVIII.

Como antes se referiu, importa agora demonstrar a variedade de estruturas e dimensões dos montes. Se esta realidade é quase intuitiva, segue-se um conjunto de imagens de vários montes alentejanos procurando testemunhar essa multiplicidade de dimensões, estrutura e materiais usados.

Não é difícil encontrar toda a variedade de informação sobre dimensões e estruturas do monte alentejano. Nos dias de hoje, há inúmeras teses de mestrado e doutoramento de Arquitetura, Arquitetura Paisagista, História e Antropologia que se debruçaram sobre o assunto e apresentam plantas e alçados de muitas estruturas. Nesta cronologia de estudos sobre a arquitetura tradicional e popular, ressalta o nome de Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano que publicaram um primeiro estudo em 1969 e depois, em 1992, a sua obra mais conhecida, *“Arquitectura Tradicional Portuguesa”*, onde os montes tinham um lugar importante e era bem perceptível a sua variedade.

Parece evidente que as habitações tivessem várias dimensões em função da riqueza dos proprietários e da sua capacidade e interesse de investimento, bem como do número de pessoal que tivessem a trabalhar. O estudo de José da Silva Picão é um verdadeiro repositório de um vocabulário relativo aos trabalhos de campo no Alentejo, em que muitos trabalhos, funções e práticas dificilmente entendemos, pois muitos desapareceram.

Muitas vezes, usamos a palavra monte para referir qualquer casa mais ou menos isolada nos campos do Alentejo. Sílvia Teles mostrou, na sua tese de mestrado, plantas dessas casas simples, que serviam para guardar materiais, estabular algum gado, vigiar e trabalhar em algumas culturas e acolher um ou outro trabalhador de pernoita (Teles, 2013, p. 1566). O exemplo é uma casa da serra, mas estruturas deste tipo existiam e existem um pouco por toda a região. Neste exemplo, a casa tinha simplesmente quatro divisões: um quarto, um espaço de armazém, uma área para guardar

gado e uma cozinha. Recentemente., foi acrescentada uma dependência de garagem.

Claro que há montes muito mais complexos e maiores, em que, além das estruturas para acolher os proprietários (salas, quartos) e acolher o feitor, a “casa da malta” e de outros empregados, ainda se podem identificar muitas das funcionalidades oriundas de tempos mais antigos: forno, queijaria, armazéns de materiais, oficinas (de carpintaria e ferraria), celeiros, e outros. Um exemplo muito interessante demonstrativo da complexidade dos montes é apresentado nas duas figuras seguintes respeitantes ao Monte da Cascalheira (Mascarenhas *et al.*, 2015, p. 6):

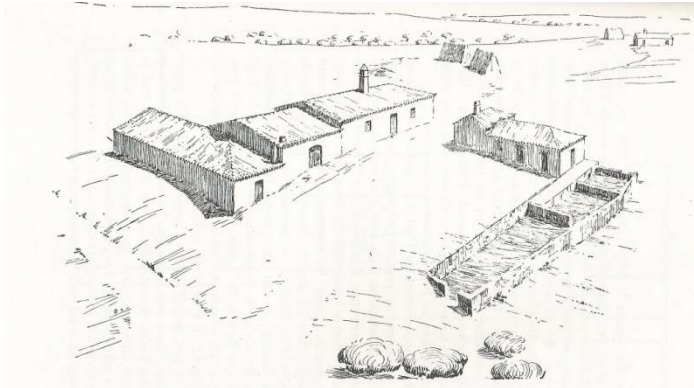
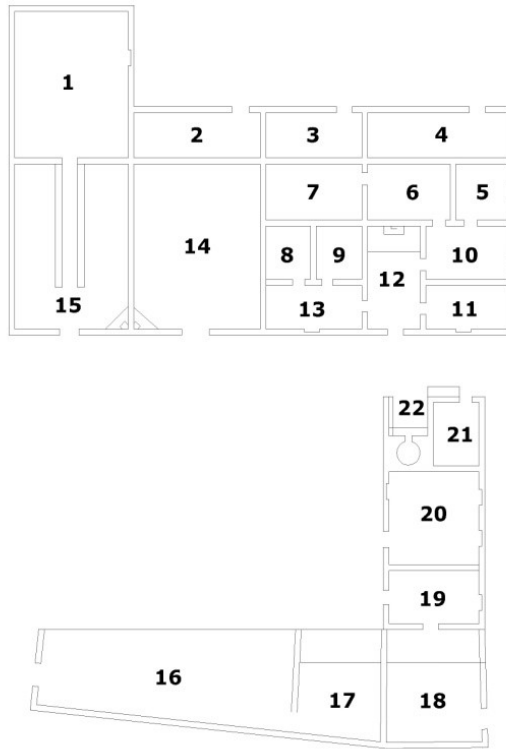


Figura 60 - Perspetiva do Monte da Cascalheira no concelho de Serpa (Fonte: M. Feio, 1983, Fig.8; Desenho de Fernando Galhano).



- | | | |
|----------------------------------|----------------------|------------------------|
| 1 - Galheiro | 9 - Quarto | 17 - Galinhas chocas |
| 2 - Celeiro para a ração do gado | 10 - Casa de costura | 18 - Porcos de engorda |
| 3 - Celeiro | 11 - Quarto | 19 - Galinheiro |
| 4 - Celeiro | 12 - Cozinha | 20 - Casa da rouparia |
| 5 - Quarto | 13 - Casa de jantar | 21 - Galinheiro antigo |
| 6 - Dispensa | 14 - Cavalariaça | 22 - Forno |
| 7 - Arrumos | 15 - Arramada | |
| 8 - Quarto | 16 - Curral | |

Figura 61 - Planta do Monte da Cascalheira no concelho de Serpa (Fonte: Oliveira & Galhano, 2000; Desenho 89, modificado).

Outro bom exemplo é este, apresentado por Veiga de Oliveira e F. Galhano (Mascarenhas *et al.*, 2015, p. 5).



Figura 62 - Planta do monte da Herdade da Terrosa, no concelho de Avis, hoje conhecido como Monte da Defesa (Fonte: Oliveira & Galhano, 2000; Desenho 100, modificado).

Bibliografia

Canudo, F. V. (2019). *Arquitetura Rural do Baixo Alentejo: passado, presente e futuro. Um estudo do monte alentejano num percurso pelos municípios de Beja e Ferreira do Alentejo. Dissertação, Mestrado da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.* Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Correia, M., & Merten, J. (s.d.). *A Taipa Alentejana: Sistemas Tradicionais de Protecção.* CICRA/Centro de Investigação de Construção Rural e Ambiente.

Feio, M. (1983). *Le Bas Alentejo et l'Algarve.* Évora: INIC-Centro de Ecologia Aplicada da Universidade de Évora.

Fernandes, M. (2010). As Idades da Construção. Técnicas e saberes da construção tradicional e sua aplicação à arquitectura contemporânea. In *Catálogo/Publicação da Feira Internacional de Artesanato (3-11 de Julho 2010)* (pp. 73-85). Lisboa: Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Fernandes, M. (2013). A cultura construtiva do adobe em Portugal. *Tese de Doutoramento.* Coimbra: Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade de Coimbra.

Fernandes, M. (2014). Adobe architecture in Portugal: Differences and analogies between vernacular and 'designed' architecture. In M. Correia, G. Carlos, & S. Rocha (Eds.), *Vernacular Heritage and Earthen Architecture: Contributions for Sustainable Development* (pp. 111-116). London: Taylor & Francis Group.

Fragoso, L. C. (2016). A Paisagem, as Aldeias e os Montes de Vila Ruiva e Vila Alva. *Dissertação. Mestrado em Arquitetura Paisagista. Universidade do Algarve*. Faro: Universidade do Algarve.

Lima, V. M. (2019). A intervenção arquitetónica na paisagem alentejana: a especificidade do monte alentejano. *Dissertação. Mestrado em Arquitetura. Universidade Lusíada*. Lisboa: Universidade Lusíada.

Lourenço, L. (1995). Entre Planícies e Searas. Em *Guia de Portugal (3-Alentejo I)* (pp. 6-10). Lisboa: Expresso. Obtido de https://www.uc.pt/fluc/nicif/Publicacoes/Estudos_de_Colaboradores/PDF/editoriais/1995_Guia_Port_Alentejo.pdf (acedido em abril 2021)

Mascarenhas, J. M., Barata, F. T., & Capelo, S. (2015). O Monte Alentejano na encruzilhada do tempo. *Atas do VIII Congresso Português de Sociologia (COM0453)*, 1-17. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.

Oliveira, E. V., & Galhano, F. (1992). *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote.

Rapoport, A. (1972). *Vivienda y Cultura*. Barcelona: Gustavo Gili.

Ribeiro, O. (1961). *Geografia e Civilização. Temas Portugueses*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.

Simões, P. M. (2015). Guardiões da Paisagem – Os montes alentejanos. Lugares de memória. *Tese de Doutoramento*. Évora: Universidade de Évora.

Teles, S. (2013). Habitar a paisagem alentejana – A particularidade do Monte. *Dissertação. Mestrado Integrado em Arquitetura da Universidade de Évora*. Évora: Universidade de Évora.

Truta, B. S. (2016). Da Paisagem ao Monte Alentejano – O “Monte do Convento” em Alvito. *Dissertação. Mestrado em Arquitetura Paisagística da Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto.

2.4. Da morfologia de um território à história da sua ocupação

2.4.1. *Um olhar mais geral*

Para se compreender o processo que conduziu às transformações no Alentejo, é indispensável perceber a forma como ele foi sendo ocupado ao longo dos tempos e as práticas agrícolas que as características desse território permitiam. Afinal, é uma muito breve parte da história da paisagem que nos propomos contar. O início não será nos tempos pré-históricos, nem mesmo na época dos romanos; basta regressarmos aos finais do século XV e ao século XVI. Dos tempos mais recuados ficam, mesmo assim, algumas notas.

A primeira é que, depois de um longo período de ocupação e exploração intensiva da península Ibérica dos tempos romanos, também o Alentejo já tinha recuperado dos excessos desses tempos. A nota seguinte vai para sublinhar um facto de todos conhecido, mas que, aqui, importa realçar: a ocupação portuguesa do Sul foi rápida e feita com pouca gente, pelo que, desde sempre a densidade populacional foi muito fraca. A natural concentração da população em volta de pequenos núcleos urbanos era – ainda é – uma constante.

Duas citações mostram bem o que se referiu. A primeira é do cronista Rui de Pina, que escrevia nos finais do século XV e princípios do XVI, afirmando que o Alentejo era uma região meio inóspita e quase despovoada, e afirmava que para além do rio Tejo ficava uma região de “pequenas vilas e desertos”.

A segunda referência é talvez mais interessante e pertence a um monge francês, Claude de Bronseval, que, com outro irmão, entre 1531 e 1533, fez as visitas aos mosteiros dependentes da abadia de Clairvaux. Nessa longa viagem, em dado momento, nas notas de 28 de dezembro de 1532, andando pelo Alentejo, lança no seu diário a seguinte reflexão:

“A noter que dans ces déserts où il n’y a ni routes, ni chemins, parce qu’ils ne sont pas fréquentés ni par les hommes, ni même par les animaux (car c’est une région misérablement déserte), on rencontre par endroits des colonnes de pierre dressés pour indiquer la route aux voyageurs ... On dit que c’est Jules César qui ordonna de planter ces colonnes quand il parcourut l’Espagne, songeant aux dangers que courraient plus tard ceux qui passeraient par là” (Bronseval, 1970, II, pp. 5202-5203).

Esta passagem é deveras interessante por muitos motivos. Não só pela imagem de deserto que também descreve, como pelo registo de antigas ocupações romanas que ainda então eram visíveis, nomeadamente os marcos miliários desse período. Numa tradução da responsabilidade dos autores, o texto diz:

“É de referir que nestes desertos onde nem caminhos existem, porque não são frequentados pelos homens, nem animais (porque é uma região miseravelmente deserta), encontram-se sítios com colunas em pedra trabalhada para indicar o caminho aos viajantes ... Diz-se que foi Júlio César que mandou colocar estas colunas quando ele percorreu a Hispania, tendo em vista defrontar os perigos futuros que, mais tarde, pudessem existir a quem por lá transitasse”.

É fácil perceber que nesses “desertos” onde os núcleos urbanos eram os oásis as condições de circulação eram muito particulares. A escolha de casos é uma boa forma de nos apercebermos de algumas linhas gerais da ocupação do território e, ao mesmo tempo, da sua variedade.

Para que não fique a ideia de que estas dificuldades de circulação foram específicas de um período, consulte-se uma obra muito interessante da autoria de um engenheiro português, José Maria das Neves Costa, o qual, em 1804, no contexto da Guerra Peninsular e a pedido dos franceses, foi

enviado à região de Portalegre para verificar as condições de terreno da zona, com vista a eventuais desenvolvimentos de manobras militares. O resultado do seu relatório foi uma “memória”, em que se descreve o terreno e em que se recolhem todas as informações que tinham relevância militar e que incluíam as capacidades locais para manter tropas aboletadas, aquartelar o corpo de oficiais, definir locais de entrincheiramento, sustentar ataques de inimigos, cuidar de feridos, etc.

O engenheiro, trabalhando para os franceses, dividiu as informações em 4 partes: na primeira, preocupou-se em explicar as condições gerais do terreno em torno das vilas, onde abordava aspetos da estrutura da paisagem rural, e o potencial de cada um desses espaços urbanos para eventuais ações militares; seguidamente, esclarecia as condições de circulação da área, incluindo as capacidades de transporte de carga aí existentes. Numa terceira e quarta partes, abordava, sucessivamente, questões essenciais para qualquer manobra militar que se planeasse, neste caso, as linhas de água que havia e respetivas condições de atravessamento, e, por último, as serras e montanhas da região. Estas “*Memórias Descritivas e Militares do Terreno de Huma parte da fronteira do Alentejo*” foi publicada por António Pedro Vicente, no já longínquo ano de 1972.

Em resumo, o relatório apesar de só abordar o Distrito de Portalegre apresenta um resultado impressionante, pois, já no século XIX, a perceção global é a de enormes dificuldades de circulação, falta de meios de transporte em muitas delas e a inexistência de pontes sobre muitas linhas de água, que tinham de ser passadas a vau.

2.4.2. Évora e a região envolvente

O primeiro exemplo escolhido é o de Évora. Com a (re)conquista de Évora, não se alteraram grandemente as formas de gestão e ocupação do território. Pelo contrário, reforçaram-se as características radiais típicas da cidade medieval. À medida que a cidade se encontrava limitada pelos matos

mais abundantes, ela vai definindo uma lógica particular e relativamente autónoma. A gestão e ordenamento, ou melhor, a organização desse espaço não era feita ao acaso, embora não tivesse o grau de planeamento dos romanos. A primeira grande diferença era que existia uma **estreita ligação entre as culturas e os sistemas agrícolas e a localização e formas dos campos**.

De uma forma genérica, na Idade Média, na região de Évora, a partir do século XIII, podiam distinguir-se e isolar **quatro círculos de culturas e sistemas agrícolas** (Sousa, 1990, cap. III; Barata & Mascarenhas, 2002), conforme esquema da Figura 63. Esta afirmação precisa de ser cuidadosamente enquadrada, pois não se pretende que cada um destes anéis tenha um exclusivo de culturas, embora seja certa a tendência para uma forte especialização do espaço na região envolvente de Évora. Neste contexto, a agricultura, a pastorícia e a gestão do território em geral, estavam **relacionadas com as necessidades e capacidades regionais**, mas, ao mesmo tempo, **dependiam do tipo de trabalho a executar**.

O **primeiro círculo**, o mais próximo da cidade, era bem típico: a zona dos "**ferragiais**", ou seja, dos campos irrigados onde se produzia a **ferrã** que era uma espécie de cevada ou centeio que os camponeses cortavam em verde como forragem para os animais. O interessante é que parte do ferragial ou, em sistema alternativo, todo o campo, funcionava como horta em regime de rotação de área com vegetais: melões, hortaliças e pepinos.

O resultado era bastante integrado pois, depois de cortar o centeio ou a cevada, o que ficava era siderado e usado como estrume. Quando o campo funcionava como horta, os camponeses viam-se obrigados a produzir estrume que, segundo a documentação, acumulavam à porta das suas casas.

Na **toponímia**, aliás, encontram-se ainda sinais desse sistema: sirva de exemplo o sugestivo lugar do Jardim do Ferragial, a Leste da cidade. Este é um pequeno exemplo, embora sugestivo, dos muitos locais com o topónimo "horta" ou "ferragial". De facto, os ferragiais situavam-se

próximo de Évora devido, em grande parte, às necessidades diárias do tratamento das culturas, nomeadamente dos vegetais.

O **segundo círculo** era constituído por uma forte implantação de **vinha**. Porquê? É que as vinhas não precisavam de cuidados diários e, de um modo geral, as linhas de água da região estão num raio de 2 a 5 km da cidade de Évora. Ora, até há pouco tempo, ao menos no Alentejo, a vinha ocupava os melhores solos junto às margens dos rios e ribeiras. A razão de ser estava também relacionada com a vitivinicultura: a rega fazia-se, quase sempre, por alagamento.

Não se estranhe a utilização dos melhores solos na Idade Média para o plantio da vinha. Com efeito, desde o século XIV, o mercado internacional do vinho podia ser bastante atrativo, se estivessem asseguradas as necessidades alimentares da população. Daqui resultavam alterações, que podiam ser bastante bruscas, no arranque da vinha ou na sua replantação. Mais uma vez, a toponímia confirma esses dados: perto do Xarrama, a Este de Évora, ainda existe um lugar conhecido como Entre Vinhas.

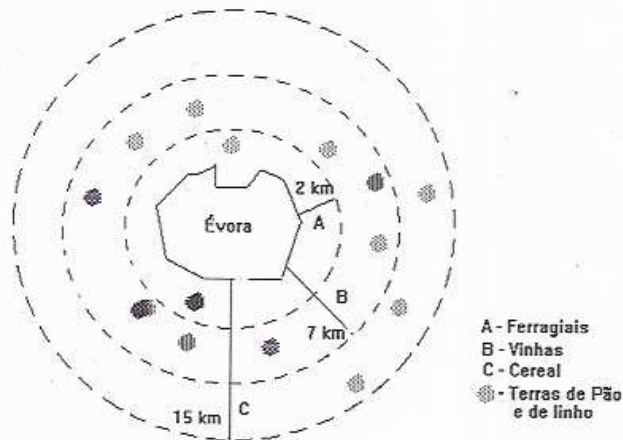


Figura 63 – Esquema do sistema de anéis em torno de Évora desde o século XIII (Fonte: Barata, F. T. & Mascarenhas, J.M. de, 2002, Fig.3).

No **terceiro círculo**, estavam as **quintas**. Elas apresentavam um carácter muito mais complexo, visto que, cada quinta juntava vários campos de culturas com terras de pasto. De um ponto de vista prático, as quintas encontravam-se divididas em **propriedades, com culturas extensivas de cereal**, trigo em especial, cultivado já sob as **oliveiras**. Como estas terras não necessitavam de um tratamento diário, a distância a que as quintas ficavam da cidade, cerca de 15 km, tinha toda a razão de ser. É a região de locais como o Zambujeiro, perto do convento da Mitra.

O **último anel** era terra de **pasto**. Aliás, Évora possuía uma importante produção autóctone de gado e era ainda local de passagem de **gado transumante**, o qual, no Inverno, se deslocava da serra da Estrela para os campos do Sul do Alentejo e, no Verão, regressava às terras altas do Norte (Trindade, 1981, I, p. 96).

Além de alguma cultura de **linho** espalhada pela zona, importa realçar mais dois sistemas: as chamadas "**terras de pão**" e as **florestas** ou matas. As primeiras, muitas vezes associadas a ferragiais, vinhas ou nas parcelas das quintas. As segundas, que tinham um importante papel no quotidiano da população, eram, por lei, espaços demarcados, mas, na prática, não eram espaços fechados.

As associações naturais e a evolução do coberto

Do esquema antes enunciado resultava uma paisagem muito particular, em que qualquer planeamento se misturava tanto com as necessidades dos trabalhos rurais como com os sistemas de exploração utilizados. Além disso, o sistema era ainda mais complexo, visto que os campos não apresentavam uma situação de coberto simples, antes **imperavam as associações**:

- Nas hortas de **ferrã**, ligando **o centeio e a cevada com as hortícolas**;
- Nas áreas de **vinha**, em que esta era acompanhada com **oliveiras, sobreiros ou frutícolas**, e muitas vezes ligada às ramadas das árvores (Figura 64);

- Nas **quintas**, em que a cultura extensiva de cereais se conjugava com a **oliveira e o sobreiro**;

Todo o **sistema**, que necessitava de se reciclar, funcionava em **regime de rotação**: em alternância nos ferragiais, ou pela divisão de folhas das maiores superfícies. Neste caso, cada propriedade era dividida em **folhas** e, cada uma, cultivada, rotativa e anualmente, com cereal de Inverno, de Primavera e, por fim, ficando em pousio. Nesta situação, o equilíbrio do sistema era global. As funções agro silvícolas podiam coincidir, mas os animais eram afastados dessas terras e tinham áreas próprias para se alimentarem e até vias para circularem. Ainda não estávamos em presença do “montado”.

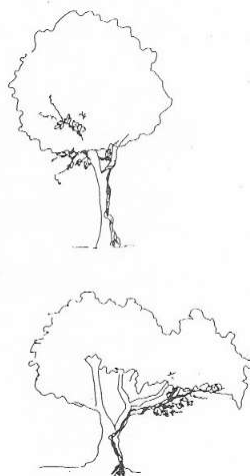


Figura 64 – Associação típica da vinha: oliveira (em cima) e sobreiro (em baixo) (Autores: Barata & Leite, 1996, p. 147).

A descrição da forma como o território estava ordenado não realçava a **razoável biodiversidade** que o sistema comportava. Com um coberto onde estavam ausentes as grandes árvores da floresta primária, o predomínio era das espécies do género *Quercus* (azinheiras, sobreiros e carrascos), as quais coexistiam com outras espécies como a oliveira, o medronheiro e o loureiro,

acompanhadas por cistos, urzes e trepadeiras, além de várias labiadas (alfazema, alecrim, tomilho e rosmaninho). Nas linhas de água, por exemplo, ocorriam espécies como o carvalho, o amieiro e o freixo, os matos eram de vários tipos, desde os sargaçais aos giestais e codessais, enquanto os arrelvados eram dominados pelas plantas acidófilas anuais que se misturavam com as infestantes da cultura cerealífera (Barata & Leite, 1996, p. 147 e 148).

Mecanismos de mudança, de degradação e de autodestruição

O primeiro movimento de alteração do sistema de anéis teve lugar logo no século XV, quando a nobreza, acompanhando a Corte que permanecia cada vez mais tempo em Évora, construiu os seus palácios mais próximos da cidade. À medida que as quintas nobres se vão instalando mais próximo da cidade, a sua cultura típica, os cereais, vai sendo sistematicamente introduzida nos diferentes anéis, substituindo culturas como a vinha, quando a alta do preço dos cereais o justificava. Em sentido inverso, quando os mercados do vinho estavam em alta, eram destruídos ferragiais ou terras de pão para plantar vinhas.

Noutras ocasiões, eram as "campanhas do pão", promovidas pelos diferentes poderes, ou pelas expectativas dos produtores que faziam alargar a área das culturas cerealíferas, à custa de terras que tradicionalmente produziam ferrã ou vinho. Note-se que são conhecidas campanhas deste tipo desde a época medieval aos nossos dias. Cada vez mais o predomínio da cultura extensiva absorvia as áreas de cultura tradicionais e fazia regredir as superfícies de pasto

Mas, no interior do próprio sistema de exploração das terras existiam mecanismos que tendiam a desequilibrá-lo. O primeiro relaciona-se com o papel dos diferentes animais, responsáveis, muitas vezes, pela destruição de campos cultivados; quando os produtores não conseguiam repor a situação, permitiam o avanço dos matos. O porco, por exemplo, como ainda não estava plenamente integrado no sistema agrícola, criava uma forte degradação nos campos a que tinha acesso.

O segundo mecanismo de autodestruição era o **fogo**. Como José Vicente Malato-Beliz sugeriu, o fogo foi um dos elementos essenciais de transformação da paisagem no Sul de Portugal pela pressão a que sujeitou as matas tradicionais de *Quercis* (Malato-Beliz, 1988). Nos inícios do século XVI, a Coroa portuguesa então promovia campanhas de replantio de espécies como o sobreiro, derivado da destruição massiva a que estavam sujeitas. É que o fogo, ateadado pelos próprios camponeses, tinha vários objetivos: caçar, obter madeira ou promover a formação de pastagens.

Claro que o impacto destas práticas agrícolas em solos relativamente pobres foi devastador: diminuição das áreas de pasto disponíveis, desaparecimento progressivo de antigas matas naturais e destruição de recursos hídricos, canalizados, cada vez mais, para as grandes culturas.

É certo que, com as arroteias medievais, a densa cobertura de Quercíneas começou a apresentar clareiras e, ao mesmo tempo, algumas espécies foram perdendo terreno, como é o caso do medronheiro. Entretanto, na época medieval as necessidades alimentares do gado suíno ainda farão prevalecer o interesse da azinheira sobre o sobreiro, dada a importância da bolota, a qual só diminuirá no século XVIII com a valorização da cortiça (Picão, 1947). A Figura 65 que se segue procura descrever como essa evolução tinha um enorme impacto sobre as dinâmicas naturais. As mobilizações de terras e o fogo, em especial, foram os grandes agentes da transformação. Entre o bosque mediterrânico e o montado atual que ainda sobrevive, perdeu-se variedades de espécies e a complexidade.

Hoje, defender o montado é quase defender a última barreira à desertificação. E como a Figura 65 mostra, o montado, esse belíssimo sistema integrado agrário, silvícola e pastoril, é bastante frágil e está permanentemente sob grande pressão.

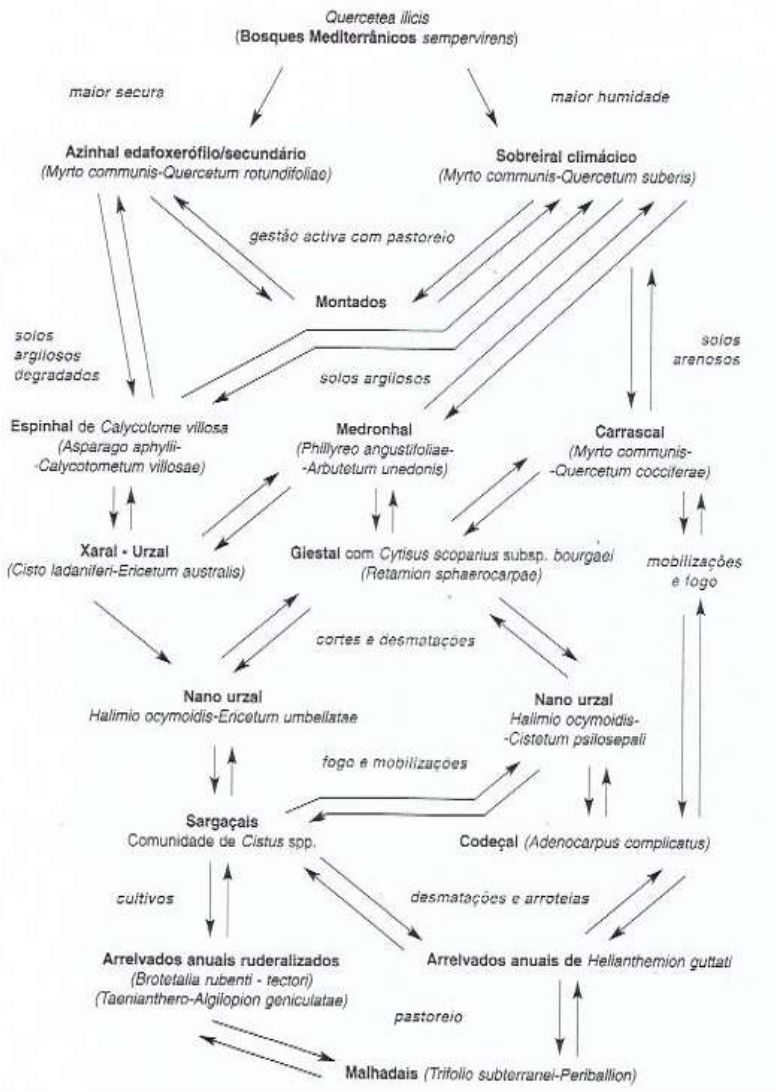


Figura 65 – Esquema das dinâmicas naturais no Alentejo (Autor: C. Pinto Gomes, 2000, in: Barata & Mascarenhas, 2002, p. 42)

Superfícies e áreas de cultivo

Voltemos agora aos ferragiais e às vinhas para tentar determinar as suas áreas e formas. Os estudos efetuados e a observação de fotografias aéreas verticais demonstram que a maior parte dos ferragiais e vinhas eram campos de pequenas dimensões. O módulo mais comum tinha cerca de 0,09 hectares, ou seja, uns 900 m². Este módulo poderia ter duas formas: ora retangular, ora quadrado. Neste caso, a propriedade, com cerca de 30 m x 30 m, era muitas vezes construída a partir dos antigos limites dos cadastros romanos. Sendo este módulo o mais comum, é certo que existiam vinhas e ferragiais com superfícies muito maiores ou menores; conhecem-se casos que oscilavam entre os 0,13 e os 4,84 hectares.

Nas quintas, as terras de cereal tinham áreas muito maiores, as quais oscilavam entre os 4 e os 16 hectares. Tudo dependeria da qualidade dos solos e, acima de tudo, da riqueza do proprietário. Nas quintas, particularmente nas mais afastadas da cidade, a definição dos limites era bastante mais aleatória. Aqui a linha de água ou a via, acolá o afloramento rochoso e, mais além, a cumeada mais visível, tendiam a tornar-se os limites mais usados na demarcação da propriedade. Muitos dos limites que constam dos registos das conservatórias prediais do século XIX como balizando as parcelas, são semelhantes às que nos dá testemunho a documentação medieval.

2.4.3. As vilas de fronteira e os trabalhos de Duarte d'Armas

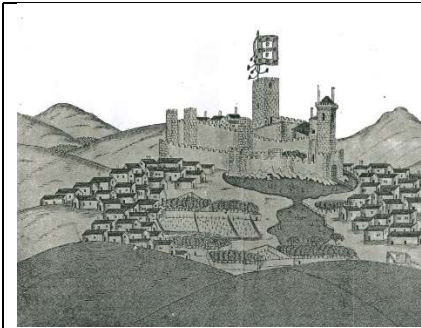
A obra assinada e produzida por um autor que conhecemos como Duarte D'Armas é uma das mais importantes fontes de conhecimento da paisagem e do território português de princípios do século XVI. Este homem, escudeiro da Casa Real, escrivão de D. João II e recebedor da Corte e Notário Apostólico com D. Manuel I, foi o autor de uma obra conhecida como **Livro das Fortalezas**. Era um desenhador com talento e D. Manuel I deu-lhe como

missão desenhar as fortalezas de fronteira para, entre outras coisas, saber o estado em que se encontravam e as obras que deveriam ser feitas.

O trabalho do manuscrito apresentado ao Rei, terá tido início em março de 1510 e o resultado é fascinante. Não é aqui o momento de entrar em detalhes, mas, em regra, cada fortaleza tem dois desenhos feitos de pontos cardeais opostos. Além dos muros e do construído, o interessante desta obra é que o autor desenhou muito mais detalhes, incluindo os paisagísticos.

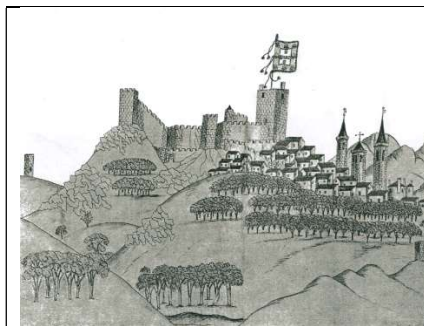
O que aqui se tenta é recolher e comentar algumas destas imagens, mostrar o potencial que têm para o estudo da paisagem e verificar a variedade de situações de ocupação do território e de práticas agrícolas. A escolha das imagens procura corresponder a critérios de boa visibilidade dos detalhes e qualidade da ilustração que se pretende sublinhar (Quadro 24). Não se trata, pois, de uma interpretação sistemática, pois é muito mais um desafio ao leitor para, sistematicamente, começar um trabalho que continua em falta.

Quadro 21 – Seleção de desenhos do *Livro das Fortalezas* (Autor: Duarte d'Armas, inícios do Século XVI).

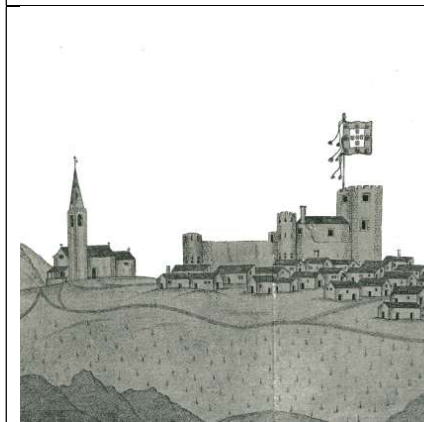


A vila do Alandroal vista do Sul. A população, protegida pela proximidade do castelo, dispõe-se em torno da água e o mesmo se passa com as poucas culturas cercadas. Fora dessa pequena área, nada existe que tenha merecido a atenção do desenhador.

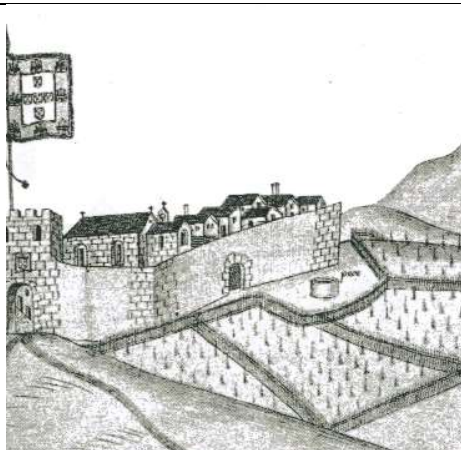
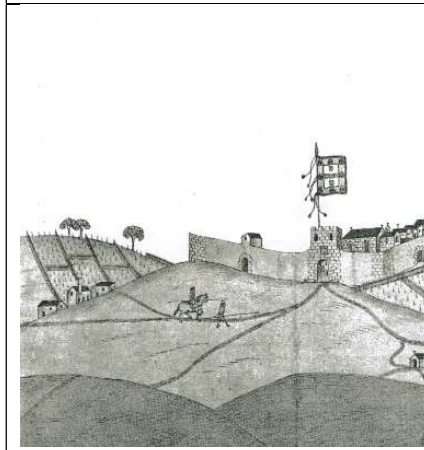
É esta a paisagem que os viajantes chamavam de deserto.



Castelo de Vide, desenhada do Nordeste. O interesse da imagem é mostrar que, quando o coberto arbóreo está estruturado e tratado, ele é anotado na paisagem.

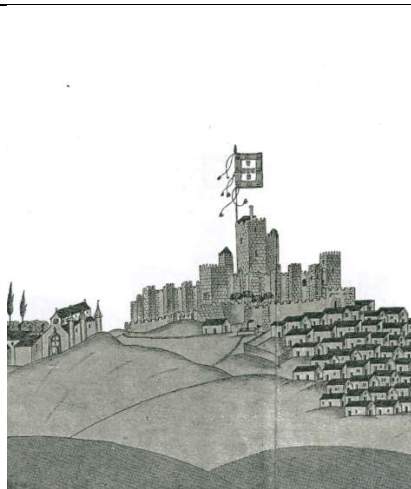


Alpalhão vista de Sudoeste. As culturas de cereal estão mais afastadas do núcleo urbano e são campos abertos.



À esquerda, Assumar vista do Sudeste; a vista geral em que se percebe como as culturas de leguminosas e similares são campos fechados e sempre próximos do núcleo urbano. À direita, um detalhe, em que se

percebe o poço. Como o acesso à água era um dos problemas principais das populações, eis uma forma de controle entre as necessidades das populações e as do trabalho dos campos.



Moura vista do Oeste. O controle da água era uma questão de recurso, mas também de poder. À esquerda, uma vista geral de Moura e, à direita, o detalhe do fornecimento de água à população, que era feito a partir de um cano que saía da muralha do castelo para um tanque.

É fácil perceber o significado da imagem e do que, realmente, então se passava. A água, tanto para a população como para a agricultura é fornecida pelo próprio castelo, ou seja, pelo senhor que o tinha em nome do rei. A lealdade, obediência e o serviço, impunha-se...

2.5. Uma região sempre mal ocupada

2.5.1. *As lutas sociais em torno da propriedade da terra*

Olhada a paisagem e o território, vale a pena, agora, perceber como o acesso à terra funcionava, simultaneamente, como um elemento essencial de coesão e de competição entre os indivíduos.

Esta questão é importante, pois ajuda a perceber como, na Idade Média, com a Reconquista, no Sul de Portugal, o processo de colonização interna não foi o resultado direto de uma inexorável pressão demográfica (Hatcher & Miller, 1989, p. 33), como aconteceu noutras regiões da Europa. Por isso também, ao longo do século XIII e XIV, a competição pela posse da terra não assumiu um carácter tão violento como, antes, tinha acontecido em algumas regiões do Norte.

Esta conclusão não se deve confundir com a aceitação de que estamos em presença de um fenómeno linear, nem significa a inexistência de rivalidades; longe disso. Em primeiro lugar, porque a baixa densidade demográfica era, muitas vezes, mais aparente do que real, dado que, nos territórios do Sul, a procura de terra e a ocupação do território não era uniforme. De facto, na generalidade dos casos, quando comparada com o próprio Alentejo, a terra cultivada ocupava uma área relativamente restrita, que se dispunha nas envolventes dos núcleos urbanos.

É, assim, compreensível que sendo os núcleos urbanos os oásis dessas paisagens, era a envolvente destes centros a área mais apetecida, particularmente as zonas atravessadas por linhas de água, onde ficavam as terras mais férteis e produtivas. Por isso, nas periferias, clero e vereações mantinham uma rivalidade permanente, que se refletia na própria partilha da terra e da propriedade.

Todavia, sem nos apercebermos, tendemos a ficar presos a esta imagem como uma espécie de modelo de acesso à propriedade e, de facto, a perder de vista a variedade das diferentes situações.

Jose Angel Garcia de Cortazar, numa das suas mais conhecidas obras, já chamara a atenção para a importância de atender a outras vertentes, quando nos debruçamos sobre estes processos, que são sociais. Lembrava ele que, nos estudos do território, para lá das análises “normais”, das unidades de povoamento, dos tipos de exploração e da produção, importa não perder de vista a ação dos grupos humanos, que são os protagonistas dos processos, é necessário perceber as lógicas regionais, que são os cenários em que se desenvolve o “drama” da apropriação da terra e, também, compreender que as conjunturas ajudam a definir a forma como os processos se desenvolvem (Garcia de Cortazar, 1983, pp. 171-172).

Observem-se pelo menos os principais protagonistas. Estes estão longe de se restringirem ao clero ou às elites urbanas. De resto, nem o clero é um grupo que possamos olhar em bloco; assim, não foram poucas as ocasiões em que ordens religiosas e militares, cabido diocesano, bispo, clero regular e secular, a propósito de terras, rendas e jurisdições, mantiveram prolongados e acesos conflitos. Também essas elites urbanas não eram um bloco uniforme, mantendo, no seu interior, rivalidades duradouras. Aliás, muitas outras vezes, as divisões e fraturas sociais, porque atingiam as famílias mais notáveis e as suas clientelas, ou partiam delas, fogem à lógica de “ordem” com que, quase sempre, queremos estudar esses fenómenos.

Nesta sociedade, a presença de nobres e das casas senhoriais e as ligações pessoais e de grupo à Coroa ainda ajudavam a tornar a posse da terra não só um jogo altamente competitivo, como de desfecho incerto. Ao mesmo tempo, nos casos, por exemplo, de minorias religiosas, em alguns momentos, foi possível restringir o seu acesso à terra cultivada, remetendo-os para investimentos no interior do espaço urbano.

Depois o cenário, ou seja, a região. Era normal que as terras mais cobiçadas fossem, naturalmente, as que tinham solos mais férteis e servidas por boas vias de comunicação. Contudo, muitas estratégias de reforço de algumas casas senhoriais passaram pela penetração e senhoriação de algumas

zonas que, do ponto de vista agrícola, eram menos aptas às práticas agrícolas.

Finalmente, no seguimento das conclusões de Garcia de Cortazar, as conjunturas. Os acontecimentos e a situação política da região e do país influenciavam decisivamente a forma como famílias e grupos ganhavam espaço de manobra para impor uma “partilha” de terra mais favorável. Como se sabe, junto com as crises políticas e sociais, as próprias calamidades naturais foram pretexto para amplas transferências de propriedade. É verdade que, em alguns dos estudos de caso que se seguem, a conjuntura e a dinâmica que ela comporta tende a desaparecer, pois as fontes não permitiram perceber mais do que um corte cronológico. Pode-se, pois, perceber a complexidade que, no Alentejo, representou a ocupação do território e a apropriação da terra.

É por esta variedade de situações que é necessário olharmos para outros exemplos ...

Voltemos à ocupação do Alentejo e à propriedade da terra. Esta percepção de espaços vazios tem uma continuidade impressionante e que vem até aos nossos dias. Em 1801, o Alentejo teria 270 774 habitantes, sendo que Beja, Elvas, Évora e Portalegre, só com 37 329 habitantes representavam 13,8% da população! (Sousa *et al.*, 2016, p. 14). Uma densidade muito baixa como se percebe.

Em 1788, por provisão de 7 de agosto, um juiz, de seu nome Gervásio de Almeida Pais, foi nomeado para “ir examinar a província do Alentejo” (Idem, p. 43). Mais do que examinar a pertinência das suas propostas para fazer face ao que observava, é esmagador o diagnóstico que então fez.

A primeira nota que deixa é a de que o Alentejo não tinha capacidade para produzir suficiente cereal para alimentar a sua população, o qual tinha de ser importado. Em compensação, a produção agrícola, progressivamente, era substituída pela criação de gado e, por isso, as terras de cultura substituídas pela pastorícia. Um dos fatores desta situação, dizia o juiz, era

a falta de população para trabalhar nos campos, pois, a população tendia a abandonar a região. A imagem que ele descreve é impressionante:

“quem viajando cruza o Alentejo com conhecimento da nossa história e legislação quase não acredita o que vê: campos áridos e crestados, montes calvos, ruínas amontoadas, ribeiras invadeáveis, estradas impraticáveis e tão desertas que em muitas léguas não encontra quem o caminho lhe ensine, se o perde. Por toda a parte observa adjacentes às povoações boas searas em pequenas ferrejais e courelas; vê frutos silvestres nos montados; descobre ao longe rebanhos e pastores; e acha na maior carestia a subsistência dos provincianos; logo se informa que o horror da pobreza ataca os matrimónios fazendo excessivo o número de celibatários, entregues à preguiça, aos vícios e à prostituição” (cit. Sousa et al., 2016, p. 44).

Com esta descrição, não admira a desolação que Almeida Pais descreve acerca da situação da circulação do Alentejo, com calçadas e pontes arruinadas, uma dificuldade permanente de mobilidade que, no Inverno, chegava a impedir a conexão com Lisboa. Este retrato descreve, afinal, uma situação muito semelhante a que outros cronistas e viajantes tinham feito no passado. E continuou durante muitos anos.

Bibliografia

Armas, D. d. (2006). *Livro das Fortalezas*. Lisboa: ANTT/INAPA.

Barata, F. T., & Leite, A. A. (1996). Coberto Vegetal e Paisagens Alentejanas. Esboço de uma linha evolutiva desde a Idade Média. In

Actas do I colóquio Internacional de Ecologia da vegetação. Universidade de Évora (pp. 141-153). Évora: Universidade de Évora.

Barata, F. T., & Carvalho, J. (2007). Os Montes e outras marcas na paisagem. Reflexões sobre a estrutura das paisagens do Nordeste Alentejano a partir de uma fonte de inícios do século XIX. In M. J. Lança (Ed.), *Olhar o Monte Alentejano a pretexto do Alqueva* (pp. 67-84). Beja: Museu da Luz.

Barata, F. T. (2004). Medieval cadastres in the surroundins of Évora. In *De la Terre au Ciel. Paysages et cadastres antiques* (Vol. II, pp. 157-169). Besançon: Presse Universitaires de Franche-Comté.

Barata, F. T., & De Mascarenhas, J. M. (2002). *Preservando a Memória do Território/ Preserving the Land's Memories. O Parque Cultural de Tourega - Valverde/ The Tourega-Valverde Cultural Park*. Évora: Centro de Estudos de Ecossistemas Mediterrânicos/Universidade de Évora.

Barata, F. T., & Mascarenhas, J. M. (2002). *Preservando a Memória do Território. O Parque Cultural da Tourega Valverde (Preserving the Land's Memories. The Tourega/Valverde Cultural Park)*. Évora: CEEM/Universidade de Évora.

Barroca, M. J. (2018). O Livro das Fortalezas de Duarte Darnas – Contributos para uma análise comparativa dos manuscritos de Lisboa e de Madrid. In *Actas da Conferência Internacional Genius Loci – Lugares e Significados/Places and Meanings* (Vol. 2, pp. 183-205). Porto: CITCEM.

Bronseval, F. C. (1970). *Peregrinatio Hispânica 1531-1533* (Vol. 1 e 2). Lisbonne/Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/Presses Universitaires de France.

Trindade, M. J. (1981). A vida pastoril e o pastoreio em Portugal nos séculos XII a XVI. In *Estudos de História Medieval*. Lisboa: História & Crítica.

Campbell, B. (1995). Ecology Versus Economics. In *Agriculture in the Middle Ages. Technology, Practice and Representation*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

Devèze, M. (1984). L'Équilibre agro-sylvo-pastoral du XIIIe au XVIIIe en Europe moyenne et Europe meridional. In *Atti della Undecesima settimana di studio - Agricoltura e Trasformazione della ambiente. Secoli XIII-XVIII. (25-30 aprile 1979)*. Prato: Le Monnier.

Garcia de Cortazar, J. A. (1983). *História Rural Medieval*. Lisboa: Estampa.

Hatcher, E., & Miller, J. (1999). *Medieval England. Rural Society and Economic Change (1086-1348)* (7ª ed.). Londres/Nova York: Longman.

Imberciatdori, I. (1984). Dalla quercia alla vite e all'olivo nella valle del Lente sul Monte Amiata (secoli IX-XX). In *Atti della Undecesima settimana di studio - Agricoltura e Trasformazione della ambiente. Secoli XIII-XVIII. (25-30 aprile 1979)*. Prato: Le Monnier.

Malato-Beliz, J. V. (1988). Características y Situación actual de la Vegetación Mediterránea en Portugal. *Comunicação apresentada ao Congresso Mundial sobre el Bosque y Matorral Mediterráneos (Setembro de 1988)*. Cáceres.

Picão, J. d. (1947). *Através dos campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos (concelho de Elvas)* (2ª ed.). Lisboa: Neogravura.

Ribeiro, O. (1970). *A evolução agrária no Portugal Mediterrâneo. Notícia e comentário de uma obra de Albert Sibert*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Sousa, B. V. (1990). *A Propriedade das Albergarias de Évora nos finais da Idade Média*. Lisboa: INIC.

Sousa, F. d., Almeida, F. d., Lopes, J. d., Cosme, J., Nazareth, M., & Rocha, R. (2016). Alentejo. População e economia em finais de Setecentos. *Economia e Sociedade*, 5. Porto: CEPES. Obtido de <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/alentejo-populacao-e-economia-em-finais-de-setecentos/pdf-alentejo-populacao-e-economia-em-finais-de-setecentos/@@download/file/Alentejo.pdf> (acedido em maio de 2021)

Treppo, M. D. (1979). Agricultura e transumanza in Puglia nei secoli XII-XVI: conflitto o integrazione? In *Atti della Undicesima settimana di studio - Agricoltura e Transformazione della ambiente. Secoli XIII-XVIII. (25-30 de Abril de 1979)*.

Valdivieso, M. I. (2002). Elites urbanas en la Castilla del siglo XV (Oligarquia y Común). In F. T. Barata (Ed.), *Elites e redes clientelares na Idade Média*. Lisboa/Évora: Colibri/CIDEHUS.

Vermeulen, F., & Barata, F. T. (2010). Hidden landscapes and ancient landmarks: some theoretical and methodological issues of studying early historical landscapes in SW – Iberia. In A. Orejas, D. Manttingly, & M. Clavêl-Lévêque (Eds.), *From Present to Past through Landscape* (pp. 69-84). Madrid: CSIC Press.

Vicente, A. P. (1972). *Manuscrito do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal II (1803-1806)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vilar, H. V. (1999). *As dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa.

2.5.2. Os proprietários, as famílias e os que vivem hoje nos montes. Uma nota metodológica

Mesmo intuitivamente, todos sabemos que muitos dos montes alentejanos já não são uma estrutura integrada numa economia rural, dado que as suas funções foram mudando com o tempo, em especial nas últimas dezenas de anos. Houve montes que se transformaram em verdadeiras estruturas hoteleiras, outros que são casas de segunda habitação e outros ainda que se mantiveram a funcionar como dantes. Além disso, do lado da propriedade dessas habitações, também sabemos que muitos montes foram comprados por gente da cidade e alguns mantiveram-se dentro das antigas famílias que eram seus donos ou antigos donatários.

Então a questão é de saber como é possível avaliar de uma forma mais precisa esta variedade de situações. Que metodologia específica pode ser seguida?

Para responder a esta questão é necessário recorrer a informação muito diversa: histórica, pois os estudos para o século XIX e XX são bastante precisos; de gestão, pois muitas das análises têm relação com a economia do turismo, nomeadamente relativa a estudos de concelhos e distritos; sociológica, visto que os objetivos de aquisição de habitações para os novos proprietários dos montes de natureza muito variada; como se verá há estudos e dados de outras origens que importa também avaliar, incluindo os que resultaram da situação política depois da Revolução do 25 de Abril e as consequências do movimento de ocupação de terras no Alentejo.

Certamente que a falta de levantamentos e inquéritos mais sistemáticos pode limitar o alcance das conclusões, mas, parece claro que se percebem os movimentos de transferência de propriedade dos montes que se pretende aqui compreender.

2.5.3. *Permanências. Quando havia alguma estabilidade*

Na sua esmagadora maioria, os dados existentes parecem indiciar uma enorme estabilidade na propriedade da terra, entre finais do século XVIII e 1975.

É verdade que o acesso à propriedade da terra não foi obtido da mesma forma e nem sequer o estatuto social daqueles que tinham as terras era o mesmo. Num estudo de 1996, Hélder Fonseca, mostrou como as elites alentejanas, as eborenses em especial, entre 1850 e 1870, deixaram de ser exclusivamente aristocráticas, mas, com o tempo, *“esta pluralidade nas origens não impediu a convergência para um grupo com forte identidade e coesão social, que passou pela adoção de um estilo de vida similar”* (Fonseca, 1996, p. 712). Mas, apesar de tudo, não tinha desaparecido a marca da origem de cada um, na medida em que mesmo entre as elites, uma parte substancial dos senhores da terra mantinha uma *“elevada consideração social”*, tanto pelos títulos de nobreza que podiam exibir, como dos morgados que eram os detentores e também se projetavam no governo da cidade (Fonseca, 1996, pp. 713-714).

Esta ideia de que mudavam alguns dos proprietários, mas a estrutura da economia rural tendia a mudar pouco, podemos acompanhá-la se observarmos universos mais pequenos, como um concelho. Um bom exemplo é o caso de Avis. Em duas obras particularmente interessantes, Maria Antónia Pires de Almeida, mostrou, primeiro, como os grandes proprietários, que eram lavradores tinham um peso muito importante no controle da terra (Almeida, 1997, pp. 22-23), e, mais tarde, estudou o conturbado período das ocupações de terras que se seguiram a 1975. O

mais interessante, é quando a autora descobre para o leitor as constantes da estratégia de quem, ao longo dos séculos, controlava a propriedade da terra. Vale a pena citar a autora:

“A estrutura da propriedade deste concelho não sofreu grandes alterações ao longo de dois séculos: em 1778 Avis tinha 152 herdades, em 1836 tinha 169, em 1975 tinha 166 (herdades que foram ocupadas). Até os nomes se mantiveram: 136 herdades tinham em 1975 o mesmo nome que em 1836 e 64 tinham o mesmo nome que em 1778, o que indicia que a grande mudança tenha ocorrido nos finais do século XVIII e início do século XIX. O Recenseamento Agrícola de 1968 diz-nos que o concelho de Avis tinha nesta data 501 explorações agrícolas, das quais 371 (74%) tinham uma área até 20 ha e ocupavam 4% da área cultivável do concelho, enquanto 130 (26%) explorações tinham mais de 20 ha e ocupavam 96% da área. Estes valores não variam muito até 1975, quando 71% da área cultivável do concelho foi ocupada. Dos 60.555 ha do concelho de Avis, 40.666 ha pertencentes a 73 proprietários (ou grupos de proprietários) e correspondentes a 166 prédios rústicos foram incorporados em seis Unidades Colectivas de Produção que se constituíram no concelho. Os 166 prédios tinham uma média de 340 ha, mas cada proprietário tinha uma média de 583 ha. Este valor apresenta-se distorcido pelo facto de apenas dois proprietários deterem quase 6.800 ha; quatro deterem propriedades acima dos 1.500 ha, totalizando 10.323 hectares” (Almeida, 2006, pp. 191-192)

Qual a importância deste texto? Talvez se perceba melhor o que se seguiu. Depois de aprovada a chamada Lei Barreto de 1977 que pôs fim à Reforma Agrária, muitas das propriedades e habitações foram devolvidas aos

proprietários; mas tornou-se evidente que as condições de continuação de exploração da terra nunca mais foram as mesmas, seja pelas condições das próprias herdades, seja pelas radicais mudanças dos mercados nacionais e internacionais.

Alguns venderam as suas propriedades que estavam há muito na família, mas outros também permaneceram nas suas casas – os montes – e terras, mas tiveram de mudar as suas estratégias de sobrevivência económica: mudando as opções de tirar rendimento da terra ou criando alternativas económicas. Os investigadores que acompanharam os anos posteriores à época da Reforma Agrária, como Renato Miguel Carmo, confirmaram esses novos caminhos. Em síntese, os dados dos recenseamentos agrícolas entre 1979 e 1999 mostraram como a “população agrícola familiar do Alentejo diminuiu 31%” (Carmo, 2010, p. 11 e 19).

Compreende-se que esta estabilidade na organização do mundo rural e da sua economia projetava-se sobre as habitações que se iam construindo. Então passemos à observação de quem vive, hoje, nos montes e como estas estruturas vão mudando, partindo da perceção de realidades económicas diferentes e, muitas vezes com outros moradores.

2.5.4. Mudanças. Os novos e os velhos moradores dos montes

A primeira mudança é fácil de descortinar: é o abandono de muitos montes. Basta passear pelo Alentejo para nos apercebermos da grande quantidade de montes já muito degradados, ou simplesmente em ruínas. Em contexto de trabalhos académicos, um grupo de arquitetos e alunos da Universidade de Évora fizeram estudos de projetos de arquitetura para montes situados próximo da bacia de enchimento do Alqueva: não foi difícil rapidamente encontrarem algumas dezenas de montes abandonados onde pudessem pensar e elaborar projetos, refletir como os recuperar e refuncionalizar (Mendes *et al.*, 2014).

Mas as mudanças foram maiores. Além das famílias que continuaram nas suas propriedades e nos seus montes, mudando estratégias económicas, muitas venderam. Quem as comprou? Para fazer o quê nesses montes?

Todos percebem que os novos proprietários querem esses montes por muitas razões: para se ocuparem com uma economia rural diferente da tradicional; para montarem unidades de tipo hoteleiro; para terem uma oportunidade de uma vida económica ativa, junto da natureza, mas sem o bulício da cidade, ou outra do mesmo tipo (um deles é um zoo!!); ou somente como segunda habitação com objetivos de lazer. E temos formas de perceber se são, ou foram, grandes essas transferências de propriedade? E há maneira de conhecer os motivos que levaram esses novos proprietários a comprarem esses montes?

Para tentar organizar uma resposta há alguns trabalhos interessantes, embora as conclusões tenham sempre de ser lidas com cuidado, por falta de mais elementos de informação. Apesar da fragilidade da informação, mesmo assim, compensa tentar perceber os caminhos da transformação dos montes.

A informação mais interessante chega do Turismo e, especificamente, da oferta de camas na região Alentejo, muitas delas, provenientes dos montes. De facto, com o Decreto-Lei 228/2009 de 14 de setembro, há uma oferta de camas que inclui esses montes; há duas hipóteses: o chamado Turismo de Habitação, em que o imóvel é antigo e pertence a um particular e apresenta um apreciável valor artístico e arquitetónico; todavia, este imóvel tanto pode estar localizado num núcleo urbano ou nos arredores da cidade. A segunda hipótese de oferta é a do chamado Turismo do Espaço Rural (TER), que inclui várias modalidades, bastante mais conforme a estrutura dos montes: Casas de Campo, Turismo de Aldeia, Agroturismo e Hotéis Rurais. Para a região do Baixo Alentejo, várias teses académicas, mostraram dados relevantes; em 2011, a região do Alentejo apresentou uma oferta de 196 estabelecimentos e de 3140 camas, muitos deles, evidentemente, montes alentejanos (Damiano, 2014, p. 65). Outro autor, que se dedicou

especialmente ao concelho de Monsaraz, também trouxe elementos relevantes para o ano de 2017 (Monteiro, 2017, p. 28):

Tabela 6 - Turismo do Espaço Rural (TER) no concelho de Monsaraz, para o ano de 2017 (Autora: Monteiro, 2017, p. 28; dados agregados pelos autores).

Tipo de TER	Totais	Dentro da muralha	Fora da muralha
Casas de Campo	6	1	5
Alojamento Local	10	3	7
Hotel Rural	3	-	3
Turismo Rural	3	2	1

Outro aspeto muito interessante refere-se aos estudos que têm sido feitos sobre segundas residências e as razões da sua aquisição. Uma hipótese interessante é a proposta por Maria de Nazaré Roca e outros grupos que desenvolveram a ideia de tentar definir as categorias de razões ou situações objetivas (os *clusters*). Em resumo, a razão mais relevante para o Alentejo é a de que as segundas residências são caracterizadas por se localizarem em áreas rurais com amenidades naturais e culturais. Além disso, um dos aspetos que torna o caso português diferente dos outros do Sul da Europa é o facto das segundas residências terem maior crescimento em áreas rurais despovoadas, ou seja, o Alentejo (Roca *et al.*, 2009).

Tanto no caso do Turismo no Espaço Rural, como no da aquisição de segundas residências, parecem claros os novos caminhos, alternativos, para o destino de muitos montes. É verdade que, como se referiu, alguns continuam a ser centros da economia rural da região.

Bibliografia

Almeida, M. A. (1997). *Família e Poder no Alentejo: Elites de Avis, 1886-1941*. Lisboa: Colibri. Obtido de https://www.researchgate.net/publication/275649255_Familia_e_Poder_no_Alentejo_Elites_de_Avis_1886_-_1941 (disponível online em 8 de abril de 2021)

Almeida, M. A. (2006). *A Revolução no Alentejo. Memórias e Traumas da Reforma Agrária em Avis*. Imprensa de Ciências Sociais. Obtido de https://www.researchgate.net/publication/275649238_A_Revolucao_no_Alentejo_Memoria_e_Trauma_da_Reforma_Agraria_em_Avis (consultado em abril 2021)

Carmo, R. M. (2010). A agricultura familiar em Portugal: rupturas e continuidades. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 48(1), pp. 9-22. Obtido de https://www.researchgate.net/publication/262519225_A_agricultura_familiar_em_Portugal_Rupturas_e_continuidades (disponível online em 8 de abril de 2021)

Fonseca, H. A. (1996, 2^o-3^o). As elites económicas alentejanas, 1850-1870: anatomia social e empresarial. *Análise Social*, XXXI (135-137), pp. 711-748.

Damiano, L. M. (2014). Marketing no Turismo Rural. Caso: Região do Baixo Alentejo. *Dissertação. Mestrado em Gestão. Universidade de Évora*. Évora: Universidade de Évora.

Mendes, R., Pacheco, P., & Rocha, J. (2014). *ALQUEVA - paisagem como tema/ALQUEVA - landscape as a theme*. Évora: Edição dos autores.

Monteiro, A. C. (2017). Evolução do Desenvolvimento da Oferta Turística em Espaço Rural em Monsaraz. *Dissertação. Mestrado em Gestão do Turismo e Hotelaria. Universidade Europeia*. Lisboa: Universidade Europeia.

Roca, M. d., Roca, Z., & Oliveira, J. A. (2009). A expansão de segundas residências em Portugal Continental: uma proposta de tipologia espacial. In *Comunicação ao 15º Congresso da Associação de Desenvolvimento Regional (APDR) e 1º Congresso de Ciência Regional de Cabo Verde. Cidade da Praia, Cabo Verde, 6 a 11 de julho de 2009*. Retrieved from <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2025/161A.pdf> (disponível online, a 2021/04/08)

2.6. Os estudos de caso

2.6.1. O estudo dos montes alentejanos e a construção de uma matriz de observação e análise

Os estudos de caso que se apresentam são os exemplos escolhidos entre as largas dezenas de trabalhos de estudantes de um seminário da Universidade de Évora intitulado: “Património e desenvolvimento sustentado: estudos de caso”. De facto, os estudos de caso eram sempre sobre um monte alentejano.

Mas, a propósito destes trabalhos, há algumas observações que merecem uma referência. A primeira diz respeito à falta de informação disponível dos arquivos da propriedade, pelo que as informações sobre as obras realizadas, os investimentos, os registos, a sucessão dos bens, da gestão e mesmo das famílias que os ocuparam são escassas.

Por outro lado, as tentativas de entrevistar muitos dos atuais proprietários chocavam com dois obstáculos: ou nada sabiam da história da propriedade que compraram, muitas vezes como segunda habitação, ou, pura e simplesmente, recusavam-se a dar informações por razões nem sempre muito compreensíveis, mas pareciam ter relação com a falta de vontade de exporem a sua situação patrimonial.

Também é verdade que, como acontece com tantos outros casos, os portugueses, ao fim de algumas gerações tendem a desfazer-se dos “papéis de família”, deixando um lamentável vazio sobre estes percursos pessoais e familiares. Apesar da maior parte dos montes terem conhecido obras em diversos momentos, foi sempre difícil encontrar planos de obras nos montes estudados; se é verdade que, muitos deles, nunca tiveram planos de arquitetura específicos e eram construídos com base num conhecimento mais ou menos tradicional, noutros casos, pela complexidade das obras, foi impossível encontrar os projetos de construção.

Finalmente, depois de tantos trabalhos realizados por estudantes, é impossível não ter um sentimento de desconforto e tristeza por assistir à degradação bastante alargada de um património tão interessante. Muitos desses belos montes alentejanos estão em ruínas e dificilmente voltarão a ser recuperados. Ao mesmo tempo, também é visível como as práticas de restauro ou de conservação obedecem a critérios que vão artificializando essas estruturas agrícolas ou criando realidades cénicas que poucas relações têm com os contextos com que foram construídos esses montes alentejanos.

Os estudos de caso que vão incluídos são obras dos próprios estudantes que os fizeram e concordaram em participar neste projeto de publicação. Por isso, o preenchimento das fichas são da sua responsabilidade final. Alguns, depois de tantos anos, ainda lhes deu prazer participar nesta aventura.

As fichas apresentadas, são exemplos bastante razoáveis das diversas situações que antes se pretendeu caracterizar. Poucos dos proprietários estão interessados na história do seu monte e ficam-se pelo lado estético, cénico e de lazer que a propriedade lhes proporciona. Um elemento de análise importante, como seriam as plantas de localização e dos próprios edifícios que constam das fichas são, quase sempre, resultado do trabalho dos estudantes e os moradores não dispõem de desenhos, plantas ou fotografias mais antigas. Como também se percebe ao consultar as fichas, nem todos os proprietários têm uma noção muito precisa dos valores patrimoniais presentes e, na maior parte dos casos, a reflexão em torno das condições de sustentabilidade estão prejudicadas pela dificuldade em fornecer informações muito precisas sobre as reais atividades agrícolas, ou outras, que promovem nas suas propriedades. Essa reflexão acaba por se fazer partindo da observação direta e do conhecimento mais geral sobre a área em que o monte se integra. Mas, a exemplaridade das várias situações, para os autores, justifica a introdução destas fichas.

2.6.1.1. MONTE ALMARGINHO

André Nóbrega & Angelino Babaroca & Sónia Guerreiro



Figura 66 - Vista do Monte Almarginho (Autora: Sónia Guerreiro, 2020)

A origem do nome Almarginho tem possíveis relações com ocupações árabes neste território, e parece referir-se a *Al-Maraj*, que, em português, significa **O (Al) Prado (Maraj)**, uma referência e menção à geografia do local⁴⁵.

⁴⁵ *Almargem* in Dicionário infopédia de Toponímia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2021. [consult. 2021-02-12 18:27:19]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/toponimia/Almargem>

. Caracterização atual do Monte

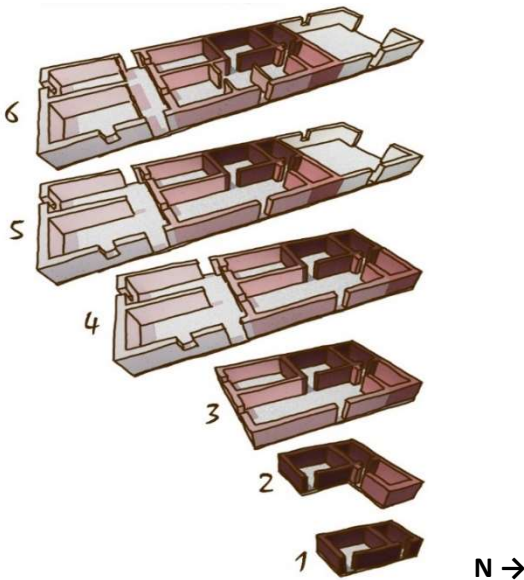
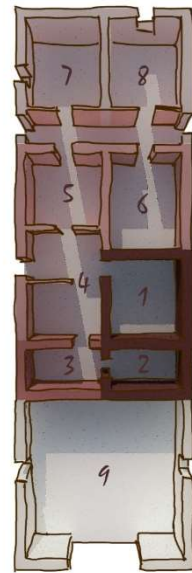
Localização

O Monte Almarginho situa-se na aldeia de Corte do Gafo de Cima, freguesia e concelho de Mértola, distrito de Beja. Encontra-se na Carta Topográfica Militar 1:25 000, na Folha 550.

Planta geral



Figura 67 – Estrutura espacial do Monte Almarginho (Autor: André Nóbrega, 2020; Fonte: Google Earth/Maps Maker)

Plantas do património edificado*Evolução do Edifício Principal**Planta Baixa***Evolução do Edifício Principal**

1ª fase: Arramada e celeiro (estrutura mais primitiva)

2ª fase: Habitação (alojamento)

3ª fase: Cozinha e Armazém

4ª fase: Novos Armazéns

5ª fase: Arramada mais recente (atual armazém e garagem)

6ª fase: Divisórias internas e novo quarto

Planta Baixa

1. Antiga arramada
2. Antigo celeiro
3. Antiga habitação
4. Cozinha
5. Armazém
6. Armazém
7. Armazém
8. Armazém
9. Antiga arramada

Figura 68 – Monte Almarginho. Evolução do Edifício Principal e Planta Baixa (Autor: André Nóbrega, 2020).

. Evolução histórica

Proprietários

O monte encontra-se na família do atual proprietário desde há cerca de 200 anos, tendo sido os seus bisavós a iniciarem nele a atividade agropecuária. Porém, só com os seus avós foram criadas condições para a sua habitabilidade e, desde então, passaram lá a viver.



Figura 69 - Entrevista com o proprietário (Autora: Susana Gómez Martínez, 2020)

Organização do património edificado

A edificação do Monte iniciou-se com uma casa única, junto a uma eira. Os proprietários não habitavam o monte nem, como se referiu, havia condições para lá viverem; tinham uma única casa onde colocavam os animais na arramada, existindo também um celeiro. A partir daí foram-se construindo outras estruturas, o que aparece exemplificado na figura que mostra as fases de construção do edifício principal. Este tinha inúmeras divisões (muitas delas agora recheadas de objetos antigos) que serviam como armazém para colocar coisas que já não se utilizavam. Foi neste edifício que se observaram e identificaram as divisões que, de certa forma, se relacionaram com os primeiros trabalhos no monte: a arramada e o celeiro. Quanto às estruturas e objetos mais interessantes observados, são

de referir a talha, a tulha, o arneiro, o joeiro, os inúmeros cântaros e os alguidares.



Figura 70 – Um momento do levantamento Arquitetónico (Autora: Susana Gómez Martínez, 2020)

. Reflexões sobre as três vertentes do Desenvolvimento Sustentado

Numa perspetiva ambiental, o monte apresenta uma estrutura que se centra na produção de recursos alimentares, para a qual se necessita, todavia, de recursos energéticos como o uso da gasolina. Observou-se também que o proprietário utiliza uma bomba solar para a extração da água do poço, técnica de fraco impacto ambiental negativo. O pasto é de origem natural, embora possa haver por vezes, uma concentração excessiva de ovelhas e de outros animais, traduzindo uma certa sobrecarga sobre o ecossistema natural, com reflexo na recuperação das pastagens, podendo, no entanto, considerar-se que o Monte Almarginho promove impactos ambientais pouco significativos.

Numa perspetiva social, o monte pratica a agricultura e pecuária com vista à venda da produção em centros urbanos, podendo-se afirmar que este fornecimento é a maior contribuição social prestada na área rural, além evidentemente do auto- consumo proporcionado.

Este monte é um bom exemplo das dificuldades em assegurar a sustentabilidade do ambiente e do património, em especial quando falta sustentabilidade económica dos processos e das estruturas. Se este

pequeno monte é mais um a ajudar a preservar a paisagem de montado, típica do Alentejo, o seu futuro, enquanto unidade produtiva, será sempre difícil, a menos que, com a introdução de novos sistemas produtivos, como a agricultura biológica, se permita moderar, ou reverter, a situação. Como acontece noutros locais, muitas destas propriedades transformam-se em segundas casas, estritamente dedicadas ao lazer e a uma agricultura de subsistência, ou, outras vezes, dedicam-se a uma agricultura mais evoluída e sofisticada, mas com impactos ambientes mais pesados. O que fica é a esperança de estes proprietários, ou os de futuras gerações conseguirem um justo equilíbrio.

. Que conclusões a partir do estudo de caso

Com a visita a este monte é fácil comprovar a importância deste património vernáculo que, de facto, é o Monte Alentejano; não se trata só de uma habitação, pois ele, na sua simplicidade, é duma memória do “Alentejo mais antigo” e que consegue sobreviver ancorado numa pequena economia local.

A preocupação em salvaguardar este símbolo, permanece nos planos de futuro do atual proprietário, mas, curiosamente, apesar de o proprietário querer continuar a preservar o monte, mantendo-o em atividade, o resto da família não tem interesse na propriedade. Esta preocupação, no sentido de continuar a proteger um património e uma paisagem únicos no país, é importante para as gerações futuras. No entanto, existe um elevado risco deste património desaparecer devido à falta de continuidade na sua preservação.

. Notas

A base principal para a elaboração deste projeto foi a entrevista realizada ao proprietário do Monte Almarginho.

Utilizou-se a Carta Topográfica Militar 1:25 000, Folha 550 e imagens Google Earth Pro de Modo Satélite, assim como os programas informáticos AutoDesk AutoCAD 2021, Sketchup 2017 e Photoshop CC 2015 para a elaboração das plantas do edifício principal e do poster.

Da internet apenas foi retirado o significado de ‘Almargem’: “Almargem” in *Dicionário infopédia de Toponímia* [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2021. [consult. 2021-02-12 18:27:19]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/toponimia/Almargem>.

2.6.1.2. MONTE DA AZENHA BRANCA

Carla Pinto & Jorge Cachapa & Jorge Moleirinho



Figura 71 – Vista da fachada do Monte da Azenha Branca (© Carla Pinto, 2020)

O Monte da Azenha Branca deve o seu nome a uma azenha, hoje desaparecida, que existia nesta propriedade rural.

. Caracterização atual

Localização

Esta propriedade está localizada na freguesia da Orada, concelho de Borba, distrito de Évora. O monte da Azenha Branca está situado entre a ribeira da Alcaraviça e a Ribeira do Vale do Zebro, a Norte da povoação da Orada. As suas Coordenadas (Google Maps) são as seguintes: 38°53'16.3"N, 7°27'44.3"W

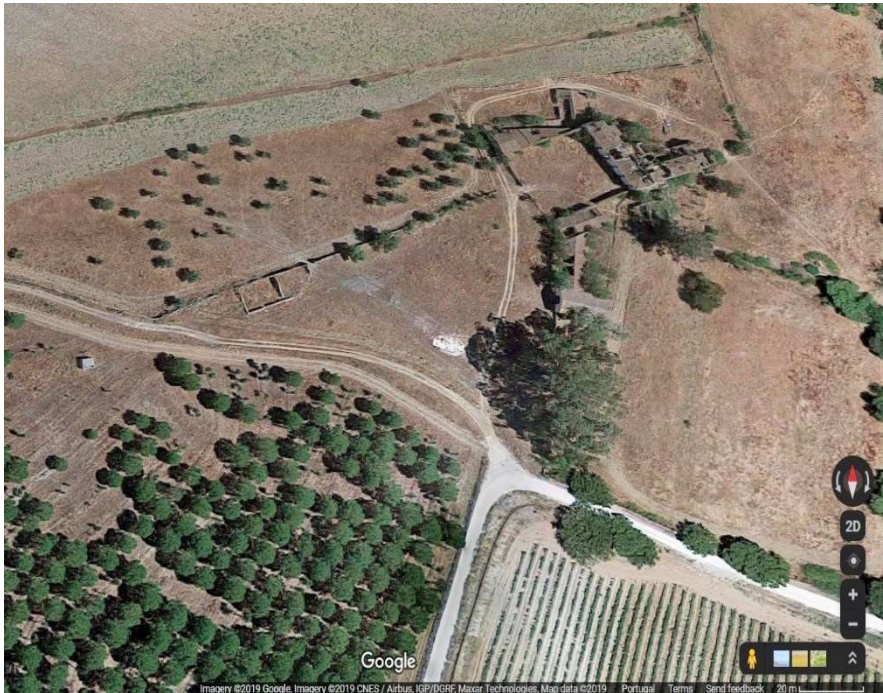


Figura 72 - Monte da Azenha Branca (Fonte: Google Earth, 2020)

Planta geral



Figura 73 - Pormenor da Secção Cadastral do Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica: Évora-Borba-Orada-Secção D, escala 1:5000 (Direção-Geral do Território, 1952).

Planta do património edificado



Figura 74 - Monte da Azenha Branca: planta do património edificado (Planta dos autores)

. Evolução histórica

Proprietários

Este monte está documentado desde o século XVIII, embora ainda não tenha sido possível identificar os seus primeiros proprietários. Atualmente, o monte pertence à empresa “Herdade da Penuzinha e Azenha Branca - Agropecuaria, Lda”. Antes, a sua propriedade foi sempre algo nebulosa. Como se mostrará a seguir, sabemos que, entre os anos de 1888 e 1893, era propriedade de João da Silveira Couto Leitão. No século XX, os proprietários, absentistas, foram arrendando e vendendo o território do monte. Em 1975 esta propriedade foi ocupada por parte de uma cooperativa local, segundo João Catarino, um informante local, que era um antigo trabalhador do monte e da cooperativa. Hoje, rodeada de horizontes amplos, sequiosos, é uma periclitante e melancólica ruína, lembrada apenas por velhos trabalhadores, percorrida por fugazes abetardas, e onde o canto dos ganhões, o som da forja ou o balir vindo do cabril foi substituído pelo som estridente de uma ou outra indiferente cigarra.

Organização do património edificado

Esta propriedade, que começou a ser edificada no século XVIII e hoje está abandonada, organizava-se em torno de um pátio, conforme mostra a planta. Assim, em frente da entrada deste pátio podia ver-se a casa do proprietário de aspeto bastante imponente; de um dos lados, uma dependência para guardar utensílios e, ao lado, as cavaliças e, em frente e do outro lado, várias dependências (o Casão, ou casa para as bestas, uma divisão para guardar rações, a casa do abegão, a forja e chamada casa dos ganhões). Mais recuadas, ou afastadas, podem identificar-se muitas outras dependências: para guardar sementes, a carpintaria, uma casa de máquinas, uma nora, um tanque e uma eira. Prova da importância desta propriedade era a capela que também lá existia.

Sobre esta propriedade, há algumas referências bibliográficas e arquivísticas muito interessantes que permitem perceber o contexto em que funcionava.

Túlio Espanca, aquando da sua visita ao espaço deste monte, ainda conseguiu descrever uma chaminé “cronografada de 1779” e um relógio de sol, “*de mármore branco, datado de 1752*” (Espanca 1978), hoje irremediavelmente perdidos.

Na mesma descrição são referidos vestígios de “*pomares de frutos e jardins de ruas de buxo*” assim como o pombal “*em ruínas, construção imaginada com particular capricho arquitectónico*” (Espanca 1978), finalizando com breve descrição o recheio da capela, situada na residência do proprietário, datável da segunda metade do século XVIII, hoje desmantelada e em parte incerta.

O monte da Azenha Branca, seguindo a descrição do geógrafo Orlando Ribeiro, caracteriza-se por ter os “*mais complexos assentos de lavoura, com moradas de ganhões e trabalhadores permanentes, abrigos de carros ou tractores, queijarias, residência do lavrador ou do feitor, às vezes de andar, e até capela, hoje desafectada mas expressão, no campo espiritual, de uma independência que a lavoura sustentou*” (Ribeiro 1986 p. 94-95).

A designação mais correta parece ser a apresentada na monografia *O Monte Alentejano: a transformação no século XX*, onde este tipo de monte entra na tipologia “*dos montes que são sedes das lavouras*” ou “*monte de herdade*” (Reis 2002, pp. 24-30).

Na setecentista *Corografia Portuguesa...* é descrita a região envolvente deste monte da seguinte forma: “*situada na ribeira d Alcaraviça (...) na qual ha muitos aferidos [caneiro que verte água sobre uma roda motriz], assim de azenhas para moer trigo, como de pizoens para a fabrica dos pannos de cor, cujo trato he consideravel nesta terra, por serem os melhores do Reyno (...)*” (Costa 1708 p. 515), informação pertinente para sopesar a importância dos engenhos movidos a água na economia regional, ainda numa ótica pré-industrial.

Tanto na *Memória Paroquial da freguesia de Nossa Senhora da Orada* (1758) ou nas *Memórias analíticas da vila de Estremoz*, de finais do século XVIII, o território envolvente é descrito como sendo fértil e com água em abundância, relatando a *Memória Paroquial*... que na zona de Orada observava-se "(...) a celebre ribeira chamada da Alcaxariffa, que corre pello districto da mesma freguezia do sul para o norte; e nesta se acham muitos pomares, tem dezoyto asenhas, tres moynhos, e hum pizao (...)".

Outra das fontes documentais são as *Matrizes das Contribuições de Renda*... às Finanças, uma fonte histórica oitocentista muito interessante pois os livros integram os nomes dos contribuintes, das ruas ou lugares, as rendas, e no caso da contribuição sumptuária o número de criados, número de cavalos, número de veículos ou a designação do uso de brasão. Os fundos documentais consultados no Arquivo Distrital de Évora, de finais do século XVIII aos anos trinta do século XIX, no que toca ao "Registo da décima", um imposto municipal, foram, lamentavelmente infrutíferos para este monte.

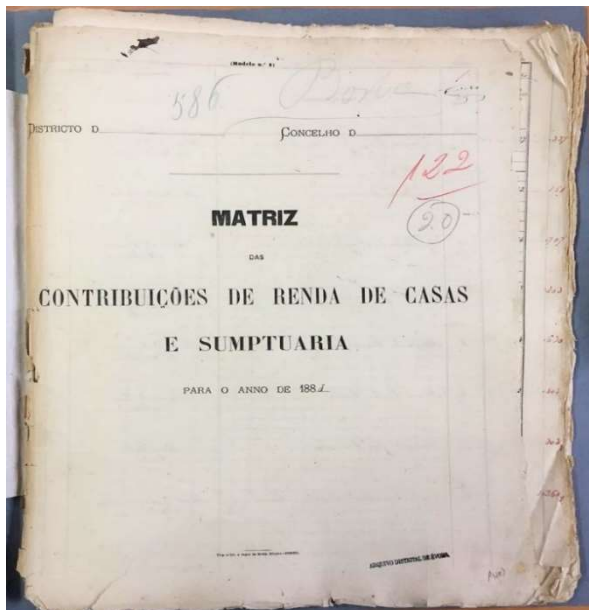


Figura 75 - Matriz das Contribuições de Renda de Casa e Sumptuaria (Livro 20, 1888 © Jorge Moleirinho)

221. João da Silva Coelho	Azenhete L. H. H. H.
222. João da Silveira Barcellos Almeida	Rua da Rua do Bispo
223. João da Silveira Costa Pereira (B. 57)	Rua da Abengaria Rua Rua da Branca Rua
224. João da Silva (L. H. H. H.)	Tapadinha L. H. H. H.
225. João da Silva	Tapadinha Rua da Branca

Figura 76 - Matriz das Contribuições de Renda de Casa e Sumptuaria (Livro 20, 1888, pormenor. O proprietário é mencionado no número 223. © Jorge Moleirinho)

São dezasseis as azenhas referidas na *Matriz das Contribuições de Renda de Casa e Sumptuaria*, de 1893, na freguesia de Orada: “Azenha das Covas”, “Subterrânea”, “Azenha do Freixo”, “Sítio das Azenhas”, “Azenha da Faveira”, “Azenha da Tapadinha”, “Azenha do Jardim”, “Azenha da Fonte”, “Azenha Branca”, “Azenha Ronceira [?]”, “Azenha dos Escriptos”, “Azenha do Luís [?]”, “Azenha do Pisão”, “Azenha de São Lourenço”, “Azenhal” [no sentido de azenha e não azinhal?] e “Azenha do Estanco”. No restante concelho são apenas referidas mais três azenhas, o que leva a crer que o território da Orada, era de longe, o principal centro local/regional de moagem cerealífera (trigo, cevada).

A pesquisa documental não foi tão exaustiva quanto o necessário, mas é certo que a propriedade Azenha Branca começa a ser referida na *Matriz das Contribuições de Renda de Casa e Sumptuaria* a partir de meados do século XIX, e que o proprietário, tanto em 1888 como em 1893, era “João da

Silveira Couto Leitão (Dr.)” que pagava de imposto: “28,995 mil réis” em 1888 e “30,156 mil réis” em 1893, uma quantia bastante elevada, comparando com outros valores pagos no mesmo concelho.

Funções

Esta propriedade teve em volta jardins, horta, e uma azenha para moer cereal, que lhe terá dado o nome; funcionava aproveitando as águas da ribeira da Alcaraviça. A complexidade da propriedade está comprovada pelo número daqueles que lá viveram, mesmo sazonalmente, pois era comum estarem dezenas de pessoas que trabalhavam os campos, nas terras de pão, e que pastoreavam o gado, seja ovino, caprino ou suíno. Como se percebe, pouco a pouco, as suas atividades económicas mais estruturantes foram-se desvanecendo.

. Reflexões sobre as três vertentes do Desenvolvimento Sustentado

As propostas discutidas no *Relatório Bruntland* (1987), no *Clube de Roma*, desde 1972, ou as iniciativas da *ONU: Agenda 21* (1992) – no que toca à “luta contra a desertificação e a seca” e o “fomento da agricultura e do desenvolvimento rural sustentável”, e mais recentemente na Agenda 2030 – especialmente os Objetivos 2, 6, 12 e 15, vieram trazer intenso debate, reflexão e controvérsia aos modos de gestão e produção agrícola, tradicionais ou não. Baseado no corpus documental atrás descrito e face à ruína que é hoje o monte da Azenha Branca poderia ser pensada a sua transformação num pólo educativo (de iniciativa privada ou institucional) ligado à preservação da Natureza, em articulação particular com o turismo ornitológico. A conservação de determinados habitats e espécies, neste caso a abetarda como espécie ameaçada, podem desenvolver e estimular atividades no sentido de visar uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social, envolvendo sempre que possível a componente agro-silvo-pastoril, turística ou de desenvolvimento local.

. Que conclusões a partir do estudo de caso

Esta propriedade é um excelente exemplo de uma propriedade em que é possível recuperar de forma muito mais precisa a sua evolução, perceber porque foi abandonada e discutir um eventual futuro.

Como se percebe pelo interesse de historiadores e geógrafos, o Monte da Azenha é uma das propriedades rurais que pode e deve ser elevada à categoria de estudo de caso. Porquê? Por muitas razões: por haver materiais de arquivo para conhecer a história da propriedade e da família, porque é possível reconstituir os projetos de construção, incluindo os materiais, métodos, responsáveis e planos, porque é também possível conhecer o racional da atividade económica ao longo de 300 anos e, finalmente, discutir se podemos evitar que uma unidade deste tipo pode (podia?), ou não, ser um exemplo de sustentabilidade para um território de baixa densidade e que sofre mudanças paisagísticas muito profundas.

. Bibliografia

- Abreu, Alexandre d'Orey Cancela d'; Correia, Maria Teresa Pinto; Oliveira, Rosário (coord.), *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental*, vol. IV, Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004, pp. 196-200, 206-212.
- Costa, António Carvalho da, *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem (...)*, Lisboa, Valentim da Costa Deslandes, 1708.
- Espanca, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal: Distrito de Évora: Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*, I vol., Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1978, pp. 151-152.

- Fonseca, Teresa, *António Henriques da Silveira e as Memórias analíticas da vila de Estremoz*, Évora: CIDEHUS, Edições Colibri, 2003. [texto original de finais do século XVIII]
- Mascarenhas, José Manuel; Barata, Filipe Themudo; Capelo, Sofia, “O monte alentejano na encruzilhada do tempo”, Actas do VIII Congresso Português de Sociologia (Universidade de Évora, 14 a 16 de Abril de 2014), Lisboa: Ed. da Associação Portuguesa de Sociologia, 2015.
- ONU, *Agenda 21 - United Nations Conference on Environment & Development*, Rio de Janeiro, 1992.
<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf> consultado a 10 Dezembro 2019)
- Reis, Maria da Conceição, *O Monte Alentejano: a transformação no século XX*. Associação de Estudos Rurais: Universidade Nova de Lisboa, 2002.
- Ribeiro, Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. 4ª ed., Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1986. pp. 94-95.

Arquivo

- Arquivo Distrital de Évora, Fundo da Repartição Geral de Finanças de Borba, *Matriz das Contribuições de Renda de Casa e Sumptuaria*, livro 20, 1888.
Código de ref. PT/ADEV/ACD/RFEVR/C/004/0020
- Arquivo Distrital de Évora, Fundo da Repartição Geral de Finanças de Borba, *Matriz das Contribuições de Renda de Casa e Sumptuaria*, livro 25, 1893.
Código de ref. PT/ADEV/ACD/RFEVR/C/004/0025
- *Memória Paroquial da freguesia de Nossa Senhora da Orada, comarca de Vila Viçosa*, 1758 [ANTT, Memórias Paroquiais, Vol. 26, nº 33, pp. 285 a 288]
<http://www.portugal1758.uevora.pt/index.php/lista-memorias/38-borba/49-borba-nsorada> (consultado a 11 Janeiro 2020)

Fontes orais

Catarino, João (2019). Informante que foi trabalhador no Monte da Azenha Branca

Cartografia

- Direção-Geral do Território, Secções Cadastrais do Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica: Évora-Borba-Orada-Secção D, escala 1:5000, 1952. [trabalho originalmente realizado pelo Instituto Geográfico e Cadastral] http://www.dgterritorio.pt/cadastro/cadastro_geometrico_da_propriedade_de_rustica_cgpr_/consultar_seccoes_cadastrais/ (consultado a 28 Dezembro 2019)
- Google Maps, Ortofotografia da Azenha Branca (Orada), coordenadas 38°53'16.3"N7°27'44.3"W, 2019. <https://www.google.pt/maps> (consultado a 10 Dezembro 2019)

2.6.1.3. MONTE DA COMENDA GRANDE

Rebecca Laura Gouveia Gabino



Figura 77 - Fotografia aérea do Monte da Comenda Grande (Fonte: Arquivo Comenda Grande, 2020)

O Monte da Comenda Grande tem como símbolo principal a Cruz da Ordem de Cristo, também conhecida como Ordem dos Cavaleiros de Cristo. Tal facto, instituído simbolicamente, deriva certamente da sua origem – uma Comenda – da Ordem de Cristo que, pela sua dimensão, seria considerada “grande”.

O Monte da Comenda Grande atualmente possui 750 hectares, embora originalmente possuía mais de 10.000 hectares, datado em suas talhas pode-se ter confirmação do seu período 1619, poucas décadas depois da instituição das Antigas Comendas, estas eram recebidas em forma de honrarias devido a algum contributo. Sobre a designação de comenda, veja-se a seguinte explicação:

“A existência das comendas está contemplada desde a fundação da Ordem de Cristo, herdeira dos templários, onde esta realidade também já existia. Designada em latim pelo nome domus, preceptoria ou, mais tarde, comendaria, a comenda não era nem um convento, nem uma quinta, nem uma simples casa.

A comenda correspondia a um espaço territorial delimitado, dentro do qual os freires cavaleiros atuavam como autoridade senhorial, em nome do mestre, e de acordo com o poder que lhes fora delegado, usufruindo dos seus bens e rendimentos. Organizadas como um senhorio, podendo ser detidas como órgãos de gestão agrária, juntavam aos réditos provenientes da terra um amplo conjunto de direitos territoriais e jurisdicionais.

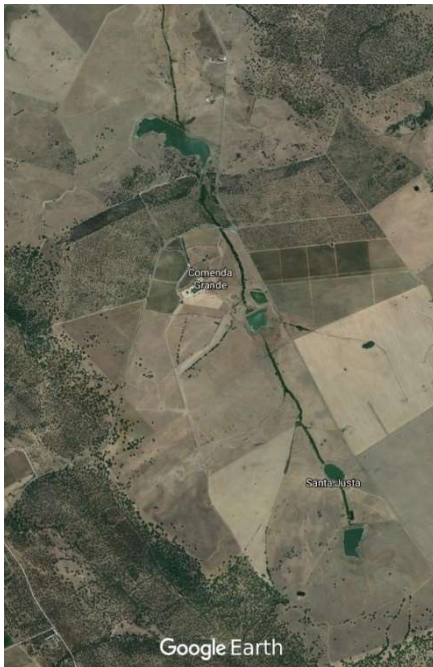
Segundo os estatutos da Ordem de Cristo, os comendadores eram escolhidos e nomeados pelo mestre, estando obrigados a manter cavalos e armas. Tinham, por vezes, a responsabilidade de uma fortaleza, da qual eram, frequentemente, alcaides e eram obrigados a fazer menagem ao mestre. Junto dos castelos ou das igrejas estão os aposentos do comendador” (Lencart, 2015)

. Caracterização atual do Monte

Localização

O Monte da Comenda Grande faz parte da área rural do concelho de Arraiolos, na Aldeia do Vale do Pereiro, única povoação da Freguesia de Santa Justa, a quinta maior em área pertencente ao concelho e fica a cerca de 24 km de Évora.

Planta geral



Planta do Património edificado



Figura 78 – Planta geral e planta do património edificado (Fonte: Google Earth, 2020)

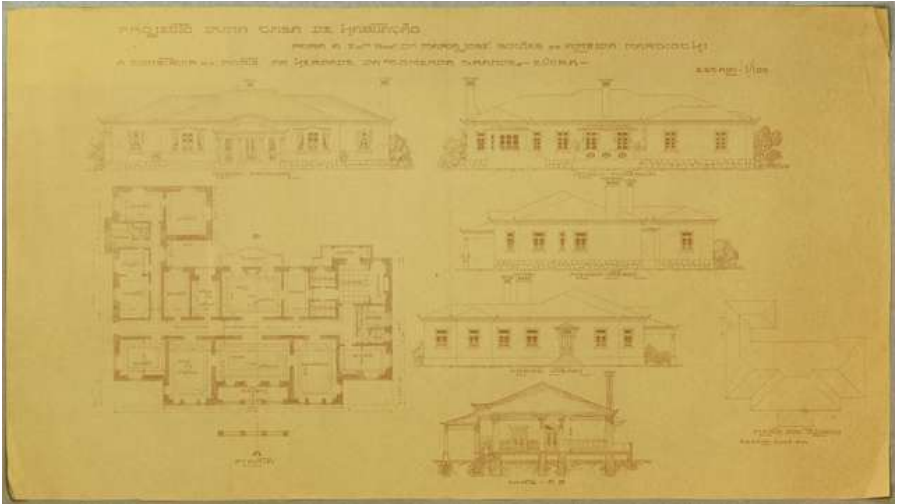


Figura 79 - Alçados, plantas e corte de habitação de Maria José Simões de Almeida Margiochi (Autor: Silva Júnior, s.d.)

. Evolução histórica

Proprietários

Os proprietários são membros pertencentes à mesma família, desde a sua fundação. Dentre os anteriores proprietários podem destacar-se a presença da Casa Margiochi e da família Eugênio de Almeida. Descendente direta destes últimos está a atual proprietária; M. N. L e seu marido que, juntamente com os filhos iniciaram o processo de reconversão do Monte da Comenda Grande, desde meados de 1988. Como acontece em muitos casos semelhantes, a gestão está a cargo de dois dos cinco filhos do casal.

Organização do património edificado

Com a reconversão do Monte, apesar de toda a sua estrutura construída permanecer basicamente inalterada, promoveram-se novas funções a todos os espaços de utilização.

- . O atual armazém de vinhos está onde antigamente era o Lagar de Azeite.
- . O armazém de preparo para embalagem e rotulação dos vinhos está alojado onde era o armazém dos cereais.
- . Foi elaborado um refeitório onde constava o armazém das máquinas agrícolas.
- . Atual adega do Monte está no antigo celeiro.
- . O Monte ainda tem como destaque um grande depósito de água e três grandes silos.
- . Dispõe de uma loja de vinhos onde antigamente era uma adega.
- . A original casa do proprietário é o ponto de alojamento para visitas empresariais, especificadamente dedicadas ao enoturismo.

O chamado salão de eventos, onde acontecem atividades voltadas para divulgação dos produtos do Monte, nomeadamente os vinhos, está localizado onde eram as cocheiras.

Funções

Como anteriormente referido, as funcionalidades espaciais foram mudadas dadas as novas atividades implementadas no sector. A atual procura exige maior investimento e tem sido a produção vitivinícola que abrange em plantio de 43 hectares de vinhas e todo o processo de produção, envasamento, embalagem e distribuição dos vinhos. Ademais, deve ser incluído o investimento na promoção do produto por meio do enoturismo e atividades relacionadas com o sector.

A segunda maior produção está no azeite, com o plantio de 30 hectares de olivais que, assim como o vinho, já fazia parte das atividades agrícolas desenvolvidas no monte, apenas foram melhoradas e modernizadas, para

conseguir atingir um patamar a nível industrial que permita a sua comercialização nacional e internacional.

A produção de carne para consumo e outros animais são também fonte de rendimento, sendo de destacar a criação de 1.300 ovelhas (1.000 borregos anuais) de raça autóctone.

A caça no momento está em resguardo devido ao ecossistema está em processo de reestruturação por parte de espécies em falta, mas também é uma das vertentes económicas exploradas no Monte.

O plantio de sobreiros, florestamento autóctone do Alentejo favoreceu a paisagem cultural típica desta localidade, e pode também ser fonte de rendimentos pela extração da cortiça para uso nos produtos elaborados no Monte e no mercado.

Todos estes setores estão intrinsecamente ligados ao turismo rural realizado na região e esta componente é parte colaboradora não apenas da rentabilização, mas de todo o seu desenvolvimento sustentável deste monte.



Figura 80 – Em cima: Vinha (esq.); Olivais (centro); Sobreiros (dir.); Em baixo: Pecuária (esq.); Secagem da cortiça (centro); Recolha da cortiça (dir.) (Fonte: Arquivo Comenda Grande, 2020)

. Reflexões sobre as três vertentes do Desenvolvimento Sustentado

Sustentabilidade Ambiental: O Monte da Comenda Grande, seguindo a reconversão da agricultura alentejana em vigor, tem reforçado as áreas florestais, privilegiando o plantio de espécies autóctones como o sobreiro (*Quercus Suber*); a atividade da caça controlada é um propiciador de observação e zelo pela biodiversidade, no que diz respeito ao uso de recursos naturais hídricos para a rega, pelo que seguem todos os parâmetros sustentáveis, com uso de energia limpa e preservação ecológica de toda a sua envolvência. Sempre de mãos dadas com as novas tecnologias que favorecem uma abordagem mais benéfica para a natureza e rentabilize de forma não predatória, o que demonstra um grau de visibilidade positiva para a região e atrai consumidores efetivos, conscientes que esta vertente é um diferencial mais do que valorizado, imprescindível nos dias de hoje.

Sustentabilidade Social: Este monte dispõe de atividades no setor de enoturismo, promove eventos de turismo rural e é, por meio destes, um colaborador eficaz na sustentabilidade social, dado que promove o aumento de oportunidades empregadoras por meio das suas mais variadas fontes de empreendedoras o que só dignifica a qualidade de vida dos habitantes da área envolvente.

Sustentabilidade Económica: O Monte da Comenda Grande explora dentro do seu espaço, várias vertentes económicas no sector agrícola, nomeadamente vinhas, olivais, pecuária e o turismo rural. Um importante contributo é a participação do Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo, que norteia e sistematiza as atividades do sector, proporcionando um sistema igualitário no cariz de desenvolvimento de toda a região por meio a cultura da vinha.

Finalmente, uma observação acerca da capacidade do enoturismo para articular as diferentes vertentes da sustentabilidade. A este propósito, escreve o arquiteto Vítor Mestre;

‘Em termos patrimoniais o turismo rural será, porventura, aquele que melhor responde à preservação da identidade local enquanto unidade sociocultural produtiva. A permanência da família e de parte das ancestrais atividades, reforçadas por investimentos no domínio das explorações agrícolas modernas incorporando novos produtos e novas tecnologias serão o elo da continuidade que faltará para a devida conservação e valorização de alguns montes. Um novo ciclo na vida dos Montes está em curso. Importará estabelecer um elo profundo entre estes e a defesa e valorização da unidade paisagística enquanto moldura indissociável da sua permanência.’ (Mestre, 2007)

. Que conclusões a partir do estudo de caso

Os Montes Alentejanos correspondem a uma das paisagens típica da região sul de Portugal e a sua salvaguarda, enquanto paisagem cultural, é essencial. O avanço de novas culturas agrícolas predatórias tem descaracterizado a paisagem e elimina a possibilidade de conservação de algumas espécies exclusivas da região.

O Monte da Comenda Grande é um exemplar singular de sustentabilidade devido a obstinação dos seus proprietários, pois conseguem manter em boas condições o seu património histórico, que é de grande relevância e potencializam a manutenção do mesmo, sem que este tenha sido descaracterizado e perdido a sua identidade enquanto Monte Alentejano; é um caso diferente de outros montes típicos que, por agora, se encontram para venda ou tiveram de se adaptar à atualidade, descaracterizando-se quase na sua totalidade, tanto as suas linhas arquitetónicas, como até mesmo as suas funcionalidades em prol de uma economia dilacerante que não mede o valor do património enquanto parte integrante da paisagem cultural, mas como objeto de especulação imobiliária de um turismo sazonal, quando não uma parte integrante de uma dessas explorações agrícolas predatórias.

E que perspetivas futuras pode ser uma unidade destas? O Monte da Comenda Grande deixa um contributo positivo no que diz respeito a reaproveitamento do património, valorização da paisagem cultural e envolvente social imbuída de crescimento económico local.

Ainda está a implementar melhorias em todos os setores como é o caso do projeto para captação de água por furos, da possibilidade de retoma da atividade original do Monte, ou seja, a produção dos vinhos em talha, que, entretanto, está a ser planeada uma futura candidatura à Património Imaterial Mundial o que poderá ser uma grande mais-valia em termos culturais, sociais e para o enoturismo.

Mesmo sendo um Monte Alentejano secular, a Comenda Grande nos últimos anos parece ter recebido um novo fôlego que faz parecer com que ainda tenha muito para crescer e se desenvolver de maneira sustentável, proporcionando um equilíbrio em todos os âmbitos que lhe alicerçam; natureza, economia e sociedade.



Figura 81 - Fotografias do Monte da Comenda Grande (Fonte: Arquivo Comenda Grande, 2020)

. Bibliografia

- Alentejo, V. (2018). Obtido de guias_alentejo_enoturismo:
[https://www.visitalentejo.pt/fotos/editor2/pdfs/guias_alentejo_e
noturismo_pt_final.pdf](https://www.visitalentejo.pt/fotos/editor2/pdfs/guias_alentejo_e_noturismo_pt_final.pdf)
- CM. (2013). *O homem das contas de multiplicar*. Obtido de
[https://www.cmjornal.pt/mais-cm/domingo/detalhe/o-homem-
das-contas-de-multiplicar](https://www.cmjornal.pt/mais-cm/domingo/detalhe/o-homem-das-contas-de-multiplicar)
- Cofina Media, S.A. (s.d.). *Directório de Empresas - Empresite*. Obtido de
Jornal de Negócios:
[https://empresite.jornaldenegocios.pt/MONTE-COMENDA-
AGROTURISMO.html](https://empresite.jornaldenegocios.pt/MONTE-COMENDA-AGROTURISMO.html)
- Comenda Grande*. (Novembro de 2014). Obtido de Comenda Grande -
Vinho Regional Alentejano: <http://comendagrande.pt/>
- Comissão Vitivinícola Regional Alentejana (CVRA) . (2016). *Vinhos do Alentejo*. Obtido de
[http://sustentabilidade.vinhosdoalentejo.pt/pt/programa-de-
sustentabilidade-dos-vinhos-do-alentejo](http://sustentabilidade.vinhosdoalentejo.pt/pt/programa-de-sustentabilidade-dos-vinhos-do-alentejo)
- Cultura, C. (s.d.). *Alçados, plantas e corte de habitação para Maria José Simões de Almeida Margiochi*. Obtido de arquivo digital de cascais
:
[https://arquivodigital.cascais.pt/xarqweb/Result.aspx?id=82117&t
ype=PCD](https://arquivodigital.cascais.pt/xarqweb/Result.aspx?id=82117&type=PCD)
- Cupeto, C. A. (s.d.). *História sem história*. Obtido de O Mirante:
[https://omirante.pt/semanario/2018-05-31/opiniao/2018-05-31-
Historia-sem-historia](https://omirante.pt/semanario/2018-05-31/opiniao/2018-05-31-Historia-sem-historia)

da Jobtotal Vinhos de Portugal. (outubro de 2018). *O Programa Negócios & Você visita a Comenda Grande a Vinícola do Alentejo*. Obtido de <https://www.youtube.com/watch?v=vLZI4Ix5a-Q>

eu, P. S. (2014). *Comenda Grande*. Obtido de <https://www.youtube.com/watch?v=yETp6IHixpk>

Grupo Folha. (2020). *Folha de São Paulo - Mercado*. Obtido de Folha de São Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/01/portugal-quer-desbancar-chile-em-venda-de-vinho-ao-brasil.shtml>

Interna, Junta de Colonização. (1938). Lisboa, Portugal: Ministério da Agricultura. Obtido de file:///C:/Users/DELL.DELL-PC/Documents/MESTRADO/ANO1/SEMESTRE%20PAR%20ano%201/PATRIM,DES,SUST-%20SOFIAcampelo%20-THEMUDObarata/REP-22335.pdf

Jeriel. (2014). *Um Alentejo Diferente” – Prova de vinhos das Herdades da Comenda Grande e Casa Agrícola Herdade do Monte da Ribeira*. Obtido de Blog do Jeriel: <https://blogdojeriel.com.br/2014/01/31/um-alentejo-diferente-prova-de-vinho-das-herdades-da-comenda-grande-e-da-casa-agricola-hmr/>

Macedo, J. T. (1838). *Biographia do ill. mo e ex. mo senhor Francisco Simões Margiochi*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Mestre, V. (Maio de 2007). Olhar o Monte Alentejano a pretexto do Alqueva. (C. M. Luz, Ed.) *O Monte Alentejano, uma identidade de raízes ancestrais: Contributos para o seu conhecimento e permanência*(3), p. 85 à 101. Obtido de http://www.vmsa-arquitectos.com/Public_Edia-montes_2007.pdf

Vinhos Comenda. (2014). Obtido de Comenda Grande: <https://www.facebook.com/vinhoscomenda>

2.6.1.4. MONTE DO OUTEIRO

Beatriz Vilarinho & Emanuel Ramalho



Figura 82 – Uma vista do Monte do Outeiro (Autor: Emanuel Ramalho, 2020)

A denominação referente ao monte relaciona-se com a sua localização. O facto de se encontrar localizado no topo de uma colina, que também se pode designar por outeiro, levou à atribuição do nome “Monte do Outeiro”.

. Caracterização atual do Monte

Localização

Este monte, denominado “Monte do Outeiro” localiza-se na Herdade do Outeiro, Freguesia de Glória, no concelho de Estremoz. O monte situa-se num ponto elevado, no centro da Herdade do Outeiro e esta possui cerca de 80 hectares. A paisagem que o rodeia é constituída essencialmente pelo montado e por terrenos (neste momento lavrados) onde são semeadas culturas de trigo e aveia para enfardamento de forragem para alimentação de animais.

Planta geral



Figura 83 - Vista satélite do Monte do Outeiro (Fonte: Google Earth, 2020)

Planta do património edificado

Ver, nas Funções, as descrições e fotografias que compara as estruturas existentes com as anteriores.

. Evolução histórica

Proprietários

Segundo informações recolhidas, este monte terá sido construído no séc. XIX, uma vez que o irmão da proprietária, que em 2018, estava com 85 anos de idade), informou que teria sido o seu bisavô a arrendar a propriedade, tendo passado depois para o seu avô que, por fim, conseguiu comprar a mesma, tendo o monte sido posteriormente herdado pelo seu pai e finalmente transmitido pela mesma via à sua irmã. Esta informante, não sabendo com exatidão há quantos anos o monte existiria antes da primeira referência ao seu arrendamento na família, calculou que a dada da sua construção se situe em meados do séc. XIX.

Organização do património edificado

Este monte caracteriza-se por possuir uma estrutura de corredor ao nível do edifício principal que funcionava como habitação dos proprietários. Possui também uma construção no lado oposto que funcionava como celeireiro com as respetivas tulhas, estábulo do macho e casa onde se guardava o carro com a pipa da água. Por trás do edifício principal encontravam-se, numa estrutura de formato em U os currais dos animais, as cavalariças, os chiqueiros, os galinheiros e estruturas de apoio como a oficina do carpinteiro e outras que serviam para guardar os arados, carros de trabalho e ferramentas associadas ao trabalho rural.

No edifício principal, a poente, encontra-se a estrutura primitiva onde permaneciam os proprietários. Esta estrutura era composta pela cozinha e respetiva chaminé, bem como pelos quartos. Habitavam aqui 7 pessoas.

Existiam 2 quartos, dos quais um deles era o quarto do casal e o outro era o quarto das suas duas filhas. Os restantes três rapazes que constituíam a família dormiam numa estrutura anexa a este edifício, numa pequena divisão ajeitada para o efeito e da qual faziam ainda parte a divisão da amassadeira e cavaleriça. A cozinha era local comum a toda a família e funcionava como centro de toda a ação relativamente à serventia a que estava associada, ou seja, como local onde se cozinhava, comia e se convivia à hora das refeições.

Em termos sociais, era hábito a existência de famílias numerosas que dividiam o pouco espaço existente da forma possível, com as condições possíveis, sendo no entanto fator de união e que caracterizava as relações sociais de entreajuda existentes à volta destas estruturas. Havia ainda os aspetos simbólicos ligados ao campo e à religião, como é o caso do painel de azulejo colocado na fachada do edifício primitivo, que alude a Santo Isidoro padroeiro dos lavradores.

A nível central existia, como já foi referido, uma estrutura que albergava no passado para além da cavaleriça, a divisão da amassadeira e uma pequena divisão que funcionava como quarto dos rapazes. Esta estrutura foi restaurada e transformada em casa de habitação com as respetivas divisões: cozinha, chaminé e quartos. A transformação em cozinha serviu nessa altura para usufruto tanto dos patrões como dos funcionários. Mais recentemente, a estrutura em questão manteve as principais funções, com a diferença que passou a ser utilizada apenas pelos proprietários pois deixaram de existir funcionários.

Paralelamente a esta, situava-se a casa do forno e a casa onde se secavam os queijos (a nascente). A casa do forno foi também intervencionada e restaurada nessa altura sendo dividida ao meio. Uma das partes funcionava como dispensa de vários utensílios, sendo que, a outra parte para além de manter o forno foi transformada numa “espécie” de cozinha pequena. Ao nível do forno foi construída uma chaminé. A divisão onde secavam os queijos foi transformada em galinheiro na atualidade. Na divisão considerada como dispensa podem ainda ser observados a presença desses utensílios como é o caso dos tarros, das cornas para transporte de

azeitonas, os azeiteiros fabricados em corno de animal, as candeias a azeite para iluminação, o típico mobiliário alentejano, etc. De referir que existe uma relação indissociável entre o aparecimento deste tipo de mobiliário e a existência do Monte Alentejano.

No lado oposto, o edifício tinha como funcionalidade o estábulo do macho e os celeiros com as respetivas tulhas onde se fazia a divisão dos cereais produzidos, bem como, outra subdivisão onde se guardava a pipa da água. Parte desta estrutura foi dividida e transformada por volta dos anos 80/90 numa divisão para um caseiro temporário habitar quando os proprietários iam de férias. As restantes divisões apesar de terem perdido a sua função inicial mantiveram parte das características a nível arquitetónico, sendo ainda possível observar algumas das tulhas e estábulo onde permanecia o macho. No momento servem de arrumos para diversos tipos de utensílios, maquinaria e ferramentas utilizadas para trabalhar o campo.



Por trás do edifício principal existem as estruturas já mencionadas, que funcionavam como currais dos animais, cavaliças, chiqueiros, galinheiros e estruturas de apoio como a oficina do carpinteiro e outras que serviam para guardar os arados, carros de trabalho e ferramentas associadas ao trabalho rural, perdendo todas estas as funcionalidades iniciais a que estavam afetas pelo fato de terem sido inutilizadas e que levou conseqüentemente ao seu estado de degradação.



Ao nível de intervenções realizadas, no edifício principal, a nível central houve intervenções ao nível de manutenção e restauro, decorria o ano de 1948, bem como na estrutura paralela a poente designada “casa do forno”. Nestas duas intervenções houve o cuidado de manter as características e utilização de materiais adequados de forma a manter o caráter típico existente. Finalmente na estrutura oposta ao edifício principal houve intervenção no celeiro, estábulo do macho e casa da pipa, para alteração das funcionalidades primitivas e aqui observa-se que já não houve o cuidado na utilização de materiais típicos, sendo substituídos por materiais industrializados, isto nos anos 90.

Funções

Para melhor se perceber e identificar as estruturas referidas, umas mais antigas do que outras, mas que mudaram, muitas vezes, a sua funcionalidade, optou-se pela realização de um quadro comparativo.

Quadro 22 - Funções Primitivas das estruturas do Monte do Outeiro (Autor das fotografias: Emanuel Ramalho, 2020)

Funções Primitivas		
<u>Edifício Principal</u>	Estrutura de corredor; Funcionava como habitação.	
<u>Lado Oposto</u>	Funcionava como celeiro (tulhas e estábulo do macho; Casa da pipa da água.	

<p><u>Traseira do Edifício</u></p>	<p>Formato em U; Currais, Cavalariça, Galinheiros, Chiqueiros; -Estruturas de apoio (oficina do carpinteiro, arados, carros de trabalho, ferramentas).</p>	
<p><u>Lado Poente</u></p>	<p>Encontrava-se a habitação dos proprietários, ocupada por 7 pessoas (casal, 3 filhos e 2 filhas) na qual existiam as seguintes divisões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cozinha e respetiva chaminé (local central onde se cozinhava, comia e se convivia à hora das refeições); 	

<p><u>Estrutura</u> <u>Anexa</u></p>	<ul style="list-style-type: none">• 2 Quartos (um deles correspondia ao quarto do casal e o outro ao quarto das raparigas). <p>Funcionava como:</p> <ul style="list-style-type: none">• Pequena divisão (criada para o efeito) onde dormiam os rapazes e que servia de quarto;• Casa da amassadeira;• Cavalariça. <p>Restaurada e transformada em habitação, composta por:</p> <ul style="list-style-type: none">• Cozinha e respetiva chaminé;• Quartos. <p>A transformação em cozinha serviu nessa altura para usufruto tanto dos patrões como dos funcionários.</p>	
--	---	--

Funções Atuais	
<u>Estrutura Anexa</u>	<p>Estrutura em questão manteve as principais funções, com a diferença que passou a ser utilizada apenas pelos proprietários pois deixaram de existir funcionários.</p> 
<u>Casa do Forno</u>	<p>Intervencionada e dividida ao meio funciona:</p> <ul style="list-style-type: none">• Forno e foi feita cozinha pequena;• Uma das partes como dispensa de utensílios. 

Casa de secagem de queijos

Transformada em galinheiro.



Lado Oposto ao Edifício Principal

Estrutura dividida para permanência de um “caseiro”. As restantes divisões perderam a sua função inicial mas mantiveram parte das características a nível arquitetónico, sendo ainda possível observar algumas das telhas e estábulo onde permanecia o macho. No momento servem de arrumos.



Traseiras do Monte

Estruturas perderam todas as funcionalidades iniciais a que estavam afetas pelo fato de terem sido inutilizadas e que levou conseqüentemente ao seu estado de degradação.



. Reflexões sobre as três vertentes do Desenvolvimento Sustentado

Na herdade associada ao Monte do Outeiro, existe uma azinheira, denominada “Azinheira Cabreira”, nome atribuído pela população. Esta árvore com séculos de existência está neste momento protegida, não podendo ser exercida qualquer tipo de intervenção sobre ela. Esta foi a forma sustentável que se encontrou para que ela possa existir durante o máximo de tempo possível no futuro, sendo um exemplo que demonstra a sustentabilidade associada à natureza, à vida no campo e naturalmente ao monte enquanto estrutura que suporta a existência dessa sustentabilidade.

. Que conclusões a partir do estudo de caso

Com a realização deste estudo, percebemos a influência que o Monte teve na estrutura económica, social, cultural, simbólica, paisagista e arquitetónica pelo menos desde o séc. XVII/XVIII até aos dias de hoje na Região Alentejana.

De características únicas a nível estrutural e arquitetónico, a evolução do Monte desenrolou-se em torno de atividade agrícolas e rurais em geral.

Com o abrandamento da agricultura e consequente extinção de inúmeras profissões associadas a esta atividade, o monte viu a sua influência diminuir. Com a evolução da sociedade, substituição de várias estruturas para outros fins e abandono destes locais por parte dos proprietários o conceito de monte caminha a passos largos para a sua decadência e, em muitos casos, até mesmo extinção.

Este Monte passou por todas as etapas referidas anteriormente. No entanto, apesar de não se encontrar habitado o seu estado de conservação, pelo menos ao nível do edifício principal, é bastante bom. Existe, a nível familiar, uma preocupação constante com a sua manutenção.

Embora de forma diminuta e apesar das dificuldades, a atividade agrícola mantém-se.

Acerca das perspetivas futuras, é razoável admitir que há um interesse dos proprietários atuais em manter e preservar o monte, de acordo com o que observámos e, pelas intenções demonstradas, existe a possibilidade em fazer uma reconversão do mesmo para dar uma nova vida á sua existência. É quase um desejo, pois as condições da sua sustentabilidade são bastante frágeis.

. Bibliografia

Mascarenhas, José Manuel., Barata, Filipe Themudo, Capelo, Sofia. (2014). *O monte alentejano na encruzilhada do tempo*. VIII Congresso Português de Sociologia. Universidade de Évora.

Reis, M. (2002). *O Monte Alentejano: a transformação no século XX*. Universidade Nova de Lisboa.

webgrafia

<http://pelanatureza.pt/natureza/ecoinfo/desenvolvimento-sustentavel-o-que-e> (Acedido em 29/11/2018)

2.6.1.5 MONTE DO PINHEIRO

Tiago Sobral & Marlene Fernandes Faria



Figura 84 – Uma vista do Monte do Pinheiro (Autor: Tiago Sobral, 2020)

O Monte do Pinheiro foi buscar o seu nome ao grande pinheiro que existia à entrada do monte à data da sua construção. Atualmente, o pinheiro já não existe e goraram-se todas as tentativas do proprietário para plantar um novo pinheiro.

. Caracterização atual do Monte

Localização

o Monte localiza-se na freguesia d Santiago Maior, no concelho de Alandroal.

Planta geral



Figura 85 - Planta geral do Monte do Pinheiro (Autor: Tiago Sobral, 2020; Fonte: Google Earth/Adobe Illustrator)

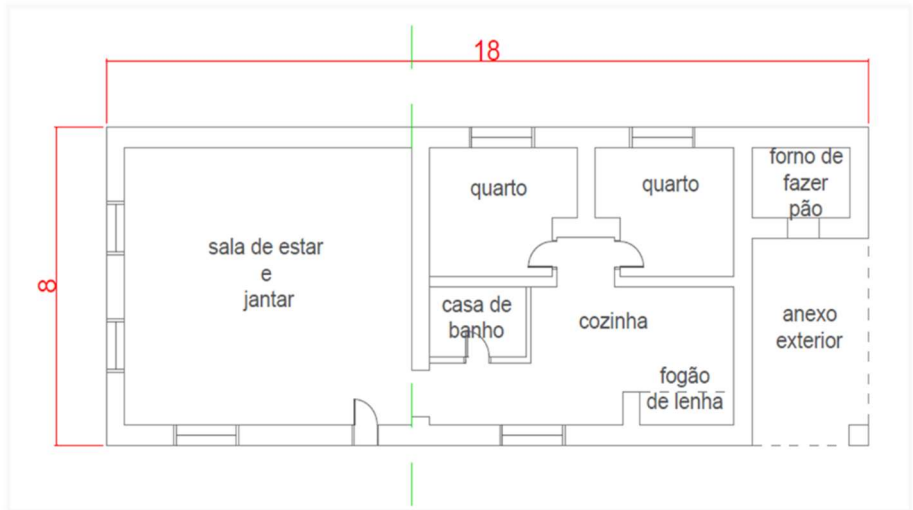
Planta do património edificado

Figura 86 - Planta do património edificado (Autor: Tiago Sobral, 2020)

. Evolução histórica

Proprietários

O Monte do Pinheiro foi construído por volta de 1938, pelo avô da esposa do atual proprietário. Desde então, tem-se mantido sempre na família e herdado de geração em geração.

Organização do património edificado

O monte do Pinheiro não possui a estrutura típica de um monte alentejano. Ao longo dos anos sofreu alterações, como, por exemplo, a incorporação de um novo anexo, que corresponde à sala de estar e jantar. Da mesma forma foram construídas janelas nos quartos. O que se conserva do edifício

original é a casa do forno, os quartos e a cozinha com a chaminé típica alentejana; a estrutura em forma de L e as paredes de alvenaria de xisto.

Funções

Nos dias de hoje, o Monte do Pinheiro é usado, fundamentalmente, pela família proprietária para os seus momentos de lazer e de descanso. Nunca foi uma propriedade com uma intensa atividade económica e a família continua com a criação de gado e animais de porte pequeno para consumo doméstico e para venda.

O conjunto de fotografias que se seguem são um bom testemunho do que antes se descreveu:



Figura 87 – Aspetos do Monte do Pinheiro (Autor das fotografias: Tiago Sobral, 2020)



Figura 88 – Outros pormenores do Monte do Pinheiro (Autor das fotografias: Tiago Sobral, 2020)

. Reflexões sobre as três vertentes do Desenvolvimento Sustentado

Este monte é um bom exemplo das dificuldades em assegurar a sustentabilidade do ambiente e do património, em especial quando falta sustentabilidade económica dos processos e das estruturas. Se este pequeno monte é mais um a ajudar a preservar a paisagem de montado, típica do Alentejo o seu futuro, enquanto unidade produtiva, por falta de sustentabilidade económica, será sempre difícil. Como acontece noutros locais, muitas destas propriedades transformam-se em segundas casas, estritamente dedicadas ao lazer, ou, outras vezes, dedicam-se a uma agricultura mais evoluída e sofisticada, mas com impactos ambientais mais pesados. O que fica é a esperança de estes proprietários, ou os de futuras gerações conseguirem um justo equilíbrio, como por exemplo através da produção de bens de agricultura biológica e da eventual aplicação de princípios da permacultura, no quadro do autoconsumo.

. Que conclusões a partir do estudo de caso

Com a visita a este monte é fácil comprovar a importância deste património vernáculo que, de facto, é o Monte Alentejano; não se trata só de uma habitação, pois ele, na sua simplicidade é duma memória do “Alentejo mais antigo” e que consegue sobreviver ancorado numa pequena economia local.

A preocupação em salvaguardar este símbolo, permanece nos planos de futuro do atual proprietário, mas, curiosamente também dos seus descendentes. Esta preocupação das gerações futuras é importante, no sentido de continuar a proteger um património e uma paisagem únicos no país.

. Bibliografia

- Pascoal, R.M.C. – *O Monte Alentejano: a transformação no século XX: o caso da Amoreira de Cima*. Lisboa: Associação de Estudos Rurais da UNL, 2002
- Mascarenhas, J.M. de; Barata, F. Themudo; Capelo, S - “O Monte Alentejano na encruzilhada do tempo”, in *40 anos de democracia(s): progressos, contradições e prospetivas*, Atas do VIII Congresso Português de Sociologia (Universidade de Évora, 14 a 16 de Abril de 2014), COM0453 (17 p.). Lisboa: Ed. da Associação Portuguesa de Sociologia, 2015.

Capítulo 3. Perspetivas futuras e considerações presentes

3.1. As dificuldades e a procura de novos caminhos para o património cultural

Depois de apresentar os problemas mais teóricos e globais relativos ao património cultural e observar como eles se projetam no exemplo concreto dos montes alentejanos, todos temos a percepção de que defender e preservar o património, mas, ao mesmo tempo, valorizá-lo é um processo complexo e que não tem uma resposta mágica, como o exemplo concreto dos montes alentejanos demonstrou.

De uma forma geral, podem-se identificar algumas características destes processos de proteger e valorizar o património cultural, numa palavra, conferir-lhe maior sustentabilidade:

- A resposta depende do lugar. No sentido, em que, as condições sociais e a forma como essa comunidade vive e tem consciência do valor desse património não é a mesma no interior de cada país, nem em todas as latitudes.

- Das estruturas de organização existente. Quem quiser lançar uma mera vista de olhos sobre a forma de organização social e dos serviços públicos relativos ao património percebe imediatamente a diferença existente quanto a tais formas de organização. É claro que muitos países ainda não dispõem de serviços públicos minimamente estruturados para poder organizar inventários do património e muito menos definir políticas de conservação e valorização. Talvez, ainda pior, infelizmente, muitos membros da UNESCO não têm formas de organização da sociedade civil que deem voz às comunidades e à forma como elas desejariam relacionar-se com o seu património.

- Do percurso e da memória histórica da sociedade. Eis outro ponto essencial. A diversidade dentro de cada país e especialmente a nível mundial provoca respostas aos mesmos problemas que são sempre

diferentes. Esta situação, aliás, está na base de algumas das maiores dificuldades das organizações mundiais em lidarem com o património cultural.

- Da coesão social existente. Mais outro elemento essencial, que se percebe quase intuitivamente, pois as regiões mais urbanizadas e das megacidades em que os novos habitantes ainda não perderam as suas ligações aos lugares de origem, mas ainda não conseguiram organizar e viver novas formas de vida comunitária.

Estes pontos estão bastante bem expressos numa tese de doutoramento apresentada e discutida na Universidade Paris 1, Panthéon - Sorbonne (Maïna, 2017). O especial interesse desta tese, a qual se debruça sobre a trajetória histórica e territorial de um povo que, na época medieval, vivia nas margens do lago Chade: o povo Sao, um dos grandes grupos que, ainda hoje tem larga representação na República do Chade. Depois da análise histórica e da cultura material desse povo, a tese mostra como este grupo iniciou um processo de migrações e se foi espalhando por vários países africanos, nomeadamente a Nigéria, os Camarões, o Níger, o Chade e até grupos mais isolados que chegaram e se estabeleceram na Tanzânia. O que esta dissertação sublinha é a forma muito diferente como os grupos descendentes dos primitivos Sao lembram, reclamam e vivem esse património cultural e essa memória, mas também como é comum a incapacidade geral dos serviços públicos e da sociedade civil poderem exprimir e reivindicar essa herança.

Depois desse quadro geral, um novo passo que se pretendeu apresentar foi a necessidade de identificar os obstáculos e as dificuldades que se opunham às tentativas e políticas de conservação e valorização do património e que aqui se relembram:

- A descontinuidade entre a definição das políticas e a sua implementação. Muitas vezes resultado das dificuldades dos diversos poderes em gerirem a sua intervenção e a explicação dos seus compromissos no espaço público.

- Falta de conhecimento de exemplos de boas práticas. Este fator não é igual para todos os tipos de património, já que para o património construído há uma experiência com muitas anos sobre boas práticas que vão tendo cada vez maior aceitação. No outro lado da escala, como se mostrou, o património imaterial ainda luta com dificuldades quase básicas mesmo no que respeita à sua salvaguarda.

- Insuficiente/parcial/distorcida informação sobre instrumentos de atuação. Em sociedades inundadas por informação, também com o património cultural é difícil conhecer os instrumentos económicos, legais e até sociais que permitem prosseguir políticas de salvaguarda consistentes.

- Desconfiança relativa a práticas dos serviços públicos. Incluem-se neste ponto aspetos muitas vezes difusos como a preocupação sobre o quadro de auxílio do estado; a relutância em lidar com estruturas que compreendem mal a mudança; a aversão administrativa ao risco; a falta ou existência de incentivos errados de ação; a capacidade própria de análise limitada e que tem dificuldade em recorrer a uma opinião de terceiros; uma definição vaga de inovação que se limita ao binómio de fazer ou comprar.

- A variedade do próprio património cultural (material, natural e imaterial). Pelas suas interações tão variadas transformam o património, em geral, num tema complexo.

- A necessidade frequente de mediação. Na sua ligação às comunidades e no ordenamento do próprio território a mediação é uma ação indispensável. Mas a sua pluralidade, tanto quanto ao lugar, quanto à estrutura ou bem patrimonial e até quanto ao seu conhecimento, é muito variada. Acresce que, nos dias de hoje, capturar o interesse dos cidadãos para intervenção e participação em campos específicos do património tem sido difícil.

Outros aspetos abordados pretendiam ajudar a compreender muitos pontos particulares relativos ao património cultural e que o condicionam.

Primeiro, o emergir de novos patrimónios e o espantoso alargamento do próprio conceito que tem conduzido a muitas apreensões. Ao mesmo tempo, esta evolução parece também ter criado movimentos contraditórios em que os critérios éticos levam à condenação e ao abandono de valores patrimoniais que se opõem aos direitos humanos ou dos animais, restringindo, portanto, o alcance do conceito.

Também ficou claro como, a par da guerra, da erosão e da destruição em geral do património cultural, a memória das comunidades e da sociedade é profundamente atingida, pelo turismo e como, impercetivelmente, os grandes fluxos turísticos têm provocado alterações irremediáveis seja nas estruturas construídas, seja nos sistemas naturais e nas paisagens, seja ainda nos saberes fazer tradicionais.

Neste processo, também se foram apresentando ou apontando os caminhos que será necessário trilhar para permitir que o património cultural, bem como as próprias indústrias culturais e criativas, ganhem um papel de muito maior importância nas nossas sociedades, incluindo um maior impacto na vida económica. Claro que esta questão já foi abordada noutros locais, por isso, ficam aqui indicados de uma forma resumida, tanto os caminhos, como alguns dos instrumentos de ação (Barata *et al*, 2017):

- Educação patrimonial. Como um instrumento relevante para disseminar a importância do património cultural e aprofundar as responsabilidades dos cidadãos nesse domínio.
- Ligação dos museus e sítios aos programas escolares. Dado que há uma parte substancial do património que está agrupado em coleções e quase sempre organizado em torno das atividades museológicas, é fundamental refazer as ligações entre os museus e os programas escolares que, com o tempo se afastaram, exceto nos países de tradição anglo-saxónica.
- Organizar políticas de abertura dos museus a outros públicos, em que a museologia de cariz social tem ganho uma importância muito especial.

Neste domínio, o mundo dos ecomuseus são formas muito relevantes de interessar as comunidades pelo seu património.

- Promover a animação cultural ligada às indústrias culturais e criativas. Com o efeito, o trabalho de aproximação dos cidadãos e das comunidades ao seu património é exigente e é necessária a qualificação dos intervenientes.

- A divulgação de instrumentos de ação como os laboratórios vivos. Estes ajudam a perceber como é possível organizar o diálogo, a negociação e a tomada de decisões nas políticas de preservação e valorização do património cultural.

- Divulgar a importância da mediação e da intermediação, como formas de criar pontes ou espaços de entendimento entre os vários interessados que se relacionam com o património cultural.

Nota Bibliográfica

Barata, F. T., Marsh, J., Molinari, F., & Cabeça, S. (2017). *Creative Innovation and Related Living Lab Experiences. A Mediterranean Model*. Évora: Cátedra UNESCO.

Manga, M. M. (2017). La problématique Sao : entre civilisation, mythologie et construction de l'histoire. *Thèse de doctorat d'Histoire*. Paris: Universidade Paris 1 Panthéon – Sorbonne. Obtido de <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-01997226/document>

3.2. Perspetivas futuras de estudos dos valores patrimoniais dos espaços rurais

Quem passear pelos campos alentejanos, como turista ou visitante, não pode deixar de se aperceber da degradação geral da paisagem. Para ser verdadeiro, não é só o Alentejo que sofre esse impacto. No Algarve e pelo Norte de Portugal, de forma mais ou menos generalizada, percebe-se essa situação.

As causas são muitas e complexas. Uma primeira observação tem relação com o próprio enquadramento legislativo de proteção do património cultural. Afinal, o Estado, a nível central e local, só se compromete com alguma eficácia de proteção e valorização desde que os bens patrimoniais estejam classificados. Para sermos justos, é verdade que ao nível das leis de ordenamento, regional ou local, e com os planos diretores municipais, procura-se atenuar a destruição desse património rural; com efeito, muitas vezes, os PDMs⁴⁶ restringem os materiais a utilizar, limitam as alturas das construções, procuram manter as topografias dos centros históricos, tentam manter o equilíbrio dos bairros antigos e procuram incorporar no espaço urbano antigas construções e até fábricas abandonadas. Mas, pouco a pouco, as mudanças são evidentes neste processo que se insinua e persiste.

Aliás, há contradições, mais na prática do quotidiano do que na legislação, que não podem ser descuradas. Um caso típico é o que se passa com os parques naturais e as áreas de paisagem protegida, sobre as quais tem jurisdição o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). É esta entidade que propõe a sua classificação e faz a sua gestão. Como as paisagens que protege são naturais, seminaturais e humanizadas, o Instituto pode e deve proteger os valores do património rural que fazem parte dessa área classificada.

⁴⁶ PDMs – Planos Diretores Municipais.

Mas, nestas áreas, há imenso património construído e até práticas sociais de relevo. O ICNF não dispõe de especialistas de conservação de estruturas imóveis ou de práticas sociais que organizam as paisagens, os quais se encontram na Direção Geral do Património Cultural (DGPC). Ora estes, só com muito boa vontade podem intervir em estruturas que não estão classificadas segundo os procedimentos da Direção Geral do Património Cultural. Neste caso, não é um problema de boa ou má vontade, mas de procedimentos institucionais e enquadramento legal.

Outra raiz desta desarticulação das nossas paisagens é consequência quase direta da emigração. Com efeito, quem circular pelo país, pode testemunhar como, por todo o lado, há casas construídas segundo modelos que são claramente importados dos países para onde os proprietários emigraram, ou, caso contrário, dos locais de origem dos imigrantes. Ao regressarem, ou ao construírem uma casa, o seu gosto está condicionado, como é natural, pelos países onde terão vivido dezenas de anos, ou pelos padrões culturais que ajudam a organizar a noção do espaço de habitação. Este aspeto é tanto mais curioso quanto, algumas vezes, a construção pode ser desadequada ao clima local. Este fenómeno de uma certa artificialização das paisagens está, pois, bastante generalizado.

Um terceiro grupo de questões relaciona-se com as casas que chamamos solarengas que proliferavam em Portugal, mais no Norte que no Sul, mas que também constituíram um fenómeno que atinge e tem vindo a transformar os montes alentejanos. Depois do primeiro programa nacional de Turismo de 1986, começaram-se a organizar e operacionalizar um conjunto de programas de apoio a essas casas antigas, com o objetivo de as recuperarem criteriosamente. O resultado é de todos conhecido: apesar das boas condições de financiamento, os empréstimos deveriam ser pagos e, nesse contexto, muitos proprietários transformaram os seus palácios ou mansões em unidades de hotelaria, que, aliás, obedecem a características especiais.

Deve reconhecer-se que muitas tiveram belíssimos projetos de recuperação e mantêm-se impecáveis; mas também é certo que outras conheceram transformações bastante inapropriadas: destruindo as hortas anexas, impermeabilizando solos, construindo piscinas em zonas com falta de água, desvalorizando pequenas capelas anexas e perdendo de vista a informação sobre a antiga estrutura da própria habitação, só para dar alguns exemplos.

Toda esta situação poderia ser mitigada com o apoio, ou parcerias, com instituições como o *GECORPA*, *Grémio do Património*, pois tratando-se de uma associação de empresas e profissionais que exercem atividade na fileira da reabilitação do edificado e da conservação do Património, seria possível desenvolver regras e manuais de boas práticas de recuperação e restauro. Também a Associação Portuguesa das Casas Antigas, sua associada, está apta a indicar especialistas e empresas, com a necessária competência, para esse fim.

Claro que o tantas vezes referido abandono dos campos, em especial do interior do país, ajudou a fazer projetos cujo resultado fica mais afastado das habitações tradicionais. Há uma parte do problema cuja solução é muito difícil. Com efeito, nos nossos dias, já não são necessárias as infraestruturas para pessoal que as casas antes tinham. Mas, ao mudarem-se essas funcionalidades por outras mais práticas, vai-se também perdendo a memória das formas anteriores de ocupação e os materiais a utilizar.

Não é só com as habitações que este processo de degradação se faz sentir. As pequenas estruturas rurais que estão espalhadas por todo o lado, essas, então, poucos se importam com o seu destino; existem muitos exemplos deste tipo de construções: pequenas cabanas em pedra de pastores, apiários abandonados, currais e depósitos de ferramentas em xisto, valas de irrigação que já não funcionam, nascentes e fontes, aquedutos, moinhos, grandes e pequenos, de todo o tipo e a lista poderia continuar.

Mas há outro lado do abandono que é preciso não perder de vista: os tipos de propriedade rural tradicional e os valores patrimoniais que nelas estão incorporados. Como não é possível passar em revista todos os tipos de

propriedades e explorações tradicionais, tomem-se dois exemplos: as paisagens de socalcos e os chamados regadios tradicionais.

Até aos finais do século XV, é muito provável que as serras do Norte fossem menos utilizadas nas práticas agrícolas e mais nas artes da caça, como então estas eram percebidas e pelas quais a Coroa tinha especial interesse. O curto foral da Terra de Soajo, de 1514, é um bom momento de referência. Para além de uma curta referência a tabeliães, nele são praticamente as atividades de montaria as únicas referidas, detalhando as partes das presas que eram devidas ao rei (Dias, 1969, p. 138).

Num estudo, publicado em 2012, e dedicado em parte à região da Peneda Gerês, Iria Gonçalves explica, a partir das *Inquirições* de D. Afonso III, portanto de meados do século XIII, como essas montanhas eram habitadas por animais de grande porte que se caçavam nos montes, fossem eles ursos, javalis, cervos, corços ou cabritos monteses. A defesa desse território, a caça e o arrecadar das partes devidas ao rei ou ao senhor estavam a cargo dos monteiros, muitos deles camponeses, armados de arcos ou bestas, armas que tanto serviam para a caça como para a guerra (Gonçalves, 2011). Quem se quiser informar melhor como se praticava esta “arte da caça”, leia o “Livro da Montaria” de D. João I e perceberá melhor a importância, económica, social e até simbólica, dessa atividade venatória.

Por outro lado, para todos quanto pretenderem seguir mais de perto as funções dos monteiros, consultem os *Anais do Instituto Superior de Agronomia* de 1980, nos quais Baeta Neves identificou, ou transcreveu, muitos documentos da Torre do Tombo que regulavam a atividade dos Monteiros do Soajo, ao longo dos séculos XIV, XV e XVI.

Num texto dedicado ao pastoreio, já com muitos anos, Maria José Lagos Trindade chamara também a atenção para o facto de muitos gados da Galiza, ao longo da época medieval, entrarem pela região de Melgaço para pastorearem nas encostas do Castro Laboreiro. Se estivessem já construídos todos aqueles socalcos agrícolas, certamente que o prejuízo provocado pela circulação do gado, teria levado a que pudéssemos

encontrar agora nos arquivos, referências a protestos veementes junto da Coroa, o que não é o caso; pelo que se percebe, a maior parte dos conflitos relacionam-se antes com violações de direitos ligados aos acessos à água e a servidões de vária natureza.

É provável que muitos dos socalcos que hoje conhecemos só terão começado a ser construídos nos finais do século XVI com a introdução do milho “maiz”, que era exigente em água, mas que era também muito mais produtivo que as culturas pobres de sequeiro que então haveria espalhadas um pouco por todo o lado aonde fosse possível organizar algum cultivo. Os socalcos responderiam a esses novos desafios. Esta proposta de Fernando Cerqueira Ramos, citando Eugénio de Castro Caldas, é muito interessante, não só pela conclusão em si mesma, como também pela forma como novas plantas e práticas agrícolas, a partir daí, se vão consolidando.

À medida que esses socalcos foram dominando a paisagem, tornaram-se evidentes outras necessidades deles decorrentes: era preciso definir quem e como se limpava o sistema hidráulico, discutir quem começaria o cultivo e em que altura do ano, quem invernaria primeiro e regressaria à “branda” e assim por diante; posto de outra forma, esses socalcos pressupunham uma coesão social que as montarias dispensavam. Essa coesão e até equilíbrio, como em muitos outros locais, só foi alcançada com o tempo, com a experiência de desavenças e uma permanente negociação entre pessoas, famílias e grupos.

Sem querer dar um grande salto temporal, importa lembrar que com a emigração masculina dos Anos 60 do século passado, passaram a ser as mulheres a ficarem encarregadas do grosso do duro trabalho dos socalcos. A esse propósito, merece especial referência a belíssima obra dedicada ao Soajo por Colette Callier-Boisvert, para se perceber as transformações que esta paisagem sofreu. Em 2018, qualquer visitante do Parque Nacional da Peneda-Gerês, se perguntasse a um habitante local do Soajo pelos socalcos meio desaparecidos, a resposta invariável era: “*já não amanhã a terra, reformei-me*”. Numa fotografia impressionante, de

novembro de 2014, terá tido lugar a última reunião dessas espantosas mulheres que mantinham os socacos a funcionar e produtivos. Mesmo quando são mantidos, muitas vezes por motivos estéticos e turísticos, basta uma visita mais atenta para ver os estragos irreversíveis. Vejam-se os sistemas hidráulicos que estão associados aos socacos que, na maior parte dos casos estão disfuncionais.



Figura 89 – “Branda” (lugar de habitações temporárias) e socacos agrícolas em estado de abandono, na serra do Soajo (Autor: José M. de Mascarenhas, 2013).

Há dúvidas sobre a importância do património cultural, material e imaterial, que esta paisagem incorpora? Não é verdade a sua decadência? E porque é que estas paisagens, que são valores culturais patrimoniais excepcionais, não merecem ser preservadas? Será que ainda podemos fazer alguma coisa para as resgatar? Vejam-se alguns exemplos de paisagens multifuncionais

de elevado valor patrimonial, em situação de risco, ameaçadas sobretudo pela alteração climática global:



Figura 90 – O Montado (ou “Dehesa”, em Espanha), paisagem multifuncional do sudoeste peninsular, protegida pela Lei Portuguesa e Europeia. Na fotografia, o Montado na Serra de Portel (Autor: José M. de Mascarenhas, 2019)



Figura 91 – Paisagem multifuncional de Argânia (*Argania spinosa* L.), típica da região de Souss e áreas próximas, em Marrocos, encontrando-se também no sudoeste da Argélia. Classificada desde 1998, pela UNESCO, como “Reserva da Biosfera” (Autor: José M. de Mascarenhas, 1998).



Figura 92 - O Cerrado, paisagem multifuncional, de elevado valor patrimonial, típica do Planalto Central Brasileiro. Fotografia do Cerrado na Serra do Cipó, Minas Gerais (Autor: José M. de Mascarenhas, 2008).

O Cerrado, bioma em situação de perda de biodiversidade, prevendo-se, segundo certos autores, uma redução de 25% de espécies de árvores, nos próximos 50 anos, devido sobretudo à expansão das monoculturas agroindustriais e à alteração climática em curso (Figura 92).

E o que se passou com os regadios tradicionais? Provavelmente foi mais grave. Esses estão definitivamente a desaparecer da paisagem e do próprio território. Numa proposta de projeto de 2003, tentou-se, sem êxito, chamar a atenção deste problema num projeto, em que se mostrava como os regadios tradicionais sendo aproveitamentos hidro-agrícolas coletivos estavam disseminados por todo o território, embora mais numerosos no Centro e Norte, em zonas de predomínio de agricultura familiar. Na maior parte dos casos, as infraestruturas pertencem à comunidade, foram construídas pelos próprios utentes ou pelos seus antepassados, por iniciativa particular. As tradições comunitárias, muitas vezes de séculos,

estão por detrás da exploração dos perímetros de rega tradicional. São regadios de pequena dimensão, compreendendo obras hidráulicas muito simples, cultivando-se geralmente pastagens, milho e hortícolas. As obras e o maneiço da água resultam da arte e da sabedoria experimentada pelas gerações de agricultores, sendo um valioso testemunho de relações estabelecidas entre Homem, água e solo na busca da subsistência das comunidades rurais.

Claro que à medida que a agricultura tradicional foi perdendo terreno, a situação deteriorou-se, devido a outros fatores: o envelhecimento dos próprios agricultores, as grandes dificuldades de comercializar os seus produtos, a incapacidade de recuperar as infraestruturas rurais, nomeadamente as hidráulicas e viárias e, claro, o abandono de terras de cultivo.

Estas culturas intensivas, mas bem servidas de sistemas hidráulicos, encontravam-se um pouco por todo o lado: ao longo do rio Ceira, no concelho de Góis, até há 20 anos, ainda se viam a funcionar pequenas estruturas de moagem que, com as respetivas levadas, acompanhavam o rio no seu percurso. Em Mira, mesmo junto ao mar, pela mesma altura, ainda eram vistos moinhos de maré suportados por um sistema de palafitas para irrigar pequenos campos adjacentes. Nas áreas de S. Pedro do Sul e Vouzela, pela mesma altura, os campos murados e divididos em pequenas parcelas, eram apoiados por sistemas hidráulicos muito engenhosos e com casas para guardar alfaias ainda funcionais. Num caminho para Sul podíamos apreciar situações semelhantes nos regadios de Pombal e no distrito de Portalegre (Figura 93).

É verdade que as autoridades centrais tentaram recuperar ao menos uma parte desses regadios tradicionais. Em 2014, a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), num documento homologado pela Ministra da Agricultura e dedicado ao “regadio público”, intitulado “Estratégia para o Regadio Público 2014-2020”, identificou para a região de Lisboa e Vale do Tejo 428 hectares de regadios tradicionais públicos em

Ourém e Abrantes (DGADR, Quadro A.8). Ainda não são conhecidos os resultados destas opções, embora todos concordem, pelas razões expostas, as dificuldades destas tentativas de recuperação.



Figura 93 – Aspeto de um canal de rega no Sistelo, em mau estado de conservação, integrado num sistema de socalcos (Autor: FTB, 2019).

Na maior parte dos casos, esse belíssimo património desapareceu e, com ele, vai-se evaporando a memória das construções que existiam, das práticas de trabalho comuns, do saber-fazer tradicional que lhe estava ligado, das tradições, incluindo os cantares e lendas que lhes davam identidade. Quase tudo caminha para se transformar em ruínas.

Então e os montes alentejanos? Basta o leitor voltar aos estudos de caso e perceber que, enquanto alguns resistem e ainda integram as paisagens alentejanas de forma bem articulada, muitos outros, transformados em simples segundas moradias, casas de repouso, hotéis do espaço rural, são corpos cada vez mais estranhos na paisagem.

Então o que fazer? Há futuro para este património?

Note-se que, no Douro, há socalcos que se vão manter enquanto o vinho do Porto se mantiver com a procura do mercado que tem desde há séculos. Em Marrocos, apesar do desaparecimento de muitas destas paisagens, ainda se mantêm algumas, muitas vezes fruto de simples vontade cidadã de muitos dos proprietários; no Líbano, em socalcos bem íngremes ainda se produz, em especial vinho de excelente qualidade.



Figura 94 – Paisagem de uma encosta do Atlas (Marrocos), em que junto a uma aldeia, se notam socalcos agrícolas em mau estado de conservação (Autor: José M. de Mascarenhas, 2018).

E, no sul de França, recuperaram-se socalcos tendo por objetivo, não só a proteção e valorização do património vernáculo, mas também a atividade pedagógica e o desenvolvimento turístico rural.



Figura 95 – Socialcos agrícolas e cabanas associadas em pedra seca (“bories”) integrados num parque museológico (Conservatoire des Terrasses de Cultures) em Goult, no Parc Naturel Régional du Luberon, em França (Autor: José M. de Mascarenhas, Anos 90).

Há algumas ideias, mas também muitas dúvidas, para participar nesse processo de recuperação e valorização; mas uma coisa é certa: sem o apoio e compromisso das comunidades locais será impossível fazer seja o que for de forma consistente e, também, sem políticas públicas diferentes e sem um ordenamento do território mais racional será muito difícil recuperar este património cultural.

Bibliografia

Barata, F. T., Mascarenhas, J. M., & Capelo, S. (2014). How important is social cohesion to heritage landscape preservation and interpretation? In *ECLAS Conference*. Porto: ECLAS.

Barros, F. C. (2013). *A Construção do Território e Arquitetura na Serra da Peneda. Padrão (Sistelo) e suas “brandas” – um caso de estudo*. Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.

Fátima, B. M., & Feijó, R. G. (1984). Entre textos e contextos: os estudos de comunidade e as suas fontes históricas. In *Análise Social* (Vols. XX (4º, nº 83), pp. 489-503).

Callier-Boisvert, C. (2004). *Soajo entre migrações e memória. Estudos sobre uma sociedade agro-pastoril de identidade renovada*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.

Cunha, L. (2007). Colette Callier-Boisvert, Dinâmicas do Mundo Rural, Etnografias da Mudança: Soajo, entre Migrações e Memórias. *Etnográfica*, 11 (1), pp. 1-7.

Dias, L. F. (1969). *Forais manuelinos. Entre Douro e Minho*. Lisboa: Edição do Autor.

Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR). (2014). *Estratégia para o Regadio Público 2014-2020*. Lisboa.

Gonçalves, I. (2011). *Por terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de Afonso III*. Porto: CITCEM.

João de Portugal (D. João I). Livro de Montaria. (1981). In *Obras dos Príncipes de Avis, Introdução e notas de M. Lopes de Almeida* (pp. 1-232). Porto: Lello & Irmão Editores.

Neves, C. M. (1980). A Montaria do Soajo, primórdio histórico do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Em *Anais do Instituto Superior de Agronomia* (Vol. XXXIX). Lisboa.

Pereira, E., & Queiroz, C. F. (2009). Sistelo: Um Estudo Participativo numa Freguesia de Montanha. In *Ecossistemas e Bem-Estar Humano: Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment* (pp. 585-635, Cap. 17). Lisboa: Escolar Editora.

Trindade, M. J. (1965). Alguns problemas do pastoreio, em Portugal, nos séculos XV e XVI. In *Do Tempo e da História* (pp. 113-134). Instituto de Alta Cultura.

Trindade, M. J. (1962). Vida Pastoril e Pastoreio em Portugal nos séculos XII a XVI – subsídios para a sua História. *Dissertação de Licenciatura*. Lisboa: Faculdade de Letras/Universidade de Lisboa.

3.3. A urgência de desenvolver novas metodologias

Só olhando para os montes alentejanos, o levantamento deste património cultural é, por si só, uma tarefa hercúlea. Não é só saber onde estão os montes, mas apurar a sua importância e valor patrimonial, identificar as suas origens, estrutura e materiais, etc.

Antigamente a cartografia e a deteção remota ajudavam a que, pelo menos, fosse possível atribuir um lugar numa carta a uma estrutura deste tipo; ao lado descrevia-se, numa memória descritiva, os resultados da observação de terreno. O problema é que, na atualidade, essa informação é insuficiente, visto que as ligações entre os sistemas patrimoniais culturais, imateriais e naturais são indispensáveis para integrar essa cartografia.

Para o confirmar, basta ver os estudos de caso para se perceber a complexidade de informação que se recolhe: memórias de quem é entrevistado, desenhos de construções e de propriedades, fotografias, gravações, pesquisas em arquivos, conservatórias e na internet e um sem número de dados. Como integrar toda esta informação?

As novas metodologias deveriam, pois, atender à necessidade de integrar essa complexidade do património cultural na sua relação com as comunidades, o território e os saberes locais.

Um bom exemplo dessas novas metodologias é o projeto em desenvolvimento com um doutorando do Bangladesh, em que se pretende aplicar uma metodologia para estudos de sítios históricos que se poderia identificar como Mapeamento Interpretativo, ou Cartografia Interpretativa, e que integra e ajuda a analisar indicadores tangíveis e intangíveis.

Nesta cartografia, a paisagem, a arquitetura e as camadas de alterações que foram sendo depositadas ao longo do tempo, em determinado ponto do território, são considerados indicadores compreensíveis materiais e imateriais (toponímia, história, artefactos, vestígios, inscrições, manuscritos, memória, valores imateriais, etc.) e, depois, são dispostos em

sucessivas camadas; então, o mapeamento é basicamente realizado por derivação das referências cartográficas, pois esta forma de mapear combina informações de procedência diversa: cronologia e história, paisagem e monumentos. Em resultado, esta metodologia possibilita a criação de hipóteses de trabalho, fornece evidências e permite autenticar e consolidar algumas afirmações.

É um exemplo de novas metodologias, mas pretende especialmente demonstrar a necessidade de criar e aperfeiçoar instrumentos globais de análise. No caso desta metodologia, os resultados têm vindo a ser publicados e os estudos de caso apresentados mostram resultados interessantes. Por isso, é com alguma curiosidade da comunidade académica e institucional, sempre atenta à eficiência do trabalho e à procura de metodologias que se confrontam com a importância de apreender a complexidade, que esta metodologia tem sido apresentada em vários fóruns.

Outro aspeto fundamental para se poder estudar as questões da sustentabilidade do património cultural é a possibilidade de comparar os projetos que se foram desenvolvendo no país e as boas práticas que se foram criando, bem como perceber as razões porque outros conheceram algum insucesso.

Tome-se o caso de Mértola e do seu Campo Arqueológico. É um projeto conhecido e premiado já com muitos anos, mas tem sido muito difícil obter informação estruturada sobre os motivos das decisões tomadas, das discussões sobre opções e sobre os custos das ações. Esta situação está refletida em duas teses académicas que existem sobre este projeto em que uma pretende perceber e discutir a formação da imagem do próprio projeto (Pedroso, 2007) e a outra, da autoria de uma das trabalhadoras do Campo Arqueológico, foi uma primeira tentativa de apresentar e discutir o papel dos principais interessados no projeto e algumas das suas linhas de ação (Rafael, 2010).

Outro tipo de projetos que merecem uma especial atenção é o conhecido como Ponte das Ondas, cuja candidatura à UNESCO, comum a Portugal e a Espanha, tem o título "*Portuguese.Galician Border ICH: a Safeguarding Model Created by Ponte nas Ondas*".

Este projeto tem uma atividade muito interessante em vários domínios culturais e patrimoniais, onde o património cultural imaterial tem uma grande centralidade. O seu website é bastante informativo e dinâmico, mas a possibilidade de conhecer a fundo o projeto, está mais uma vez, prejudicada e é limitada.⁴⁷

Estes são dois meros exemplos que deveriam ser estendidos a outros projetos e instituições que não estão a ser estudados de forma sistemática. O estudo concreto de museus e projetos museológicos, como é o caso do Monte da Lua, em Sintra e as festas populares, como as festas de Campo Maior, são meros exemplos do grande trabalho que ainda está por fazer e especialmente dar a conhecer.

Referência bibliográfica

Hossain, M. S., & Barata, F. T. (2020). Mapping the Literature trough digital humanities protocol: decoding the morphology of a historic settlement. In *Connection: exploring Heritage, Architecture, Cities, Art, and, Media. AMPS Proceeding Series 20.1* (pp. 186-196). Kent: Universidade de Kent.

Pedroso, P. (2007). Valorização do Património Cultural: o caso de Mértola. *Dissertação, Mestrado de Marketing*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão/Universidade de Lisboa.

⁴⁷ PNO! (Ponte... nas Ondas! | Promovendo o patrimonio galego-portugués no mundo! (pontenasondas.org).

Rafael, L. (2010). Os Trinta Anos do Projecto Mértola Vila Museu; Balanço e Perspectivas. *Dissertação, Mestrado de Museologia*. Évora: Universidade de Évora.

Website

Ponte... nas Ondas! | Promovendo o património galego-português no mundo! (pontenasondas.org)

3.4. Que podemos concluir sobre as relações do património com o desenvolvimento sustentável?

Esta é uma espécie de conclusão, pois é a altura de fazer balanços do que foi escrito. Espera-se que o leitor tenha percebido que o património cultural é mais que um edifício, um cantar tradicional ou uma área natural, pois ele começa por ser uma construção social. Como se pode constatar pelo que nos nossos dias se discute, o património cultural é, antes de mais, uma construção social, uma escolha dos elementos que configuram a identidade de uma comunidade.

Por isso, é importante não perder de vista os enquadramentos teóricos que se trataram em diversos pontos, bem como as realidades práticas que com eles se relacionam: valor patrimonial, indicadores, capacidade de carga e outros. E neste território, em que se ligam aspetos teóricos com práticos, é impossível perder de vista os enquadramentos legislativos, pois eles condicionam, ou não, o que se pode fazer e intervir no âmbito do património cultural.

Mas é preciso também lamentar o que não se tem feito. Por razões nem sempre fáceis de compreender, a Organização das Nações Unidas, nos seus objetivos de desenvolvimento sustentável para 2030, não incluiu praticamente o património cultural nas suas ações e tarefas previstas. Como se pode perceber, esta ausência, deixa de fora uma parte importante das indústrias culturais e criativas que são decisivas para sustentabilidade futura das nossas sociedades.

Também é justo dizer que, um pouco por todo o lado, se vai ganhando consciência deste processo de degradação e da importância que o património vai tendo, nomeadamente o património imaterial. É nítido como estas preocupações estão ligadas à crescente globalização. Com efeito, à medida que as correntes de pensamento predominantes e as opiniões maioritárias têm formas de se expressar e promover à escala mundial, elas tendem a esmagar, umas vezes, ou absorver, muitas outras,

os movimentos culturais locais e minoritários com menos capacidade de se expressar.

Quando, em 2003, foi aprovada a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, depois do regozijo da iniciativa, as primeiras preocupações foi a de se definirem modelos de classificação, publicar legislação acerca da organização dos inventários nacionais e definir o papel das organizações públicas nesse processo. Com o tempo, também se foi percebendo como estes objetivos mais oficiais estavam longe de garantirem a salvaguarda do património. Porque, afinal, não havia garantias de sobrevivência dos saberes fazer, porque muitos dos conhecimentos tradicionais do universo perdiam-se irremediavelmente, porque mesmo muitas das festas públicas tradicionais de cariz religioso iam sendo transformadas e era nítido que muita da cultura, literatura e poesia, pertencente às línguas em risco estão a desaparecer.

A consciência desta situação que engloba os diferentes patrimónios, levou a Presidente da Comissão Europeia, Senhora Ursula von der Leyen, a lançar um programa que é um verdadeiro projeto para a Europa: New European Bauhaus. Esta nova Bauhaus ancora a sua memória no papel que o chamado movimento Bauhaus teve na Europa e no mundo. Este movimento, que existiu entre os anos de 1919 a 1933, pretendia comprovar que a arte e a técnica não eram mundos separados e foi construindo inovação a partir do design, da arquitetura e do saber fazer. Agora, a ideia é voltar a trazer formas de viver em que a cultura e o património voltariam a ter um lugar prioritário.

Assim, no dia 22 e 23 abril de 2021, teve lugar uma conferência para apresentar este programa assente em três palavras e conceitos chave: Beautiful (Beleza) / sustainable (sustentabilidade) / together (juntos). Para se compreender o seu sentido, eis duas das frases da página web da própria União Europeia. A primeira é a seguinte:

“Our shared journey starts by getting to know each other and by understanding what this initiative means

to each one of us. Please join if you want to connect with a growing community interested in building beautiful, sustainable, inclusive places to live together after the pandemic” (New European Bauhaus: beautiful, sustainable, together. (europa.eu).

Eis a segunda:

“The New European Bauhaus proposes to focus our conversations on the places we inhabit and on our relationship with natural environments, beyond the built space. It is a practical approach to discover beautiful, sustainable and inclusive ways of living and to use them to inspire our way forward”. (Co-designing the New European Bauhaus (europa.eu).

Não deixa de ser interessante notar que depois de um trabalho de longa duração que a UNESCO promoveu de conservação e salvaguarda do património e que teve etapas importantes nas Convenções de 1972 e 2003 parece ser na Europa que começam a ganhar forma novas experiências globais para incorporar o(s) património(s) na sociedade.

Será justo presumir que as ideias de innovar, ou seja, reconhecer a importância da tecnologia, integrar, significando a aceitação de viver com as diferenças e incluir, quer dizer que a integração é realizada em ambiente de diálogo com a população local, passou a ser um objetivo para a Europa.

Há duas anotações que importa agora fazer: a primeira relaciona-se com as políticas públicas que cada país, nas diversas escalas de poder, promove. Porque, afinal, esse apoio deriva das opções e do lugar que cada poder dá à cultura em geral. A segunda nota, é mais uma espécie de apelo: a preservação do património e a sua conservação começam por ser um ato de cultura e uma prática cívica. Para quem apoia e quer ver reforçada a coesão social, para quem acha importante resguardar a sua identidade, a

preservação do património cultural é, talvez, uma luta que merece o nosso esforço de cidadãos e cientistas.

Uma prova disso, são os estudos de caso que se apresentaram relacionados com os montes alentejanos; eles são o testemunho vivo umas vezes da perda das memórias dos indivíduos, das famílias e das comunidades, mas, outras vezes, são a prova cabal de que se luta por resgatar essas memórias.

Bibliografia

Como se referiu na Introdução, esta obra recorre a informação oriunda de várias proveniências. A maior parte dos diversos pontos impuseram a necessidade de identificar as obras que se estiveram a usar em cada momento. Algumas delas repetiram-se, como seria natural, em alguns pontos, pelo que se justifica organizar de forma mais estruturada uma bibliografia em que se identifique todo o material (livros, teses académicas e relatórios) que serviu de base para este livro.

Importa ainda anotar que este livro foi escrito nos primeiros meses de 2021, em que foi necessário recorrer a muitas obras disponíveis *online*, visto que muitas bibliotecas e arquivos estiveram fechados durante muito tempo. É também esta situação que esta longa bibliografia reflete.

Bibliografia

A legislação portuguesa sobre património imaterial, o papel das comunidades e a gestão integrada de museus: caminhos divergentes? (2020). In A. L. Semedo, A. M. Matos, & E. d. Mendonça, *Gestão do Património em Museus e Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. Rio de Janeiro: CITCEM.

Adeniran, A. E., Nubi, A. T., & Adelopo, A. O. (2017). Solid waste generation and characterization in the University of Lagos. *Waste Management 67 (2017) 3–10*.

Água, C. d. (2000). *Estudo dos Recursos Hídricos Subterrâneos do Alentejo. Nascentes do Alentejo*. Lisboa: Centro de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa & Instituto da Água. Obtido de https://snirh.apambiente.pt/snirh/download/relatorios/nasc_alentejo.pdf (acedido em abril 2021)

Almeida, M. A. (1997). *Família e Poder no Alentejo: Elites de Avis, 1886-1941*. Lisboa: Colibri. Obtido de https://www.researchgate.net/publication/275649255_Familia_e_Poder_no_Alentejo_Elites_de_Avis_1886_-_1941 (disponível online em 8 de abril de 2021)

Almeida, M. A. (2006). *A Revolução no Alentejo. Memórias e Traumas da Reforma Agrária em Avis*. Imprensa de Ciências Sociais. Obtido de https://www.researchgate.net/publication/275649238_A_Revolucao_no_Alentejo_Memoria_e_Trauma_da_Reforma_Agraria_em_Avis (consultado em abril 2021)

APA. (2015). *Políticas de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Orientações das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*. Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente. Obtido de <https://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=140> (acedido em 05.04.2021)

Armas, D. d. (2006). *Livro das Fortalezas*. Lisboa: ANTT/INAPA.

Ashby, M. F. (2016). *Materials and Sustainable Development*. United Kingdom: Elsevier.

Augusto, M., & Associados. (2010). *O sector cultural e criativo em Portugal. Relatório Final*. Lisboa: Coordenação Geral de Augusto Mateus.

Babič, M. N., Zalar, P., Zenko, B., Dzeroski, S., & Gunde-Cimerman, N. (2016). Yeasts and yeast-like fungi in tap water and groundwater, and their transmission to household appliances. *Fungal Ecology*, 20, 30-39. doi:10.1016/j.funeco.2015.10.001

Baird, C. (1995). *Environmental Chemistry*. New York: Freeman and Company.

Baird, C., & Cann, M. (2012). *Environmental Chemistry* (5th ed.). New York: Freeman and Company.

Barata, F. T. (2004). Medieval cadastres in the surroundings of Évora. In *De la Terre au Ciel. Paysages et cadastres antiques* (Vol. II, pp. 157-169). Besançon: Presse Universitaires de Franche-Comté.

Barata, F. T., & Carvalho, J. (2007). Os Montes e outras marcas na paisagem. Reflexões sobre a estrutura das paisagens do Nordeste Alentejano a partir de uma fonte de inícios do século XIX. In M. J. Lança (Ed.), *Olhar o Monte Alentejano a pretexto do Alqueva* (pp. 67-84). Beja: Museu da Luz.

Barata, F. T., & Leite, A. A. (1996). Coberto Vegetal e Paisagens Alentejanas. Esboço de uma linha evolutiva desde a Idade Média. In *Actas do I colóquio Internacional de Ecologia da vegetação. Universidade de Évora* (pp. 141-153). Évora: Universidade de Évora.

Barata, F. T., & Mascarenhas, J. M. (2002). *Preservando a Memória do Território. O Parque Cultural da Tourega Valverde (Preserving the Land's Memories. The Tourega/Valverde Cultural Park)*. Évora: CEEM/Universidade de Évora.

Barata, F. T., Marsh, J., Molinari, F., & Cabeça, S. (2017). *Creative Innovation and Related Living Lab Experiences. A Mediterranean Model*. Évora: Cátedra UNESCO.

Barata, F. T., Mascarenhas, J. M., & Capelo, S. (2014). How important is social cohesion to heritage landscape preservation and interpretation? In *ECLAS Conference*. Porto: ECLAS.

Barroca, M. J. (2018). O Livro das Fortalezas de Duarte Darmas – Contributos para uma análise comparativa dos manuscritos de Lisboa e de Madrid. In *Actas da Conferência Internacional Genius Loci – Lugares e Significados/Places and Meanings* (Vol. 2, pp. 183-205). Porto: CITCEM.

Barros, F. C. (2013). *A Construção do Território e Arquitetura na Serra da Peneda. Padrão (Sistelo) e suas “brandas” – um caso de estudo*. Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.

Batista, T., Mascarenhas, J. M., Mendes, P., & Pinto-Gomes, C. (2021). Assessing Vegetation Heritage Value: the Alentejo Central (Portugal) as a case study. *Land*, 10, 307, pp. 1-17. doi:doi.org/10.3390/land10030307

Brett, M. R. (2018). Tourism in the Kruger National Park: Past Development, Present Determinants and Future Constraints. *African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure*, 7 (2), 1-28.

Bronseval, F. C. (1970). *Peregrinatio Hispânica 1531-1533* (Vol. 1 e 2). Lisbonne/Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/Presses Universitaires de France.

Brundtland (Coord.), G. H. (1987). *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. New York: United Nations. Obtido de <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf> (consultado em 19.05.2021)

Caeiro, E., Abel, A., & Mascarenhas, J. M. (1996). Os Sistemas Hidráulicos da Abadia de S. Bento de Cástris (Évora) : Reconhecimento e Análise Preliminar. In J. M. De Mascarenhas (Ed.),

Hidráulica Monástica Medieval e Moderna (pp. 209-221). Lisboa: Fundação Oriente.

Callier-Boisvert, C. (2004). *Soajo entre migrações e memória. Estudos sobre uma sociedade agro-pastoril de identidade renovada*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.

Campbell, B. (1995). Ecology Versus Economics. In *Agriculture in the Middle Ages. Technology, Practice and Representation*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

Canudo, F. V. (2019). *Arquitetura Rural do Baixo Alentejo: passado, presente e futuro. Um estudo do monte alentejano num percurso pelos municípios de Beja e Ferreira do Alentejo. Dissertação, Mestrado da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Capelo, S., Barata, F. T., & Mascarenhas, J. M. (2011-a). Why are cultural landscapes of various values? Thinking about heritage landscape evaluation and monitoring tools. *Journal of Landscape Ecology*, 4(1), pp. 5-17.

Capelo, S., Barata, F. T., & Mascarenhas, J. M. (2011-b). Caring about cultural landscapes: looking for heritage evaluation and monitoring tools. In *Proceedings of the International conference "Landscapes of everyday life"* (pp. 1-19). Perpignan and Gerona (16 - 18 March): Cemagref and Ministère de l'Ecologie, de l'Energie, du Développement Durable, et de l'Aménagement du Territoire.

Capelo, S., Mascarenhas, J. M., & Barata, F. T. (2011-c). Monitoring indicators as an important tool to assess the quality of heritage landscape along the time. *The Problems of Landscape Ecology (official*

journal of the Polish Association of Landscape Ecology), 30, pp. 241-248.

Carmo, R. M. (2010). A agricultura familiar em Portugal: rupturas e continuidades. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 48(1), pp. 9-22.

Obtido de https://www.researchgate.net/publication/262519225_A_agricultura_familiar_em_Portugal_Rupturas_e_continuidades (disponível online em 8 de abril de 2021)

Carvalho, A. (2016). *Museus e Diversidade Cultural: Da Representação aos Públicos* (Vols. 4, Coleção Estudos de Museus). Casal de Cambra: Caleidoscópico e Direção-Geral de Património Cultural.

Carvalho, A., & Barata, F. T. (2017). Ethics in Intangible Cultural Heritage Public Policies: Interview with Marc Jacobs. *Revista Memória em Rede(9)*, pp. 165–180. Obtido de <https://periodicos.ufpel.edu.br> [Consulta realizada em 31/10/201]

Carvalho, J. M. (2006). Prospecção e pesquisa de recursos hídricos subterrâneos no Maciço Antigo Português: linhas metodológicas. *Tese de Doutoramento*. Aveiro: Departamento de Geociências/Universidade de Aveiro.

Carvalho, R., & Marques, T. (2019). A evolução do conceito de paisagem cultural. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*(nº 16, março), pp. 81-98. doi:[dx.doi.org/10.17127/got/2019.16.004](https://doi.org/10.17127/got/2019.16.004)

CG-UL, & IA. (2000). *Estudo dos Recursos Hídricos Subterrâneos do Alentejo. Nascentes do Alentejo*. Lisboa: Centro de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa & Instituto da Água.

Obtido de
https://snirh.apambiente.pt/snirh/download/relatorios/nasc_alent_ejo.pdf (acedido em abril 2021)

Chao-Chung , H., & Ming-Shu , C. (2018). Risk assessment and quality improvement of liquid waste management. *Waste Management 71 (2018) 578–588*.

Choay, F. (2001). *A alegoria do património* (6ª ed.). São Paulo: Estação Liberdade.

Cohn, B. S. (2000). Representing Authority in Victorian Indian. In E. Hobsbawn, & T. Ranger (Eds.), *The Invention of Tradition* (pp. 165-209). Cambridge: Cambridge University Press.

Consultants, T. (2014). *The economic contribution of the creative industries to EU GDP and employment Evolution 2008-2011, Forum d’Avignon “Culture is the future”*.

Correia, M., & Merten, J. (s.d.). *A Taipa Alentejana: Sistemas Tradicionais de Protecção*. CICRA/Centro de Investigação de Construção Rural e Ambiente.

Costa, M. R. (2004). *Património Rural Construído do Baixo Guadiana* (1ª ed., Vol. 1). Castro Marim: Associação de Desenvolvimento Local Odiana.

Costa, R. V. (2017). O registro do património imaterial como mecanismo de reconhecimento de direitos intelectuais coletivos de povos e comunidades tradicionais: os efeitos do instrumento sob a ótica dos direitos culturais. *Tese de doutoramento*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Cravo, R. (2018). A Evolução do Desenvolvimento Sustentável em Portugal nos últimos 30 anos. *Dissertação. Mestrado em Ecologia e Gestão Ambiental. Departamento de Biologia Animal. Faculdade de Ciências*. Lisboa: Universidade de Lisboa.

CSD. (2001). Indicators of Sustainable Development: Guidelines and Methodologies. *2nd*. New York: United Nations. Obtido de <http://www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/indisd/indisd-mg2001.pdf> (acedido em 05.04.2021)

CSD. (2007). Indicators of Sustainable Development: Guidelines and Methodologies. *3rd Edition*. New York: United Nations. Obtido de <http://www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/guidelines.pdf> (acedido em 05.04.2021)

Cunha, L. (2007). Colette Callier-Boisvert, Dinâmicas do Mundo Rural, Etnografias da Mudança: Soajo, entre Migrações e Memórias. *Etnográfica*, 11 (1), pp. 1-7.

Cupeto, C., & Marcos, J. S. (Coords.) (2007). *Guia Agenda 21 Local – Um desafio de todos*. Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente. Obtido de http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Areas_Tematicas/guia_agenda_21_local.pdf (acedido em julho de 2021)

Cupul-Magaña, A. L., & Rodríguez-Troncoso, A. P. (2017). Tourist carrying capacity at Islas Marietas National Park: An essential tool to protect the coral community. *Applied Geography*, 88, pp. 15-23.

Damiano, L. M. (2014). Marketing no Turismo Rural. Caso: Região do Baixo Alentejo. *Dissertação. Mestrado em Gestão. Universidade de Évora*. Évora: Universidade de Évora.

Daveau, S. (1980). *Dois mapas climáticos de Portugal, Nevoeiro e Nebulosidade, Contrastes Térmicos*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

Demangeon, A. (1927). La géographie de l'habitat rural. *Annales de Géographie*, 36(199), pp. 1-23. doi:doi.org/10.3406/geo.1927.8577

Devèze, M. (1984). L'Équilibre agro-sylvo-pastoral du XIIIe au XVIIIe en Europe moyenne et Europe meridional. In *Atti della Undecesima settimana di studio - Agricoltura e Transformazione della ambiente. Secoli XIII-XVIII. (25-30 aprile 1979)*. Prato: Le Monnier.

DGA. (2000). Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Obtido de https://apambiente.pt/_zdata/Divulgacao/Publicacoes/SIDS/SIDSPortugal_Proposta2000.pdf (acedido em 05.04.2021)

Dias, J., & Galhano, F. (1986). *Aparelhos de Elevar a Água de Rega* (2ª ed.). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Dias, L. F. (1969). *Forais manuelinos. Entre Douro e Minho*. Lisboa: Edição do Autor.

Elliott, J. A. (2013). *An Introduction to Sustainable Development* (4th ed.). (T. Binns, Ed.) London and New York: Routledge.

Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. VII. Concelho de Évora*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.

Espinosa, R. M., Turpin, S., Polanco, G., De laTorre, A., Delfín, I., & Raygoza, I. (2008). Integral urban solid waste management program in a Mexican university. *Waste Management* 28 (2008) S27–S32.

Fátima, B. M., & Feijó, R. G. (1984). Entre textos e contextos: os estudos de comunidade e as suas fontes históricas. In *Análise Social* (Vols. XX (4^o, nº 83), pp. 489-503).

Feio, M. (1983). *Le Bas Alentejo et l'Algarve*. Évora: INIC-Centro de Ecologia Aplicada da Universidade de Évora.

Fernandes, M. (2010). As Idades da Construção. Técnicas e saberes da construção tradicional e sua aplicação à arquitectura contemporânea. In *Catálogo/Publicação da Feira Internacional de Artesanato (3-11 de Julho 2010)* (pp. 73-85). Lisboa: Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Fernandes, M. (2013). A cultura construtiva do adobe em Portugal. *Tese de Doutoramento*. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade de Coimbra.

Fernandes, M. (2014). Adobe architecture in Portugal: Differences and analogies between vernacular and 'designed' architecture. In M. Correia, G. Carlos, & S. Rocha (Eds.), *Vernacular Heritage and Earthen Architecture: Contributions for Sustainable Development* (pp. 111-116). London: Taylor & Francis Group.

Fonseca, H. A. (1996, 2^o-3^o). As elites económicas alentejanas, 1850-1870: anatomia social e empresarial. *Análise Social*, XXXI (135-137), pp. 711-748.

Fragoso, L. C. (2016). A Paisagem, as Aldeias e os Montes de Vila Ruiva e Vila Alva. *Dissertação. Mestrado em Arquitectura Paisagista*. Universidade do Algarve. Faro: Universidade do Algarve.

Gallardo, A., Edo-Alcón, N., Carlos, M., & Renau, M. (2016). The determination of waste generation and composition as an essential. *Waste Management* 53 (2016) 3–11.

Garcia de Cortazar, J. A. (1983). *História Rural Medieval*. Lisboa: Estampa.

Gonçalves, I. (2011). *Por terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de Afonso III*. Porto: CITCEM.

Gueunier, N. J. (2011-2012). *Tradition orale [Notes de Cours de Master (Semestre 1)]*. Strasbourg: Université de Strasbourg/Institut d’Etnologie. Obtido de https://spsd.u-strasbg.fr/IMG/pdf/TradOrale_S023KM16_2011-12-2.pdf [Consulta realizada em 31/10/2018]

Hatcher, E., & Miller, J. (1999). *Medieval England. Rural Society and Economic Change (1086-1348)* (7ª ed.). Londres/Nova York: Longman.

Hernández, M. G., & Vaquero, M. d. (2012). Capacidad de carga en grandes recursos turístico-culturales. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense de Madrid*, 32(2), pp. 253-274. Obtido de http://dx.doi.org/10.5209/rev_AGUC.2012.v32.n2.39720 (acedido em 06.06.2021)

Hogan, D. J. (1993). Crescimento populacional e desenvolvimento sustentável. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 31, pp. 57-78. Obtido de <https://doi.org/10.1590/S0102-64451993000300004>; https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000300004 (acedido em 09.04.2021)

Hossain, M. S., & Barata, F. T. (2020). Mapping the Literature through digital humanities protocol: decoding the morphology of a historic settlement. In *Connection: exploring Heritage, Architecture, Cities, Art, and, Media. AMPS Proceeding Series 20.1* (pp. 186-196). Kent: Universidade de Kent.

Imberciatoro, I. (1984). Dalla quercia alla vite e all'olivo nella valle del Lente sul Monte Amiata (secoli IX-XX). In *Atti della Undicesima settimana di studio - Agricoltura e Trasformazione dell'ambiente. Secoli XIII-XVIII. (25-30 aprile 1979)*. Prato: Le Monnier.

INE. (2020). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030. Indicadores para Portugal : 2010-2019. Lisboa: INE. Obtido de <https://www.ine.pt/xurl/pub/434725779> (acedido em 05.04.2021)

João de Portugal (D. João I). Livro de Montaria. (1981). In *Obras dos Príncipes de Avis, Introdução e notas de M. Lopes de Almeida* (pp. 1-232). Porto: Lello & Irmão Editores.

Jokilehto, J. (2005). Definition of cultural heritage. In *References to documents in History*. ICCROM Working Group 'Heritage and Society'.

Labadi, S., Giliberto, F., Rosetti, I., Shetabi, L., & Yildirim, E. (2021). *Heritage and the Sustainable Development Goals: Policy Guidance for Heritage and Development Actors*. Paris: ICOMOS.

Lhermitte, M., Perrin, B., Blanc, S., & al. (2015). *Cultural times. The first global map of cultural and creative industries*. Paris: UNESCO.

Lima, V. M. (2019). A intervenção arquitetónica na paisagem alentejana: a especificidade do monte alentejano. *Dissertação. Mestrado em Arquitetura. Universidade Lusíada*. Lisboa: Universidade Lusíada.

Lopes Filho, J. (2009). *Crónicas do tempo que passou*. Cidade da Praia: Instituto da Biblioteca Nacional .

Lourenço, L. (1995). Entre Planícies e Searas. Em *Guia de Portugal (3-Alentejo I)* (pp. 6-10). Lisboa: Expresso. Obtido de https://www.uc.pt/fluc/nicif/Publicacoes/Estudos_de_Colaboradores/PDF/editoriais/1995_Guia_Port_Alentejo.pdf (acedido em abril 2021)

Machado, Á. (2005). *Ecoturismo: Um Produto Viável – A Experiência do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Senac Nacional.

Malato-Beliz, J. V. (1988). Características y Situación actual de la Vegetación Mediterránea en Portugal. *Comunicação apresentada ao Congresso Mundial sobre el Bosque y Matorral Mediterráneos (Setembro de 1988)*. Cáceres.

Manga, M. M. (2017). La problématique Sao : entre civilisation, mythologie et construction de l'histoire. *Thèse de doctorat d'Histoire*. Paris: Universidade Paris 1 Panthéon – Sorbonne. Obtido de <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-01997226/document>

Marques, R. S. (2019). O Turismo Cultural e a Problemática da Capacidade de Carga do Património: Estudo da dimensão social do caso da Sé do Porto. *Dissertação, Mestrado em Património, Artes e Turismo Cultural*. Porto: Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto.

Mascarenhas, J. M. (1995). ÉVORA: Archéologie et Conservation du Paysage Environnant. (M. Clavel-Lévêque, & R. Plana-Mallart, Edits.) *Cité et Territoire, Annales Littéraires de l'Université de Besançon*, 565, pp. 227-230.

Mascarenhas, J. M., Barata, F. T., & Capelo, S. (2015). O Monte Alentejano na encruzilhada do tempo. *Atas do VIII Congresso Português de Sociologia (COM0453)*, 1-17. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.

Mascarenhas, J. M., Barata, F. T., & Capelo, S. (2017). Intangible heritage and cultural landscapes: improving an evaluation system. In S. Lira, R. Amoêda, & C. Pinheiro (Ed.), *Sharing Cultures, Proceedings of the 5th International Conference on Intangible Heritage* (pp. 265-273). Barcelos (6-8 Sept): Green Lines Institute for Sustainable Development.

Mascarenhas, J. M., Benoit, P., Berthier, K., Rouillard, J., & Jorge, V. (2005). Comparative analysis of mines supplying water to towns, to abbeys and to manors in Portugal (15 th. – 18th. centuries). *Schriftenreihe Der Frontinus-Gesellschaft*, 26, pp. 207-222.

Mascarenhas, J. M., Soares, J., & Tavares da Silva, C. (1989). Proposta de Metodologia para Avaliação do Impacto de Barragens no Domínio Histórico - Arqueológico. *Trabalhos de Arqueologia do Sul*, 1, pp. 7-16.

Meadows, D., Randers, J., & Meadows, D. (2004). *The Limits to Growth: The 30 Year Global Update*. Vermont (USA): Chelsea Green Publishing Co.

Mendes, R., Pacheco, P., & Rocha, J. (2014). *ALQUEVA - paisagem como tema/ALQUEVA - landscape as a theme*. Évora: Edição dos autores.

Mestre, J. F. (1991). *Beja. Olhares sobre a cidade*. Beja: Câmara Municipal de Beja.

Mestre, V. (Maio de 2007). Olhar o Monte Alentejano a pretexto do Alqueva. (C. M. Luz, Ed.) *O Monte Alentejano, uma identidade de raízes ancestrais: Contributos para o seu conhecimento e permanência*(3), p. 85 à 101. Obtido de http://www.vmsa-arquitectos.com/Public_Edia-montes_2007.pdf

Mitchell, N., Rössler, M., & Tricaud, P.-M. (2009). *World Heritage Cultural Landscapes. A Handbook for Conservation and Management*. Paris: UNESCO.

MNE. (2017). *A Agenda 2030 em Portugal*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros (Informação à Imprensa). Obtido de https://issuu.com/comissaonacionaldaunesco/docs/agenda_2030_em_portugal (acedido em 05.04.2021)

MNE. (2017). *Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (PORTUGAL)*. Nova Iorque: MNE. Obtido de <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/Portugal2017.pdf> (acedido em 05.04.2021)

Monteiro, A. C. (2017). Evolução do Desenvolvimento da Oferta Turística em Espaço Rural em Monsaraz. *Dissertação. Mestrado em Gestão do Turismo e Hotelaria. Universidade Europeia*. Lisboa: Universidade Europeia.

Morrissey, A., & Browne, J. (2004). Waste management models and their application to sustainable. *Waste Management*, 24, 297–308. doi:10.1016/j.wasman.2003.09.005

Muniz, A. W. (2014). Patrimônio Cultural Imaterial: Tesouros Vivos do Estado do Ceará. *Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste*. Salvador: Instituto de Humanidades, Artes e

Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia.
Obtido de
<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17398/1/Ant%C3%BAonio%20Welder%20Benedito%20Muniz.pdf> [Consulta realizada em 31/10/2018]

N., R. (s.d.). *Progress, prospects and lessons from the MDGs: background research paper for the.*

Nebel, B., & Wright, R. (1996). *Environmental Science*. New Jersey (USA): Prentice-Hall.

Neves, C. M. (1980). A Montaria do Soajo, primórdio histórico do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Em *Anais do Instituto Superior de Agronomia* (Vol. XXXIX). Lisboa.

Oliveira, E. V., & Galhano, F. (1992). *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote.

Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention. (2005). Paris: UNESCO.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO. (2003). *Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial*. Obtido de <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf> [Consulta realizada em 31/10/2018 e 29/09/2019]

Pasikowska-Schnass, M. (2019). *Employment in the cultural and creative sectors*. Bruxelas: Serviço de Investigação do Parlamento Europeu.

Pedroso, P. (2007). Valorização do Património Cultural: o caso de Mértola. *Dissertação, Mestrado de Marketing*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão/Universidade de Lisboa.

Pereira, E., & Queiroz, C. F. (2009). Sistelo: Um Estudo Participativo numa Freguesia de Montanha. In *Ecosistemas e Bem-Estar Humano: Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment* (pp. 585-635, Cap. 17). Lisboa: Escolar Editora.

Pereira, M. d. (2018). A trajetória da lei do registro do património vivo do RN – RPV (2007-2017): uma avaliação de implementação. *Tese de doutoramento*. Natal: Universidade Federal e Rio Grande do Norte.

Picão, J. d. (1903). *Através dos Campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos*. Elvas: Typographia Progresso.

Picão, J. d. (1947). *Através dos campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos (concelho de Elvas)* (2ª ed.). Lisboa: Neogravura.

Portugal, F. F. (1964). Índice toponímico do Concelho de Nisa. *Separata da Revista de Portugal, Série A – Língua Portuguesa, XXIX*. Lisboa.

Quintela, A. C. (1974). Escoamento. Quantidade de água na rede hidrográfica. *Mapa à escala 1: 1000 000 integrada em Portugal. Atlas do Ambiente*. Lisboa: Comissão Nacional do Ambiente.

Quintela, A. C., Cardoso, J. L., & De Mascarenhas, J. M. (1989). Barragens Antigas em Portugal a Sul do Tejo. *Cuadernos de San Benito, 2*, pp. 77-108.

Quintela, A. C., Mascarenhas, J. M., Cardoso, J. L., Álvares, M. T., & Pina, T. A. (2004). Património cultural dos cursos de água da bacia do

Sado. In I. Moreira, M. G. Saraiva, & F. Correia (Eds.), *Gestão ambiental dos sistemas fluviais. Aplicação à bacia hidrográfica do rio Sado* (pp. 345 - 374). Lisboa: ISAPress.

Rafael, L. (2010). Os Trinta Anos do Projecto Mértola Vila Museu; Balanço e Perspectivas. *Dissertação, Mestrado de Museologia*. Évora: Universidade de Évora.

Rapoport, A. (1972). *Vivienda y Cultura*. Barcelona: Gustavo Gili.

Reis, M. C. (2002). *O Monte Alentejano: a transformação no século XX*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Associação de Estudos Rurais.

Ribeiro, O. (1961). *Geografia e Civilização. Temas Portugueses*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.

Ribeiro, O. (1970). *A evolução agrária no Portugal Mediterrâneo. Notícia e comentário de uma obra de Albert Sibert*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Ribeiro, O. (1987). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (5ª ed.). Lisboa: Sá da Costa.

Ribeiro, V., Aguiar, J., Costa, M. R., Santos, M., Costa, A., Almeida, M., & Malobbia, S. (2008). *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional: contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do caldeirão* (1ª ed., Vol. 1). Faro: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.

Roca, M. d., Roca, Z., & Oliveira, J. A. (2009). A expansão de segundas residências em Portugal Continental: uma proposta de tipologia

espacial. In *Comunicação ao 15º Congresso da Associação de Desenvolvimento Regional (APDR) e 1º Congresso de Ciência Regional de Cabo Verde. Cidade da Praia, Cabo Verde, 6 a 11 de julho de 2009*. Retrieved from <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2025/161A.pdf> (disponível online, a 2021/04/08)

Rodrigues, V. J. (2009). *Desenvolvimento Sustentável. Uma introdução crítica* (1ª ed.). Parede: Príncipia Editora.

Santo, F. L. (2008). A apropriação do espaço público da Cidade Velha, Cabo Verde: o papel dos agentes políticos, das empresas turísticas e a manifestação de novas formas identitárias locais. *12ª Assembleia Geral Governar o Espaço Público Africano*. Yaundé (Camarões): Codesria.

Santos, M., Pernão, J., Aguiar, J., & Costa, M. R. (2013). Lime and colour technologies in the vernacular architecture of the Algarve, Portugal. In M. Correia, G. Carlos, & S. Rocha (Eds.), *Vernacular heritage and earthen architecture: Contributions for Sustainable Development* (pp. 427 - 432). London: CRC Press - Taylor and Francis Group.

Santos, X., & Cabrera, L. P. (2014). Management of Tourist Flows. The Cathedral of Santiago de Compostela. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 12(4), pp. 719-735. Obtido de <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2014.12.052> (em 05.06.2021)

Sarr, F., & Savoy, B. (2018). *The Restitution of African Cultural Heritage. Toward a New Relational Ethics. Report nº 2018-26*. Paris. Obtido de http://restitutionreport2018.com/sarr_savoy_en.pdf (consultado em 17 de abril de 2021)

Secretariat, U. N. (1984). Population, Resources, Environment and Development: highlights of the issues in the context of the World Population Plan of Action. *Population Bulletin United Nations*, 17, pp. 1-16.

Silva Júnior, A. R. (s.d.). *Arquivo Distrital de Cascais - Alçados, plantas e corte de habitação para Maria José Simões de Almeida Margiochi*. Obtido de Cascais Cultura.

Simões, P. M. (2015). Guardiões da Paisagem – Os montes alentejanos. Lugares de memória. *Tese de Doutoramento*. Évora: Universidade de Évora.

Simões, P. M. (2018). Os Montes Alentejanos: uma sábia aliança com a paisagem. Évora: Universidade de Évora. Obtido de Paula Simões_Os Montes Alentejanos_uma sábia aliança com a paisagem_set 2018.pdf (acedido em abril de 2021)

Sousa, B. V. (1990). *A Propriedade das Albergarias de Évora nos finais da Idade Média*. Lisboa: INIC.

Sousa, F. d., Almeida, F. d., Lopes, J. d., Cosme, J., Nazareth, M., & Rocha, R. (2016). Alentejo. População e economia em finais de Setecentos. *Economia e Sociedade*, 5. Porto: CEPESE. Obtido de <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/alentejo-populacao-e-economia-em-finiais-de-setecentos/pdf-alentejo-populacao-e-economia-em-finiais-de-setecentos/@@download/file/Alentejo.pdf> (acedido em maio de 2021)

Teles, S. (2013). Habitar a paisagem alentejana – A particularidade do Monte. *Dissertação. Mestrado Integrado em Arquitetura da Universidade de Évora*. Évora: Universidade de Évora.

Treppo, M. D. (1979). Agricultura e transumanza in Puglia nei secoli XII-XVI: conflitto o integrazione? In *Atti della Undecima settimana di studio - Agricoltura e Trasformazione dell'ambiente. Secoli XIII-XVIII. (25-30 de Abril de 1979)*.

Trindade, M. J. (1962). Vida Pastoril e Pastoreio em Portugal nos séculos XII a XVI – subsídios para a sua História. *Dissertação de Licenciatura*. Lisboa: Faculdade de Letras/Universidade de Lisboa.

Trindade, M. J. (1965). Alguns problemas do pastoreio, em Portugal, nos séculos XV e XVI. In *Do Tempo e da História* (pp. 113-134). Instituto de Alta Cultura.

Trindade, M. J. (1981). A vida pastoril e o pastoreio em Portugal nos séculos XII a XVI. In *Estudos de História Medieval*. Lisboa: História & Crítica.

Truta, B. S. (2016). Da Paisagem ao Monte Alentejano – O “Monte do Convento” em Alvito. *Dissertação. Mestrado em Arquitetura Paisagística da Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto.
UN. (2000). United Nations Millennium Declaration, 2000. *General Assembly Resolution 55/2, 2000*. New York: United Nations.

UN. (2014). *The Millennium Development Goals Report 2014*. New York: United Nations. Obtido de <https://www.un.org/millenniumgoals/2014%20MDG%20report/MDG%202014%20English%20web.pdf> (acedido em 05.04.2021)

Valdivieso, M. I. (2002). Elites urbanas en la Castilla del siglo XV (Oligarquía y Común). In F. T. Barata (Ed.), *Elites e redes clientelares na Idade Média*. Lisboa/Évora: Colibri/CIDEHUS.

Van Antwerpen, J., Fesel, B., & Kaltenbach, L. (Edits.). (2015). The cultural and creative industries in Europe. *The ECBN manifesto 2015*. Obtido de https://ecbnetwork.eu/wp-content/uploads/2015/07/ECBN_manifesto-20151.pdf (acedido em abril 2021)

Van der Pol, H. (s.d.). *Key role of cultural and creative industries in the economy*. Paris: UNESCO.

Vermeulen, F., & Barata, F. T. (2010). Hidden landscapes and ancient landmarks: some theoretical and methodological issues of studying early historical landscapes in SW – Iberia. In A. Orejas, D. Manttingly, & M. Clavêl-Lévêque (Eds.), *From Present to Past through Landscape* (pp. 69-84). Madrid: CSIC Press.

Vicente, A. P. (1972). *Manuscrito do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal II (1803-1806)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vieira, J. M. (Novembro/Dezembro de 2015). O incremento do acesso a água potável e a saneamento como meio de combate à pobreza e à defesa da saúde pública. 2000-2015 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. *INGENIUM, II Série*(Nº 150), pp. 38-42. Obtido de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/43281/1/2392-Objectivos%20de%20Desenvolvimento%20do%20Mil%C3%A9nio%20ingenium150.pdf> (acedido em 05.04.2021)

Vilar, E. R. (2007). Sobre a Economia da Cultura. *Comunicação & Cultura*, 3, pp. 131-144.

Vilar, H. V. (1999). *As dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa.

Zhang, N., Williams, I. D., Kempa, S., & Smith, N. F. (2011). Greening academia: Developing sustainable waste management at Higher Education Institutions. *Waste Management* 31 (2011) 1606–1616.

Legislação

Código Civil Português. (2011). *Decreto-Lei n.º 47344 - Diário do Governo n.º 274/1966, Série I de 1966-11-25 (dre.pt)*.

Decreto-Lei n.º 132, de 13 de Setembro de 2013. Estabelece o regime de constituição e funcionamento do Conselho Nacional de Cultura e das suas secções especializadas. Diário da República n.º 177/2013, Série I de 2013-09-13. (2013). Obtido de <https://dre.pt/pesquisa/-/search/500036/details/maximized> [Consulta realizada em 31/10/2018 e 29/09/2019]

Decreto-Lei n.º 139 de 15 de Junho de 2009. Estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial. Diário da República, 1ª série, N.º 113, 15 de Junho de 2009, p. 3647. (2009). Obtido de <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/494544/details/maximized> [Consulta realizada em 31/10/2018 e 29/09/2019]

Decreto-Lei nº 149, de 4 de Agosto de 2015. Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural

imaterial. Diário da República, 1ª série, Nº 150, 4 de agosto. (2015). Obtido de https://dre.pt/home/-/dre/69935162/details/maximized?p_auth=dgKhLRD1 [Consulta realizada em 31/10/2018 e 29/09/2019].

Lei de Bases de Ambiente. (1987). *Lei nº 11/87, de 7 de abril.* Obtido de <https://dre.pt/application/file/a/666247> (acedido em 03.04.2021)

Lei n.º 47, de 19 de Agosto de 2004. Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses. Diário da República n.º 195/2004, Série I-A de 2004-08-19. (2004). Obtido de <https://dre.pt/pesquisa/-/search/480516/details/maximized> [Consulta realizada em 31/10/2018]

Portaria 196, de 9 de abril de 2010. Aprova o formulário para pedido de inventariação de uma manifestação do património cultural imaterial e as respetivas normas de preenchimento da ficha de inventário. (2010). *Diário da República, 1ª série, Nº 69, 9 de Abril de 2010, p.1163.* Obtido de <https://dre.pt/pesquisa/-/search/612210/details/maximized> [Consulta realizada em 31/10/2018 e 29/09/2019]

Resolução da Assembleia da República nº 12 (2008). Aprova a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adoptada na 32.ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, em Paris, em 17 de Outubro de 2003. (2003). *Diário da República, 1ª série, Nº 60, 26 de Março de 2008, p. 1687.* Obtido de <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/246512/details/maximized> [Consulta realizada em 31/10/2018 e 29/09/2019]

Resolução do Conselho de Ministros nº 109/2007. (2007). *Diário da República, 1.ª série, N.º 159, 20 de Agosto de 2007*. Obtido de <https://dre.pt/application/conteudo/637185> (acedido em 03.04.2021)

Webgrafia

(s.d.). Obtido de UNESCO: <https://ich.unesco.org/fr/convention> [Consulta realizada em 29/09/2019]

Agenda 2030 ODS. (2015 and 2017). Retrieved from PORDATA - Base de Dados de Portugal Contemporâneo: <https://www.pordata.pt/ODS> (acedido em 05.04.2021)

Água, Disponibilidades de águas superficiais e subterrâneas. (2019). Obtido de Portal do Estado do Ambiente: <https://rea.apambiente.pt/content/disponibilidades-de-%C3%A1guas-superficiais-e-subterr%C3%A2neas> (acedido em abril 2021)

Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental. (2021). Obtido de Nações Unidas: <https://unric.org/pt/> (acedido em 05.04.2021)

Desenvolvimento Sustentável. (2021). Obtido de Agência Portuguesa do Ambiente: <https://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=140> (acedido em 05.04.2021)

e-Museu do Património Cultural Imaterial. (Consulta realizada em 29/09/2019). Obtido de MEMORIAMEDIA: <https://memoriamedia.net/index.php/>

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - ENDS 2015. (2021). Obtido de Agência Portuguesa do Ambiente: <https://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=143&sub2ref=734> (acedido em 05.04.2021)

Extreme Poverty. (s.d.). Obtido de Our World in Data: <https://ourworldindata.org/> (acedido em 05.04.2021)

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. (2021). Obtido de Instituto Nacional de Estatística (INE): https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_idsustentavel&contexto=an&selTa&xlang=pt (acedido em 05.04.2021)

Indicadores ODS para Portugal. (2020). Obtido de Instituto Nacional de Estatística (INE): https://www.ine.pt/ine_novidades/Indicadores-ODS-para-Portugal/index.html (acedido em 05.04.2021)

Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. (Consulta realizada em 29/09/2019). Obtido de MatrizPCI: <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/pt-PT/InventarioNacional/PesquisaAvancada>

NSprojects.com, ©. (2010). *Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.* Obtido de CNADS: <https://www.cnads.pt/> (acedido em 05.04.2021)

NU. (2021). *ODS.* Obtido de Nações Unidas. Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental: <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/> (acedido em 05.04.2021)

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | Agenda 2030 - Indicadores para Portugal. (2018). Obtido de Instituto Nacional de

Estatística (INE):
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacaoes&PUBLICACOESpub_boui=332274994&PUBLICACOESmodo=2&xlang=pt (acedido em 05.04.2021)

OECD. (2019). *Measuring Distance to the SDG Targets 2019 - An Assessment of Where OECD Countries Stand*. OECD iLibrary. Obtido de <https://doi.org/10.1787/a8caf3fa-en> (acedido em 05.04.2021)

Patrimoine immatériel. (Consulta realizada em 29/09/2019). Obtido de UNESCO: <https://ich.unesco.org/fr/convention>
Patrimônio imaterial. (s.d.). Obtido de Prefeitura de Fortaleza: <https://cultura.fortaleza.ce.gov.br/patrimonio-cultural?id=18:patrimonio-imaterial>

Plataforma Portuguesa das ONGD. (Agosto 2020). *Portugal e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Obtido de <https://www.plataformaongd.pt/uploads/subcanais2/portugaleagenda2030paraodesenvolvimentosustentaavel.pdf> (acedido em 05.04.2021)

Ponte...nas Ondas! Promovendo o patrimonio galego-portugués no mundo! (s.d.). Obtido de PNO!: pontenasondas.org

Rippin, N. (2013). *Progress, prospects and lessons from the MDGs: background research paper for the report of the High Level Panel on the Post-2015 Development Agenda*. Obtido de http://www.post2015hlp.org/wp-content/uploads/2013/05/Rippin_Progress-Prospects-and-Lessons-from-the-MDGs.pdf (acedido a 17.06.2021)

Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS). (2021). Obtido de Agencia Portuguesa do Ambiente (APA):

<https://apambiente.pt/index.php?ref=19&subref=139&sub2ref=503>
(acedido em 05.04.2021)

Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, SIDS – PORTUGAL. (2007). Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente. Obtido de
https://apambiente.pt/_zdata/Divulgacao/Publicacoes/SIDS/SIDSPortugal_Dez2007.pdf (acedido em 05.04.2021)

World Population Growth. (s.d.). Obtido de Our World in Data :
<https://ourworldindata.org/> (acedido em 05.04.2021)

Kruger National Park. (2021). Obtido de
<https://www.sanparks.org/parks/kruger/news.php?id=964>



Filipe Themudo Barata



Sofia Capelo



José M. de Mascarenhas

Património Cultural e Sustentabilidade

Uma relação nem sempre fácil

Muitos falam em património cultural e na sua sustentabilidade. De facto, este tema, apesar de parecer fácil no seu tratamento, quase evidente dir-se-ia, comporta uma complexidade, que aqui se pretende apresentar de uma forma que possa ser por todos compreendida. O subtítulo aponta para uma questão essencial, ou seja, as relações conflituosas, umas vezes, cooperantes, outras tantas, entre as políticas de sustentabilidade e a conservação, proteção e valorização do património cultural.

Esperam os autores que o livro possa ser útil para todos aqueles que se confrontam com os problemas de saber o que fazer com o seu património cultural; e são muitos. Entre responsáveis municipais e da administração central, especialistas das áreas culturais e económicas, e investigadores, há sempre o desejo de se lhes poder ajudar a encontrar algumas respostas. Mas é verdade que a ideia inicial foi a de apoiar os estudantes que o quiserem consultar.

2021 © Cátedra UNESCO da Universidade de Évora em “Património Imaterial e Saber Fazer Tradicional”